

Tânia Iolanda Lemos Ferreira

HERÓIS DE PALMO E MEIO
A intervenção psicossocial e a
relação de ajuda no acolhimento
institucional

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL - AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE
RISCO

Tânia Iolanda Lemos Ferreira

**HERÓIS DE PALMO E MEIO
A intervenção psicossocial e a
relação de ajuda no acolhimento
institucional.**

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE

Orientação

Prof.^a Doutora Maria Manuela Pessanha

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL - AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE
RISCO

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Doutora Manuela Pessanha, pelo apoio e disponibilidade sentidos. Agradeço também todo o conhecimento partilhado, que me ajudou a crescer enquanto aluna e enquanto profissional.

À Doutora Sofia Veiga, docente que me acompanhou em todo o meu percurso académico, pelos seus ensinamentos e reflexão em torno da importância da intervenção psicossocial e da relação de ajuda na formação dos educadores sociais.

À Doutora Catarina Grande pela sua disponibilidade em ler e analisar criticamente o projeto apresentado ao longo deste relatório.

Ao Instituto Profissional do Terço, por ter permitido o desenvolvimento deste projeto com as crianças do grupo A.

Quero agradecer ainda ao Gustavo pela sua colaboração, e em especial à Manuela por toda a experiência profissional partilhada e refletida no quotidiano, e pela sua dedicação às crianças e jovens acolhidas.

À Maria João, minha tao querida amiga que sempre me apoiou e motivou a lutar pelos meus sonhos, e a prosseguir o meu percurso académico.

Ao Hugo, pela persistência para eu não desistir.

Um muito obrigado aos “ Heróis de palmo e meio” que me inspiram todos os dias para continuar junto deles a lutar por um futuro risonho!

E por último, quero dedicar este trabalho académico à memória do meu pai, que continuará para sempre no meu coração.

RESUMO

Os Lares de Infância e Juventude têm como objetivo defender o superior interesse das crianças, desempenhando um papel fundamental no acompanhamento do seu desenvolvimento. Este dever concretiza-se substancialmente na definição e acompanhamento dos seus projetos de vida.

Neste sentido, as práticas dos profissionais devem ir ao encontro das reais necessidades dos seus atores, numa ação adequada, desenhada e concertada, tendo sempre como princípio básico o respeito pelas idiossincrasias de cada criança e jovem.

O presente Relatório tem como objetivo apresentar o desenho e desenvolvimento de um projeto de intervenção psicossocial e relação de ajuda com crianças em acolhimento institucional, intitulado “Heróis de Palmo e Meio. A intervenção psicossocial e a relação de ajuda no acolhimento institucional”. Este projeto teve como grande finalidade a “Participação das crianças e das suas famílias na construção dos seus projetos de vida com base na compreensão da institucionalização”.

Priorizando as necessidades e respeitando o critério de urgência, foram desenhados dois subprojectos com duas crianças e suas famílias, tentando sempre responder às suas necessidades individuais. Foram definidos alguns objetivos gerais comuns, assim como objetivos específicos, estratégias e ações adequadas a cada um dos subprojectos.

Os resultados deste projeto revelam-se significativos, já que permitiram, quer às crianças, quer às famílias, desenvolver um processo de reflexão e consciencialização em torno da sua história de vida, compreensão da sua realidade e participação ativa no projeto de vida dos filhos, o que veio facilitar o caminho inicial do processo da mudança.

Palavras-chaves: crianças; mudança; relação; consciencialização.

ABSTRACT

Children and youngsters shelters aim for the protection of the main interests of the children, playing a major role in their development. This duty materializes mainly on the definition and monitoring of their life projects.

Therefore the practice of professionals should meet real needs of their actors, in a proper, defined and concerted action, having as first principle the respect for the idiosyncrasies of the child and the youngster.

This report is thus to present the results of a project of psychosocial intervention and help relation with children in institutional sheltering, titled « Inch and a half heroes - Psychosocial intervention and help relation in institutional sheltering ». This project has as purpose the “participation of children and families on the construction of their life projects, based on the comprehension of the institutionalisation ».

Prioritizing the needs and respecting the urgency, we developed two subprojects with two children and their families, trying to answer their individual needs. The common general and specific objectives, the strategies and the correct actions were laid down in each subproject.

The results are significant, allowing to children and families to develop the reflexion and awareness around their life story, the reality comprehension and active participation on the construction of their child project of life, which allows the beginning of a change process.

Key-words: children, change, relation, awareness.

“Esta intervenção, cuja intenção primária é proteger a criança, pode revestir-se de várias implicações que levarão ao paradoxo da institucionalização; isto é, se o objetivo do internato é proteger a criança, criar-lhe condições de desenvolvimento e de bem-estar, que não são asseguradas pelo contexto familiar, o resultado pode traduzir acréscimo dos danos nas crianças já de si sensibilizadas, fragilizadas e carenciadas” (Alberto, 2003, p. 229).

Índice – Volume I

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
INTRODUÇÃO	1
1. A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL	4
1.1. Passo a passo na construção de um Projeto	4
1.2. Investigação-Ação-participativa	7
1.3. A participação das crianças	9
1.4. A avaliação de projetos em Educação e Intervenção Social	11
2. O INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO	15
2.1. Organização e funções da Equipa	16
2.2. LIJ – Uma casa de faz de conta	18
2.3. Os heróis de palmo e meio	20
2.4. Avaliação do contexto	24
2.4.1. A história do Paulo	27
2.4.2. A história do Jorge	29
3. A CONTENÇÃO E OS AFETOS NO COLHIMENTO INSTITUCIONAL	33
3.1. Da “Roda dos expostos” à promoção e proteção	33
3.2. O mundo da privação e do abandono	36
3.3. Vinculação e trajetórias desadaptativas	41
3.4. A partilha e os afetos numa casa de faz de conta	43
3.5. Família, que intervenção?	46
4. DESENHO DO PROJETO “HERÓIS DE PALMO E MEIO” E AVALIAÇÃO DE ENTRADA	49
4.1. Subprojecto 1 – Paulo – “ Pensar para mudar”	50
4.2. Subprojecto 2 – Jorge – “ Uma nova vida”	52
4.3. Recursos e obstáculos à intervenção	54
4.4. A avaliação de entrada	54

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE PROCESSO	60
5.1. Pensar para mudar	60
5.2. Uma nova vida	70
5.3. Avaliação de produto	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

Índice Volume II

ANEXOS	93
Anexo A – Modelo socio-educativo	94
Anexo B – Regulamento interno	108
APÊNDICES	138
Apêndice A – Entrevista semi-estruturada à técnica de serviço social	139
Apêndice B – Entrevista semi-estruturada ao psicólogo	145
Apêndice C – Notas de campo	149
Apêndice D – Caracterização das crianças e jovens	164
Apêndice E – Notas de campo-avaliação do contexto	183
Apêndice F – Planificação	192
Apêndice G – Descrição das ações – Pensar para mudar	194
Apêndice H – Descrição das ações – Uma nova vida	213

Índice de Quadros

Quadro 1 - Avaliação de entrada - "Pensar para mudar"	58
Quadro 2 - Avaliação de entrada - " Uma nova vida"	59

INTRODUÇÃO

O projeto que, aqui, é apresentado foi desenvolvido no Instituto Profissional do Terço (IPT), instituição particular de solidariedade social, na sua valência de Lar de Infância e Juventude (LIJ), mais especificamente no Grupo A, onde me encontro a desenvolver funções como Educadora social. Este projeto surge no âmbito do mestrado em Educação e Intervenção Social, na área de especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco. A pertinência do desenvolvimento do projeto neste contexto prende-se com o facto de estarmos perante um contexto de risco, uma vez que, como legalmente é defendido, os Lares de Infância e Juventude tem como objetivo o acolhimento de crianças e jovens que se encontrem em situação de risco e/ou perigo, funcionando o seu acolhimento como uma medida que defenda o seu superior interesse. Segundo Veiga (2011, p.22), “Torna-se, assim, claro que ao acolhimento institucional se encontra, frequentemente, subjacente a vivência de situações de risco ou de perigo por parte das crianças e/ou dos jovens”.

O projeto intitulado “ Heróis de palmo e meio – A intervenção psicossocial e a relação de ajuda no acolhimento institucional” surge do interesse pessoal na área de infância e juventude, mais especificamente na área do acolhimento institucional. Concretiza-se ainda num desafio profissional, poder construir juntamente com as crianças e jovens, entre outros atores envolvidos, um projeto que responda às reais necessidades destes. O nome do projeto surge do facto de as crianças se identificarem frequentemente com figuras heroicas. Estas assumem frequentemente, nas suas brincadeiras, personagens de bravura e coragem, sendo, assim, caracterizadas neste projeto, heróis que lutam pela sua sobrevivência e felicidade numa realidade tão complexa como é a delas.

Efetivamente, sinto que o que me atrai para desenvolver um projeto relacionado com crianças e jovens é o facto de considerar que a minha ação junto delas/deles pode, efetivamente, ter algum efeito benéfico nas suas vidas a curto e/ou longo prazo. Assim, numa lógica de utopia graduada (Freire, 2002), procuro contribuir, com a minha ação como educadora social, para que as crianças e jovens cresçam felizes, confiantes, criativas/os, inteligentes e

emocionalmente saudáveis. É desejável que consigam preparar o seu futuro, tornando-se adultos capazes, num mundo complexo e diverso.

Num projeto de Educação social, que se quer participado e co-construído, nada mais adequado do que a opção por uma metodologia de Investigação-Ação-Participativa, onde todos os atores possam participar ativamente na identificação das suas necessidades e na construção de um plano de intervenção adequado à sua realidade.

Passámos, então, a apresentar a forma como este relatório se encontra estruturado. Este relatório é apresentado em dois volumes. O primeiro volume encontra-se organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado o enquadramento metodológico do projeto, dando conta das opções metodológicas do projeto, do paradigma de base e modelo utilizados, assumindo-se a Investigação-Ação-Participativa (I-A-P), como metodologia de eleição assente no paradigma sóciocrítico. Neste capítulo são apresentadas, ainda, algumas especificidades da I-A-P com crianças e alguns cuidados/dilemas éticos. Neste ponto, são ainda descritas as fases de um projeto de educação social. Integrante neste capítulo encontra-se incluída a referência ao processo de avaliação e à sua importância na ação e reformulação constante.

O segundo capítulo deste relatório é destinado à apresentação do IPT, mais especificamente a sua valência de LIJ, fazendo uma análise da realidade mais aprofundada do Grupo A. Neste capítulo, faz-se a descrição/caraterização da instituição e das crianças e jovens participantes no projeto de modo a compreender o contexto onde este decorre. Pretende-se, neste capítulo, esclarecer o perfil institucional e clarificar a intervenção e as práticas que visam facilitar a integração da criança, ou jovem, na instituição, bem como apresentar as rotinas do LIJ, focando a nossa análise no Grupo A.

Neste capítulo existe ainda um ponto dedicado à avaliação do contexto, onde é realizada uma compreensão mais profunda da realidade apresentada e caracterizada, partindo, juntamente com os participantes, para a identificação de problemas e necessidades na sua realidade.

Identificados os problemas e as necessidades, no capítulo três é apresentada uma contextualização teórica das problemáticas subjacentes. Neste capítulo são tratados genericamente o corpo teórico e os eixos de análise subjacentes ao projeto com os seguintes títulos: Da “Roda dos expostos” à

promoção e proteção; O mundo da privação e do abandono; Vinculação e trajetórias desadaptativas; A partilha e os afetos numa casa de faz de conta; e Família, que intervenção?

Identificados os problemas e as necessidades e enquadradas teoricamente as problemáticas, estamos em condições de avançar com o Desenho do Projeto e Avaliação de Entrada no capítulo quatro, onde, juntamente com os participantes, é formulada a finalidade do projeto, e, posteriormente, são formulados os objetivos gerais, os objetivos específicos, as estratégias e as ações. Como se poderá verificar ao longo da leitura deste relatório, atendendo às necessidades identificadas pelo grupo e pelas famílias, são definidos alguns objetivos gerais comuns. No entanto, e pela necessidade de respeitar as necessidades mais individuais de cada uma das crianças, foram definidos com duas crianças e suas famílias, objetivos gerais, objetivos específicos, estratégias e ações individuais adequadas à realidade de cada uma delas. Desta forma, e respeitando a priorização de necessidades e atendendo ao critério de urgência da intervenção, foram desenhados dois subprojectos.

O desenvolvimento do projeto e a avaliação de processo são os momentos privilegiados para a reflexão e para a análise crítica das ações, em que se apresentam todas as ações desenvolvidas, e em que se pretende uma avaliação de processo, por forma a permitir a adequação das estratégias sempre que necessário.

Na avaliação de resultados, vamos cruzar o resultado das ações com os objetivos definidos no desenho do projeto, tendo por base os indicadores formulados na avaliação de entrada. Nesta fase, pretende-se ainda desenvolver uma reflexão crítica sobre os resultados apresentados.

No culminar deste trabalho, são apresentadas algumas considerações finais que permitirão identificar e realçar os resultados do projeto, as suas limitações, bem como apontar as estratégias ou as ações que poderiam, ou deveriam, ter sido diferentes ou, mesmo, reformuladas no sentido da continuidade do projeto, caso a avaliação aponte nesse sentido.

O segundo volume deste relatório destina-se à apresentação de anexos e apêndices, isto é, de todos os documentos que possam contribuir para uma melhor compreensão do Projeto desenvolvido e apresentado no primeiro volume

1. A INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

1.1. Passo a passo na construção de um Projeto

Na conceção de um projeto em Educação e Intervenção Social os atores são participantes ativos, só assim podemos falar num projeto de âmbito social. Um projeto de educação social é algo complexo porque o tecido social se encontra em constante mutação. Os projetos não são definitivos nem estanques, devem ir adequando-se e ser flexíveis, sempre visando a mudança social (Cembranos, Montesinos, & Bustelo, 2001). Um projeto em Educação e Intervenção Social deve ter em atenção as características próprias dos sujeitos; promover o desenvolvimento; ser o mais participativo possível e deve ser bastante amplo, abranger o maior número de pessoas daquela realidade.

Não podemos ainda deixar de referir que o que caracteriza um projeto é a sua singularidade, ou seja, aquilo que de diferente e único foge à regularidade. Segundo Boutinet (2002, p.252), “A organização em projeto é desenvolvida para nos afastar da rotina, para particularizar as situações, para repersonalizar os seres e as coisas; cada projeto pretende, justamente, confrontar-se com um problema que se quer único, que se pretende resolver de forma inédita”.

Um projeto em Educação e Intervenção Social implica uma planificação, recursos, tempo e espaço. Existe uma intenção de alterar o que existe, concretiza-se numa proposta de antecipação de algo que pode ser acrescentado ao que já existe (Cembranos et al., 2001). Nasce para satisfazer uma necessidade, o que implica um conhecimento prévio dessas necessidades e, para isso, é necessário responder às questões: quem? O quê? Como? Quando? Porquê? Estas questões são orientadoras para a planificação do projeto.

A construção de um projeto de educação e intervenção social desenvolve-se em diferentes fases. Boutinet (2002) refere-se às diferentes fases de um projeto em três etapas essenciais: “ análise da situação, esboço de um projeto possível, a estratégia entrevista” (p.259). Já Cembranos e colegas (2001) referem-se a várias fases num projeto: análise da realidade, a planificação dos

processos sociais, a organização dos recursos humanos (equipa de trabalho), a organização dos recursos materiais e económicos e a avaliação.

Após referir as propostas dos autores, importa agora explorar algumas das fases fundamentais num projeto de educação e intervenção social. A análise da realidade e o diagnóstico das necessidades revelam um avanço significativo no campo do trabalho social, permitindo desenvolver um projeto com base nas reais necessidades dos atores e participantes, sendo eles próprios a identificar as suas necessidades e não o investigador numa posição de detentor do conhecimento científico. Para conseguirmos fazer um diagnóstico das necessidades, temos primeiramente que analisar a realidade, uma vez que é muito importante compreendê-la para, depois, transformá-la. Temos que conhecer todas as características, bem como o contexto social e cultural da realidade em que vamos trabalhar. Os atores devem ter um olhar crítico sobre a realidade. É importante dar-lhes voz neste momento para que possamos compreender a realidade sob o ponto de vista dos participantes. De uma forma sucinta, a análise da realidade pressupõe percebermos onde estamos, saber para onde ir e como fazê-lo. Na análise da realidade, Cembranos e colegas (2001) distinguem cinco momentos importantes: a descrição; a perceção social; a interpretação; as alternativas e os ajustes.

Através da descrição, pode perceber-se o que há e o que não há, saber com o que se pode contar, que recursos aquela realidade tem (Cembranos, et.,2001).

Após a descrição, importa conhecer a perceção dos participantes, o que eles pensam daquela realidade, o que é, e não é, importante para eles, que compreensão estes têm da sua realidade. É crucial o testemunho e o discurso dos participantes para se alcançar um conhecimento profundo e verdadeiro da realidade (Cembranos et al., 2001). De seguida, devemos passar à interpretação/compreensão da realidade, por que é que aquela realidade é assim. Só se alcançarmos essa compreensão, poderemos tentar encontrar alternativas, juntamente com os participantes, no caminho da mudança. Por fim, importa pensar como podemos aproximar o que queremos ser, daquilo que temos.

Após a compreensão da realidade, é muito importante organizar toda a informação produzida durante a análise da realidade, identificar necessidades e priorizá-las. Devemos caminhar no sentido da utopia, mas não sermos demasiado ambiciosos, as necessidades devem ser priorizadas de acordo com

critérios, como a urgência e a expectativa de resolução destas (Cembranos et al., 2001).

Segundo Guerra (2006), o diagnóstico é a identificação, não só das vulnerabilidades ou das necessidades, mas também das potencialidades e dos recursos do meio de intervenção, devemos sempre potenciar os recursos da comunidade.

Uma análise e um conhecimento aprofundados da realidade, e a correta identificação das necessidades, permitirão obter a informação necessária para o desenho de um projeto com estratégias de intervenção adequadas, quer aos contextos, quer aos grupos a que se destinam (Guerra, 2006). Segundo a autora, não podemos olhar para a realidade como um conjunto de “desgraças”, mas antes uma realidade que apresenta vulnerabilidades, mas também potencial de desenvolvimento.

A fase seguinte é o momento do desenho do projeto. Encontrando-se identificados os problemas e as necessidades, estamos em condições de definir a grande finalidade que deve ser utópica, sempre na esperança de alcançar sucesso. A finalidade deve ser definida com os participantes e fazer sentido para estes. Estamos agora em condições de tomar decisões e de definir objetivos concretos. O desenho do projeto e a planificação permitem atingir os objetivos formulados através de estratégias pelas quais vamos optar para, através da ação, chegarmos à finalidade (Cembranos et al., 2001).

Desenhar um projeto é pensarmos e procurarmos, como possível, aquilo que não existe, isto é, um conjunto de elementos utópicos. Por outro lado, devemos ser conscientes, nem tudo o que é desejável poderá ser alcançado a curto e a médio prazo, pois algumas finalidades só serão alcançadas a longo prazo (Cembranos et al., 2001).

O Desenvolvimento do projeto refere-se à concretização das ações anteriormente planificadas e agendadas. Neste momento, a participação dos sujeitos para a transformação social é fundamental. A intervenção deverá ser o mais criativa e dinâmica possível por forma a permitir a transformação da realidade, a evolução social a longo alcance (Cembranos et al., 2001).

Na construção de um projeto não podemos esquecer a organização dos recursos humanos, materiais e económicos. Relativamente aos recursos humanos, não podemos deixar de valorizar o trabalho em equipa, juntar o melhor de cada um, a partilha de informações, um trabalho mais dinâmico,

flexível, mais agradável e facilitado. No que se refere aos recursos materiais e económicos, temos que ter consciência da exequibilidade dos projetos quanto ao seu financiamento, bem como aos espaços para o desenvolvimento do mesmo. Ou seja, na elaboração de um projeto devemos ter sempre cuidado na organização e gestão de todos os recursos disponíveis (Cembranos et al., 2001).

1.2. Investigação-Ação-participativa

“Metodologicamente, a investigação é considerada como um espaço inter- subjetivo, para onde confluem múltiplas formas práticas, conceptuais, imaginárias e empáticas de conhecimento, através de processos partilhados de produção de conhecimento, entre investigadores e investigados” (Soares, 2006, p.29).

Tradicionalmente, a investigação nas ciências sociais era orientada pelo Paradigma Positivista, um paradigma guiado essencialmente por um sistema de crenças. Contudo, na atualidade, atravessamos uma mudança de paradigma, assistimos à emergência do paradigma Interpretativo e Sociocrítico. A construção de um projeto de educação social deve reger-se pelos princípios de um Paradigma sociocrítico, onde a realidade é dinâmica, evolutiva e interativa, onde os sujeitos e a comunidade envolvente estão em constante interação (Lopes, 2009).

O paradigma sociocrítico distancia-se e diferencia-se do paradigma positivista, já que este se apresenta demasiado objetivo e neutro. Por outro lado, também acaba por se afastar do interpretativo que se caracteriza por uma forte componente subjetiva (Coutinho, 2005, citado por Coutinho et al., 2009). O Paradigma Sociocrítico traz consigo “...uma conceção ideológica e valorativa que está presente na investigação e que acaba por determinar o conhecimento que daí possa advir” (Coutinho, 2005, citado por Coutinho et al., 2009, p.275). Este paradigma vem integrar a ideologia e a auto- reflexão crítica no processo de conhecimento científico. Tem como finalidade a transformação social, a transformação das estruturas das relações. Caracteriza-se por um maior dinamismo e interatividade social, por uma maior proximidade da realidade e por ter uma base muito forte na sua

intencionalidade de transformação da realidade. Este paradigma tem sido, cada vez mais, a base para muitos investigadores na área das ciências da educação.

É, assim, num contexto teórico de índole mais interventivo e de transformação que surgem novas metodologias de investigação que permitem uma ação mais vantajosa, assentes na reflexão crítica, nomeadamente a “Investigação-Ação”, na década de 1940, que se revelou uma metodologia bastante adequada no estudo das ciências da educação (Almeida, 2001, citado por Coutinho et al., 2009).

Após uma reflexão sobre a emergência do paradigma sociocrítico e, conseqüentemente, do surgimento de novas metodologias de investigação, importa agora aprofundar o conceito de investigação, mais especificamente Investigação-Ação e Investigação-Ação-Participativa, como metodologias de base para um projeto de educação e intervenção social.

Sobre o conceito de Investigação-Ação (I-A), Coutinho e colegas (2009) fizeram uma revisão bibliográfica, onde encontraram várias definições do conceito defendidas por vários autores, como Elliot, Kemmis, Lomax, Bartalomé entre outros. Segundo Watts (1985, citado por Coutinho et al., 2009, p.360), “a Investigação-Ação é um processo em que os participantes analisam as suas próprias práticas educativas de uma forma sistemática e aprofundada, usando técnicas de investigação”. Podemos dizer que o que melhor caracteriza a Investigação-Ação é o seu carácter prático e aplicável que faz desta uma metodologia que pretende a mudança social, através da resolução de problemas reais. Uma metodologia que visa a transformação da realidade, produzindo conhecimento através da ação (Barbier, 1996, citado por Coutinho et al., 2009).

Heron (1996, citado por Soares, 2006, p. 29) refere que a investigação é “um processo de participação social, no qual é fundamental considerar um equilíbrio mutuamente possível, de autonomia, cooperação e hierarquia com, e entre, as pessoas, sendo a tomada de decisão partilhada entre todos os parceiros do processo de investigação”. Nesta linha, podemos enquadrar um projeto de educação social que pressupõe a participação e o envolvimento ativo de todos os sujeitos e da comunidade envolvente, tendo por base de toda a intervenção uma metodologia de carácter qualitativo que se desdobra na Investigação-Ação-Participativa (IAP).

Segundo Ceballos (1994), a Investigação-Ação-Participativa enquadra-se num paradigma alternativo que assenta no conhecimento proveniente da tradição hermenêutica interpretativa que procura articular reflexões, assim como aproximar saberes especializados e leigos. Segundo o autor, este tipo de investigação desloca-se do centro para as margens, ou seja, tem de partir sempre dos sujeitos que nela estão envolvidos, uma vez que tem sempre em linha de conta os recursos endógenos, valorizando o conhecimento local. A IAP é fundamental na Educação Social, uma vez que o sujeito é visto como ativo e participativo e não como um mero objeto da ação, sendo-lhe atribuída responsabilidade na construção do seu projeto de vida. Deste modo, é necessário criar condições de participação.

A IAP é uma forma de produção coletiva de conhecimento e ação, daí a importância do diálogo, de se criarem relações, ou seja, de haver comunicação entre os especialistas do saber científico e os atores que vivem no contexto e que são detentores da experiência vivida (Ceballos, 1994).

Na intervenção social é muito importante a “reconfiguração do sujeito”, enquanto um ser ativo, cheio de iniciativas, de criatividade, um ator com projetos e objetivos relativo a si próprio e ao seu meio envolvente (Carvalho & Baptista, 2004).

1.3. A participação das crianças

Posicionarmo-nos numa metodologia de investigação-ação-participativa para desenvolver um projeto de educação social com crianças, permite-nos contrariar as tradicionais relações de poder dos adultos com as crianças, assumindo estas quase sempre um papel passivo. Em contexto de Lar de Infância e Juventude, marcado por um regime autoritário e assistencialista, a metodologia de investigação-ação-participativa permitirá promover, junto das crianças, o empoderamento no caminho da sua capacitação.

A participação das crianças nos processos de investigação tem vindo a adquirir visibilidade nas sociedades atuais. No entanto, é fundamental que investigadores e sociólogos façam um esforço para compreender o significado da participação das crianças (Fernandes & Tomás, 2011).

Soares (2006) diz-nos que “ para o Comité dos Direitos da Criança, a participação infantil é um princípio fundamental para assegurar o cumprimento dos direitos que as crianças possuem” (p.28). Crowley (1998, citado por Soares, 2006) acrescenta “... não é somente um meio para chegar a um fim, nem tão pouco um processo: é um direito civil e político básico para todas as crianças e é portanto um fim em si mesmo” (p.28). Todos nós, atores sociais, temos que, cada vez mais, dar voz às crianças e ouvir o que elas têm para nos dizer, quais são os seus problemas, os seus receios, os seus projetos e deixarmos de ser nós, adultos, profissionais e políticos, a tomar decisões sobre as suas vidas.

Alguns investigadores utilizaram metodologias participativas no trabalho com crianças porque estas permitiam à criança sentir valorizadas as suas competências, estando atentos e atribuindo importância aos interesses e motivações destas, implicando-as verdadeiramente no processo investigativo (Soares, 2006).

No entanto, para que a investigação com crianças seja efetiva e autêntica, é da responsabilidade dos adultos o desenvolvimento e a organização de estratégias de investigação capazes e adequadas que permitam uma participação plena destas (Hart, 1992, citado por Soares, 2006). Para a compreensão da criança como um cidadão de plenos direitos, é fundamental “uma atitude reflexiva e de abertura à mudança dos contextos de socialização das crianças” (Fernandes & Tomás, 2011, p. 262). Para as autoras, existem três condições fundamentais para uma real e efetiva participação das crianças: “reconhecimento do direito a participar; capacidades necessárias para exercê-lo; e meios ou espaços adequados para a concretizar (p.262) ”.

Recentemente, começaram a levantar-se questões e a rever-se os conceitos de infância, de maturidade, e de autonomia pelos investigadores que começaram a interessar-se mais profundamente pela investigação com crianças. Estes começaram a revelar preocupação com as questões do respeito e da proteção das crianças, olhando para as crianças numa perspetiva ética como um grupo social com direitos (Soares, 2006). Assumindo as crianças um papel ativo e valorizado na investigação, os investigadores começaram a preocupar-se com novas responsabilidades e novos desafios éticos na intervenção com estas. Qualquer investigador deve assumir uma postura de equidade com todos os atores, sejam eles adultos ou crianças, integrando

sempre e respeitando as diferenças destes (Christensen & Prout, 2002, citados por Soares, 2006).

A ética defende que os investigadores têm obrigação de restituir a voz e a visibilidade às crianças como atores sociais. Soares (2006) refere que atitudes como estas são fundamentais “na construção de uma ética de investigação com crianças, que é afinal mais um processo de construção da cidadania da infância” (p. 32).

Na intervenção com crianças, temos que ser cuidadosos com a questão do poder. Na voz dos investigadores sociais da infância, a diferença de poder entre a criança e o adulto assume-se como um dos principais desafios éticos na participação das crianças. Morrow e Richards (1996, citados por Soares, 2006), referem-se à necessidade de minimizar a diferença de poder entre as crianças e os adultos para que estas possam ter uma participação efetiva, encontrando-se num mesmo patamar que os adultos, não se sentindo num papel inferior.

A ética na infância deve ter em consideração que estamos perante um grupo social específico, a infância, caracterizado pela diversidade e pelas particularidades que a infância contém, para além de termos que respeitar inúmeros critérios de diferenciação, como a idade, o género, o contexto cultural, entre outros (Soares, 2006).

Alderson (1995, citado por Soares, 2006, p.32) “considera que nas questões éticas de investigação com crianças deve considerar-se uma trilogia entre direitos, deveres e danos/benefícios, devendo o trabalho do investigador social orientar-se pela observância destes três pilares fundamentais...”.

1.4. A avaliação de projetos em Educação e Intervenção Social

Segundo Pérez (1992), a avaliação é uma etapa transversal a todo o processo num projeto de educação social, pela necessidade de estar presente em todos os momentos de forma a possibilitar o reajustamento das ações.

De acordo com Petrus (1997), a avaliação reflete um processo de reflexão sobre o que se está a fazer, sobre os resultados que se obtêm, sobre os efeitos das ações que se levam a cabo, entre outros aspetos. De um modo geral, o

processo de avaliação ajuda a refletir sobre a qualidade dos serviços, dos programas, das intervenções e dos resultados.

Avaliação “significa reconhecer e analisar sistematicamente uma informação que nos permita determinar o valor e o mérito do que se faz...faz-se para facilitar a tomada de decisões e com o fim de aplicar o aprendido com a avaliação na melhoria do próprio processo de intervenção” (Cembranos et al., 2001, p.182). Não se avalia por avaliar, os resultados da avaliação não fazem sentido se não forem utilizados para pensar em alterações que permitam melhorar a prática. Os resultados da avaliação devem ser explorados no sentido de introduzir mudanças na intervenção. Sempre que falamos em avaliação, não podemos esquecer o seu propósito principal, isto é, sempre realizada com o objetivo de melhorar o projeto e a tomada de decisões neste. É igualmente importante implicar todos os intervenientes no processo avaliativo.

Não podemos deixar de referir a diferença na interpretação dos critérios em avaliação. Cembranos e colegas (2001) referem um exemplo concreto: se utilizarmos o critério da participação, este pode ter mais do que uma interpretação, pois, para alguns, a participação passa apenas por assistir às atividades, enquanto que para outros significa que os participantes assistam e participem ativamente na tomada de decisões. Quando falamos no sentido da avaliação, não podemos deixar de referir que esta tem um sentido útil e prático, “...o sentido da avaliação reside precisamente em que está a ser usada, a ser feita, para limpar perguntas, melhorar a efetividade ou tomar decisões relativamente a um programa, atividade ou intervenção (...) a avaliação tem de ser antes de tudo útil e prática” (Cembranos et al., 2001, p.189).

Existe uma multiplicidade de modelos de avaliação, no entanto, não podemos esquecer que nem todos se adequam a uma metodologia de Investigação – Ação. Stake (2007, citado por Monteiro, 1996, p. 146) propõe um modelo de avaliação que implica quatro níveis de reflexão: “reflexão após a ação; reflexão na ação; reflexão antes da ação e auto - reflexão”. A combinação entre estes quatro níveis permite alcançar o que se propõe numa dinâmica de auto – avaliação; permite o envolvimento de todos os atores neste processo e a utilização de toda a informação obtida para a melhoria dos processos de intervenção social.

O Modelo de avaliação proposto por Daniel Stufflebeam (1993, citado por Pereira, 2010) Contexto – Input – Processo - Produto (CIPP), inclui-se na

“Avaliação Orientada para a Prestação de Contas e para a Decisão”, assumindo-se uma abordagem que avalia, não só o produto, mas incluindo sempre o contexto da intervenção. O modelo de avaliação CIPP está concebido para desenvolver e ajudar os indivíduos a obterem e utilizarem a informação de uma forma sistemática de forma a satisfazerem as suas necessidades, de acordo com os recursos disponíveis. Desta forma, consegue perceber-se que o modelo CIPP fornece ferramentas imprescindíveis para a avaliação de um projeto em educação social, uma vez que este é avaliado em diferentes momentos, não estanques entre si, mas antes encarando a avaliação como um processo contínuo ao longo de todo o projeto.

O modelo CIPP pressupõe quatro momentos avaliativos fundamentais num projeto de Educação e Intervenção Social (Stufflebeam & Skinkfield, 1995). A avaliação do contexto que se concretiza na análise da realidade, realizada através da caracterização da instituição ou da comunidade, avalia necessidades, problemas e oportunidades, funcionando como base para definir objetivos, prioridades e julgar o significado dos resultados. Numa próxima fase, faz sentido avaliar a entrada do projeto de ação, que decorre após o seu desenho, avaliando abordagens alternativas visando satisfazer as necessidades e funcionando como meio para planear a intervenção e adaptar os recursos (Pereira, 2010).

O desenho do projeto de educação social é construído procurando sempre a participação dos sujeitos. Este processo implica uma avaliação constante de tudo o que está a ser feito, a fim de reajustar o desenho do projeto, sempre que necessário, uma vez que a realidade é mutável e, do mesmo modo, também as necessidades dos sujeitos (Cembranos, et al., 2001).

Após uma avaliação cuidada da forma como o processo de desenvolvimento do projeto decorreu, procede-se à avaliação dos seus resultados, isto é, do produto. Neste momento, identificam-se os resultados desejados e involuntários, sendo que ambos ajudam a manter o processo no caminho desejado e a determinar a eficácia do projeto.

Segundo Pérez (1992), a avaliação pressupõe a existência de alguns critérios fundamentais que se desdobram em indicadores que podem assumir-se como qualitativos e quantitativos. De acordo com Cembranos e colegas (2001), cada intervenção tem as suas próprias características, podendo generalizar-se e

fazer uma lista dos critérios mais importantes. Contudo, devemos estar conscientes de que não é uma lista fechada, mas sim flexível.

De acordo com Petrus (1997), em educação social a avaliação deve ser encarada como uma necessidade profissional que tem como princípio a negociação entre todos os participantes. Deste modo, no momento de avaliar os resultados, devemos procurar compreender o valor que a comunidade lhes dá, com o fim de percebermos como o projeto se desenvolve e se possibilitou a obtenção de resultados aproximados dos objetivos gerais e específicos delineados.

Deste modo, ao longo do processo de desenvolvimento do projeto, devemos preocupar-nos com a triangulação e flexibilidade metodológica, de modo a que o resultado final seja mais abrangente e eficaz. A triangulação faz-se pelos profissionais, pelos participantes e pela instituição onde é desenvolvido o projeto e, deste modo, decorre da articulação dos saberes científicos e leigos. Por seu turno, coexiste uma flexibilidade metodológica uma vez que a metodologia utilizada em educação social não deve assumir um caráter rígido, mas sim ir adaptando-se às mudanças ocorridas na realidade com vista a encontrar uma resposta mais eficaz (Cembranos et al., 2001).

2. O INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO

Para procedermos a uma caracterização o mais fidedigna possível da instituição, socorremo-nos de algumas técnicas de recolha de dados importantes nesta fase do projeto. Entre elas, a observação, que, no seu sentido mais amplo, deve ser valorizada já que “...é a técnica de investigação social que capta os comportamentos no momento em que eles se reproduzem (Quivy & Campenhoudt, 2003, p.196).

Para recolha do ponto de vista dos profissionais foram ainda realizadas duas entrevistas semi-estruturadas ao psicólogo e à técnica de serviço social.

Foi utilizada ainda a análise documental, os processos individuais das crianças e jovens ajudam-nos muitas vezes a construir o “puzzle” das suas vidas e daí partir para a construção da intervenção com estes. A utilização das técnicas referidas foi ainda complementada ao longo de toda a análise da realidade através das conversas intencionais com os participantes.

Começamos então por apresentar o Instituto Profissional do Terço, outrora designado “Asilo” Profissional do Terço, foi inaugurado em 1891 por um comerciante da cidade do Porto, Delfim de Lima (www.ipt.org.pt).

O Instituto Profissional do Terço é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação, reconhecida de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, que pretende acolher, educar e formar crianças e jovens em risco. Adotou como princípios relevantes da sua ação a educação e formação com afetividade, a autonomização dos jovens e a participação para a cidadania (www.ipt.org.pt).

A instituição tem como resposta principal e de raiz o LIJ, acolhendo atualmente 40 crianças e jovens do sexo masculino, mas com acordo de cooperação para 45. Segundo o descrito no RI da instituição (2010, Anexo B), estas crianças e jovens são maioritariamente oriundos de famílias em situação de risco cumulativo, com medida de acolhimento institucional no âmbito de um processo de promoção e proteção ao abrigo da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, em vigor desde Janeiro de 2001 (Clemente, 2009).

Na sequência do LIJ, e como uma necessidade sentida pela instituição de continuar a apoiar a concretização dos projetos de vida dos jovens sem

retaguarda familiar, foi criado, em 2007, o Apartamento de Autonomia com acordo de cooperação para seis jovens. O apartamento integra preferencialmente jovens do LIJ, contudo encontra-se aberto para receber jovens de outras instituições sempre que necessário e quando existe vaga (Apêndice C).

No que respeita ao serviço prestado à comunidade, no ano de 2000, a instituição sentiu necessidade de criar o CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres, atualmente com a designação de OTL – Ocupação de Tempos Livres. Mais recentemente, através da candidatura ao programa PARES, em Setembro de 2011, é inaugurada a creche que dá resposta a 33 crianças, dos 0 aos 3 anos, provenientes da zona envolvente, com prioridade para as freguesias de Santo Ildefonso e de Paranhos, por serem as mais próximas (www.ipt.org.pt).

2.1. Organização e funções da Equipa

Através da recolha de informação no RI (2010, Anexo B), no Modelo Socio – Educativo (MSE) (2010/2011, Anexo A), e através da observação realizada, é possível constatar que a sede do Instituto é um edifício centenário, com 121 anos, composto por duas estruturas: o edifício “mãe”, onde durante muitas décadas funcionou a casa dos Diretores Internos, e o edifício do internato, onde se desenvolviam todas as rotinas das crianças.

Atualmente, as funções técnicas são delegadas, por parte do Provedor, no Diretor Técnico do LIJ e do Apartamento de Autonomia e na Diretora Técnica da Creche e do OTL. Centrando-nos na resposta do LIJ, a instituição conta com os serviços administrativos, a equipa técnica e educativa, os serviços gerais e o voluntariado (MSE, 2010/2011, Anexo A).

No LIJ, existem três grupos de crianças ou jovens (os grupos foram definidos de acordo com um determinado intervalo etário, e ainda de acordo com a maturidade e competências de cada criança). Cada grupo é coordenado por um Educador Social que conta com a colaboração de três ajudantes de ação educativa (A.A.E.), em horários por turnos. Desta forma, o Lar conta com o trabalho de uma técnica de serviço social, um psicólogo, três Educadores

sociais e nove A.A.E., afetos aos grupos e mais um, com horário fixo das 10h às 19h, sempre disponível para colmatar as necessidades acrescidas dos diferentes grupos (Apêndice C).

Para uma melhor percepção das funções da equipa técnica e educativa na instituição foram realizadas duas entrevistas semi - estruturadas, à técnica de serviço social e ao psicólogo como já referido anteriormente neste relatório.

Na competência mais técnica, os educadores sociais trabalham com o apoio do Serviço Social e do Serviço de Psicologia do IPT. Ambos os serviços estendem a sua intervenção ao LIJ e ao Apartamento. De acordo com as funções descritas no RI (2010, Anexo B), o Serviço Social intervém na organização dos processos individuais, na atualização de dados do historial de cada criança ou jovem e no desenvolvimento dos contactos com as famílias, tendo como objetivo a avaliação das situações e a intervenção familiar. No entanto, a experiência da técnica de serviço social dá-nos uma visão mais clara da intervenção realizada. Segundo o testemunho da mesma: “Em Lar de Infância e Juventude, o serviço social encontra-se integrado numa equipa multidisciplinar procurando promover o acolhimento das crianças ou jovens em conformidade com os seus direitos e deveres, elaborando planos específicos de intervenção para cada uma delas bem como para as respetivas famílias” (Apêndice A, p.140).

O trabalho do serviço social encontra-se muito ligado à colaboração com a equipa na construção e concretização dos projetos de vida das crianças, incluindo, sempre que possível, a família (Apêndice A).

O Serviço de Psicologia e Orientação, segundo as funções descritas no RI (2010, Anexo B), assegura o acompanhamento da criança e do jovem em contexto de gabinete, durante o processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no LIJ e com a comunidade envolvente.

Na visão do psicólogo, o seu trabalho abrange, em larga medida, toda a dinâmica do LIJ, já que este está presente em todas as fases do acolhimento institucional, na entrada da criança, na avaliação, na construção e concretização do projeto de vida, intervindo diretamente com a criança e com a família sempre que necessário (Apêndice B).

O Serviço de Voluntariado permite à instituição o desenvolvimento de algumas atividades mais individuais com as crianças, tornando-se o voluntário

numa figura de referência para estas. Neste momento, a instituição conta com três voluntários, sendo que um destes apenas faz os transportes do OTL. Os outros dois elementos encontram-se a colaborar no grupo dos mais novos, sendo que um deles está presente todos os dias na instituição, ao final do dia, sendo responsável por acompanhar algumas crianças em atividades desportivas no exterior (Apêndice C).

2.2. LIJ – Uma casa de faz de conta

"Cada Instituição é uma casa de "faz-de-conta", é uma família de "faz-de-conta", para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa "de verdade", com uma família "de verdade", como têm os outros meninos e meninas" (Alberto, 2003, p. 242).

Como referido anteriormente foram formados três grupos, tendo como um dos critérios a faixa etária: O Grupo A que acolhe crianças e jovens dos 6 aos 12 anos de idade inclusive; o grupo B integra jovens dos 12 aos 15 anos de idade; e o grupo C que recebe os jovens dos 15 aos 18 anos. Contudo, estes intervalos não são estanques, existe um conjunto de critérios que devem ser tidos em conta antes da transição de cada criança ou jovem (Apêndice C).

De acordo com o Regulamento Interno (2010, Anexo B), através de observações participantes, e das conversas intencionais foi possível constatar que as crianças e jovens do LIJ têm rotinas que são comuns a todos os grupos (Apêndice C).

As observações participantes efetuadas nos três grupos e as conversas intencionais estabelecidas permitiram perceber que a intervenção com as crianças e jovens do LIJ é orientada pelo Plano Socioeducativo Individual (PSEI), o qual fomenta o trabalho das equipas sobre as várias dimensões da vida da criança e do jovem: dimensão legal, saúde, escolar, familiar e sócio – afetiva (MSE, 2010/2011, Anexo B; Apêndice C).

Passando a uma reflexão mais centrada na prática desenvolvida no grupo A, a dimensão do quotidiano assume um papel prioritário na intervenção. As atividades do quotidiano, como a hora do jantar ou a hora do deitar, assumem-se como momentos privilegiados para a relação. As crianças e jovens apelam

muito à atenção dos adultos, das suas figuras de referência, “Ó Tânia já vais embora, porquê? Porquê que não fica sempre aqui?” (Apêndice C, p. 160). Na falta de tempo para estar com elas individualmente, são os momentos quotidianos que permitem trabalhar as competências sócio-afetivas, pessoais e relacionais.

É evidente que a falta de tempo para estar com as crianças prejudica a intervenção, estas apelam constantemente “ Posso ir contigo para o gabinete, eu gosto de estar lá contigo...mas tu não me levas...por que que já vais embora? Eu queria falar contigo sobre o fim de semana...” (Apêndice C, p.160). São estes momentos de pedido de ajuda implícito que nos fazem refletir sobre a nossa prática e sobre os constrangimentos para o estabelecimento da relação de ajuda que devemos, ultrapassar. Temos consciência que, só através da relação de ajuda, é que conseguiremos apoiar as crianças no seu processo de capacitação para lidar com a frustração, caminhando assim para um processo de autonomização na resolução dos seus próprios problemas (Apêndice C).

No que se refere à intervenção com as famílias, os gestores de caso são unânimes em reconhecer essa tarefa como um desafio, uma vez que nem sempre é fácil chamar a família a participar no projeto de vida das crianças e jovens. Os educadores sociais referiram que, por vezes, existe um desfasamento entre as suas representações sobre a família e as competências que estas revelam. Ou seja, o que para os técnicos é muitas vezes esperado como resposta por parte das famílias, nem sempre se verifica (Apêndice C). Segundo a técnica de serviço social, estas famílias encontram-se maioritariamente em risco cumulativo, já que as várias dimensões das suas vidas se encontram afetadas (Apêndice A).

Na intervenção com as famílias, a instituição articula com as entidades competentes, como é o caso das CPCJ, EMAT, e das equipas de Rendimento Social de Inserção (RSI), que as acompanham para recolha de informações, bem como com o objetivo de delinear uma intervenção participada por todos. No entanto, de acordo com a técnica de serviço social, essas entidades - dado o elevado número de processos que acompanham - aparentam não ter disponibilidade para acompanhar as famílias de um modo mais sistemático e próximo (Apêndice A e C).

De acordo com a informação recolhida, através de conversas intencionais com os educadores sociais e das entrevistas realizadas à técnica de serviço

social e ao psicólogo, o primeiro passo na intervenção com as famílias passa pelo estabelecimento de uma relação de confiança. Para que a família participe na intervenção, é fundamental que ela encare a instituição, não como um inimigo que lhes retirou o filho, mas como um aliado para a construção de um projeto que vise a mudança. Estes momentos vão sendo construídos na instituição, quando as famílias se deslocam para visitar os filhos, ou no seu contexto domiciliário, sempre que seja mais confortável para estas. O espaço de construção da relação com a família, numa primeira fase, é negociado com esta, pois a equipa técnica considera que impor o espaço da intervenção poderá prejudicar o estabelecimento da relação (Apêndices A,B e C).

Todavia, a participação das famílias nem sempre é conseguida por parte da equipa, o número de crianças e jovens que tutelam exige uma grande disponibilidade de tempo, pelo que, de certa forma, consideram que acabam, por vezes, por negligenciar o tempo necessário à intervenção com as famílias (Apêndice A e C).

2.3. Os heróis de palmo e meio

Como referido anteriormente, o Lar acolhe atualmente 40 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, integrados em diferentes grupos. Na caracterização das crianças, começamos por fazer uma breve caracterização geral do grupo total, no entanto será feita uma descrição mais individual das crianças integradas no Grupo A.

Como já referido na introdução deste relatório, as crianças do grupo A identificam-se com personagens heroicas, corajosas, invencíveis, daí este capítulo se intitular - Os heróis de palmo e meio.

Para caracterização das crianças e jovens recorreremos à observação participante, mas também, às conversas intencionais com os técnicos e à análise dos processos individuais, o que nos possibilitou um conhecimento mais aprofundado de cada criança ou jovem.

Antes de começarmos a caracterizar os participantes, as crianças e jovens do LIJ, é fundamental começar por clarificar o conceito de criança ou jovem em risco, já que estas se encontram sinalizadas como tal, e que, segundo Delgado (2006), se refere a uma criança que, por qualquer razão (família,

terceiros ou o seu próprio comportamento), tenha o seu desenvolvimento psíquico, físico, emocional ou educativo ameaçado. Este risco tem de ser presente e atual.

Perigo e risco não são a mesma coisa. Segundo Bairrão (1994, p.41), o conceito de criança em risco refere-se a todas aquelas crianças que “devido à presença de alterações biológicas menos acentuadas, sociais e psicológicas, podem vir a atualizar ou a agravar situações que comprometem o seu desenvolvimento”.

Relativamente aos jovens integrados nos grupos B e C, o educador do grupo C referiu que, genericamente, os jovens “... tendem a evidenciar um autoconceito negativo, associado a um baixo nível de auto-estima, fraco investimento nas aprendizagens escolares e dificuldades na sua projeção no futuro” (Apêndice C, p. 158).

Centrando a nossa análise na realidade do Grupo A, este grupo acolhe neste momento sete crianças, com idades entre os 6 e os 10 anos, e quatro com idades entre os 10 e os 12 anos inclusive. A caracterização apresentada neste capítulo encontra-se mais detalhada e específica no Apêndice D, onde é apresentada a história de vida de cada uma das crianças deste grupo.

O acolhimento mais recente foi de uma fratria de dois irmãos, com 7 e 8 anos, com diagnóstico médico de Agnesia do Corpo Caloso, doença genética que compromete as funções cognitivas, visuais e psicomotoras destas duas crianças, segundo relatório médico. O Alexandre e o Filipe apresentaram-se sempre muito afetuosos no quotidiano, apelando bastante à atenção dos adultos, principalmente figuras femininas, tendo estabelecido, desde logo, uma relação amigável e afetiva com a educadora social do grupo, procurando constantemente o colo e o mimo desta. Os dois irmãos têm tido pouco contacto com a progenitora, uma vez que esta não tem um contacto regular com estes, encontrando-se neste momento em local desconhecido e não contactando a instituição (Apêndice D).

O Edgar tem 8 anos e apresenta atraso global do desenvolvimento, segundo avaliação psicológica realizada no Hospital Maria Pia. A nível familiar, este tem pouco contacto com a família, já que as visitas são muito esporádicas por parte da mãe, e o pai se encontra fora do país. A ausência da progenitora deixa o Edgar triste e emocionalmente instável. Este gosta muito de ouvir música, se possível anda sempre com um rádio a ouvir música. Nas brincadeiras com as

outras crianças gosta de atividades que impliquem movimento físico, contudo, por vezes, reage agressivamente com os pares (Apêndice D).

O André tem 8 anos, sendo uma criança que sofre muito com a institucionalização, já que apresenta uma forte ligação à progenitora. A sua integração na instituição nunca ocorreu verdadeiramente, pois ele vive o seu quotidiano sempre agarrado à ideia de ir para casa. O André gosta de desenhar, de pintar, e de atividades do âmbito mais criativo e até mesmo individuais, não manifestando muito interesse pelas atividades de grupo. (Apêndice D).

O Daniel, com 10 anos, manifesta muita vontade em estar com a família, passa os fins de semana em casa da avó materna já que a mãe se encontra a viver noutra distrito com um companheiro, não se deslocando ao Porto para ver o filho, e o pai se encontra a trabalhar em França. Durante a semana, o discurso deste passa essencialmente por: “ Vou a casa no fim de semana...o meu irmão vem-me buscar a que horas?”, manifesta sempre muita ansiedade, e até angústia, relativo à possibilidade de poder não ir a casa no fim-de-semana. As suas interações com as outras crianças, nomeadamente as brincadeiras, baseiam-se muito em lutas, manifestando comportamentos mais agressivos (Apêndice D).

O Rodrigo é a criança mais nova do grupo, tem 6 anos, sendo uma criança com um comportamento muito estável socialmente, relacionando-se de forma saudável e positiva com todos os adultos. Esteve com a mãe no estabelecimento prisional desde os 11 meses até aos 3 anos de idade, nesta altura foi integrado num centro de acolhimento temporário (CAT) onde estava com a mãe todos os dias e, aos 5 anos, foi entregue aos cuidados de um tio paterno. Não tendo corrido bem essa integração, em maio de 2012 foi acolhido no LIJ. Esta criança apresenta uma vinculação segura e saudável com a mãe, sendo que a instituição assegura o contacto destes todas as semanas, deslocando-se ao estabelecimento prisional com este (Apêndice D).

O grupo acolhe ainda outra fratria, o José e o Manuel, com 9 e 12 anos respetivamente. O José procura muito o afeto junto dos adultos, revelando até uma dependência excessiva destes. Relativamente à relação com os pares, apresenta-se conflituoso e com uma necessidade constante de se queixar dos comportamentos dos outros, o que a equipa considera traduzir-se em chamadas de atenção, “ ele bateu-me...não me deixa brincar...eu não fiz nada,

são eles...”. Este sofre bastante com a ausência da mãe que, desde o seu acolhimento em Junho de 2012, só se deslocou duas vezes à instituição para visitar os filhos, desde então não foi possível contactá-la. O irmão mais velho, o Manuel, apresenta-se mais calmo, relaciona-se de forma adequada com os adultos e com os pares. Este não pergunta pela mãe, pelo contrário, evita falar desta o que preocupa a equipa, pois não se expressa verbalmente. Ambos os irmãos revelam interesse por atividades desportivas, principalmente pelo futebol, e ainda por jogos mais eletrónicos, como computadores e “PlayStation” (Apêndice D).

O João tem 12 anos, nasceu com síndrome alcoólico-fetal, apresentando algumas dificuldades de aprendizagem, segundo avaliação psicológica. Contudo, no contacto direto com esta, revela-se uma criança afetuosa e que investe na relação com os adultos e com os pares, revelando sempre muita preocupação e vontade de estar com a mãe. Este manifesta muito interesse por todos os jogos de computador e adora acompanhar todos os jogos de futebol transmitidos na televisão. A mãe e o companheiro desta, apresentam consumos etílicos, o que tem dificultado os contactos do João com estes (Apêndice D).

O Paulo, criança da mesma faixa etária e acolhida em Abril de 2012, manifesta carência afetiva, revelando-se muito apelativa à atenção dos adultos e com grande agitação psicomotora. O Paulo passa o tempo todo a apelar à atenção dos adultos, correndo, saltando, abraçando constantemente o adulto de referência, o que, conseqüentemente, provoca algum desgaste nos adultos que interagem com ele. Segundo avaliação psicológica antecedente ao acolhimento, este apresenta diagnóstico de Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção. Relativamente à família, os pais, com 68 e 58 anos, manifestam muitas dificuldades em acompanhar o desenvolvimento do filho, assumindo a institucionalização como melhor opção para o Paulo (Apêndice D).

O Jorge tem 12 anos, é uma criança com características muito individuais e que se diferencia bastante das outras crianças do grupo. É uma criança comunicativa e expressiva também do ponto de vista não-verbal, manifestando sempre os seus sentimentos de uma forma bastante explícita e excessiva, o que provoca nos outros comentários e atitudes de chacota. Este viveu sempre com a avó materna e com a mãe. Desde a sua integração, há 4 anos, revela

dificuldades na interação com os pares, afastando-se destes e isolando-se bastante nas suas atividades diárias. Revela-se muito zeloso e organizado com o seu espaço e com as suas coisas, sentindo-se desconfortável com a desorganização dos outros (Apêndice D).

Há, cerca de um ano, o pai do Jorge procurou-o na instituição após 7 anos de ausência na vida do filho, estando neste momento a ser avaliada esta reaproximação (Apêndice D).

Embora com a divisão dos grupos por faixas etárias se aproximassem mais as idades, continuam a existir alguns constrangimentos, nomeadamente neste grupo de trabalho. Algumas crianças mais novas apresentam dificuldades de aprendizagem e cognitivas, o que exige muita atenção por parte dos adultos e provoca muitas vezes a negligência da relação com os mais velhos. Strecht (1999) defende que, em contexto institucional, a construção de uma relação de confiança e segura para as crianças e jovens pode funcionar como a base de toda a intervenção.

Através das conversas intencionais com as crianças e jovens, percebe-se nitidamente a sua preocupação e ansiedade causadas pelo afastamento da família, bem como a necessidade que estes sentem em ter a atenção da educadora só para eles. Manifestam, no geral, a necessidade de dar e receber afeto e atenção, bem como de se sentirem protegidos pelos adultos na instituição.

2.4. Avaliação do contexto

A avaliação do contexto é um momento do projeto de educação social que implica a análise e compreensão da realidade (Stufflebeam & Skinfeld, 1995). Assim, este primeiro momento avaliativo permite fazer uma reflexão acerca da forma como decorreu o processo de caracterização, nomeadamente acerca da intervenção realizada na instituição, do discurso dos participantes e principais potencialidades, constrangimentos e recursos.

Nesta fase de avaliação, é muito importante percebermos quem participou na análise da realidade, qual a perceção da realidade por parte dos atores e, ainda, a diferença entre o discurso aparente e o discurso latente sobre a realidade estudada (Cembranos, et al., 2001).

Assim, podemos identificar as equipas técnica e educativa como participantes no momento da análise da realidade e, com uma participação mais expressiva, principalmente através dos seus discursos, as crianças e jovens do LIJ, principalmente o Grupo A, bem como algumas famílias com as quais foi possível concretizar um momento mais formal para reflexão sobre o projeto de vida dos seus filhos.

Para recolha do ponto de vista das crianças, para além dos seus discursos no quotidiano explanadas ao longo da análise da realidade, foi desenvolvido com estas um exercício, a “Chuva de ideias”, onde começámos a partir da seguinte frase “ O que eu gostava de mudar no meu grupo?”. Inicialmente, começaram por enunciar bens materiais, como camas novas, mobiliário, etc..., mas, rapidamente, todos direcionaram o discurso para a família e para várias questões relacionadas com o facto de viverem num “colégio”. Neste momento, foi perceptível, e foi ao encontro do que já se apurou na compreensão da realidade, o sofrimento causado às crianças pela institucionalização, assim como a falta de uma atenção personalizada por parte da educadora. Muitas delas responderam à pergunta com a seguinte resposta: “ Por que temos que estar aqui?”; (Apêndice E, p. 184). Observa-se uma enorme angústia causada pela não compreensão da sua condição enquanto crianças institucionalizadas, sente-se um vazio no seu discurso, “Nunca ninguém me explicou porque estou aqui! É por me portar mal?” (Apêndice E, p. 184).

As crianças e jovens expressaram ainda que os educadores sociais tinham pouco tempo para eles, tentando constantemente chamar a atenção destes, como se percebe através dos discursos relatados na análise da realidade.

Da análise e compreensão da realidade, e após a realização do exercício “Chuva de Ideias”, foram identificados pelas crianças como principais problemas: falta de uma atenção personalizada e individual por parte dos técnicos; dificuldade para compreenderem os motivos da institucionalização e o afastamento das famílias. Assim, as crianças manifestaram as necessidades seguintes: terem uma atenção mais individual e próxima por parte dos técnicos; e compreenderem os motivos da institucionalização. No entanto, nos momentos individuais com as crianças, algumas delas foram identificando necessidades mais pessoais relacionadas com a sua própria história (Apêndice E).

Relativamente às famílias, foram realizados momentos individuais de partilha e reflexão com estas, na instituição, cujo objetivo foi falar sobre o projeto de vida dos filhos. Nestes encontros, as famílias foram referindo a sua dificuldade para compreenderem os motivos da institucionalização dos filhos, bem como para se envolverem no projeto de vida destes. O discurso das famílias centrou-se muito no “Não percebo por que ele tem de estar aqui!”; “Por que é que o meu filho não pode ir para casa nos fins de semana?” (Apêndice E, p. 186), entre outras manifestações de incompreensão relativas à institucionalização e à necessidade do seu envolvimento no projeto de vida dos filhos. As famílias identificaram, através do seu discurso, um problema central: dificuldade em perceberem a importância do seu papel no projeto de vida dos filhos. Decorrente deste problema, apresentaram como necessidade: ter um papel mais ativo no projeto de vida dos filhos (Apêndice E).

Torna-se importante clarificar que não foi possível estar com todas as famílias, uma vez que, em alguns casos, estas encontram-se fora do distrito do Porto, ou em morada desconhecida, sendo que algumas também não se mostraram disponíveis para participar no projeto por motivos vários de ordem pessoal.

Perante estas dificuldades, foi possível estar com as famílias do Paulo, do Jorge e do João, tendo o problema identificado revelado-se transversal, sendo que cada uma delas conseguiu identificar problemas e necessidades mais específicas da sua realidade.

Antes de avançarmos para o desenho de projeto, importa refletir sobre o fator tempo, uma vez que, quer pelas rotinas da instituição, quer pela própria disponibilidade das crianças e das famílias, não foi possível desenvolver o projeto com todos os participantes. Importa referir que no momento em que foi desenhado este projeto, as crianças encontravam-se assoberbadas com intervenções em grupo desenvolvidas, quer por um grupo de estagiários, quer pelos profissionais da instituição, o que nos remeteu para a opção de uma intervenção mais individualizada ao encontra das necessidades identificadas por estas.

Perante estes constrangimentos, após a análise da realidade, e a compreensão desta por parte dos participantes, foi importante definir prioridades. Neste sentido, e defendendo também a priorização de necessidades, tendo como critério a urgência defendida por Cembranos e

colegas (2001), o projeto foi desenvolvido com o Paulo, com o Jorge e com as suas famílias. Esta opção pode ser justificada pela urgência de intervenção nestes dois casos, uma vez que ambos atravessavam momentos de maior complexidade nos seus projetos de vida. Respeitando a individualidade da história de vida de cada criança e da sua família, parece-nos pertinente desenhar um projeto para cada um dos participantes. Desta forma, conseguiremos trabalhar no sentido de satisfazer as necessidades individuais dos dois casos.

Para desenhar um projeto que atenda às idiossincrasias de cada criança, importa apresentar uma caracterização detalhada da sua história de vida, e, a partir daqui juntamente com eles, sempre tendo por base as necessidades já identificadas, proceder à identificação destas de uma forma mais individual e específica, envolvendo as suas famílias neste processo.

2.4.1. A história do Paulo

O Paulo integrou o IPT em Abril de 2012, revelando muita agitação psicomotora e, até, alguma confusão espaciotemporal durante os primeiros dias. Sentia-se “perdido” naquele novo universo que agora era a sua casa, “Que seca, não há nada para fazer, não quero estar aqui sentado, quero fazer alguma coisa” (Apêndice D, pp. 178-179). No relatório de avaliação psicológica, realizado um mês antes da sua institucionalização, é referido que se trata de uma criança com: “Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção, atraso global de desenvolvimento, ausência de regulação emocional e ausência de vinculação às figuras parentais” (Apêndice D, p. 179).

As informações escolares eram bastante negativas, no que concerne ao aproveitamento e comportamento. Relativamente à integração na nova escola, esta foi pautada por muita instabilidade; o Paulo revelava desinteresse pelas aprendizagens escolares.

Em contexto institucional, a equipa revelou algumas dificuldades para lidar com os seus comportamentos, uma vez que este apresentava uma total ausência de regras, um elevado nível de ansiedade e impulsividade, não conseguindo lidar de forma adequada com os constrangimentos. “O Paulo está

sempre de castigo, está sempre a portar-se mal, não para quieto, é impossível aturá-lo” (Apêndice D, p. 179).

Contudo, com um trabalho próximo desenvolvido pela educadora social com ele, foi possível estabelecer uma relação de confiança e de afetividade, que se traduziu como securizante para o Paulo, permitindo-lhe uma maior estabilidade emocional, começando gradualmente a aceitar e a perceber melhor a importância das regras e da disciplina, quer em contexto institucional, quer escolar. “Por que estou aqui, é por me portar mal na escola?; “Já vais embora, porquê? Por que não ficas sempre aqui?” (Apêndice D, p. 179).

Pelas observações realizadas, parece-nos que o único momento em que este se consegue manter tranquilo é quando está sozinho com a figura de referência, a educadora social, em contexto de gabinete, ou quando sai sozinho com esta em momentos de lazer, por exemplo. O que o Paulo transmite implicitamente é que, naquele momento, sente que tem a atenção toda para ele e é como se isso, de alguma forma, o tranquilizasse, sendo nestes momentos que questiona “Por que estou aqui, na escola os meus colegas chateiam-me, e eu é que pago” (Apêndice D, p. 179), não há uma real compreensão dos motivos da institucionalização. Observa-se uma diferença de comportamento muito grande relativamente aos momentos em que está em grande grupo.

Como já referido, na avaliação psicológica, a sua vinculação aos progenitores é aparentemente muito insegura, sendo uma criança que, até à institucionalização, geria as suas próprias rotinas diárias, sem supervisão parental; é como se no gabinete se sentisse protegido pela Educadora. O Paulo é acompanhado em Pedopsiquiatria e medicado com Ritalina e Risperidona. Mais recentemente, em função da “desregulação emocional” que este atravessa, o psicólogo da instituição pediu o encaminhamento deste para Psicoterapia no exterior.

Relativamente à família, dada a sua idade avançada, já que o pai tem 68 anos e a mãe 59, revela alguma dificuldade em compreender os comportamentos do filho e em acompanhá-lo. No entanto, e uma vez serem a única retaguarda do Paulo, revela-se importante e urgente uma intervenção com os pais no sentido de consciencializá-los sobre as reais necessidades do filho, já que a interpretação que estes fazem do processo de institucionalização do filho prende-se apenas com o facto de ele se portar mal na escola. Estes

procuram o apoio da instituição e questionam sobre como lidar com o filho? Uma resposta que nós não temos, mas que, em conjunto com os pais, podemos descobrir.

Respeitando a história de vida do Paulo, e atendendo à análise da realidade já apresentada, juntamente com ele identificamos como problemas principais: falta de uma atenção individual e personalizada por parte da educadora de referência; dificuldade em compreender os motivos da institucionalização; e dificuldades na relação com os colegas. Foram, assim, sentidas as seguintes necessidades: compreender os motivos da institucionalização; ter uma atenção mais individual e próxima por parte da educadora de referência; e melhorar as suas relações interpessoais (Apêndice E).

Junto da família foram identificados os seguintes problemas: dificuldade para perceber a importância do seu papel no projeto de vida do filho e os motivos da institucionalização; e dificuldade na compreensão e intervenção relativamente ao comportamento do filho. Destes problemas decorreram as necessidades: compreender os motivos da institucionalização e ter uma participação ativa na discussão e reflexão sobre o projeto de vida do filho; e compreender o filho e desenvolver práticas educativas adequadas (Apêndice E).

2.4.2.A história do Jorge

O Jorge foi acolhido no IPT em 2009, em consequência de maus-tratos físicos infligidos pela avó na escola em frente de toda a gente, o que despoletou uma queixa-crime contra a avó e o acolhimento de emergência do Jorge.

Desde o seu acolhimento que a mãe, embora verbalmente manifestasse muito interesse pelo filho, apresentava comportamentos não condizentes com o verbalmente expresso. Revelou-se uma mãe sempre muito ocupada e desorganizada profissionalmente, bem como, a nível emocional, revelou sempre muitas fragilidades ligadas à relação que mantinha, e mantém, com um homem casado. Os seus problemas na relação com este homem eram prioritários e nunca permitiram que esta se envolvesse genuinamente no projeto de vida do filho.

Desde a sua integração que o Jorge revelou muitas dificuldades em perceber o acolhimento, bem como as suas causas, para ele era estranho “a culpa é da minha avó, se ela não me tivesse batido naquele dia eu não estava aqui” (Apêndice D, p.180). Sendo que, existiam outros fatores associados, a mãe era completamente ausente da sua vida, estava entregue a esta avó que mantinha um estilo educativo autoritário na sua educação, provavelmente reprodução da sua própria educação. O Jorge não tem uma clara percepção dos motivos da institucionalização, o que lhe tem provocado bastante sofrimento, “eu não percebo, se foi a minha avó que me bateu, por que não posso ir viver com a minha mãe...não percebo” (Apêndice D, p. 180).

O Jorge sempre se distinguiu das outras crianças e jovens quanto aos seus interesses. Os seus interesses centram-se na leitura de revistas, visualização de telenovelas e séries juvenis, não gosta, e raramente participa em atividades grupais, afastando-se sempre daqueles que têm comportamentos mais agressivos física e verbalmente. Desde a sua integração, há 4 anos, que revela dificuldades na interação com os pares, afastando-se destes e isolando-se bastante nas suas atividades diárias, dizendo frequentemente: “Não gosto de brincar com eles, só sabem brincar às lutas...detesto violência, gosto mais de estar a ver televisão ou a arrumar a casa...” (Apêndice D, p. 181). De facto, este é muito zeloso e organizado com o seu espaço e com as suas coisas, sentindo-se desconfortável com a desorganização dos outros.

A nível familiar, o Jorge assume a função de protetor da mãe, na incapacidade desta para cuidar dele, é ele que cuida dela, “ Eu preocupo-me muito com a minha mãe, o namorado dela só se quer aproveitar dela, e ela não percebe isso...tenho muita pena dela” muita angústia no quotidiano e, até, alguma desregulação emocional. Para uma melhor percepção do conceito, Thompson (1994, citado por Martins, 2007, p.102) “considera que a regulação emocional vai consistir num conjunto de processos intrínsecos e extrínsecos responsáveis pela monitorização, avaliação e modificação da resposta emocional, especialmente no que toca às suas dimensões temporal e de intensidade, por forma a atingir os objetivos pessoais”.

Como já referido, a mãe tem uma relação com um homem casado, sendo vítima de violência doméstica por parte deste. Após o encaminhamento da instituição, esta encontra-se a ser acompanhada pela Associação de Apoio à Vítima (APAV), tendo vindo a apresentar uma evolução positiva, estando a

autonomizar-se gradualmente desta relação. No entanto, tem-se revelado difícil a sua colaboração com a instituição na construção do projeto de vida do filho.

O pai foi uma figura ausente durante muitos anos na vida do Jorge, não acompanhando a sua infância. No entanto, há relativamente um ano, este procurou o filho na instituição, alegando não ter conhecimento que o filho se encontrava institucionalizado, acreditando que este se encontrava com a mãe que, segundo ele, sempre o proibiu de ver o filho. Foi no âmbito de um processo de regulação das responsabilidades parentais que este teve conhecimento, através da Segurança Social, que o filho se encontrava acolhido no IPT e, de imediato, contactou a instituição para o poder ver.

O pai contou à equipa um pouco da sua história de vida ligada ao consumo de drogas, garantindo que nesse momento se encontrava completamente recuperado, com uma vida estável do ponto de vista socio – económico e profissional: vive em união de facto com uma companheira que tem muita vontade de apoiar o filho em tudo o que for necessário. Foi a partir deste momento que a equipa técnica começou a avaliar a situação do pai e a promover os contactos com o filho, na possibilidade do pai ser uma retaguarda segura e consistente para o Jorge, coisa que a mãe nunca conseguiu desde a sua institucionalização.

Para o Jorge foi difícil aceitar a entrada do pai na sua vida após tantos anos afastados, foi necessário prepará-lo para a relação com o pai, sendo que se mostrou bastante resistente no início, revelando muita preocupação por poder magoar a mãe ao estar com o pai. O Jorge sentia-se claramente dividido, mas sempre ressaltando que queria ficar com a mãe. Contudo, ao longo dos 4 anos de institucionalização nunca foi possível concretizar esta sua vontade a nível do projeto de vida.

O jovem procura constantemente a educadora do grupo para refletir sobre tudo isto, para pensar e compreender estas alterações na sua vida. Contudo, este também manifesta a pouca disponibilidade da educadora para estar com ele individualmente, “Ó Tânia quando é que posso falar contigo, andas sempre a correr...” (Apêndice D, p. 182).

Manifesta muitas dúvidas quanto à sua integração no agregado do pai, manifestando não conhecer muito bem o pai, ter receio que o pai não o

compreenda, “e como é que eu faço quando tiver um problema e não me sentir à vontade para falar com o meu pai? Posso falar contigo?” (Apêndice C, p.182).

Paralelamente, o pai apresentava também alguns receios na relação com o filho e na compreensão dos seus problemas, procurando a instituição com o objetivo de pensar e refletir sobre como lidar com o filho. Tem-lhe sido transmitido que será um processo construído pelos dois e que o conhecimento mais profundo relativamente a cada um irá acontecer no quotidiano, na relação pai-filho. O pai manifestava, ainda, receio na relação com a mãe do Jorge, uma vez que a considerava uma pessoa bastante conflituosa, pedindo a colaboração da instituição no sentido de o apoiar na relação com esta, evitando conflitos para o bem-estar do filho. Na tentativa de envolver a mãe neste projeto, foi perceptível a sua instabilidade emocional neste momento. A mãe concorda que o Jorge fique com o pai, mas faz questão de sublinhar constantemente que, quando esta se organizar, o filho volta para ela.

Após a descrição da história de vida do Jorge, importa apresentar os problemas e necessidades identificados e formulados com este e com a sua família, mais especificamente com o pai.

Com o Jorge, os problemas identificados foram: falta de uma atenção individual e personalizada por parte da educadora de referência; dificuldade para compreender os motivos da institucionalização; sofrimento e incompreensão relativamente à instabilidade emocional da mãe; e receios e dúvidas relativamente a ir viver com o pai. Na sequência da identificação destes problemas, foram definidas as seguintes necessidades: ter uma atenção mais individual e próxima por parte da educadora de referência; compreender os motivos da institucionalização; compreender e aprender a lidar com a situação sócio-emocional da mãe; e esclarecer todas as suas dúvidas e receios quanto à mudança de projeto de vida (Apêndice E).

Com o pai foram identificados como problemas: medo de não saber lidar com o filho e não conseguir responder adequadamente às suas necessidades; e resistência e dificuldades no relacionamento com a mãe do Jorge. Emergiram assim as seguintes necessidades: aprender a conhecer e a relacionar-se com o filho; e conseguir relacionar-se cordialmente com a mãe do Jorge (Apêndice E).

3. A CONTENÇÃO E OS AFETOS NO COLHIMENTO INSTITUCIONAL

Após a conclusão do capítulo anterior, onde foram identificadas, juntamente com os participantes, os problemas e as necessidades, faz todo o sentido passarmos à contextualização teórica das problemáticas que se encontram subjacentes às necessidades apresentadas. Nesse sentido, passamos então a contextualizar historicamente o fenómeno da institucionalização, passando, de seguida, a explorar as problemáticas mais presentes na realidade apresentada.

3.1. Da “Roda dos expostos” à promoção e proteção

A infância e o seu período de desenvolvimento nem sempre foram bem definidos e delimitados, tal como se assiste hoje em dia.

As sociedades mais antigas, apresentavam muitas dificuldades para compreenderem o conceito de infância, bem como para compreenderem as reais necessidades desse período tão importante e precoce do desenvolvimento humano. Outrora, as sociedades preocupavam-se apenas com a estrutura física da criança, isto é, com o desenvolvimento físico. Por conseguinte, a partir do momento em que a criança fosse capaz de garantir a sua sobrevivência, era tratada como um adulto em todos os contextos que integrava, designadamente laboral, social, entre outros. De igual forma, todas as crenças e valores, que lhe eram transmitidos, estavam cingidos ao círculo familiar, bem como aos vizinhos e a todos os adultos que, de alguma forma, interagiam com a criança no seu quotidiano (Mota & Matos, 2008).

Durante os séculos XVII e XVIII, com o aparecimento de novas conceções sociais, filosóficas e jurídicas, começaram a emergir, em Portugal, instituições religiosas que tinham como missão a recolha de crianças que se encontravam abandonadas, diminuindo assim o elevado número de crianças que se encontravam abandonadas e entregues a si próprias. Em 1873, oficializada através do fundador da Casa Pia de Lisboa, Pina Manique, surge a primeira

instituição que, de forma confidencial, reduz o infanticídio através da chamada “roda dos expostos” – uma estrutura utilizada para abandonar as crianças ao cuidado das instituições de caridade. Concretizava-se num mecanismo giratório colocado numa parede, o que permitia o anonimato à pessoa que abandonava a criança (Amado, Ribeiro, Limão, & Pacheco, 2003, citados por Mota & Matos, 2008).

De acordo com Alberto (2004, citado por Mota & Matos, 2008), o Estado começa a revelar preocupações com as questões relacionadas com as crianças sem proteção e em abandono a partir de 1911, com a formalização da “Lei da Infância e Juventude”. Contudo, nesta altura, em meados do século XX, ainda estávamos perante uma visão muito incompleta e errada da infância, passando as preocupações do Estado por satisfazer as necessidades mais básicas das crianças até estas atingirem a maioridade.

A educação e o acompanhamento dado às crianças regiam-se por um conjunto de regras baseadas numa disciplina rígida de obediência e submissão aos mais velhos. Vários aspetos importantes na infância eram, naquele tempo, ignorados pelos adultos que delas cuidavam, o respeito pela individualidade de cada uma, pelas diferenças e pelas suas motivações, tudo isto não era tido em conta no desenvolvimento das crianças.

Tendo como objetivo a proteção das crianças, as Nações Unidas, em 1989, fizeram aprovar a “Convenção dos Direitos da Criança” que foi ratificada por Portugal em 1990. Em 1995, inicia-se a “Reforma dos Direitos de Menores” baseando-se no disposto da Constituição da República Portuguesa e nas Convenções e Recomendações Internacionais, tendo como objetivos principais a promoção da família, a responsabilização do Estado e da sociedade em geral na proteção e promoção dos direitos dos menores. Por fim, em 1999, foi elaborada a “Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo” que tem como objetivo principal a “promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral” (Art. 1 da lei 147/99 de 1 de Setembro).

O acolhimento institucional de crianças e jovens acontece, segundo Alberto (2004, citado por Mota & Matos, 2008), quando estas se encontram a sofrer qualquer tipo de maus-tratos, estão expostas a situação de perigo para a sua integridade física, ou expostas a comportamentos de risco, não recebem os cuidados necessários ou afetividade adequada à sua idade, são vítimas de

trabalho infantil, são expostas a situações que comprometem a sua dignidade e o seu desenvolvimento ou, ainda, quando estas têm comportamentos que afetam a sua própria integridade física e moral e os pais não têm controlo sobre as mesmas para sanar a situação.

Magalhães (2004, citado por Mota & Matos, 2008) refere que a lei 147/99 de 1 de Setembro permite que a intervenção junto das crianças seja realizada pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e pelos Tribunais.

A Lei de Promoção e Proteção abrange crianças e jovens considerados em perigo, dos 0 aos 18 anos de idade. A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento (Clemente, 2009).

Considera-se que uma criança está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados e a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

Dados da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, do ano 2000, revelam que a negligência e o abandono se assumem como as causas com maior expressão para o acolhimento institucional (65%), seguido dos abusos físicos e psicológicos (28,7%) e do abuso sexual (5%) (Magalhães, 2005, citada por Faria, Salgueiro, Trigo, & Alberto, 2008).

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios: 1) interesse superior da

criança; 2) privacidade; 3) intervenção precoce; 4) intervenção mínima; 5) proporcionalidade e atualidade; 6) responsabilidade parental; 7) prevalência da família; 8) obrigatoriedade da informação; 9) audição obrigatória e participação; 10) subsidiariedade. As medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento em instituição. Sendo decretada a medida de acolhimento em instituição as crianças são integradas em Lar de Infância e Juventude (LIJ) ou Centros de Acolhimento Temporário (CAT).

Os LIJs caracterizam-se por serem a residência contínua, em regime de permanência, num local com equipamentos adequados e provida de uma equipa técnico-educativa que providencia e facilita o acesso aos serviços necessários para o bem-estar físico e psicológico das crianças e jovens, de acordo com os requisitos específicos da população residente (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

3.2.O mundo da privação e do abandono

A institucionalização de crianças e jovens tem-se revelado um assunto bastante controverso entre os investigadores. Por um lado, temos profissionais e estudiosos desta área inteiramente a favor desta medida, do outro lado temos aqueles que se assumem contra. Ainda que perante posturas diferenciadas sobre este tema, a institucionalização não tem sido devidamente estudada pelos investigadores, existindo ainda pouca investigação sobre esta realidade (Magalhães, 2005, citado por Faria et al., 2008).

A Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens (2000) define o acolhimento institucional como a assunção das responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar) por parte das instituições que acolhem as crianças e jovens. É responsabilidade e dever dos lares, que acolhem, promover o acompanhamento das crianças e jovens, quer no seu desenvolvimento físico (prestação de cuidados básicos), quer no seu desenvolvimento psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afetivo), respeitando sempre as idiosincrasias da criança, a sua idade, género, origem cultural e características específicas da sua personalidade.

Ao longo do seu desenvolvimento, as crianças podem ver-se confrontadas com a necessidade de colocação em instituição, consequência dos mais variados motivos já enunciados na Lei de promoção e proteção. Desta forma, é de todo importante e urgente que o acolhimento institucional e suas práticas sejam alvo de estudos mais aprofundados e rigorosos (Martins, 2005).

A colocação de crianças e jovens num contexto institucional deve ser entendida como uma oportunidade de desenvolvimento de capacidades e de criação de competências para eles e para as suas famílias (Martins, 2005).

Problematizando o impacto e as consequências da institucionalização para as crianças e jovens, estudos mais antigos (Bowlby, 1973/1998; Goldfarb, 1943, 1945, citados por Siqueira & Dell`Aglia, 2006) referem-se à institucionalização com consequências do foro cognitivo, nomeadamente a atrasos significativos no desenvolvimento da linguagem. As crianças institucionalizadas apresentavam mais dificuldades de comportamento, tornando-se mais agressivas, bem como dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos com outras figuras.

O acolhimento institucional tem como objetivo a criação de um ambiente o mais familiar possível, no qual as crianças e jovens se sintam apoiados ao nível pessoal e emocional, bem como promover junto destes a sua participação na comunidade. Contudo, a forma como as crianças e jovens são percecionados no interior e no exterior da instituição, tal como o papel dos cuidadores assumindo-se como figuras de referência e de vinculação para as crianças e jovens, revela-se fundamental para uma intervenção concertada e para um ambiente institucional harmonioso e contentor para os que lá residem (Mota & Matos, 2008).

Contudo, não podemos esquecer que as particularidades de uma instituição dificultam muitas vezes a criação de um ambiente familiar. A questão da dimensão é, à partida, uma delas, já que acaba muitas vezes por segregar um número elevado de crianças e jovens que passaram por várias adversidades e privações ao longo do seu desenvolvimento. As instituições são à partida estruturas mais fechadas e com um conjunto de regras mais rígidas e acaba por proporcionar menos oportunidades para a aquisição de competências, bem como para reforçar ou elogiar comportamentos e progressos. Podemos, ainda, acrescentar o facto de que, na maioria das instituições, os recursos

humanos são insuficientes para um acompanhamento personalizado de cada criança ou jovem (Silva, 2004, citado por Faria et al., 2008).

A experiência e o impacto da institucionalização depende sobejamente de uma multiplicidade de fatores. De acordo com Gunnar, Bruce e Grotevant (2000, citados por Martins, 2004, p.319), “a capacidade de recuperação das crianças, evidenciada uma vez providenciadas as condições necessárias, apresentou uma variabilidade considerável em função de fatores identificados; a saber: a) a exposição precoce à adversidade; b) as características institucionais; c) a atenção dispensada à criança; d) a idade de entrada; e) a idade de saída; f) o período de internamento (superior a 8 meses); g) a apresentação de sinais de risco”.

Estudos mais recentes (e.g. Gunnar, Bruce, & Grotevant, 2000) realizados nos países do leste da Europa concluem que o impacto e as repercussões da institucionalização são maiores em crianças institucionalizadas à nascença, quando comparadas com crianças cuja institucionalização foi precedida por um período de estabilidade e de estabelecimento de vínculos (citado por Martins, 2004). Os autores concluem ainda que quanto maior for o período de privação familiar, maiores serão as consequências.

A retirada, ou privação, familiar de uma criança com idade compreendida entre os 2 e os 5 anos poderá provocar nesta graves problemas psicológicos. Da investigação realizada nesta área, salientamos o estudo levado a cabo na “Child Guidance Clinic” de Londres que nos mostrou que um fator de risco bastante significativo da delinquência está altamente relacionado com a “...separação prolongada da sua mãe” (Winnicott, 2002, p.9). Mais de metade da amostra do estudo comprova que a delinquência nos jovens se encontra relacionada com “...separação da mãe e do ambiente familiar por períodos de seis meses ou mais, durante os primeiros cinco anos de vida” (Winnicott, 2002, p. 9).

É perfeitamente normal que qualquer criança, ao ser privada da sua mãe ou figura de vinculação, sofra, manifestando sentimentos de tristeza e de angústia. Contudo, não podemos deixar de realçar que numa criança mais nova podemos estar perante um “blackout emocional”, levando a um “distúrbio grave do desenvolvimento da personalidade, distúrbio esse que poderá persistir por toda a vida” (Winnicott, 2002, p.10).

Segundo Alberto, (2000, citado por Faria et al., 2008) e Martins (2005), tendo por base os depoimentos de jovens institucionalizados, concluíram que o

impacto que a institucionalização tem em cada um depende, em grande parte, das características da instituição de acolhimento, da comunidade que envolve a mesma e das características individuais dos próprios jovens.

A institucionalização, pelas suas características mais inerentes, pode vir a produzir consequências negativas para as crianças e adolescentes. Consequências essas relacionadas com o afastamento da família biológica; com o controlo excessivo e rigoroso do quotidiano que acaba por afetar a individualidade de cada criança e jovem; com a prevalência do coletivo em detrimento da organização da intimidade e com a permanência, muitas vezes excessiva, na instituição. Estes fatores dificultam um processo de autonomização e de construção de um projeto de vida estruturado e coerente. Não podemos ignorar o profissionalismo sem afetividade, por parte dos técnicos e funcionários, que limita e dificulta a criação de relações afetivas seguras e de confiança com as figuras que deverão ser de referência para estas crianças e jovens, muitas vezes com histórias de privação emocional (Martins, 2005; Smyke et al., 2002 citados por Pinheiro, 2011).

A institucionalização, principalmente quando muito prolongada no tempo, pode dificultar a adaptação psicossocial da criança ou jovem, bem como dificultar o estabelecimento de vínculos afetivos (Siqueira & Dell`Aglia, 2006; Soares, 2007, citados por Pereira, 2008). São vários os estudos que defendem uma relação entre a integração precoce em instituição e “a consequente emergência de perturbações de vinculação e de alterações nos domínios social, comportamental e cognitivo. Analogamente, têm sido também assinaladas sequelas ao nível do crescimento físico, da atrofia neuronal e do desenvolvimento cerebral” (Pereira, 2008, p. 81).

De acordo com Pacheco, (2010), no seu estudo sobre a “Avaliação da realidade de uma instituição de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco” realizado em Portugal, observaram-se algumas características comuns em crianças e jovens em situação de acolhimento institucional. São crianças e jovens com dificuldades ao nível da comunicação, são impulsivos, não conseguindo refletir e pensar antes de agir provocando, muitas vezes, os conflitos, apresentando dificuldade na gestão dos mesmos, o que pode encontrar-se relacionado com o seu estado vulnerável. Não podemos esquecer que a contenção emocional é muito difícil para estas crianças, pois, na sua maioria, nunca foram contidas por um adulto. Strecht (2002, p. 23) designa tal

fenómeno como a ausência de “holding emocional”. Em muitos casos de crianças e jovens, estes desenvolvem uma organização psíquica defensiva como única possibilidade para suportar o seu próprio sofrimento emocional.

Enquanto profissionais, e enquanto cidadãos, não podemos ignorar o impacto psicológico e as consequências, muitas vezes irreversíveis, que a institucionalização, associada à privação familiar, provoca nas crianças e jovens. Sobre este assunto, em 1940, Spitz refere-se à morte de bebés após sintomas depressivos graves pela privação da figura materna. Já Bowlby, na mesma década, avança com o termo “psicopatias do desafecto”, um estudo que encontrou uma relação entre falhas na vinculação e a prática da delinquência (Strecht, 2002).

Em Portugal, a problemática da institucionalização e suas consequências ainda não é muito estudada e discutida. Contudo, recentemente, Martins e Santos (2011) desenvolveram um estudo que visava analisar as narrativas de jovens adultos, com experiência de institucionalização, e a sua perceção acerca das consequências desta no seu presente. Os resultados apontaram para o facto de que para esses jovens, não obstante as fragilidades e constrangimentos que atravessaram, a institucionalização funcionou como um fator favorável no seu desenvolvimento e situação de vida atual, identificando-a como positiva.

De acordo com Alberto (2003), para tentar minimizar as consequências da institucionalização, a criança não a pode sentir como um castigo, bem como a instituição não pode estigmatizar a família demitindo-a das suas responsabilidades parentais, funcionando como um mecanismo que promove a exclusão social das famílias. Pelo contrário, a instituição deve assumir uma função securizante, segura, de contenção dos receios e angústias, assumindo uma função de promoção do desenvolvimento social e de construção da identidade das crianças e das suas famílias (Raymond, 1996; Raymond, 1998, citados por Alberto, 2003).

3.3. Vinculação e trajetórias desadaptativas

De acordo com Bowlby (1973, citado por Gleitman, 1999), a ligação entre mãe e filho constitui um vínculo afetivo de natureza intrínseca ou primária. Bowlby foi pioneiro na defesa de que o ser humano necessita de proteção e de suporte, avançando com a teoria da vinculação. Segundo Canavarro (1999, p. 39 e 40) “A vinculação é o comportamento que promove a proximidade com uma figura específica a que o sujeito está ligado afetivamente”. De acordo com a autora, desde que a criança nasce procura vincular-se à sua figura mais próxima, a mãe, que lhe assegura as suas necessidades básicas de sobrevivência.

A ideia de vinculação relaciona-se com o facto de a criança necessitar de se manter num raio de proteção dos pais. Excetuando situações ameaçadoras ao seu bem-estar físico e emocional, a criança sente-se segura junto da figura a quem está vinculada e, quando se vê privada da sua companhia, procura por todos os meios impedir a separação (Canavarro, 1999). Para a autora, a estratégia de tentar encontrar uma figura de vinculação de substituição para a criança não funciona, uma vez que esta já incorporou internamente a sua figura de vinculação de eleição. A autora afirma que a figura de vinculação da criança mantém-se mesmo quando essa é negligente ou abusiva e, nesse tipo de relação, a criança pode sentir medo e raiva, contudo procura sempre a segurança nessa relação.

Bowlby (1944, citado por Canavarro, 1999, p. 150) sublinha que “os seres humanos nascem munidos de um sistema de vinculação que lhes permite procurar a proximidade de uma figura que lhes forneça proteção e uma base de segurança a partir da qual exploram o meio”.

Por conseguinte, a importância da relação precoce mãe-criança estabelecida durante a infância é indiscutível. Esta relação acarreta um peso substancial no desenvolvimento saudável da criança ao longo da vida. Deste modo, quando a relação precoce mãe-criança não é satisfatória, a criança pode desenvolver um sentimento de frustração em relação às relações afetivas. Assim, a relação mãe-filho funciona como um paradigma da possível convivência futura com outros.

Segundo Ainsworth (1994, citada por Canavarro, 1999), de um modo geral, as ligações afetivas têm uma duração prolongada no tempo. Deste modo, uma relação afetiva implica que o sujeito procure sempre a presença do outro, pelo que a sua ausência, ou separação, pode ser causadora de stresse e coexistir com uma sensação de perda permanente, o que se assume um processo doloroso.

Nos primeiros estudos realizados por Bowlby (1944), com jovens delinquentes em acolhimento institucional, este começa a traçar uma linha de relação entre perturbações da vinculação e o desenvolvimento de psicopatias das crianças no futuro.

Ainda na década de 1940, Bowlby (1944), durante a Segunda Guerra Mundial, refere alguns jovens delinquentes institucionalizados que classificou, no seu estudo, como “ psicopatas vazios de afeto”, uma vez que estes jovens revelavam um enorme vazio afetivo, não sentindo culpa, manifestando frieza e distanciamento emocional, bem como insensibilidade ou arrependimento perante a punição.

Relembrando que a teoria da vinculação foi desenvolvida tendo como base observações, realizadas por John Bowlby e seus colaboradores, sobre os efeitos da privação de cuidados em crianças institucionalizadas, as suas conclusões permitiram-lhe colocar a hipótese de que os percursos desadaptativos, seguidos por jovens institucionalizados, estão relacionados com a ausência de cuidados maternos adequados e seguros (Pereira, 2008).

As experiências precoces de vinculação têm influência no desenvolvimento sócio – emocional, na forma como o indivíduo interpreta o mundo e como desenvolve as suas relações interpessoais (Egeland & Carlson, 2004, citados por Pereira, 2008). Os diversos estudos realizados em torno da vinculação têm apresentado resultados que revelam que a insegurança na vinculação afeta o desenvolvimento futuro da criança, funcionando como um fator de risco e, por outro lado, uma vinculação segura pode funcionar como um fator protetor.

3.4. A partilha e os afetos numa casa de faz de conta

A relação de ajuda com crianças assume-se como um campo de intervenção muito específico e, muito influenciado por todo o processo desenvolvimental e de vinculação da criança. Anna Freud, Melanie Klein, Donald Winnicott e Pedro Strecht, através dos seus estudos, desenvolveram contributos teóricos fundamentais para a compreensão e intervenção psicossocial com crianças.

Numa perspetiva Kleiniana, Bateman e Holmes (1998) defendem que não podemos esquecer a importância de compreender a experiência subjetiva das crianças durante a infância e de descortinar a sua realidade psíquica. A transferência está presente em todas as relações e nas nossas atitudes.

Cada vez mais, as organizações sociais e familiares privam a criança da organização da sua personalidade. Os mal-estares das crianças causados pelas falhas dos adultos vão traduzir-se nas relações patológicas que estabelecem com a família e com a sociedade.

A intervenção psicossocial passa por proporcionar a estas crianças e jovens momentos de reflexão e partilha através de relações próximas e de confiança, uma vez que, quando estimuladas, são capazes de pensar sobre si e sobre as suas atitudes (Pacheco, 2010). Só desta forma é possível a promoção de processos de resiliência nestas crianças e jovens. Segundo Garbarino, Dubrow, Kostelny e Pardo (1992), crianças resilientes são capazes de manipular e moldar o ambiente, conseguindo lidar de forma eficaz com as pressões, respeitando as regras e adaptando-se facilmente às adversidades.

No entanto, existem obstáculos que dificultam a promoção da resiliência junto destas crianças. A baixa auto-estima está bastante presente, sentem-se inseguras e com dificuldades no estabelecimento de relações de confiança, quer com os pares, quer com os adultos de referência. Esta dificuldade encontra-se altamente associada às experiências traumáticas que vivenciaram no passado (Pacheco, 2010).

É função dos cuidadores contrariar este sentimento de insegurança por parte das crianças, transformando-se em figuras de proteção e de afeto para estas, através da construção de relações de qualidade. Assim, “O tipo de relações interpessoais estabelecidas, dentro ou fora da instituição (com adultos ou crianças), vão ser condicionadas pelas trajetórias dos adolescentes, pela

qualidade e sucesso/insucesso das relações que estabeleceram no passado, a auto - estima e segurança da criança e adolescente “ (Faria et al., 2008, p.7).

Atualmente, cada vez mais existe a consciência de que as crianças com quem trabalhamos, nomeadamente no acolhimento institucional, sofreram múltiplas privações familiares e abusos emocionais vários. Temos de ser muito cautelosos na intervenção, por forma a evitar que estas possam sofrer ao reviver situações traumáticas a que foram sujeitas no passado. A superação dos traumas está relacionada com a procura da parte saudável da criança, só assim ela poderá pensar e encontrar mecanismos de superação das situações que lhe causam sofrimento (Strecht, 2002).

As crianças modelam-se às figuras cuidadoras que as rodeiam, daí a importância das figuras de referência numa instituição, transmitindo à criança um sentimento de continuidade, conforto e esperança na procura da sua regulação emocional. Em instituições, é habitual a criança ter um adulto de referência, ao qual ela se poderá ligar afetivamente na procura de uma atenção personalizada. O adulto de referência tem uma função reparadora para a criança, dando-lhe espaço para pensar e para falar, sendo capaz de expressar aquilo que sente. Este será o primeiro passo para que a criança possa restabelecer a sua ligação com o mundo exterior e, só assim, ela encontrará segurança interior (Strecht, 2002). O autor insiste que “ouvir e estar disponível para partilhar um sofrimento é o essencial, muito mais do que perguntar ou tentar interpretar” (p.89).

Strecht (2002) refere-se às crianças institucionalizadas como as “crianças que ninguém quer”. O autor pretende chamar a atenção dos profissionais para a importância das questões da separação, da perda e do sentimento de pertença como fundamentais no trabalho com estas crianças e jovens. Os sucessivos abandonos a que foram sujeitas no passado têm repercussões psíquicas graves. A segurança e a contenção que lhes pode ser proporcionada está na base da cura para as feridas do passado, permitindo-lhes esquecer as vivências traumáticas a que foram sujeitas. Uma prestação de cuidados “suficientemente boa” traduz-se na criação de um meio facilitador para a criação de relações de afetividade de qualidade (Strecht, 2002, p. 78).

Não obstante, as repercussões do acolhimento institucional, quando estamos perante instituições de acolhimento que prestam cuidados de qualidade, como o estabelecimento de relações de confiança e securizantes às

crianças e jovens, estas poderão alcançar um desenvolvimento normal e harmonioso, bem como estabelecer relações de vinculação seguras com as figuras de referência na instituição (Dozier et al., 2001; Kreppner et al., 2007, citados por Pinheiro, 2011).

Na criação de uma relação com crianças devemos falar em quatro tarefas básicas: facilitar a criação de uma relação não crítica e segura; ajudar a criança a expressar livremente os pensamentos e sentimentos profundos; compreender o significado por detrás das suas comunicações e reenviar-lhe esse significado, claro que com muita cautela para não reenviar significados que a criança não esteja preparada para aceitar (Bloch, 1999).

Estas crianças têm que ter adultos que cuidem delas, estes adultos devem estar incondicionalmente disponíveis para estas crianças, sem preconceitos nem juízos de valor, deve existir uma aceitação incondicional tal como defende Rogers (1970). A comunicação afetiva é fundamental e deve ser sempre adequada aos diferentes níveis de desenvolvimento. Através da comunicação afetiva, deve-se transmitir à criança confiança e perseverança, evitando sempre que esta possa ser exposta novamente a situações traumáticas, como agressividade ou abuso. Assume-se um trabalho muito desgastante do ponto de vista emocional para os profissionais. Este é o primeiro motivo pelo qual este trabalho deve ser realizado em equipa e supervisionado (Strecht, 1999).

Para Franco (1999, p. 161), “ A atividade educativa é essencialmente relacional e interativa. Educador e educando (e educandos) situam-se num espaço relacional de forma dinâmica e permanente.” O processo de aprendizagem não se resume à transmissão de informação, mas assume-se um processo de construção e desconstrução do conhecimento. Na prática educativa dizemos que educador e educando mantêm uma atividade relacional, significa que existe uma interação constante ao nível dos comportamentos e do conteúdo consciente e inconsciente do pensamento. Tal como referido por Freud (sd, citado por Franco, 1999), o educando olha para o educador como o substituto das figuras parentais e, ao mesmo tempo, projeta nele o seu objeto de amor e ódio. Não obstante, não podemos esquecer que a qualidade da relação é influenciada também pelas características do educador, pela sua maturidade afetiva, experiências pessoais e pelo seu próprio inconsciente.

Gostava ainda de terminar esta minha reflexão sobre a intervenção psicossocial com crianças e jovens em acolhimento, sublinhando que no acolhimento institucional, “O trabalho essencial não é mais do que uma disponibilidade para a construção de um espaço de uma nova relação (Strecht, 2002, p.98).

3.5. Família, que intervenção?

A família assume-se como o primeiro espaço de socialização da criança e do jovem. Neste, são interiorizados padrões de comportamento e criam-se relações. Giddens (2001) refere que a socialização primária ocorre na infância, no seio da família, e revela-se como um período significativo para as primeiras aprendizagens.

O conceito de família tem sido alvo de reflexões particulares de vários autores, Minuchin por exemplo (1974, citado por Sampaio & Gameiro, 1998), apresentou uma nova perspetiva de trabalho com as famílias. O autor postulou que a família é caracterizada por subsistemas e é importante que estes se distingam uns dos outros. Desta forma, o autor sublinha uma perspetiva sistémica da família, em que um dado acontecimento num subsistema vai ter uma influência direta em todos os outros subsistemas, modificando assim o sistema em si, neste caso, o familiar.

No acolhimento institucional a intervenção com famílias assume-se como um grande desafio para os profissionais. Estas encontram-se muitas vezes afetadas por uma multiplicidade de problemas. A família com múltiplos problemas integra diversas dificuldades que afetam um número indeterminado de membros que transportam nos ombros variados problemas que podem sobrepor-se e alternar-se (Alarcão, 2006).

De acordo com Alarcão (2006, p.317), a família com múltiplos problemas “é assistida por um conjunto de serviços – multiassistida – de forma a caminhar com vista ao desenvolvimento de uma família mais equilibrada, em termos de relação e de formas de estar entre os membros”.

De acordo com a autora, esta multiassistência ganha uma importância asoberbada com estas famílias, uma vez que as suas funções “naturais” estão comprometidas. Todavia, convém explicitar que estas famílias são

multiassistidas não por vontade própria, mas sim por iniciativa de terceiros (Alarcão, 2006).

A Educação Parental assume-se um campo de intervenção fundamental quando trabalhamos com crianças institucionalizadas. De facto, cada vez mais, as crianças e jovens chegam ao LIJs e aos CATs por parcas competências parentais, dificuldades estas nem sempre assumidas pelos pais.

Medway (1989, citado por Ribeiro, 2003) agrupa três grandes modelos de Educação Parental: modelo reflexivo (reflective); modelo comportamental (behavioral) e o modelo adleriano (adlerian).

Embora vá centrar a minha análise no modelo reflexivo, importa fazer referência aos modelos adlerianos ou behavioristas para percebermos o que os difere de um modelo mais assente na partilha e na reflexão. O modelo comportamental e adleriano designam-se modelos que enfatizam primordialmente as “competências de modelagem e controlo do comportamento”, centrando-se basicamente na formação dos pais e na produção de conhecimento por parte destes, o que nos remete para algumas ressalvas, pois falamos apenas em transmissão de conhecimento, onde os profissionais assumem o papel de formadores, de detentores do conhecimento, não existindo o estabelecimento de uma relação de confiança (Goodyear & Rubovits, 1982, citados por Ribeiro, 2003, p.41).

Podemos dizer que o modelo reflexivo se identifica mais com o projeto apresentado neste relatório, uma vez que este enfatiza a tomada de consciência dos pais sobre as necessidades da criança, assumindo-se um modelo centrado na pessoa. Contudo, importa refletir também sobre a conscientização das famílias, e não só e apenas no processo de consciencialização.

O conceito de conscientização é introduzido por Freire (2002) e pode ser compreendido como a forma crítica de pensar o mundo. Com este conceito o autor avança com uma nova forma de compreender os sujeitos e proporciona uma orientação prática relativamente ao trabalho que os técnicos devem desenvolver.

A leitura que fazemos do conceito de conscientização é que para existir mudança não chega os sujeitos consciencializarem-se dos seus problemas e recursos, mas é necessário conscientizarem-se dos mesmos, isto é, agir para mudar os aspetos que não estão tão bem nas suas vidas e rentabilizarem as suas potencialidades. Assim, o processo de mudança não termina com o

reconhecimento puro da situação pelo ser-humano mas esse processo prepara-o para agir, lutando contra os obstáculos que possa encontrar (Freire, 2002).

Gordon (1970, citado por Ribeiro 2003) realça a importância de apoiar os pais na educação dos filhos, com todas as dificuldades que este processo acarreta em si, desenvolvendo assim o programa PET– “Parent Effectiveness Training” – assumindo-se como um programa de maior realce no modelo reflexivo.

O PET tem como objetivo trabalhar a comunicação entre pais e filhos, promovendo assim o fortalecimento dos laços familiares. Este programa enfatiza a importância do “amor incondicional, a aceitação dos sentimentos da criança, a escuta ativa por parte dos pais, a importância da modelagem parental, o encorajamento da criança para encontrar soluções para os seus próprios problemas, a retirada da punição (física ou outra) para disciplinar a criança” (Gordon, 1979, citado por Ribeiro, 2003, p.32). Este programa assenta numa base Rogeriana, no que se refere à aceitação incondicional, pressuposto da relação de ajuda (Rogers, 1951,1963, citado por Ribeiro, 2003). A escuta ativa, o estabelecimento de uma relação de confiança para a partilha dos seus problemas e sentimentos é fundamental no caminho da mudança e da capacitação do indivíduo.

Ainda dentro de um modelo reflexivo, Ribeiro (2003) faz referência ao programa LTC – “Listening to Children” – que tem três objetivos principais: a exploração das experiências vivenciadas pelos pais enquanto crianças, para que estes as possam avaliar e provocar assim um efeito positivo nas suas práticas educativas; a importância da interação entre pais e filhos, o simples brincar com os filhos pode promover uma relação de confiança e de responsabilidade entre ambos; e, por último, desenvolver a capacidade dos pais para compreenderem as emoções dos filhos, as suas angústias e receios, no sentido de irem ao encontro das necessidades emocionais destes, recorrendo à escuta ativa e aos princípios da relação de ajuda (Wolfe & Haddy, 2001, citados por Ribeiro, 2003).

A reflexão, a partilha e a tomada de consciência das famílias pode funcionar como um primeiro passo para a capacitação no sentido da mudança, contudo não podemos esquecer que a família é um sistema, integrado e envolvido em vários sistemas, o que nos remete para a importância de uma intervenção sistémica junto destas.

4. DESENHO DO PROJETO “HERÓIS DE PALMO E MEIO” E AVALIAÇÃO DE ENTRADA

Um projeto de educação social designa o campo relacional, pessoal e profissional dos seus participantes. Assim, não podemos ignorar todo o percurso e história de vida que acompanha os atores de um projeto. Os projetos não são estanques, desenvolvem-se, vão se construindo e reajustando às necessidades dos atores daquela realidade. Quando desenhamos um projeto, temos a intenção de alterar a realidade existente, caminhar para a mudança na busca da utopia (Cembranos, et al., 2001). No entanto, só após um conhecimento da realidade e das características dos participantes é que podemos partir para a identificação de problemas e necessidades e, a partir daí, passarmos ao desenho, à construção da finalidade e à planificação do projeto.

Identificados os participantes do projeto, os problemas e as necessidades, estamos agora em condições de avançar com o desenho do projeto. Relembrando, por parte das crianças, foram identificados como principais problemas a falta de uma atenção personalizada e individual por parte dos técnicos, a dificuldade para compreenderem os motivos da institucionalização e o afastamento das famílias. Neste sentido, as necessidades que estas identificaram passam por terem uma atenção mais individual e próxima por parte dos técnicos e compreenderem os motivos da institucionalização.

Relativamente às famílias, estas identificaram, através do seu discurso, um problema central: dificuldades para perceberem a importância do seu papel no projeto de vida dos filhos, apresentando como necessidade: ter um papel mais ativo na construção do projeto de vida dos filhos. Estes problemas e necessidades foram identificados pelo grupo e pelas famílias, inclusive pelo Paulo e pelo Jorge, no entanto, importa clarificar que foram ainda definidos outros problemas e necessidades mais individuais com estes e com as suas famílias, como já explanado anteriormente neste relatório. Problemas, esses que se encontram na base da construção de dois subprojectos, o Subprojecto 1 – “Pensar para mudar”; e o Subprojecto 2 – “Uma nova vida”.

Relembrados os problemas e as necessidades, podemos avançar com a definição da finalidade do projeto, bem como com os objetivos gerais comuns. Contudo, e tendo por base os pressupostos da relação de ajuda, faz todo o sentido definir objetivos gerais, específicos, estratégias e ações adequadas e construídas em cada um dos subprojectos.

A finalidade pretende-se abrangente e, de preferência, no alcance da utopia. Desta forma, a finalidade deste projeto é a Participação das crianças e das famílias na construção dos seus projetos de vida com base na compreensão da institucionalização. Esta finalidade pretende responder à necessidade, que estas crianças manifestam, de compreenderem a sua permanência na instituição, bem como a necessidade das famílias se envolverem no projeto de vida dos filhos.

Definida a finalidade, passamos à definição dos objetivos gerais comuns: promover a capacidade para compreender o processo de institucionalização; desenvolver a consciencialização e conscientização das famílias sobre a necessidade de uma participação ativa no projeto de vida dos filhos.

4.1.Subprojecto 1 – Paulo – “ Pensar para mudar”

O subprojecto “Pensar para mudar” pretende responder às necessidades apresentadas pelo Paulo e que passam por: ter uma atenção mais individual e próxima por parte da educadora de referência; compreender os motivos da institucionalização; e melhorar as suas relações interpessoais. No caso da sua família identificou como necessidades: compreender os motivos da institucionalização; ter uma participação ativa na discussão e reflexão sobre o projeto de vida do filho; e compreender o filho e desenvolver práticas educativas adequadas.

Objetivo geral 1 - Promover a capacidade para compreender o processo de institucionalização por parte das crianças

Objetivos específicos:

- Compreender os motivos da institucionalização;
- Identificar o papel da família e da instituição na sua vida;

Objetivo Geral 2 - Promover comportamentos adequados nas suas relações interpessoais

Objetivos específicos:

- Diminuir a agressividade e os conflitos com o grupo de pares;
- Desenvolver a capacidade de escuta ativa, de conversar e refletir sobre os seus problemas;

Objetivo Geral 3 - Desenvolver a consciencialização e conscientização da família sobre a necessidade de uma participação ativa no projeto de vida do filho

Objetivos específicos:

- Compreender os comportamentos do filho;
- Desenvolver estratégias mais positivas na relação com o filho sem o recurso ao castigo físico;
- Reforçar positivamente o filho na promoção da sua auto - estima;

Estratégias e ações

No caso do Paulo, os momentos individuais são aqueles em que este consegue estar mais concentrado, como se sentisse que a atenção da educadora é só para ele, sendo nestes momentos que manifesta mais os seus sentimentos, como ansiedade e receios. Independentemente de se sentir mais confortável individualmente, também é difícil para este manter-se muito tempo no mesmo sítio. Desta forma, foi definido com este que, através de saídas de lazer, de conversas intencionais e do estabelecimento de uma relação de confiança, iríamos desenvolver a ação – “Passear para pensar”.

Relativamente à sua família, e uma vez estes terem alguma dificuldade em se deslocarem à instituição, através das visitas domiciliárias, da reflexão e da discussão como estratégias, pretende-se concretizar a ação – “Compreender o nosso filho”.

4.2. Subprojecto 2 – Jorge – “ Uma nova vida”

“Uma nova vida” pretende responder às necessidades específicas do Jorge: ter uma atenção mais individual e próxima por parte da educadora de referência; compreender os motivos da institucionalização; compreender a situação sócio-emocional da mãe e esclarecer todas as suas dúvidas e receios quanto à mudança de projeto de vida. Pretende também responder às necessidades identificadas pelo pai do Jorge: aprender a conhecer e a relacionar-se com o filho; e conseguir relacionar-se cordialmente com a mãe do filho.

Objetivo Geral 1 - Promover a capacidade para compreender o processo de institucionalização por parte das crianças

Objetivos específicos:

- Compreender os motivos da sua institucionalização;
- Identificar o papel da família e da instituição na sua vida;

Objetivo Geral 2 - Promover a regulação emocional do Jorge, através da aquisição de mecanismos que lhe permitam alcançar a estabilidade emocional

Objetivos específicos:

- Compreender a situação de instabilidade emocional da mãe;
- Partilhar as suas dúvidas e receios por ir viver com o pai;
- Melhorar a capacidade de resposta emocional aos problemas por forma a conseguir definir objetivos pessoais;

Objetivo Geral 3 - Desenvolver a consciencialização e conscientização da família sobre a necessidade de uma participação ativa no projeto de vida do filho.

Objetivos específicos:

- Explorar a relação com o filho;
- Conseguir apoiar o filho nos estudos;
- Compreender as necessidades sócio-emocionais do filho e respeitá-las;
- Conseguir relacionar-se cordialmente com a mãe do Jorge;

Estratégias e Ações

No caso do Jorge, assumindo o seu discurso, chamámos a uma das ações – “Posso ir contigo para o gabinete?”, uma vez que o Jorge se sente mais confortável e sente necessidade de falar individualmente com a educadora social sobre as suas angústias e receios, como já foi referido anteriormente. Esta ação será concretizada com recurso às seguintes estratégias: conversas intencionais; encontros individuais e o estabelecimento de uma relação de confiança.

Relativamente à família, especificamente ao pai, este procura bastante a instituição como um suporte para o processo gradual de integração do filho no seu agregado. Desta forma, definiu-se com o pai a realização de encontros quinzenais onde este pretende contar com o apoio da instituição num processo de reflexão e de mudança na sua vida e do filho. As conversas intencionais, a discussão e reflexão serão as estratégias utilizadas para a concretização da ação – “Preparar-me para receber o meu filho!”

Em consequência da relação de distanciamento existente entre o pai e a mãe do Jorge, e a pedido do próprio pai, foi definida com o pai e com a mãe outra ação – “Falar sobre o nosso filho.” Nesta ação será utilizada como estratégia a mediação na relação entre estes no acompanhamento ao filho.

Estes revelam, principalmente o pai, a preocupação com conseguir estabelecer uma relação cordial no que se refere ao acompanhamento do Jorge, sem que este se sinta dividido, ou culpado, por estar com o pai e não com a mãe (Apêndice F)

4.3. Recursos e obstáculos à intervenção

No que se refere aos recursos para desenvolvimento do projeto, este será desenvolvido nas instalações do IPT, mais especificamente do Grupo A, bem como em casa das famílias, quando para estas representar a sua zona de conforto. A nível dos recursos materiais realça-se a importância da utilização das carrinhas da instituição para as deslocações a casa das famílias.

Relativamente aos recursos humanos, este projeto conta com a participação da educadora social do grupo, com o apoio da equipa técnica, principalmente do psicólogo e da técnica de serviço social que, no desenvolvimento das ações com as famílias, poderão ser um recurso significativo, uma vez já se encontrarem envolvidos na intervenção com estas. A equipa educativa revela-se um recurso fundamental, já que se encontra em contacto direto com as crianças no quotidiano.

Porém, não podemos deixar de identificar alguns constrangimentos que podem comprometer o desenvolvimento do projeto. Na intervenção quotidiana junto das crianças, o fator tempo e o número de crianças no mesmo espaço dificulta uma intervenção concertada e sustentada, pois a intervenção psicossocial necessita de tempo e de espaços para auxiliar os participantes a pensarem sobre os seus problemas e possíveis soluções.

Um educador social e um A.A.E. revelam-se insuficientes para responder às necessidades de todas as crianças, inclusive aos imprevistos do quotidiano, como por exemplo situações de doença ou, mesmo, de conflitos intragrupais. Desta forma, o planificado com os participantes do projeto acaba sempre por ficar comprometido, ficando um pouco dependente da estabilidade, ou não, das rotinas do quotidiano.

4.4. A avaliação de entrada

A avaliação de entrada, como designam Stufflebeam e Skinfield (1995), concretiza-se na avaliação do desenho de projeto. Este constitui-se como o segundo momento avaliativo e permite refletir acerca da forma como correu a construção do projeto. De um modo geral, permite refletir acerca da coerência

do projeto desenhado e auxilia na compreensão da necessidade de o reajustar ou não.

Segundo Cembranos e colegas (2001), este momento constitui-se como a avaliação do desenho e permite conhecer a coerência e exequibilidade do projeto, cumprindo ainda a função de ajudar na hora de o desenhar e de tomar decisões sobre a sua estrutura.

Relativamente à finalidade deste projeto, parece-nos ir ao encontro dos problemas e necessidades identificados pelos participantes. Quanto aos objetivos gerais, estes foram formulados no sentido de responder às necessidades identificadas. Tendo em conta que o grupo vive nas mesmas circunstâncias, em acolhimento institucional, faz todo o sentido desenhar objetivos gerais comuns a todos, sendo que temos que ter consciência que a intervenção individual não pode ser desenvolvida com todas as crianças e suas famílias. Temos que perceber que não podemos interferir nas rotinas da própria instituição e das crianças, sendo que o tempo para o desenvolvimento do projeto também era limitado.

Contudo, importa referir que, após a identificação das necessidades, numa fase inicial de esboço do projeto existia a ambição de intervir individualmente com todas as crianças. No entanto, percebeu-se que não era exequível, tendo em conta o tempo disponível para o desenvolvimento do mesmo. Do mesmo modo, com as famílias, quer pelo fator tempo, quer pela pouca disponibilidade de algumas, seria muito difícil desenvolver o projeto com todas.

Desta forma, o projeto foi desenvolvido com o Paulo, com o Jorge e com as suas famílias, sendo que esta opção pode ser justificada pela urgência de intervenção nestes dois casos, uma vez que ambos atravessam momentos de maior complexidade nos seus projetos de vida. Neste sentido, as suas famílias também foram consideradas prioritárias para a intervenção. Contudo, a participação destas na construção do projeto não foi tão ativa como se pretendia, uma vez que a gestão do tempo nem sempre permitiu estar com estas famílias o tempo necessário para discutir e refletir sobre os seus problemas e necessidades de uma forma mais aprofundada.

O fator tempo tem-se revelado um constrangimento, assim como o acúmulo de funções a desenvolver pela Educadora Social, o que limita o tempo para estar com as famílias, bem como com as crianças. O facto de as crianças se encontrarem bastante envolvidas em tarefas escolares, terapêuticas, lúdicas e

desportivas tem-se revelado também um constrangimento à ação. Temos que estar atentos e ser cautelosos por forma a não as expor a demasiada intervenção, correndo o risco de estas não poderem simplesmente brincar.

Quanto à definição dos objetivos específicos, das estratégias e das ações, houve necessidade de reformular o projeto, pois, após um desenho no qual se definiram objetivos específicos, estratégias e ações comuns aos dois casos, percebeu-se que não estávamos a atender à individualidade da história de vida de cada um. Desta forma, o desenho foi reformulado através do desenho de dois subprojectos. Estes, embora com uma finalidade e alguns objetivos gerais comuns, apresentam objetivos gerais, específicos, estratégias e ações adequadas a cada uma das realidades dos participantes, indo ao encontro de problemas e necessidades mais individuais.

No que se refere à concretização dos objetivos definidos com o Paulo, com o Jorge e com as suas famílias parece-nos que - compreender os motivos da institucionalização - se assume como um objetivo específico a alcançar no tempo definido. Contudo, outros objetivos específicos apresentam-se mais difíceis de alcançar, como, no caso do Jorge, o objetivo específico – compreender a situação de instabilidade emocional da mãe –, que nos parece bastante ambicioso para o tempo previsto na planificação deste subprojecto.

De uma forma geral, consideramos que as estratégias vão ao encontro dos objetivos formulados em função das necessidades identificadas, contudo, receamos que os constrangimentos, já referidos, não permitam o desenvolvimento das ações de forma integral. Nos casos específicos do Paulo e do Jorge, consideramos que as ações são adequadas aos seus perfis e histórias de vida, pois permitem que estes tenham um tempo só deles, e que, com o apoio e auxílio da educadora, consigam pensar e compreender as situações traumáticas vivenciadas, assim como compreender a sua situação enquanto crianças em acolhimento institucional.

Quanto à planificação das ações, estas estão calendarizadas por forma a não interferirem nas atividades quotidianas do Paulo e do Jorge, assim como a respeitarem o tempo disponível por parte das famílias (Apêndice F). Contudo, perante constrangimentos não previstos, é necessário alterar o dia das ações e a sua periodicidade. No caso da ação – Conversar sobre o nosso filho – surge a dificuldade em conseguir a participação da mãe, já que esta tem revelado alguma resistência para participar no projeto de vida do filho.

Relativamente aos recursos para o desenvolvimento do projeto, os recursos económicos, que se concretizam basicamente nos custos das viagens a casa do Paulo, encontram-se assegurados. Quanto aos recursos humanos, parece-nos que podemos contar com o apoio da equipa técnica e educativa, podendo surgir algumas dificuldades na gestão do tempo destas.

Na avaliação de entrada faz todo o sentido definir indicadores de avaliação, apresentados nos quadros seguintes. Estes irão permitir confrontar a avaliação dos resultados com o desenho do projeto e, a partir daqui, avaliar se os objetivos foram alcançados ou concretizados com sucesso.

Quadro 1 - Avaliação de entrada - "Pensar para mudar"

Objetivos específicos	Indicadores
Compreender os motivos da institucionalização.	Não se culpabilizar pela institucionalização e identificar os verdadeiros motivos.
Identificar o papel da família e da instituição neste processo.	Identificar problemas e necessidades; definir com a família e com o IPT objetivos.
Diminuir a agressividade e os conflitos com o grupo de pares.	Diminuição das “queixas” da escola sobre a ocorrência de conflitos; Diminuição da frequência dos conflitos em contexto institucional.
Desenvolver a capacidade de escuta ativa, de conversar e refletir sobre os seus problemas.	Pedir ajuda ao adulto na resolução de problemas.
Compreender os comportamentos do filho.	Estabelecimento de uma relação empática, de aconselhamento e de escuta ativa para com o filho.
Desenvolver estratégias mais positivas na relação com o filho sem recorrer ao castigo físico.	Falar com ele sobre os comportamentos desadequados e explicar-lhe as consequências destes, diminuição dos castigos físicos.
Reforçar positivamente o filho na promoção da sua auto – estima.	Utilização de reforços positivos, como elogiar os seus progressos.

Quadro 2 - Avaliação de entrada - " Uma nova vida"

Objetivos específicos	Indicadores
Compreender os motivos da institucionalização.	Deixar de culpar a avó pelo acolhimento; perceber a implicação da mãe neste processo.
Identificar o papel da família e da instituição na sua vida.	Deixar de se sentir responsável pela mãe; agir como filho; diminuição da sua dependência do contexto institucional.
Compreender a situação de instabilidade emocional da mãe.	Perceber que a mãe não se assume uma retaguarda segura para ele; preocupar-se mais com as suas atividades quotidianas e com os estudos; diminuição da ansiedade.
Partilhar as suas dúvidas e receios por ir viver com o pai.	Diminuição da ansiedade no que se refere à mudança; manifestações verbais sobre a relação com o pai.
Explorar a relação com o filho.	Questionar os comportamentos do filho; interesse pelas motivações e interesses do filho.
Conseguir apoiar o filho nos estudos.	Articulação com a escola; acompanhamento e supervisão das tarefas escolares; interesse pelo seu percurso escolar.
Compreender as necessidades do filho e respeitá-las.	Satisfazer as necessidades do filho; acompanhar as saídas de lazer escolhidas pelo filho.
Estabelecer uma relação cordial com a mãe.	Articularem autonomamente os fins de semana e férias sem recurso à instituição; não discutirem, nem se ofenderem na presença do Jorge.

5.DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE PROCESSO

Neste capítulo, vamos descrever a forma como decorreu o desenvolvimento das ações e a avaliação de processo nos dois subprojectos desenhados com os participantes.

Embora não tenhamos definido critérios de avaliação para o processo, socorremo-nos de alguns indicadores para o avaliarmos, tais como a escuta ativa, o envolvimento, a participação ativa, a partilha de angústias e receios e a evolução dos participantes. A não definição de critérios justifica-se pelo desejo de não rigidez da avaliação de processo.

De acordo com Cembranos e colegas (2001), a avaliação de processo é útil para guiar o desenvolvimento do projeto, para que se obtenha informação útil de forma a poderem ser realizados os ajustes convenientes. Deste modo, procura explicações sobre tudo o que se passa, com vista a melhorar e refinar o desenho e a sua execução.

5.1.Pensar para mudar

“Passear para pensar”

Com o Paulo foi definido que, quinzenalmente, todas as quintas-feiras de tarde (período em que não tinha aulas), durante o mês de Maio, Junho e Julho, iríamos sair para passarmos algum tempo de lazer que, ao mesmo tempo, nos permitisse ir pensando e falando sobre os problemas identificados, quer pelo grupo, quer sobre alguns mais específicos identificados com o Paulo individualmente. Inicialmente, definimos que as saídas seriam escolhidas pelo Paulo, desde idas ao cinema, almoçar juntos, entre outras coisas que ele gostasse de fazer. No entanto, não foi possível concretizar todas as saídas que ele gostaria, quer pela limitação de tempo, quer por vários constrangimentos que foram surgindo ao longo do desenvolvimento do projeto.

A planificação nem sempre foi respeitada, tendo havido a necessidade de alterar o dia da semana ou, mesmo, a semana em consonância com as suas tarefas escolares, tentando assim não afetar os seus resultados. Claro que, para o Paulo, foi sempre difícil aceitar a alteração do dia, até porque revelava muita resistência ao estudo. Foram realizadas cinco sessões com ele, em virtude de alguns imprevistos que dificultaram respeitar integralmente a planificação.

O primeiro momento foi realizado no gabinete, uma vez que o Paulo tinha uma consulta médica a seguir e o tempo disponível não permitiu uma saída ao exterior. No entanto, neste dia ele não aceitou adiar o nosso encontro, pois estava muito agitado e insistiu para conversarmos, já que era o primeiro momento após termos desenhado e planificado o projeto “dele”.

Embora fugindo um pouco ao que estava previsto, que era a saída ao exterior, este primeiro momento mais calmo, em contexto de gabinete, foi o ponto de partida para toda a reflexão que o Paulo foi capaz de desenvolver ao longo do projeto. Calmo por um lado, agitado por outro, já que estava cinco minutos sentado e levantava-se, mudava de cadeira, punha-se de joelhos, querendo mesmo sentar-se no chão com a Educadora.

O trabalho realizado com ele começou por tentarmos construir “o mundo à sua volta”, ou seja, identificar, juntamente com ele, todos os sistemas relacionados com a sua vida, como forma de desmistificar a imagem negativa que tinha de si próprio e da culpa que se autoatribuía pela institucionalização: “Eu estou aqui porque me porto mal” (Apêndice G, p.195).

Através de um desenho, foi-lhe pedido que se desenhasse a si próprio e, à volta dele, fomos identificando, em conjunto, todas as pessoas e entidades que estavam envolvidas e tinham responsabilidade na sua vida. Claro que, num primeiro momento, isto lhe parecia um pouco abstrato, mas, com o auxílio da educadora, conseguiu perceber todos os sistemas à sua volta e a função de cada um, como era o caso da escola e da família, que identificou com um papel mais significativo na sua vida (Apêndice G).

Neste encontro, ele relatou vários episódios ocorridos no passado, importantes para uma melhor compreensão da sua história de vida, e que nos permitiu ir explorando e refletindo sobre soluções e alternativas para a resolução das mesmas: “...respondia aos professores, não fazia o que eles mandavam, não parava quieto...”; “mandavam-me para fora da sala e ia ao conselho, ralhavam comigo ou mandavam-me para casa um dia ou dois”.

Perante o seu discurso, foi importante fazer o Paulo pensar sobre o porquê dos seus comportamentos e, ao mesmo tempo, compreender as reações dos adultos à sua volta. Para este foi fundamental começar a questionar, quer os seus comportamentos, quer as consequências destes, pois aceita os castigos de uma forma passiva na sua vida.

Nos momentos seguintes, em que saímos para o exterior, como uma ida ao cinema ou, mesmo, um almoço no centro comercial, contextos mais afastados do institucional, ele conseguiu lentamente conversar e compreender os motivos da sua institucionalização. Nestas alturas, fomos refletindo sobre as funções de cada sistema na sua vida, a função da escola, da família, dos amigos, e foi revelando compreensão quanto à ligação entre os vários sistemas à sua volta e perceber que o motivo da institucionalização não era da sua responsabilidade. Foi-lhe explicado que o seu acolhimento aconteceu sempre com o objetivo de o proteger, já que, quando vivia com os pais, não estavam reunidas as condições para que estivesse em segurança e que, nesta fase da sua vida, os adultos que o rodeavam é que tinham essa responsabilidade, e não ele que ainda era uma criança.

Esta reflexão foi feita, sempre salvaguardando a não responsabilização direta dos pais, existiu sempre o cuidado que ele percebesse que os pais gostavam muito dele, mas que, por vários motivos, como económicos, sociais e, até, de saúde, como é o caso da mãe, não conseguiram assegurar o seu bem-estar. Durante o desenvolvimento da ação, este conseguiu compreender melhor o motivo de estar na instituição, que, não obstante os pais gostarem muito dele, sozinhos, não conseguiram responder adequadamente às suas necessidades, e que a sua integração na instituição teve como principal objetivo protegê-lo: “Então é para isso que estou no colégio, para me protegerem?” (Apêndice G, p.198). Para este foi fulcral compreender que a função dos adultos, e a sua institucionalização, estavam relacionadas com a necessidade de o proteger e de promover o seu bem-estar, e não, como este a percecionava até ao momento, por culpa sua.

A partir daqui, foi também importante que ele percebesse a importância de participar no processo de mudança. Nesta sequência, foi também explicado que os pais se encontravam disponíveis para o fazer, reforçando novamente que se encontravam com vontade de mudar aquilo em que consideravam ter mais dificuldades, uma vez gostarem muito dele e quererem o seu melhor.

Numa fase seguinte, passámos à reflexão sobre o presente, perceber qual a perceção que o Paulo tinha da sua vida naquele momento, que expectativas, que pessoas identificava como referência, como se sentia integrado na instituição e na escola, quem eram os seus amigos. Desenhámos o seu presente, caminhando para o futuro (Apêndice G).

Em contexto escolar, o Paulo revelava alguma dificuldade em identificar uma referência positiva, não evidenciando grande ligação ao universo escolar, referindo constantemente: “As professoras não gostam de mim, sou sempre o culpado de tudo, às vezes não faço nada, mas a culpa é sempre minha” (Apêndice G, p.200). Sobre a escola, referia-se sobretudo a um amigo em concreto, afirmando que esse sim era mesmo seu amigo, que o ajudava e que confiava nele. Nesta fase, foi importante que ele percebesse a diferença entre a sala de aula e os intervalos, já que as professoras o chamavam à atenção ou, mesmo, castigavam porque ele não conseguia estar atento e concentrado nas tarefas e que, por sua vez, esse fator podia prejudicar o seu aproveitamento escolar, daí os alertas.

Não podemos deixar de referir que a diretora de turma sempre se referiu ao Paulo de forma negativa, referindo várias vezes que não conseguiam aturar o Paulo, pela sua falta de educação e agitação constantes. Não podemos ainda ignorar o facto de que o Paulo apresentava sempre um discurso muito negativo de si próprio, referindo-se constantemente que na outra escola não gostavam dele e que constantemente chamavam o pai.

Revelou-se imprescindível tentar sensibilizar as professoras, através da Diretora de Turma, para a necessidade de compreender melhor o Paulo e apoiá-lo através de alguns reforços positivos e não somente através da punição, a que já se encontrava habituado em contexto escolar, e que só iriam contribuir para o “desânimo aprendido” que este revelava no quotidiano. No entanto, a Diretora de Turma sempre revelou alguma resistência para perceber que a história de vida do aluno influenciava a sua capacidade para controlar os seus comportamentos e atitudes.

Ao encontro dos objetivos definidos com o Paulo, fomos identificando os comportamentos mais adequados nos diversos contextos da sua vida, para que ele percebesse a diferença entre estes, na sala de aula, no recreio, chegando mesmo ao seu comportamento na instituição (Apêndice G). Foi necessário recorrer a exemplos de comportamentos mais, e menos, adequados para que

ele percebesse a diferença, e onde podia manifestar uns e outros. O recurso a situações práticas do cotidiano apoiou bastante o processo de reflexão.

Neste processo de reflexão, num dos momentos realizámos um exercício muito positivo para o Paulo: ele construiu um quadro onde identificou os comportamentos mais adequados nos diferentes contextos, como por exemplo na escola: Portar-me bem na sala; fazer os trabalhos; estar atento e respeitar as orientações dos professores” (Apêndice G, p. 204). Consideramos que foi importante ele conseguir transpor para o papel aquilo que íamos pensando em conjunto, tendo revelado compreensão relativamente àquilo que escreveu. No entanto, a sua desregulação emocional continuava a comprometer a capacidade de mudança efetiva.

Revelou-se também importante trabalhar com ele os limites, quer na relação com os pares, quer na relação com os adultos. Para ele, era difícil controlar a impulsividade, foi importante ele próprio compreender a necessidade de alterar alguns comportamentos e que isto dependia também da vontade dele. Ainda relacionado com os limites, foi necessário explorar com o Paulo a resolução dos conflitos com os pares e com os adultos.

Ao longo do desenvolvimento da ação foi importante realçar que tudo fazia parte de um processo e que precisava de traçar um caminho para que, lentamente, conseguíssemos caminhar no sentido da mudança. Ele precisava de sentir confiança nele próprio, e não se sentir pressionado, sentir que teria o seu espaço e o seu tempo para conseguir alterar os comportamentos e tudo aquilo que o preocupava naquele momento.

Ainda centrados no presente, o Paulo referia gostar de estar no “colégio”, identificava os amigos mais próximos dentro do grupo, no entanto, identificava o Manuel como o mais próximo que, curiosamente, era aquele com quem tinha uma relação de conflito constante. O Manuel assumia um pouco o papel de líder dentro do grupo e sentimos que, por esse motivo, o Paulo tentasse sempre estar perto dele, sentia necessidade de ser aceite pelo colega.

No “colégio”, identificava a educadora social como a sua principal referência, dizendo que confiava nela e que era a ela que recorria quando tinha algum problema. Dizia também que gostava dos A.A.E do grupo. Referia não ter muita paciência para aturar as crianças mais pequenas, o que também poderia estar relacionado com a sua agitação motora e impaciência perante

qualquer constrangimento. No quotidiano, envolvia-se constantemente em conflitos com os colegas, já que, por vezes, tinha brincadeiras desadequadas que os irritavam, não conseguindo parar quando eles o pediam. Neste sentido, foi importante trabalhar com ele a questão do respeito pela vontade dos outros, pois só assim conseguiria que os outros o respeitassem também (Apêndice G).

No entanto, da avaliação feita ao longo do processo consideramos que este objetivo só conseguirá ser alcançado se continuarmos a trabalhar com o Paulo no quotidiano. Quando as situações acontecem, é fundamental retirá-lo da situação de conflito e fazê-lo pensar sobre alternativas para a resolução do problema em questão, sem recurso à violência ou à agressão entre pares. Ao longo do desenvolvimento do projeto, foi perceptível que este trabalho tem de ser continuado no tempo e não apenas em ações programadas, ao encontro do que defende Gendreau (1978, citado por Capul & Lemay, 2003, p. 95), de acordo com o qual o educador torna-se num “terapeuta no e pelo acontecimento quotidiano”, tem de intervir no quotidiano através da partilha, quer por conversas informais, quer por atividades mais estruturadas, tendo como objetivo promover o processo de autonomização dos sujeitos para a resolução de conflitos que os afetam nos seus contextos de vida.

No presente, expressa sentir-se bem e consegue identificar as suas referências. No entanto, no que toca à família, revela alguma resistência em visitá-la ao fim de semana, sendo que, em conjunto com os pais e com ele, ficou definido que iria a casa quinzenalmente. Associamos este facto à idade dos pais e à incapacidade destes para acompanhá-lo em atividades de lazer, bem como ao estilo educativo mais autoritário do pai que lhe provoca algum receio e angústia. Tem vindo a manifestar mais recentemente que o pai “ está melhor, já não me bate e conversa mais comigo” (Apêndice G, p.202).

Após a reflexão sobre o seu passado, compreensão dos motivos da institucionalização e falar sobre o seu presente, surgiu uma questão ainda muito abstrata para o Paulo, o seu futuro. Nesta fase, apenas identifica os conselhos do pai como objetivos futuros: “Estudar, ser bom aluno e ter um bom emprego” (Apêndice G, p.206).

De acordo com o desenvolvimento da ação, parece-nos que, nesta fase, precisa de trabalhar mais as questões da sua própria identidade, construir um círculo de amigos mais alargado por forma a desenvolver o sentimento de

pertença a um grupo. De igual forma, necessita de se sentir mais compreendido pelo pai, uma vez que este sempre se assumiu muito “castrador” para ele, já que a mãe sempre assumiu um papel muito submisso perante o pai e um estilo educativo permissivo para ele. Quanto à sua permanência na instituição, embora revele compreensão quanto aos motivos da institucionalização, ainda se encontra muito confuso quanto ao seu projeto de vida, principalmente no que respeita à institucionalização prolongada ou ao regresso à família (Apêndice G).

De forma conclusiva, consideramos que a intervenção junto do Paulo deve ser contínua no tempo, pois, embora apresente uma evolução positiva, esta não se revela ainda suficiente para que este consiga alcançar a estabilidade emocional e comportamental de que necessita para um desenvolvimento harmonioso. De igual forma, ainda não se encontra suficientemente regulado emocionalmente para trabalhar a sua projeção no futuro e para ter uma participação mais ativa na construção do seu projeto de vida.

“Compreender o nosso filho”

Esta ação foi planificada com a família quinzenalmente, no entanto, quer por constrangimentos institucionais (transporte), quer por motivos pessoais da família, só foram realizadas quatro visitas domiciliárias. Tentou sempre articular-se a disponibilidade da família, e a disponibilidade da educadora para se deslocar à habitação, uma vez residirem afastados geograficamente da instituição. Perante estes constrangimentos, e o acúmulo de funções na instituição, algumas das visitas, em concordância com a família, foram realizadas ao sábado, o que não interferia com o trabalho no IPT.

Antes da reflexão sobre a ação, importa ressaltar toda a disponibilidade com que nos receberam na sua casa, tentando sempre que nos sentíssemos à vontade, bem como nunca demonstraram qualquer indicador de desconforto com a nossa presença, o que considerámos ser significativo para a mudança.

Num primeiro momento, foi importante com estes pais reconstruírem um pouco a história de vida do filho, “quem é o Paulo afinal”. Consideramos que este se assumiu como o momento chave para a exploração dos objetivos

definidos com eles, já que sempre manifestaram dificuldades em “lidar” com ele. Assim, e apesar de alguma confusão cronológica, fomos reconstruindo a sua história e, de certa forma, foi possível pôr os pais a pensar no Paulo, tendo-se assumido um momento de partilha para os pais e de escuta ativa para os profissionais. Foi um exercício muito importante para esta família, como se, de alguma forma, existisse esta necessidade, embora implícita, da parte destes. Foi ainda perceptível que o pai revela um estilo parental autoritário, surgindo crenças educativas desadequadas e de carácter restritivo e punitivo. A mãe revela um estilo parental permissivo, revelando dificuldades em colocar regras e limites ao seu filho (Apêndice G).

Após a reconstrução da história de vida do Paulo por parte dos pais, estes refletiram juntamente connosco sobre o porquê da institucionalização do filho. “Ó Doutora nós aqui não conseguimos dar-lhe o acompanhamento que ele precisa, eu bem lhe batia quando me faziam queixa na escola, mas não adiantava de nada” (Apêndice G, p.208).

Perante o discurso do pai, principalmente, já que a mãe adota uma posição muito submissa perante o marido, assumindo-se este como o patriarca da família, somos remetidos para a importância de uma reflexão em torno da identificação das dificuldades desta família e da consciencialização para a mudança e, não, para a aceitação pacífica da situação. Estes pedem a nossa ajuda para a aquisição de estratégias que lhes permitam compreender melhor o filho e os seus comportamentos: “ Diga-me como é que eu hei-de lidar com ele quando ele faz asneiras, ou tira negativas, eu bato-lhe e não adianta nada!” (Apêndice G, p.208).

Enquanto participantes ativos neste projeto, tentámos explicar aos pais que o Paulo necessita compreender a sua situação neste momento, bem como compreender-se a si próprio, como qualquer criança que se encontra a construir a sua própria identidade. Só com o apoio e aconselhamento de todos nós, principalmente da família, é que este conseguirá caminhar rumo à mudança, ou seja, à alteração dos comportamentos menos adequados ou menos positivos para o seu desenvolvimento. Revelou-se importante que a família percebesse que a evolução do Paulo depende de todos nós e do esforço que fizemos para apoiá-lo num processo de reflexão e compreensão da sua própria realidade. Tentámos contrariar um pouco a ideia pré-concebida, que a

família também assume, de que o Paulo foi para um “colégio” porque se portava mal.

No desenvolvimento desta ação, foi importante explicar aos pais o porquê e a importância do Paulo ser acompanhado em pedopsiquiatria e em psicoterapia, uma vez este ter diagnóstico de PHDA, perceberem que esta perturbação se encontra relacionada com a sua incapacidade para respeitar os limites, bem como para conseguir estar calmo e atento na sala de aula, já que o pai apenas atribui essas situações ao mau comportamento do filho. O pai acabou por assumir a sua descrença no diagnóstico, justificando, por esse motivo, não dar a medicação ao filho, informação que já nos tinha sido remetida pela CPCJ. No entanto, no fim da reflexão o pai agradeceu a explicação e referiu que a médica nunca lhe tinha explicado muito bem isto e que, para ele, o filho não tinha nenhuma doença.

Tentámos esclarecer os pais, explicando o que é PHDA, que se trata de uma perturbação do comportamento, caracterizada por: “um padrão persistente de falta de atenção e/ou impulsividade/hiperatividade, com uma intensidade que é mais frequente e grave que o observado habitualmente nos sujeitos com um nível semelhante de desenvolvimento” (DSM IV, 2002, p.85). Recorremos a alguns comportamentos do Paulo para que os pais conseguissem compreender melhor do que se tratava. Estes revelaram começar a perceber a importância de cumprir as orientações médicas, comprometendo-se a dar a medicação ao filho quando este vai a casa.

O estilo educativo mais autoritário assumido pelo pai remete-nos para a transgeracionalidade, já que este refere: “Eu fui educado assim, a levar porradinha velha e, por isso, fui sempre um homem honesto e trabalhador” (Apêndice G, p.209). Durante as visitas domiciliárias, fomos pedindo ao pai que nos contasse episódios passados de conflito ou dificuldades com o filho, questionando como os tinha resolvido, a que este respondeu sempre prontamente “Dava-lhe uma coça, tinha de ser para ele aprender...” (Apêndice G, p.209). Na sequência do seu discurso, fomos refletindo e pensando em conjunto acerca de como poderia ter tentado utilizar outras estratégias, principalmente o diálogo.

Foi sempre reforçada a importância de conversarem com o Paulo, de ouvi-lo, ou seja, a importância da escuta ativa e de tentar perceber como este se sentia perante problemas ou constrangimentos. Estes pais revelaram conhecer

muito pouco o filho, não porque não gostassem dele ou porque não se preocupassem, mas porque não revelavam consciência da importância do diálogo com ele. As poucas intervenções da mãe, mesmo quando motivada pela equipa a fazê-lo, centrava-se quase sempre no mesmo “ Eu já lhe disse, ele só sabia bater ao menino, tem que falar com ele” (Apêndice G, p.209). Percebe-se no seu discurso alguma revolta pelo facto do pai, no passado, bater frequentemente no filho; por outro lado, demonstrava algum medo do marido e algumas dificuldades intelectuais no processo de reflexão.

Segundo informações da CPCJ, esta seria vítima de violência doméstica, contudo, o seu padrão de vida e os valores matrimoniais faziam com que considerasse tal facto como normal na sua vida.

Da avaliação da ação, feita ao longo do processo, realçamos a capacidade do pai para começar a compreender a necessidade do acompanhamento médico especializado junto do filho, assim como o estabelecimento de uma relação de aconselhamento baseada na escuta ativa, na empatia e na aceitação incondicional, contribuindo assim para a promoção da sua autoestima e do seu autoconceito (Rogers, 1970). No entanto, podemos considerar que assistimos a uma tomada de consciência por parte da família, mas não podemos afirmar que tenham alcançado a conscientização, ou seja, que consigam pôr em prática tudo aquilo que foi refletido em conjunto, rumo à mudança. Temos de ser realistas e aceitar que o tempo de mudança depende de cada situação concreta, depende das particularidades de cada realidade.

Podemos realçar o empenho e a motivação da família para discutir, conversar e refletir sobre o futuro do filho, manifestando interesse quanto ao percurso de vida do Paulo, mas continuando, no entanto, a manifestar algumas dificuldades na mudança de atitudes. Não podemos esquecer a contextualização sociocultural; para além de residirem num meio rural, o pai já tem 68 anos e teve uma educação muito rígida e inflexível, o que poderá comprometer a sua ação enquanto pai. Ou seja, não podemos analisar, nem avaliar, uma situação sem a contextualizar social e culturalmente, entre outras particularidades importantes a considerar, como é a idade do pai.

Da avaliação do processo, podemos antecipar, mesmo antes de proceder à avaliação de resultados, que esta família deu início a um processo de tomada de consciência que deve ser fomentado e trabalhado até conseguirem alcançar

uma mudança mais efetiva, mais visível na prática, no cotidiano, e que seja transferida para a relação com o filho.

5.2. Uma nova vida

“Posso ir contigo para o gabinete?”

Nesta ação estava prevista a realização de seis encontros com o Jorge, mas foram realizados sete, mesmo assim considerados insuficientes, quer por este, quer pela Educadora, ambos partilhando da necessidade de continuidade da ação.

Quanto ao cumprimento das datas fixadas para estes encontros, foi definido com o Jorge que se realizariam quinzenalmente, à terça-feira, no entanto, pelo acúmulo de funções da Educadora, houve necessidade de alterar alguns dias, mostrando-se o Jorge compreensivo relativamente a esta alteração do plano.

Nos encontros com o Jorge, pretendeu-se, inicialmente, que ele sentisse que tinha o seu espaço, que tinha alguém para o escutar, necessidade manifestada por ele ao longo da sua institucionalização; o próprio nome da ação é resultado do seu discurso constante “ Posso ir contigo para o gabinete?”.

Estes momentos permitiram-lhe estreitar os laços de confiança com a Educadora de referência, bem como sentir que esta era um “pilar” para o apoiar em todas as mudanças que se avizinhavam na sua vida. Embora este já mantivesse uma relação de confiança com a mesma, a partir destes momentos foi-se sentindo mais seguro de si próprio, já que a relação era securizante para ele, o que contrariava toda a instabilidade a que tinha sido sujeito a nível familiar. Para o Jorge, era tudo muito confuso, já que não percebia muito bem por que ali havia de estar, quando, para ele, o seu lugar era junto da mãe.

Os encontros permitiram auxiliar o Jorge no processo de reflexão e de partilha sobre a sua história de vida; conseguiu pensar sobre o seu passado e em tudo que estava associado a este, o que, de alguma forma, o ajudou a perceber melhor o seu percurso de vida, principalmente os motivos da institucionalização. Combinámos fazer um exercício, a que o Jorge reagiu bastante bem, que consistiu em identificar o que de bom e o que de menos bom recordava da sua infância (Apêndice G). Nesta sequência, na sessão

seguinte entrou dizendo logo “ Pensei muito no que falámos da última vez” (Apêndice H, p.215). A partir deste momento, começou a relatar episódios da sua infância, chegando mesmo a identificá-los como negativos para ele, tal como a ausência da mãe durante o seu desenvolvimento. O facto de se preocupar com esta e sentir toda a instabilidade pessoal da mesma provocavam-lhe angústia. No entanto, o sentimento de proteção pela mãe continuava a invadi-lo, tentando sempre desculpabilizá-la pelos seus atos.

Não obstante, gradualmente, assistimos a um processo de capacitação, de apropriação de recursos internos que lhe foram permitindo, ainda que lentamente, perceber a realidade, ainda que longe de um processo de tomada de consciência nesse sentido. Consideramos que, relativamente à compreensão da instabilidade da mãe, o Jorge necessita de continuar a refletir e a partilhar os seus sentimentos e receios, pois só assim conseguirá clarificar toda a confusão que ainda o invade na sua vida. Contudo, um trabalho de proximidade desenvolvido com a mãe revelava-se fundamental para a consciencializar e conscientizar sobre o seu papel e a sobre a sua função enquanto mãe. Mas, como já referido anteriormente, a D. Andreia (mãe) mostrou sempre muita resistência para se envolver ativamente no projeto de vida do filho, alegando sempre muitos problemas pessoais que afetavam, e continuam a afetar, a sua capacidade de participação.

Gradualmente, o Jorge foi percebendo, e chegando mesmo a referir, que a mãe não cuidou dele, mas que este se preocupava muito com ela. Foi muito importante conseguir esclarecer, e perceber, que a sua ida para a instituição não se encontrava apenas relacionada com a avó, como este sempre tinha acreditado, ou tinha querido acreditar, mas, também, por falta de acompanhamento da mãe ao longo do seu desenvolvimento. Este começava a compreender os efeitos negativos da ausência da mãe na sua vida desde tenra idade (Apêndice H).

Contudo, não podemos esquecer que foi um processo muito doloroso para ele, foi necessário trabalhar primeiro com este a sua autoconfiança e auto estima. Revelou-se uma etapa muito relevante, reconstruir a sua história de vida e compreendê-la, apostando, a seguir, na promoção da sua capacitação para que conseguisse perceber os motivos da institucionalização. Assim, conseguiu suportar a frustração da realidade ao perceber que a idealização que fazia da mãe não correspondia totalmente à realidade. Na avaliação que ia

sendo feita com o Jorge ao longo do processo, este referiu que este momento terá sido um dos momentos mais duros para ele, revelando-se de grande tensão emocional, chegando, mesmo, a chorar durante as conversas.

No entanto, a função da Educadora passou também por contê-lo e confortá-lo nos momentos de sofrimento e de confronto com a realidade. O facto de ele encontrar compreensão e escuta ativa junto da Educadora assumiu-se como facilitador do processo. Antes de confrontarmos as crianças e jovens com a frustração, é fundamental desenvolvermos um trabalho com eles no sentido de os reforçar enquanto sujeitos, promover a sua capacitação, o que consideramos ter guiado a ação com o Jorge e ter contribuído para reforçar a autoconfiança deste (Payne, 2002).

Embora o Jorge tivesse conseguido identificar algumas fragilidades na mãe, continuava com inúmeras dificuldades em identificar coisas menos boas na vida dela, continua com pena desta, mas, ao mesmo tempo, sem perceber os motivos de esta ter uma vida tão instável e insegura, chegando mesmo a partilhar, “...Eu não estou em primeiro lugar para a minha mãe, nunca estive, porquê?” (Apêndice H, p.218). Claro que não foi fácil explicar ao Jorge os problemas pessoais da mãe, e que estes não dependiam dele, tendo sido importante que ficasse claro para ele que, nesse momento, a mãe não estava preparada, nem reunia as condições necessárias para cuidar dele.

Contudo, este é um assunto que precisará ainda de muita reflexão e escuta ativa para que este filho compreenda que, ao longo da sua vida, sempre se sentiu rejeitado, não conseguindo ainda compreender claramente os problemas da mãe. Compreender o seu sofrimento, e apoiá-lo, foi muito significativo para o Jorge, segundo o seu discurso, “...é por isso que eu me preocupo com ela, percebes?”, “ Claro que percebo Jorge, é perfeitamente normal que te preocupes com a tua mãe...mas não podes permitir que isso afete a tua vida e o teu bem-estar” (Apêndice H, p.218).

No que se refere ao relacionamento com o pai, nos encontros começou por falar muito pouco, os seus contactos tinham começado há relativamente pouco tempo e notava-se alguma reserva e timidez no relacionamento com este. Não podemos esquecer que, o pai esteve ausente da vida do Jorge durante muitos anos, por motivos vários já enunciados na história de vida da criança. No entanto, durante as sessões, lentamente começou a contar como passava os fins de semana com o pai, começou a questionar várias coisas; um dos seus

maiores receios passava pela sua “nova vida”. Ele ia manifestando a sua ansiedade sobre como iria ser agora, já que nunca tinha vivido com o pai, revelando medo de não conseguir adaptar-se ao contexto de vida do mesmo (Apêndice H).

O Jorge manifestava sempre muitas dúvidas e receios, pelo que combinámos que, durante o seu quotidiano, sempre que lhe surgisse alguma questão ou dúvida, tomasse nota na sua agenda e que, na sessão seguinte, poderíamos pensar juntos sobre elas. De facto, foi um exercício positivo para ele, pois tomava nota de tudo o que o preocupava e, nas sessões seguintes, tínhamos oportunidade para pensar e discutir sobre soluções, ou alternativas, para os seus medos e receios. No fim das sessões, ele próprio transmitia sentir-se mais seguro e confiante depois de falarmos sobre as coisas que o preocupavam naquele momento.

Entretanto, quanto mais tempo ia passando com o pai, mais questões trazia para as sessões, principalmente relativas ao seu futuro: por exemplo, começou a mostrar preocupação relativamente à escola: “...mas é preciso tratar da transferência, quem é que vai fazer isso?” (Apêndice H, p.219). Estas preocupações de carácter mais prático traduziam-se, de certa forma, na capacidade de projecção no futuro, por parte do Jorge, junto do pai, o que se revelou positivo ao longo do desenvolvimento do projeto. Neste sentido, escrevemos um texto através do qual o Jorge transpôs para o papel todos os seus objetivos para o futuro, imprimindo-o e guardando-o consigo como se fosse um guia para a vida futura.

Não podemos deixar de referir que, embora manifestasse sentimentos positivos e de projecção, continuava a manifestar vontade de poder partilhar as suas dúvidas com a educadora, mesmo depois de ir para casa; ele revelava não estar preparado para cortar a relação, não sendo também o que se pretendia. Foi sempre transmitida ao Jorge a disponibilidade da Educadora para o acompanhar, principalmente numa fase inicial da sua integração junto do pai.

Um momento que se revelou importante para o Jorge, foi aquele em que tomou a iniciativa de construir, autonomamente, um vídeo de despedida para os colegas e colaboradores da casa onde viveu durante cinco anos, uma casa que o tinha acolhido e que lhe custou deixar para traz, provocando-lhe emoção no momento de despedida. Para além de se despedir, pediu a todos uma dedicatória, juntando todas num pequeno livro representativo da sua vida ao

longo dos últimos cinco anos, querendo levar consigo uma lembrança de todos aqueles, que, de alguma forma, tinham feito parte de uma etapa da sua vida.

Da reflexão e da avaliação do processo desta ação, podemos destacar a importância do Jorge ter conseguido perceber o que conduziu à sua institucionalização, bem como começar a desmontar lentamente a imagem idealizada que mantinha da mãe. Não podemos deixar de sublinhar que esta se assumiu como uma realidade muito dura com a qual teve de se confrontar. Podemos considerar ainda que, com o desenvolvimento da ação, o Jorge foi-se encontrando a si próprio, enquanto sujeito, enquanto filho, ou seja, foi capaz de identificar-se nos diferentes contextos de vida. Mas, mais importante, de acordo com um dos objetivos do seu projeto de vida, foi capaz de explorar a sua relação com o pai, o que lhe provocou sentimentos muito positivos, como a promoção da sua autoestima, a sua autovalorização e preocupação com o seu futuro, em detrimento da preocupação e ansiedade constantes com a mãe que o tinham absorvido no passado.

“Preparar-me para receber o meu filho!”

Nesta ação foram realizados seis encontros, tal como planificado, com uma periodicidade quinzenal, mas sempre agendados de acordo com o horário de trabalho do Sr. António (pai do Jorge). Este compareceu sempre pontualmente em todos os momentos.

No espaço dos encontros com o pai, procurámos que este se sentisse confortável, de modo a poder partilhar as suas preocupações, dúvidas e desejos. O que se pretendia com esta ação era uma reflexão com o pai e, por meio desta reflexão, a co-construção gradual de uma relação de aconselhamento. Para tal, a equipa procurou que, nestes espaços, marcasse presença a escuta ativa, a não diretividade e a empatia (Rogers, 1970).

O pai e a sua companheira, com quem tivemos oportunidade de falar logo no início do projeto, revelaram uma postura muito acessível e disponível para falar e refletir sobre o projeto de vida do Jorge. O Sr. António fez sempre questão de referir a sua intenção de poder ter o filho junto de si, assumindo também a necessidade de colaboração por parte da instituição neste sentido,

“Eu nunca fui pai, é a primeira vez, não sei muito bem como lidar com isto, preciso da vossa ajuda” (Apêndice H, p.226).

Nos momentos de reflexão com o pai, foi importante que ele fosse capaz de falar um pouco do seu passado, também para percebermos que ligação este tinha, ou poderia estabelecer, com o filho. Pela sua história de vida, foi perceptível a separação da mãe do Jorge, quando este tinha apenas 6 meses, e, a partir daí, o seu percurso ligado ao mundo das drogas que o terá afastado cada vez mais do filho. No entanto, não deixava de fazer referência, até com alguma mágoa, às dificuldades sempre impostas pela mãe nos contactos com o filho (Apêndice H).

Percebeu-se que foi um momento algo constrangedor para o pai ter que nos expor a sua vida. Contudo, tentámos transmitir-lhe confiança e apoio nesse momento que se revelou difícil para ele. Tentámos que estivessem sempre presentes os pressupostos da relação de ajuda, pois só assim conseguiríamos estabelecer uma relação de confiança com este. Durante as primeiras sessões, foi relatando episódios do passado, do Jorge ainda bebé, e da mágoa que sentia por não ter podido acompanhar o seu crescimento e que, por esse motivo, queria fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para o poder acompanhar e, até de alguma forma, o compensar da sua ausência ao longo dos anos.

Nestes encontros, tivemos oportunidade para dar a conhecer um pouco mais do filho ao pai, dos seus interesses, características mais pessoais e, até mesmo de, algumas particularidades, como ser extremamente organizado e responsável pelas suas coisas, referindo que se apresentava como uma criança bastante afetuosa e apelativa nesse sentido. Por sua vez, o pai foi identificando alguns comportamentos e atitudes no filho que iam ao encontro do que lhe transmitíamos, contando-nos como corriam os fins de semana e colocando-nos algumas questões relativas à forma de lidar com o filho.

Da nossa parte, tentámos sempre ter uma postura de aconselhamento, tentando promover a capacidade do pai para explorar, por si próprio, a relação com o filho. Contudo, por vezes revelou-se inseguro e, desta forma, foi importante reforçar a sua autoestima e trabalhar com ele no sentido da sua capacitação enquanto pai, potenciando os seus próprios recursos.

No desenvolvimento desta ação, foi notável a evolução da relação entre pai e filho, a aproximação que o pai manifestava sentir por parte do filho, quer em relação a ele, quer em relação à sua companheira e família alargada. De igual

forma, ia-se percebendo a preocupação do pai com as questões mais práticas da vida do filho, a escola, a natação, as atividades que faziam parte do seu cotidiano. O pai mostrava uma enorme vontade de que o filho o aceitasse como pai, tal como ele era, e revelava receio da influência que a mãe poderia ter sobre este.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, o pai sentiu que o Jorge estava a crescer e que começava a sentir-se mais estável emocionalmente, não ficando tão ansioso com a mãe, ainda que o pai considerasse que, quando este ligava à mãe (segundo o pai era sempre o Jorge que ligava à mãe, e não esta ao filho) se notasse alguma tristeza ou desilusão. Normalmente, estes sentimentos eram despoletados por promessas não cumpridas, como, por exemplo, combinarem passar o domingo juntos e a mãe, no mesmo dia, ligar para avisar que afinal já não podia. O pai considerava que a pouca disponibilidade da mãe afetava o filho e isso entristecia-o de alguma forma.

Na avaliação feita ao longo desta ação, o pai foi demonstrando mais segurança e um esforço para conhecer mais profundamente o filho, tentando sempre corresponder às expectativas dele e dar-lhe aquilo que, no passado, não teve oportunidade de dar, “...atenção, amor e carinho...” (Apêndice H, p.229). Não obstante, mantém a sua preocupação quanto à relação do Jorge com a mãe, sentindo-a como negativa do ponto de vista emocional. Devolvemos ao Sr. António que era notória a evolução da relação entre ele e o filho e que, relativamente à mãe, teríamos que ser pacientes e continuar a investir sempre na promoção do bem-estar emocional do Jorge. Deveríamos continuar a tentar incluir a mãe neste processo, ainda que se tenha revelado difícil até aí, pois o projeto não tinha que terminar ali, tudo iria depender da vontade e participação destes enquanto atores ativos no processo.

“Falar sobre o nosso filho!”

Relativamente a esta ação, estavam previstos três momentos com o pai e com a mãe do Jorge, com o objetivo de mediar a relação entre ambos e discutirmos e refletirmos, em conjunto, sobre o seu projeto de vida. Foram realizados os três encontros, contudo com alguma dificuldade em encontrar datas, uma vez a D.

Andreia (mãe do Jorge) revelar alguma resistência ao seu envolvimento no projeto de vida do filho, mais ainda em ter que o partilhar com o pai.

No desenvolvimento da ação, foi sempre sentida muita mágoa entre os pais, principalmente a mãe, com alguma dificuldade em aceitar que o pai tivesse uma participação ativa na vida do Jorge. A mãe falava do Jorge com um sentimento de posse, contudo, não podemos esquecer que este sentimento de posse nunca foi concretizado na prática, já que o filho esteve aos cuidados da avó materna até chegar ao IPT, em 2009.

Foi sempre objetivo desta ação que nenhum dos pais se sentisse julgado ou avaliado pela instituição, o nosso objetivo principal, a pedido do pai e implicitamente partilhado pela mãe, era mediar a relação entre ambos no acompanhamento de um desenvolvimento harmonioso do filho. Pretendia-se desenvolver com eles uma relação de aconselhamento que permitisse que estes pudessem pensar e refletir sobre o bem-estar do filho, salvaguardando sempre o superior interesse do mesmo.

Ao longo desta ação, o Sr. António mostrou-se muito reservado e com imensa dificuldade para comunicar com a D. Andreia. Esta, por sua vez, falava constantemente, sempre num tom mais altivo e impetuoso, parecendo-nos uma defesa que assumia perante as suas fragilidades. Foi sempre bastante diretiva para o Sr. António sobre o que este devia, ou não devia, fazer com o filho, o que provocava algum desconforto na relação entre ambos. No entanto, o pai manteve-se sempre muito cordial, mas falando muito pouco, tentando sempre objetivar o assunto que se encontrava em causa, encontrarem um consenso quanto aos contactos e acompanhamento que ambos proporcionariam ao filho. O pai fez questão de reforçar que a relação entre ambos apenas se limitava a conversar sobre o filho, evitando qualquer tipo de outro contacto com a D. Andreia (Apêndice H).

O desenvolvimento da ação esteve muito centrado na promoção da consciencialização e conscientização dos pais sobre a importância de manterem uma relação cordial para o bem-estar do filho, sendo-lhes explicado que, neste momento, a estabilidade era fundamental, pois o Jorge precisava disso para se orientar perante a mudança que se avizinhava na sua vida. Embora os contactos entre a mãe e o filho pudessem acontecer sempre que não interferissem com as rotinas do Jorge, era importante que ele sentisse que,

naqueles dias certos, poderia estar com a mãe, ao invés de estar angustiado aguardando ansiosamente a disponibilidade desta.

A mãe enunciou os seus motivos, de ordem pessoal, profissional e económica, que a limitavam para estar mais tempo com o filho, tendo o pai assumido que assegurava os transportes sempre que necessário.

Perante a postura acessível do pai, a mãe ficou menos ansiosa e confessou estar a precisar de ajuda e se encontrar a ser acompanhada pela APAV. Reforçámos, junto dela, a importância de manter esse acompanhamento e, conseqüentemente, conseguir organizar a sua vida pessoal, permitindo-lhe assim passar mais tempo junto do filho. No entanto, o seu discurso ia sendo incoerente ao longo das sessões, na sessão seguinte já manifestava que estava muito melhor, referindo: “Mas quando eu tiver condições quero que o Jorge venha viver comigo”, o pai, por sua vez, comentava: “ Não precisas de ficar preocupada porque nunca foi minha intenção tirar-te o Jorge, até porque ele é muito ligado a ti, o que é preciso é respeitarmo-nos um ao outro e acordarmos como vão ser os contactos dele contigo, desde que não seja no horário escolar ele pode sempre estar com a mãe” (Apêndice H, p.240).

Na última sessão, foi ainda importante esclarecer os pais sobre a conferência, que iria ser realizada no tribunal, para alteração da medida de acolhimento institucional para a medida de apoio junto do pai e que, nesse momento, mais do que nunca, o Jorge deveria sentir os pais unidos, pois era a vida dele que se encontrava em causa. Ambos concordaram e perceberam, assumindo o compromisso de fazer um esforço acrescido para transmitirem apoio e confiança ao Jorge nesse momento.

Durante a conferência, em tribunal, tudo correu como previsto, a mãe manteve uma postura cordial, concordando com o que já havia sido discutido e refletido, quer com os pais, quer com o Jorge, tendo o acordo sido assinado por todos os atores envolvidos no processo. Neste acordo, ficou definido que seria aplicada a medida de apoio junto do pai, que este seria o responsável integral pelo desenvolvimento do filho, sendo permitido, e desejável, que este pudesse passar os fins de semana e alguns períodos de férias letivas na companhia da mãe.

Contudo, não podemos ignorar que se avizinha um processo relacional difícil entre os pais do Jorge que, no nosso parecer, merece a continuação do

projeto no sentido da mediação entre ambos, caminhando para a sua autonomização nesse sentido.

“Momento em Família”

Esta ação não estava prevista, mas, como se pode comprovar através da descrição das ações (Apêndice H), concretizou-se num único momento e foi combinada com os pais do Jorge com o objetivo de partilhar emoções e sentimentos, após a diligência em tribunal, e tudo que pudesse ter sido despoletado após aquele momento mais formal e oficial.

A D. Andreia chegou 30 minutos depois da hora marcada, enquanto o Jorge, na companhia do pai, aguardava ansiosamente a chegada da mãe. Chegada a mãe, começámos por desenvolver uma conversa intencional bastante tranquila, tendo o Jorge transmitido uma maior confiança em si próprio, acreditando mais nas suas capacidades e possibilidade de encontrar o seu caminho no futuro, sentindo-se bastante apoiado pelo pai. No papel de filho, talvez pela primeira vez, começava lentamente a acreditar que os pais iriam cuidar dele, ao contrário do que foi sentindo ao longo do seu crescimento, ele ter que ser capaz de cuidar da sua mãe, como se assistíssemos a uma inversão de papéis, mas, desta vez, positiva para o Jorge.

Os pais tentaram, nesse momento, transmitir a sua preocupação com proporcionarem tudo de que o Jorge tivesse necessidade, mostrando muita vontade de acompanhar o seu futuro. Contudo, os planos futuros da mãe continuavam a ser bastante utópicos, continuando a fazer promessas que provavelmente não terá possibilidade de cumprir. A mãe continuava a manifestar o seu medo de perder o filho, sentindo necessidade de reforçar que, quando se organizasse, este iria para junto dela, o que provocava já algum desconforto no Jorge, como se este já não acreditasse nessa possibilidade. O pai, numa postura mais coerente, dirigiu-se à mãe, mais uma vez: “mas eu não te quero tirar o nosso filho, eu só quero que ele não viva numa instituição” (Apêndice H, p.242).

Tornou-se importante refletir com a família que esta decisão não era irrevogável, mas que era a decisão mais positiva para o Jorge nesse momento, tendo sido discutida e avaliada por todos em conjunto. Deste modo, foi

importante deixar à consideração destes a continuidade destes momentos de partilha e de reflexão. O pai respondeu prontamente que, para ele, seria muito importante poder continuar a contar com o apoio da instituição neste momento inicial da integração do Jorge no seu agregado. Já a D. Andreia desvalorizou, de alguma forma, a nossa questão, dirigindo-se ao pai para o informar que lhe ligaria sempre que quisesse falar com o filho. Esta postura faz-nos refletir sobre o facto de que a mãe necessita de um acompanhamento mais especializado que talvez nós, instituição, não estejamos a conseguir dar resposta, nem a conseguir apoiá-la suficientemente.

Foi, então, apresentada aos pais a nossa disponibilidade para a continuação da realização destes momentos, sendo que o Jorge realçou querer continuar a vir ao IPT para poder falar com a Educadora sobre a sua vida, tendo esta mostrado disponibilidade para continuar a acompanhá-lo nesta fase de mudança.

5.3. Avaliação de produto

Para Cembranos e colegas (2001), o momento que se segue é a avaliação de produto. Este momento permite descrever e analisar os resultados do projeto relacionados com os objetivos e com as necessidades, para avaliar o sucesso do programa no seu conjunto. É útil para avaliar os efeitos produzidos, facilitando a tomada de decisão sobre a continuação, término ou modificação da ação.

Esta avaliação é objetiva já que avaliamos a resposta aos objetivos específicos delineados para cada subprojecto, tendo como ponto de referência os indicadores de avaliação formulados na avaliação de entrada.

“ Pensar para mudar”

No subprojecto “Pensar para mudar”, de acordo com os objetivos específicos e respetivos indicadores formulados, podemos concluir que estes foram parcialmente alcançados já que o Paulo iniciou um processo de tomada de consciência, conseguindo identificar, no exterior, a responsabilidade pela sua institucionalização, deixando de se culpabilizar por tal facto. Revelou

ainda, ao longo do projeto, compreensão quanto ao seu presente, identificando alguns problemas concretos que o afetam, conseguindo refletir sobre os seus comportamentos nos diferentes contextos que o envolvem, escolar, familiar e institucional. De igual forma, é visível alguma diminuição da agressividade para com os pares, bem como já começa a revelar alguma capacidade para não se envolver em situações que podem ser potenciadoras de conflito.

Relativamente ao seu futuro, continua a revelar-se muito abstrato, não conseguindo ainda refletir sobre isso nem definir objetivos a curto e médio prazo. Pese embora, na avaliação do processo, o Paulo ter revelado consciência quanto à necessidade de alterar os seus comportamentos, ainda existe um longo caminho a percorrer no processo de capacitação deste e na sua conscientização, transpondo para o seu quotidiano tudo aquilo de que foi tomando consciência ao longo do processo. Da avaliação realizada, o próprio Paulo considera necessitar de continuar a ação “Passear para pensar” para começar a “desenhar o seu futuro”; “... Eu quero continuar a falar e a sair contigo à quinta-feira” (Apêndice G, p.205).

Em paralelo, temos que cruzar a avaliação desta ação com a avaliação da ação “ Compreender o nosso filho”. Na ação desenvolvida com os pais foram sentidas e identificadas a motivação e a disponibilidade para a construção de uma relação mais positiva com o filho, principalmente do desenvolvimento de uma escuta ativa e de uma relação empática e de aconselhamento com ele. Durante a ação, os pais refletiram de forma consistente e interessada sobre o filho, a sua história de vida, as suas características, os seus problemas e potencialidades. Consideramos que o relato dos pais sobre a história de vida do filho e o auxílio da equipa na compreensão de algumas dificuldades que foram sentindo, e que ainda sentem, no acompanhamento do desenvolvimento do filho funcionaram como ponto de partida para conseguirem atingir o objetivo em causa.

Junto do pai identifica-se claramente a diminuição dos castigos físicos em detrimento do diálogo e da reflexão, o que tem contribuído para a promoção da autoestima do Paulo. A mãe continua com uma postura muito passiva no seu papel parental, continuando o pai a ser o “patriarca” daquela família. Contudo, o papel desta junto do filho revela-se positivo já que manifesta constantemente o “ amor” que sente por este. Já o pai, embora tenha iniciado um processo de mudança, continua a revelar dificuldades na manifestação de

afeto junto do filho, facto que se encontra relacionado também com a sua história de vida, como já referido ao longo deste relatório.

Consideramos que este processo de mudança deve continuar a ser fomentado e trabalhado na procura de uma mudança mais efetiva, na relação com o filho.

Estas conclusões remetem-nos para um redesenho do projeto que implicaria, junto do Paulo, um trabalho mais contínuo e mais centrado no quotidiano, não limitando a intervenção a ações programadas. De alguma forma, o trabalho no quotidiano também foi sendo feito, uma vez exercer funções de educadora social no grupo, o que permitiu contactos regulares com este, apesar destes acontecerem em grande grupo. O Paulo considera que necessita de mais tempo individual com a Educadora, queixando-se da falta de atenção desta nas rotinas diárias, já que os “pequenos ” estão sempre atrás dela. Claramente, o Paulo foi revelando uma enorme falta de atenção e a procura de uma relação afetiva e segura na promoção da sua regulação emocional.

Como pudemos avaliar ao longo do projeto, o trabalho com o Paulo tem de ser acompanhado pela intervenção com a família, tentando, juntamente com esta, fomentar e intensificar o processo de mudança já iniciado. Os pais, principalmente na voz do pai, manifestam disponibilidade e vontade para a continuação do projeto.

A equipa considera a continuação deste projeto como fundamental para o projeto de vida do Paulo, sendo, no entanto, necessário reformular os objetivos e as ações. Contudo, a equipa põe em causa a sua capacidade para continuar a desenvolver um trabalho tão próximo junto do Paulo e da família pela questão de tempo e do número de crianças em acolhimento, garantindo vir a desenvolver esforços nesse sentido.

“ Uma nova vida”

Ao longo do desenvolvimento do subprojectos pudemos identificar o sofrimento do Jorge ao confrontar-se com a realidade. No entanto, este confronto foi fundamental para conseguir atingir os objetivos formulados no desenho do projeto. Consideramos que o momento mais doloroso para ele aconteceu na altura em que conseguiu perceber que a sua institucionalização

não se encontrava diretamente relacionada com a avó, mas antes, e sobretudo, com a ausência da mãe ao longo do seu desenvolvimento. Tal facto permitiu-lhe compreender mais claramente os motivos da sua institucionalização.

Esta compreensão da realidade permitiu-lhe iniciar um processo de “desconstrução” da imagem idealizada que tinha da mãe. A partir daqui, o Jorge começou a perceber o seu papel enquanto filho, ao invés do papel de protetor que assumia junto da mãe. Desde então, começou a identificar lentamente algumas fragilidades da mãe que acabaram por prejudicar o seu desenvolvimento. Permitiu-lhe ainda iniciar um processo de autonomização e de “aceitação” quanto à presença do pai na sua vida, já que, até então, recusava-se a permitir a entrada deste no seu quotidiano, resistindo à possibilidade de integração no agregado do pai, preferindo a institucionalização.

Consideramos que conseguiu perceber claramente os motivos da institucionalização e identificar qual o papel do pai, da mãe, e da instituição na sua vida, acabando por identificar no pai a retaguarda segura que lhe poderia proporcionar o bem-estar necessário para a sua estabilidade. A par desta meta o Jorge começou também a preocupar-se mais com o seu quotidiano, com os seus objetivos, identificando mesmo alguns para o seu presente e futuro (Apêndice H).

Estabeleceu uma relação de confiança e de aconselhamento com a Educadora de referência, o que lhe permitiu partilhar as suas dúvidas e receios quanto ao seu futuro, principalmente quanto à sua “Nova vida”, ao ir viver com o pai. Esta relação e os momentos de reflexão e de escuta ativa provocaram junto deste a diminuição da ansiedade e do “medo” que sentia da mudança. De igual forma, começou também lentamente a identificar no pai um pilar e uma referência positiva na sua vida.

Importa sublinhar que este processo de crescimento emocional do Jorge acabou por facilitar a aproximação do pai e o fortalecimento dos laços entre ambos. Não obstante, o pai também manifestou muita vontade neste processo, questionando e procurando sempre junto da instituição auxílio no processo de conhecimento do filho, assim como na exploração da relação com este. Tal objetivo foi atingido, quer pelo pai, quer pelo filho. Não podemos deixar de realçar o empenho do pai neste processo, tentando sempre caminhar no sentido das necessidades do filho e em estar atento a todas as áreas da sua

vida, manifestando interesse em conseguir acompanhá-lo e apoiá-lo no seu percurso académico assumindo-o como uma preocupação. Conseguiu dar todos os passos necessários para a integração escolar do filho junto da sua área de residência, assumindo efetivamente, e em todas as vertentes, o papel de pai.

Relativamente à relação entre o pai e a mãe, o processo foi mais dificultado pela conflitualidade e pela animosidade entre ambos, consequência de uma relação conjugal difícil no passado. Consideramos que se verificou um esforço de ambos para a construção de uma relação saudável em favor do filho, porém, a mágoa e o ressentimento entre eles tem vindo a dificultar esta possibilidade.

Não podemos deixar de fazer referência à instabilidade emocional da mãe que prejudicou a sua capacidade para compreender e refletir sobre a necessidade de desenvolverem uma interação saudável, considerando a equipa e o pai que a relação entre ambos continua muito difícil, sendo que a mãe não revela ter consciência das suas dificuldades neste processo.

De forma conclusiva, consideramos que o Jorge beneficiaria da continuação do acompanhamento por parte da Educadora de referência com o objetivo de o apoiar num processo de integração plena junto do pai e, ao mesmo tempo, auxiliá-lo na compreensão do processo relacional difícil entre os pais, evitando que tal facto interfira no seu quotidiano e na sua estabilidade emocional. Esta avaliação é também partilhada pelo Jorge que refere constantemente que quer continuar a vir ao IPT para poder conversar com a sua Educadora (Apêndice H).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa final do trabalho, apresenta-se como necessário uma reflexão crítica acerca dos resultados e impactos do mesmo. As conclusões emergem sobretudo dos objetivos definidos, do enquadramento teórico e da análise e reflexão acerca do desenvolvimento do projeto.

No acolhimento institucional, a intervenção assenta, sobretudo, na qualidade das relações humanas e na comunicação afetiva, ou seja, na construção de uma relação de confiança e de respeito mútuo. Neste sentido, concluímos que a opção por uma intervenção psicossocial funcionou como um instrumento facilitador no processo de mudança das crianças e das suas famílias.

A reflexão, o aconselhamento e a escuta ativa assumiram-se como ferramentas chave no projeto. Citando Veiga (2011, p.21), estas práticas contribuem para “...garantir a aquisição de uma educação para a cidadania e o mais possível, um sentido de identidade, de autonomia e segurança, promotor do seu desenvolvimento integral.”

Como conclusão principal deste projeto, aferimos que o Paulo e o Jorge, embora com projetos diferentes, adequados às suas realidades individuais e familiares, conseguiram construir o “puzzle” das suas vidas.

Para o Paulo, o futuro ainda se revela muito indefinido sendo necessária a continuação de uma reflexão nesse sentido. Por outro lado, a mudança ao nível dos seus comportamentos começa a ser visível nos vários contextos que o envolvem, não obstante a necessidade de continuação da intervenção nesse âmbito. Relativamente à ação desenvolvida com a família, importa salientar o esforço do pai do Paulo na mudança do seu estilo educativo e na compreensão das dificuldades do filho, começando gradualmente a construir com este uma relação empática e de escuta ativa. Contudo, importa salientar que ainda existe um caminho a percorrer, uma vez que, embora se revele consciente quanto à necessidade de mudança, na prática ainda não se manifesta completamente efetiva. A mãe, embora com uma postura muito passiva perante o pai, também assume um papel importante na vida do filho já que tem junto deste uma

função protetora, cuidadora e afetiva, o que contribui para a promoção da sua regulação emocional.

O Jorge revelou capacidades para começar a desenhar alguns passos relativos ao futuro, mas este refere, ao longo das ações, a sua necessidade de continuar a ter o auxílio da Educadora no processo de mudança que atravessa, uma vez que a instabilidade emocional da mãe e a conflitualidade entre os pais ainda lhe provocam angústia e sofrimento.

Ao nível familiar, destaca-se o envolvimento e a motivação por parte do pai na exploração da relação com o filho e na preocupação em conseguir responder às suas necessidades e interesses mais pessoais. A ação que previa a mediação entre o pai e a mãe – “Falar sobre o nosso filho!” -, segundo avaliação de todos os participantes, não provocou mudança na relação entre os pais ao longo do processo, sendo que a mãe se encontra numa situação de grande fragilidade emocional, o que pode ter comprometido os resultados da ação desenvolvida, assim como nos faz pensar se as estratégias adotadas terão sido as mais corretas. Assim, devemos refletir e redesenhar a intervenção com ela.

Relativamente aos problemas centrais identificados junto do grupo, decorrentes da análise da realidade e identificados na avaliação do contexto, fica um sentimento de “incompletude” pelo facto de não ter sido possível desenvolver o projeto com todas as crianças do Grupo A. Contudo, devemos ser realistas e aceitar que, na prática, não conseguiríamos fazê-lo em consequência dos constrangimentos já referidos ao longo do relatório. A intervenção em grupo poderia ter sido uma alternativa que permitiria o envolvimento de todas as crianças. Porém, também sabemos que, em contexto institucional, todas as rotinas e dinâmicas se realizam em grupo, daí decorre o apelo explícito por uns e implícito por outros relativamente à necessidade de uma atenção mais individual e personalizada.

Neste sentido, e defendendo que as necessidades manifestadas pelos atores da realidade são primordiais, deixamos o compromisso de, gradualmente, ir desenvolvendo uma intervenção psicossocial individual com cada um deles, de acordo com os recursos e tempo disponíveis para a ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2006). *(Des) equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. M. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado, & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes: Vol. 2 - Crianças* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto.
- American Psychiatric Association (2002). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (DSM-IV-TR; Tradução de J. N. Almeida, 4.^a edição). Lisboa: Climepsi Editores.
- Bairrão, J. (1994). A perspetiva ecológica na avaliação de crianças com necessidades e suas famílias: O caso da intervenção precoce. *Inovação*, Vol. 7, 1, 37-48.
- Bateman, A., & Holmes, J., (1998). *Introdução à Psicanálise: Teoria e práticas contemporâneas*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Bloch, J. (1999). *Uma introdução às psicoterapias*. Lisboa: Climepsi.
- Boutinet, J. (2002). *Antropologia do Projeto*. Lisboa: Artmed.
- Bowlby, J. (1944). Forty-four juveniles thieves: Their characters and home life. *International Journal of Psycho-Analysis*, XXI, 19-53.
- Canavarro, M. (1999). *Relações afetivas e saúde mental*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Capul, M., & Lemay, M. (2003). *Da educação à intervenção social*. 1.^o vol. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, A. D., & Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Ceballos, P. L. (1994). *Un metodo para la investigacion – accion participativa*. (s.l.): Editorial Popular.
- Cembranos, F., Montesinos, D. H., & Bustelo, M., (2001). *La animación sociocultural: una propuesta metodológica*. Octava Edición. (s.l.): Editorial Popular.
- Clemente, R. (2009). *Inovação e modernidade no direito de menores. A perspetiva da lei de proteção de crianças e jovens em perigo*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educação e Cultura, vol XII, 2*, 455-479.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco [CNPCJR/IDS]. (2000). *Crianças e jovens que vivem em Lar – Caracterização e dinâmicas de funcionamento*. Lisboa: CNPCJR/IDS.
- Delgado, P (2006). *Os direitos das crianças – da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.
- Faria, S. M., Salgueiro, A. G., Trigo, M. L., & Alberto, I. M. (2008). As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Perceções em torno das vivências de institucionalização. Comunicação proferida no *I Congresso Internacional em Estudos da Criança*. Universidade do Minho, Braga.
- Fernandes, N., & Tomás, C. (2011). A participação infantil: Discussões teóricas e metodológicas. In M. Mager, V.R. Muller, E. Silvestre, & A.J. Morelli (Eds.), *Práticas com crianças, adolescentes e jovens: Pensamentos desencantados*. Brasil: Maringá.
- Franco, V. (1999). Formação possível para uma profissão impossível. O professor e a sua formação psicológica. In A. Bertão, M. Ferreira, & M. Santos, (Org.), *Pensar a escola sob os olhares da psicologia* (pp. 161-172). Porto: Afrontamento.
- Freire, P. (2002). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Guerra.
- Garbarino, J., Dubrow, N., Kostelny, K., & Pardo, C. (1992). *Children in danger - Coping with the consequences of community violence*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Guerra, I (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso*. Historil: Horizonte.
- Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gleitman, H. (1999). *Psicologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Profissional do Terço (2010 a). *Regulamento Interno*. Porto: Instituto Profissional do Terço.
- Instituto Profissional do Terço (2010/2011). *Modelo Sócio - Educativo*. Porto: Instituto Profissional do Terço.
- Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro de 1999 (1999). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco*. Recuperado em 10 de Dezembro, 2012, de <http://dre.pt/pdfs/1999/09/204A00/61156132.pdf>.

- Lopes, F. (2009). Putos do Pombal...Uma nova narrativa social?. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Martins, E. (2007). Regulação emocional diádica, temperamento e nível de desenvolvimento aos 10 meses como preditores da qualidade da vinculação aos 12/16 meses. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga.
- Martins, P. (2004). Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco. Representações sociais, modos e espaços. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho, Braga.
- Martins, P. (2005). A qualidade dos serviços de proteção às crianças e jovens –as respostas institucionais. VI Encontro Cidade Solidária: *Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?*, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Martins, P., & Santos, M., (2011). A experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos. *IV Encontro sobre Maus Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência*, Porto.
- Monteiro, A (1996). A avaliação nos projetos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. *Sociologia – problemas e práticas*, 22 (137-154).
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 367-377.
- Pacheco, A. (2010). Ancorados num Porto de Abrigo: Exploração e avaliação da realidade de uma instituição de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Porto, Porto.
- Payne, M. (2002). *Teoria do trabalho social moderno*. Coimbra: Quarteto Editores.
- Pereira, M. (2008). Desenvolvimento de crianças em centros de acolhimento temporário e relação com os seus cuidadores. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Minho, Braga.
- Pereira, F. (2010). A avaliação do impacto da formação – Um estudo exploratório na força aérea. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pérez, V. (1992). *Evaluacion de la animacion sociocultural: guia de orientacion para animadores*. (s.l.): Editorial Popular.
- Pinheiro, A. (2011). O Crescimento físico e o desenvolvimento mental de crianças institucionalizadas: O impacto do temperamento e da qualidade dos cuidados

- numa perspetiva longitudinal. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Minho, Braga.
- Petrus, A. (1997). *Pedagogía Social*. Barcelona: Ariel Educación.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L., (2003). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Editora Gradiva.
- Ribeiro, M. (2003). Ser família. Construção, implementação e avaliação de um programa de educação parental. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade do Minho, Braga.
- Rogers, C. (1970). *Tornar-se pessoa*. Lisboa: Moraes Editores.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1998). *Terapia familiar*. Porto: Edições Afrontamento
- Siqueira, A.C., & Dell`Aglío, D. D., (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 71-80.
- Soares, N. (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem Fronteiras*, 6 (1), 25-40.
- Strecht, P. (2002). *Crescer vazio – Repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Stufflebeam, D. L., & Skinfield, A. J., (1995). *Evaluación sistemática: Guía teórica e práctica*. Barcelona, Buenos Aires & México: Ministério de Educación e Ciência.
- Veiga, S. (2011). O profissional de educação social num lar de infância e juventude. *Revista galego-portuguesa de psicología e educación*, vol 19,2, 21-34.
- Winnicott, D. (2002). *Privação e delinquência* (3ª edição). Brasil: Martins Fontes.

VOLUME II

Índice Volume II

ANEXOS	93
Anexo A – Modelo socio-educativo	94
Anexo B – Regulamento interno	108
APÊNDICES	138
Apêndice A – Entrevista semi-estruturada à técnica de serviço social	139
Apêndice B – Entrevista semi-estruturada ao psicólogo	145
Apêndice C – Notas de campo	149
Apêndice D – Caracterização das crianças e jovens	164
Apêndice E – Notas de campo-avaliação do contexto	183
Apêndice F – Planificação	192
Apêndice G – Descrição das ações – Pensar para mudar	194
Apêndice H – Descrição das ações – Uma nova vida	213

ANEXOS

Anexo A – Modelo socio-educativo

INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO

“EDUCAR E FORMAR COM AFECTIVIDADE”



MODELO SÓCIO EDUCATIVO

2010/2011

1. Identidade da Instituição

O INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e de Educação, fundada em 24 de Novembro de 1891, reconhecida como Instituição de Utilidade Pública por Decreto de 22.07.1926, e agraciada com a Medalha de Mérito “GRAU OURO” da Câmara Municipal do Porto.

Finalidade da Instituição: Com base nos estatutos da instituição, o Instituto Profissional do Terço prossegue como principal finalidade o acolhimento e a educação integral de crianças e jovens em risco, do sexo masculino, sinalizadas pelas entidades com competência jurídica em matéria de infância e juventude. Cabe a instituição a definição e concretização do projecto de vida de cada criança e jovem.

População: O Instituto Profissional do Terço acolhe neste momento 48 crianças e jovens do sexo masculino, dos 6 aos 18 anos, com prorrogação até aos 21. Estão divididos em quatro grupos, 3 grupos de aproximadamente 13 crianças e jovens, e um grupo de 9 jovens que se encontram em fase de pré autonomia.

Desde Setembro de 2008, com assinatura do protocolo do plano DOM, que é feita a gestão centralizada de vagas pela Segurança Social. Desta forma passamos a receber preferencialmente jovens do distrito do Porto.

2. Enquadramento legal

As Crianças e Jovens que se encontram acolhidas na valência do LIJ carecem de um meio familiar que possa prover às suas necessidades. Os menores encontram-se acolhidos na sequência de situações de risco e/ou perigo

identificado. A aplicação legal deste acolhimento baseia-se na aplicação da Lei 147/99 de 1 de Setembro que rege as instituições desta índole.

Segunda a citada Lei, as linhas essenciais deste sistema são:

- O objetivo centrado na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral;
- A limitação da legitimidade de intervenção às situações de perigo, quando esse perigo resulta de atos ou omissões dos pais, representante legal ou quem tenha à guarda de facto ou, resultando da Ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem, aqueles que não se oponham de modo adequado a remover o perigo.

A consagração (art.4.º) dos princípios orientadores de toda a intervenção, obedece a:

- Privacidade
- Intervenção Precoce
- Intervenção Mínima
- Proporcionalidade e atualidade
- Responsabilidade Parental;
- Prevalência na família;
- Obrigatoriedade da informação
- Audição obrigatória e participação
- Subsidiariedade

Os princípios e valores em que assenta o cuidar do outro em acolhimento residencial têm a sua génese nos direitos fundamentais que devem ser promovidos e garantidos a todos as crianças e jovens, famílias, colaboradores, dirigentes, especialistas e todos os restantes com quem a valência se relaciona.

3. Orgânica do LIJ

3.1 Organigrama

O organigrama da instituição segue em anexo.

3.2 Direcção

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: José Manuel Cadão Formosinho

Vice-Provedor: José Alberto Varandas

Secretário: José Maria Oliveira leitão

Tesoureiro: Rogério do Carmo Pereira Pinto

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: João Baptista Vasconcelos Miranda Magalhães

Vice-Presidente: Fernando José Pinto Seixas

1º Secretário: José Manuel Morais do Vale Soares

2º Secretário: Lara Manuel Tavares da Fonseca e Silva Formosinho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo Miguel Matos Vallada

Secretário: Paulo Jorge Pinheiro Gonçalves

Relator: António Abílio Ferreira da Silva Soares da Costa

1.2 Equipa Técnico – Educativa

Diretor Técnico	Daniel Formosinho
Acolhimento Grupo A 12 Crianças (6-12 anos)	Tânia Ferreira – Educadora Social Liliana Correia – Ajudante de Ação Educativa Camilo Fonseca – Ajudante de Ação Educativa Paulo Pereira - Auxiliar de Ação Educativa
Acolhimento Grupo B 14 Jovens (12-15 anos)	Tiago Santos – Educador Social Ricardo Ferraz - Auxiliar de Ação Educativa Ernesto Barros - Auxiliar de Ação Educativa Eurico Valongo - Auxiliar de Ação Educativa
Acolhimento Grupo C 14 Jovens (15-18anos)	Igor Magalhães – Educador Social Ricardo Ribeiro - Auxiliar de Ação Educativa Rosário Magalhães – Auxiliar de Ação Educativa Jorge - Auxiliar de Ação Educativa
Apartamento Autonomia 6 Jovens (18-21 anos)	Ricardo Araújo – Educador Social
Departamento Serviço Social	Manuela Cardoso
Departamento Psicologia	Gustavo Oliveira

1.3 Equipa de Apoio

Secretário da Mesa Administrativa	Jorge Paulo Rodrigues
Secretaria	Ana Paula Reis
Cozinha	Fernanda Gonçalves (Chefe de Secção) Fernanda Mendes Manuela Campos
Lavandaria	Conceição Santos Fátima Magalhães
Auxiliares de Serviços Gerais	Ana Maria Silva Daniel Ferreira Leite

3.5 Alas de colhimento

As crianças e jovens estão integradas em diferentes Alas de acordo com a sua faixa etária, com o apoio diário e vigilância nocturna de auxiliares de ação educativa, e coordenação de um Educador Social, responsável pela planificação e gestão do quotidiano das crianças e jovens bem como de gestão da equipa de trabalho.

3.5.1 Serviço Social: O Serviço Social intervém na organização dos processos individuais, na actualização de dados do historial de cada educando e na implementação dos contactos com as famílias, tendo em vista não só o conhecimento das situações como também na construção de um projeto de intervenção com as famílias e avaliação dos mesmos. Pretende-se sempre uma intervenção participada e discutida com as famílias no âmbito do Plano Socioeducativo Individual de cada criança ou jovem. No entanto o trabalho com as famílias abrange sempre que possível e que se justifique as diferentes áreas de intervenção, serviço, social, gestor de caso (educador social) e serviço de psicologia. Relativamente à solicitação de informação pela CPCJ ou EMAT

sobre a evolução de cada educando, o Serviço Social colabora na elaboração do respetivo relatório social.

3.5.2 Educação Social: È responsável pelo processo de organização e gestão das actividades do LIJ, na construção do projecto de vida de cada criança ou jovem, assim como, acompanhar e orientar a sua concretização.

O trabalho da Educação Social passa por uma intervenção directa no LIJ abrangendo todas as áreas do quotidiano de cada criança ou jovem, trabalhando no treino das competências pessoais e sociais.

A Educação Social é ainda responsável por colaborar com a restante equipa na intervenção familiar no âmbito do projeto de vida das crianças e jovens.

3.5.3 Serviço de Psicologia e Orientação: O Serviço de Psicologia e Orientação assegura o acompanhamento do educando, individualmente ou em grupo, durante o processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no LIJ e com a comunidade envolvente, bem como, na articulação com outros serviços de saúde mental.

3.5.4 Voluntariado: O Serviço de Voluntariado é fundamental para o atendimento personalizado e o acompanhamento das crianças e jovens com mais dificuldades, fundamentalmente a nível escolar e, sempre que possível, a nível social ou de saúde.

3.5.5 Estagiários: Estabelece com as entidades responsáveis pela formação, escolas ou universidades, protocolos no sentido de facultar aos estagiários a possibilidade de efetuarem estágio no LIJ, o que se tem revelado um mais-valia para as crianças e jovens em acolhimento.

4. Equipamentos e estruturas

Neste momento o edificado já completou as obras no primeiro piso, onde funcionam a Ala B e C respetivamente do lado esquerdo e do lado direito do piso. Funcionam isoladamente, ambas equipas com quartos, casas de banho, sala e cozinha. O objetivo é que nesses espaços os jovens tenham acesso a tudo

que é necessário no cotidiano, não tendo que deambular pela imensidão do lar, já que o piso 0 ainda se encontra aguardando a intervenção para requalificação do espaço, onde a médio prazo passará a acolher o grupo da Ala A, que ainda se encontram na parte antiga da instituição, no Edifício Mãe.

5. Objetivo do LIJ

O Instituto Profissional do Terço tem a responsabilidade de acolher e educar crianças e jovens em risco.

Afigura-se-nos assim, que a “Educação e formação com afetividade”, a “Educação para a Cidadania” e a “Educação para a Autonomia” deverão erigir-se no Modelo Sócio Educativo do Instituto Profissional do Terço.

5.1 Objetivos Gerais do LIJ:

- Acolher os educandos com disponibilidade e afeto;
- Proporcionar uma integração e socialização acompanhada e afetuosa na Instituição e em todas as respostas sociais/atividades;
- Avaliar o perfil pessoal, social, psicológico e de saúde dos educandos residentes, encaminhando-os para apoios especializados, como acompanhamento terapêutico específico;
- Acompanhar individualmente as crianças e jovens;
- Proporcionar aos educandos a satisfação das suas necessidades de acordo com os recursos financeiros da Instituição;
- Promover a educação integral dos educandos residentes despertando vocações, aptidões e talentos, com recurso a candidatura a programas auto financiados;
- Promover competências de Autonomia;
- Promover o sucesso escolar, apoiar a construção de itinerários de educação/formação e de projetos de vida integrados, e favorecer o acesso às oportunidades de educação e formação profissional

- Incentivar a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos solidários e abertos ao conhecimento;
- Mobilizar e reforçar as potencialidades das crianças e jovens, com vista ao seu desenvolvimento global e integrado, e promover a cidadania activa e o desenvolvimento de uma atitude crítica e construtiva;
- Desenvolver iniciativas no sentido de promover a responsabilidade social das empresas e organizações locais, favorecer a integração social e profissional dos jovens e apoiar o seu processo de autonomização;

5.2 Objetivos específicos do LIJ

5.2. 1 Acolhimento

O Plano Desafios, Oportunidades e Mudança (DOM), de acordo com o Instituto Segurança Social (2009) atualmente na segunda fase do seu alargamento, possibilita às Instituições a requalificação técnica, permite desenvolver novas metodologias e estratégias de intervenção que fomentem a mudança.

O LIJ assume uma responsabilidade educativa e social no desenvolvimento integral e individualizado de cada criança/jovem, reconhecendo nela um actor de direitos e deveres.

Desta forma, a intervenção do LIJ tem como objetivos específicos:

- Acolhimento;
- Avaliação Diagnóstica;
- Plano Socioeducativo Individual;
- Organização e gestão das atividades;
- Construir e implementar e avaliar projetos de vida;
- Desinstitucionalizar em tempo útil;
- Intervir junto das famílias e trabalhar em rede;
- Reestruturação e implementação dos Instrumentos de Trabalho na receção e intervenção com os educandos;

- Trabalhar as competências para a pré-autonomia e autonomia, recorrendo ao Programa UMBRELA;
- Melhorar as condições de bem-estar e segurança dos utentes com recurso ao apoio de entidades públicas e privadas.

6. Apartamento de Autonomização

Resposta social desenvolvida em equipamento - Moradia inserida na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

Este é uma nova resposta social criada pelo Instituto Profissional do Terço que funciona como uma resposta organizada e sustentada, destinada a preparar os jovens adultos, nomeadamente o quando da inexistência de uma retaguarda familiar sustentada e segura, na transição de um sistema de acolhimento residencial para a vida ativa e em plena autonomia.

Trata-se ainda de uma aposta do Instituto Profissional do Terço em garantir o futuro dos jovens adultos que, depois de um acolhimento em LIJ, não estão ainda preparados para enfrentar os desafios da vida autónoma. É, portanto, uma mais-valia determinante para o sucesso de cada jovem adulto que estes adquiram ou alcancem os seguintes objetivos:

- Definir Projetos Individuais;
- Proporcionar o apoio psicológico;
- Realizar com os jovens o treino de competências pessoais, sociais e escolares;
- Proporcionar aos jovens apoio económico no sentido de treinar a gestão financeira;
- Proporcionar a aquisição de competências básicas e de organização e gestão do apartamento;
- Trabalhar a formação escolar com vista à inserção profissional;

- Promover a educação para a saúde;
- Promover e acompanhar o plano de transição para a vida autónoma.

7. Apoio à sustentabilidade em autonomia de vida

A constatação da saída casa vez mais tardia dos jovens adultos da casa dos pais, como resultado da precariedade do emprego e dos baixos salários, levam o Instituto Profissional do Terço a criar uma nova resposta social, em plena autonomia de vida, numa residência partilhada – Residência “Delfim de Lima”, com o apoio do programa “Incentivo” da Câmara Municipal do Porto.

Os utentes residentes são apoiados por um Técnico designado pela mesa administrativa do Instituto Profissional do Terço.

8. Estratégias de Intervenção

Definidos os parâmetros que balizam a Ação psicossocial e educativa da instituição, apontam-se a seguir algumas estratégias que não são exaustivas, até para não retirar criatividade à Equipa Técnica e Equipa Educativa, e possibilitar a abertura da Instituição a colaborações exteriores capazes de fomentar a inovação e a experimentação:

- Acompanhamento próximo e individualizado no quotidiano;
- Trabalho de competências pessoais e sociais;
- Acompanhamento psicológico;
- Programa Umbrella (competências de autonomia);
- Recurso a atividades normativas e ao desporto como instrumento de socialização, de aquisição de regras, de disciplina e cooperação;
- Organização e realização de atividades de ocupação dos tempos livres, da responsabilidade dos Técnicos, Equipa Educativa e Programa ESCOLHAS, promovendo sempre atividades partilhadas com as crianças da comunidade;

9. Planeamento, realização e avaliação de atividades

O planeamento das atividades é realizado pela equipa técnico-educativa, crianças e jovens, concretizado e avaliado por todos. Sendo que cada grupo conta com um plano de atividades mensal realizado por cada grupo.

O quotidiano da instituição é pautado pelas seguintes atividades:

- Análise dos pedidos de Admissão;
- Acolhimento;
- Avaliação da situação inicial da criança ou jovem;
- Acompanhamento individual da criança ou jovem com vista à promoção da autonomia;
- A transição para a vida ativa, apoiar o processo de autonomização e favorecer a integração socioprofissional;
- Projeto de Vida;
- Qualidade de vida/ satisfação das necessidades básicas;
- Programa Escolhas;
- Sessões de esclarecimento;
- Desporto;
- Expressão Plástica
- Atividades culturais/comemorativas;
- Atividades em férias letivas;
- Reuniões das equipas de intervenção direta no LIJ;
- Reuniões semanais da equipa técnica
- Reuniões com a Direção;
- Planeamento;
- Promover a articulação com os recursos da comunidade envolvente

As supracitadas atividades encontram-se descritas no plano de atividades 2010/2011 em anexo.1

10. Documentos Oficiais

Regulamento Interno: O Regulamento Interno constitui um importante documento que define o carácter jurídico do Instituto Profissional do Terço, as estruturas, órgãos de funcionamento e as normas de convivência e atuação da instituição.

Manual de Acolhimento: Neste documento são enunciadas as práticas comuns da instituição no acolhimento de crianças e jovens.

Modelo Socioeducativo: Este modelo permite-nos perceber como é realizado o planeamento, realização e avaliação das atividades da instituição.


11. Avaliação das atividades

Faz parte da dinâmica educativa a apreciação do nível de execução de cada acção prevista no plano de atividades, a apreciação global dos resultados alcançados nas diferentes estruturas da Instituição.

Para esta avaliação são usadas as reuniões de cada grupo e da equipa, a recolha de opiniões de todos os elementos da equipa, bem como em reuniões com as crianças e jovens, tornando-os intervenientes ativos do processo. Os instrumentos de trabalho mais significativos na avaliação são os Planos Socioeducativos Individuais, que nos permitem avaliar todas as ações desenvolvidas com as crianças e jovens.

A partir desta avaliação conjunta permite-nos perceber e identificar as ameaças e as oportunidades na intervenção, visando sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados às crianças e jovens, bem como a própria satisfação de todos os colaboradores, internos e externos.

Anexo B – Regulamento interno



INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO INSTITUIÇÃO DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA E
JUVENTUDE

REGULAMENTO INTERNO 2010

“EDUCAR E FORMAR COM AFECTIVIDADE”

O presente REGULAMENTO INTERNO, centrado na actividade principal da Instituição – O LAR DE INFANCIA E JUVENTUDE-, pretende ser um instrumento de sistematização da organização, coordenação e gestão das vertentes de acolhimento, integração, educação, orientação vocacional, formação, acompanhamento psicológico, escolar, pedagógico, na saúde, na ocupação dos tempos livres e na prática desportiva.

O PROVIDOR

José Formosinho, Mestre em Adm. e Planificação. da Educação

Aprovado em Reunião da Mesa Administrativa de 04.05.03

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Profissional do Terço desenvolve a sua atividade principal de SOLIDARIEDADE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO na área da Infância e Juventude, tendo para o efeito em funcionamento um LAR PARA CRIANÇAS E JOVENS privados de um meio familiar funcional.

A Instituição desenvolve ainda outras atividades secundárias, com as mesmas preocupações de solidariedade social e de educação, nomeadamente um CATL para crianças de meios desfavorecidos, um Apartamento de Autonomização e uma Residência partilhada, designada por “Delfim de Lima”, para jovens adultos com emprego precário e salário insuficiente para uma vida autónoma.

O INSTITUTO PROFISSIONAL DO TERÇO pretende responder de forma adequada às necessidades das crianças e jovens, no quadro das situações de risco.

LAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Conceito

Os LIJ's são equipamentos sociais que têm por finalidade o acolhimento de crianças/jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global.

A acção desenvolvida pelos lares destina-se a apoiar as crianças e jovens no quadro da consagração dos seus direitos e garantias.

Os LIJ'S são regulamentados pelo decreto-lei n.º 2/86 de 2 de Janeiro onde se prevê que estes equipamentos sociais têm por finalidade o acolhimento de crianças/jovens, proporcionando-lhes um desenvolvimento biopsicossocial

positivo. Os LIJ'S assumem responsabilidades educativas e sociais no desenvolvimento integral e individualizado de cada criança/jovem, reconhecendo nela um actor de direitos e deveres.

Uma das dimensões a realçar na missão dos Lares de crianças e jovens é a estreita e fundamental colaboração com a família biológica para proporcionarem as condições necessárias para que a criança ou jovem regresse à sua família. O corpo técnico do LIJ assume-se como uma mais-valia para responder às situações de risco que a criança/jovem teve que enfrentar. O funcionamento destes lares, segundo Ramião (2006) deve favorecer uma relação afetiva de tipo familiar, uma vida diária personalizada e a integração na comunidade.

I - OBJECTIVOS DO LIJ

Geral:

Acolher, educar e formar menores do sexo masculino que se encontrem em situações de risco (social, psicológico e físico) e trabalhar a autonomia.

Específicos:

- 1 - Acolher as crianças e jovens com disponibilidade e carinho;
- 2 - Proporcionar a satisfação das necessidades básicas a todos os menores;
- 3 - Promover a integração dos menores na família, desde que se verifique a eliminação ou a melhoria das causas que conduziram ao seu acolhimento;
- 4 - Promover, manter e facilitar a sua integração na comunidade;
- 5 - Promover a sua valorização pessoal, profissional e social, proporcionando os meios necessários para o efeito;
- 6 - Definir o perfil pessoal, social, psicológico e de saúde das crianças e jovens, encaminhando-os para apoios especializados sempre que se justifique;
- 7 - Desenvolver e estimular o conceito de auto estima necessária ao seu desenvolvimento global;

8 - Proporcionar todas as condições necessárias para uma vida saudável e assegurar toda a assistência médica necessária;

9 - Promover, em colaboração com a família, a escola e outras estruturas da comunidade, o desenvolvimento e formação dos jovens de forma a adquirir e interiorizar as normas e valores que lhes permita uma plena integração na sociedade;

10 - Recriar no LIJ o espírito da família, estimulando a afetividade entre educandos e educadores;

11 - Responder às necessidades resultantes da realidade social contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade das crianças e jovens;

12 - Incentivar a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos solidários e abertos ao conhecimento;

13 - Promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo, à livre troca de opiniões e à cultura;

14 - Contribuir para a realização das crianças e jovens através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, morais, cívicos e estéticos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento futuro;

15 - Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos de vida de cada criança ou jovem, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;

16 - Assegurar a igualdade de oportunidades, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar para o efeito o conjunto de intervenientes no processo educativo;

17 - Contribuir para a realização pessoal e comunitária das crianças e jovens, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis

mas ainda pela prática e aprendizagem da educação formativa, informativa e criativa dos tempos livres:

28 - Salvar a integridade física e psicológica das crianças e jovens;

29 - Abrir o Projeto Educativo à participação e colaboração das Instituições e Técnicos de Educação, Ação Social e de Cultura;

II – PROCESSO DE ADMISSÃO

a) Condições de Admissão

O LIJ destina-se a crianças/jovens, a quem foi aplicada uma medida de promoção e proteção de acolhimento institucional.

1. No âmbito da gestão centralizada de vagas só poderão ser acolhidos menores residentes no distrito do Porto, todos os outros que residam noutros distritos terão que ter o pedido fundamentado no sentido que o afastamento do distrito de residência seja benéfico para o menor, sendo assim, são admitidos no I.P.T. menores do sexo masculino a partir dos seis anos de idade que se encontrem em situação de risco encaminhados pela Segurança Social.

2. A decisão para a admissão dos educandos é da responsabilidade da Segurança Social, em articulação com a Direção Técnica do LIJ.

3. Devem ser acompanhados de todos os documentos identificativos, bem como as informações de saúde (física e mental) necessárias a um acompanhamento/tratamento adequado a cada um, e ainda, de um relatório social onde conste as razões que determinaram a sua institucionalização.

b) Acolhimento e Integração

- Acolhimento

O programa de acolhimento inicial tem uma programação, mais ou menos fixa, a realizar-se durante a primeira semana após a chegada da criança/jovem ao LIJ e nele deverá constar a designação do gestor de caso; a identificação e organização do espaço da criança/jovem; a familiarização com os espaços

coletivos do LIJ; a familiarização com os pares do LIJ; a familiarização com os adultos do LIJ, bem como com os seus espaços de trabalho e suas funções; o conhecimento das regras e modo de funcionamento do LIJ pelas crianças/jovens e pelas suas famílias.

- Avaliação diagnóstica

Estabelecer diretrizes gerais de forma a reunir informações que permitam à equipa técnica do LIJ, conhecer a criança/jovem para poder avaliar as suas potencialidades e fragilidades nos diferentes sistemas para elaborar o seu projeto de vida.

c) Processo Individual da Criança e Jovem

Após a decisão da entrada da criança ou jovem é estritamente necessário dar início à abertura do seu processo individual, onde devem constar todas as informações referentes a estes, nomeadamente a lista de contactos da criança/jovem, a lista de pertences, a avaliação diagnóstica; os registos de diligências/contactos efetuados; a correspondência oficial; o Plano Socioeducativo Individual (PSEI) e o Plano Cooperado de Intervenção (PCI).

Desta forma o processo individual deve contemplar os seguintes elementos:

- Designação da Instituição – Instituto Profissional do Terço;
- Nome da criança ou jovem;
- Número do processo interno;
- Número do processo de Promoção e Proteção;
- Ficha do processo de admissão;
- Lista de pertences da criança ou jovem;
- Documento sinalizador do pedido de admissão;
- Lista de contactos da criança ou jovem;
- Avaliação Diagnóstica:
- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica de saúde;

- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica psicológica;
- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica escolar;
- Documentos e informações sobre a avaliação diagnóstica familiar;
- Mapa de contactos: natureza e resultados;
- Registos de contactos efetuados;
- Registo de saídas autorizadas;
- Correspondência oficial com o Tribunal, CPCJ, ECJ ou outras equipas locais;
- Correspondência oficial com a família;
- Correspondência oficial com outras entidades;
- Plano Socioeducativo Individual (PSEI);
- Plano Cooperado de Intervenção (PCI);

A atualização do Processo Individual é um procedimento constante e da responsabilidade do gestor de caso.

d) Plano Socioeducativo Individual (PSEI)

Após o acolhimento, cumpre à equipa avaliar as potencialidades e fragilidades da criança ou jovem, de forma a definir as estratégias e atividades a desenvolver com esta. Esta intervenção vai consubstanciar-se em objetivos e projetos distintos, com vista a promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais, sociais e escolares de modo a trabalhar a reintegração da criança/jovem na família e/ou a sua autonomização.

A elaboração do PSEI deverá implicar a intervenção de toda a equipa e da própria criança ou jovem.

e) Saída da Instituição

1. Após uma avaliação diagnóstica adequada e um Projeto de Vida bem estruturado deve ser feita uma transição segura da criança e jovem da

instituição, quer no sentido da sua Autonomia, quer no retorno á sua família, sempre que existam condições para isso.

2. Quando as circunstancias demonstrarem haver uma relação de maior proximidade entre os progenitores e o educando, poderá ocorrer uma fase de transição em que este passará a usufruir de um regime de semi-internato até à eventual integração na família.

3. Nas mesmas condições, e com prévio acordo do tribunal de menores ou outra entidade similar, poderão as crianças e jovens ser entregues a famílias de acolhimento, depois de um período probatório, e desde que se obriguem a assumir todas responsabilidades decorrentes da alteração do projeto de vida da criança ou jovem.

4. A partir dos 15 anos e depois de ser feita uma avaliação do seu Projeto de Vida pela Equipa Técnica e reunidos os critérios definidos de admissão, poderão os jovens iniciar um percurso de pré-autonomização ou transitar para o Apartamento de Autonomização, após reunião com a Direção Técnica.

5. Ao longo do acolhimento é feita uma avaliação da situação familiar, profissional, académica e nível de autonomia, para posteriormente verificar se existem as condições necessárias à sua saída ou não.

6. Os educandos que estiverem próximo de perfazerem os 18 anos de idade, se for sua vontade continuar acolhidos na instituição, terão que solicitar ao Tribunal / CPCJ a prorrogação da medida de Promoção e Proteção até aos 21 anos de idade.

7. A continuidade do acolhimento na instituição poderá ainda ocorrer no apartamento de autonomização se se verificar ausência de retaguarda familiar.

8. Após saída da instituição é assegurada o acompanhamento de reintegração do jovem por um período estimado de seis meses, todavia prolongado sempre que se justifique.

III – INTERVENIENTES, COMPETÊNCIAS, RESPONSABILIDADES E GESTÃO DO PROCESSO EDUCATIVO

Os comportamentos de todos os profissionais que trabalham no LIJ devem pautar-se pelo bom senso, experiência, sabedoria e técnica, com o objetivo de desenvolver nas crianças e jovens comportamentos refletidos, ajustados e assertivos, no quadro de uma cidadania responsável e madura.

Os profissionais deverão assentar a sua Ação nas boas práticas, procurando estruturar um ambiente promotor de sucesso.

Cabe ainda aos profissionais a realização de uma análise profunda da população a quem dirigem a sua Ação, e para que tal aconteça, devem-se ter em conta os seguintes indicadores:

- A idade e as necessidades das crianças e jovens;
- O projeto de vida de cada criança ou jovem;
- Retaguarda familiar e articulação com a Rede Social de apoio;
- As características da estrutura residencial.

a) Apoio Técnico Multidisciplinar

A atualização, implementação e avaliação do modelo de acolhimento e educativo das crianças ou jovens é feita por uma Equipa Técnica Multidisciplinar, coordenada por uma Direção Técnica.

b) Acompanhamento Psicológico

- Acolhe, avalia e elabora programas de acompanhamento psicológico.
- Avalia a relação com pares e adultos. Avalia e intervém na relação grupal e integração na Instituição.
- Interage e desenvolve trabalhos na equipa técnica na monitorização de todos os casos e conseqüente acompanhamento.

- Desenvolve projetos de vida para as crianças e jovens. Acompanha e desenvolve programas de intervenção nas famílias.
- Elabora e acompanha processos de autonomização.
- Faz acompanhamento psicopedagógico e avaliação nas dificuldades de aprendizagem. Está em contacto com as escolas e acompanha o processo escolar. Incrementa estimulação cognitiva e estabilidade dos afetos nas crianças e jovens do L.I.J.
- Faz Orientação vocacional.
- Efetua visitas domiciliárias, articulando com outros técnicos.
- Cria respostas, programas de intervenção e acompanhamento nas situações problemáticas decorrentes do processo de integração ou regresso à família.
- Faz acompanhamento individual sempre que necessário.

c) Serviço Social

- Avaliar a situação sócio familiar de cada criança ou jovem acolhida;
- Elabora e organiza o processo das crianças e jovens,
- Elabora diagnósticos sociais;
- Elabora, implementa, acompanha e avalia projetos de intervenção para as crianças e jovens, em conjunto com equipa multidisciplinar;
- Contacta e estabelece relações de cooperação e parceria com outras instituições e entidades, articulando-se com estas para a resolução dos problemas das crianças e jovens e suas famílias;
- Acompanha e avalia a evolução das crianças e jovens, mantendo os seus processos individuais atualizados;
- Efetua visitas domiciliárias, articulando com outros técnicos;
- Articula e promove a relação entre crianças e jovens e suas famílias;
- Elabora relatórios sociais das crianças e jovens que acompanha;

- Ajuda e incentiva as crianças e jovens a resolver os seus problemas, sempre que possível através dos seus próprios recursos, de modo a desenvolver uma maior autonomia e responsabilidade;
- Verifica se as necessidades das crianças e jovens estão a ser satisfeitas e se estão a ser prestados todos os cuidados necessários;
- Apoiar os jovens no seu processo de autonomização, sempre que possível articuladamente com os outros interventores na rede de que farão parte, ajudando-os a desvincularem-se do Lar bem como a assumirem responsabilmente a sua vida, de acordo com as suas capacidades e grau de maturidade;
- Articula com escolas, autarquias, centros de saúde, entre outras entidades, determinadas condições que permitam a melhoria das condições de vida e de assistência às crianças e suas famílias.
- Acompanhar o processo de saída de crianças e jovens tendo em conta sua integração social, estabelecendo contactos interinstitucionais.

d) Educação Social

- Elabora e organiza o processo das crianças e jovens,
- Caracterização da população alvo e meio social em que se encontram;
- Diagnostica e analisa situações de risco;
- Concebe, planifica e dinamiza campanhas preventivas de educação básica e de adultos, de educação para a saúde, de planeamento e formação familiar e outras atividades de carácter cultural, educativo, recreativo e ocupação de tempos livres;
- Avaliação diagnostica da criança ou jovem nas áreas da educação, saúde e familiar;
- Articulação com rede social contribuindo para uma resposta global e adequada as necessidades da população do LIJ;

- Realiza atividades práticas de integração, de formação e desenvolvimento pessoal, apoiando a construção de projetos de vida;
- Incentiva as crianças e jovens a desenvolverem a sua criatividade e inovação, canalizando essas potencialidades para atividades úteis ao próprio e aos que o rodeiam, promovendo desta forma a sua integração;
- Cria condições para incrementar participação das crianças e jovens na comunidade, operacionalizando os princípios de empowerment, advocacy e do mainstreaming;
- Articula/promove a relação entre crianças e jovens e suas famílias;
- Ações de mediação familiar e treino de competências sociais;
- Desenvolve projetos educativos extraescolares com vista a prevenção do abandono escolar precoce;
- Desenvolve e implementa campanhas de sensibilização e/ou prevenção de educação familiar, planeamento familiar, prevenção da toxicodependência, alcoolismo e violência doméstica, entre outras problemáticas.

e) Acompanhamento por Ajudantes da Ação Educativa

- Proceder ao acolhimento da criança / jovem em conformidade com os direitos e os deveres da mesmo, proporcionando-lhe a atenção que este momento particular exige;
- Cooperar na definição e execução do projeto de vida de cada criança ou jovem;
- Acompanhamento dos educandos, em regime de internato, nas atividades diárias tais como refeições, higiene pessoal, saúde, recreios, passeios, sala de estudo, transporte da Instituição, atividades no exterior, inculcando-lhes regras educativas, corrigindo atitudes e

comportamentos e consciencializando-os dos deveres de civilidade e bom aproveitamento escolar;

- Iniciativa e participação de atividades de ocupação nos tempos livres dos educandos, designadamente aos fins-de-semana.
- Registrar no livro de ocorrências as informações tidas como pertinentes, de acordo com os procedimentos definidos;
- Manter sigilo das informações relativas às crianças dentro e fora da Instituição;
- Participar nas reuniões de equipa para avaliação e programação da acção educativa.

f) Acompanhamento Médico

No âmbito do protocolo, conseguido pela atual Mesa Administrativa, entre o Instituto Profissional do Terço e a Direção do Hospital Especializado de Crianças Maria Pia, são feitas consultas na generalidade a todos os educandos seguidas, quando for caso disso, de consultas na especialidade, exames auxiliares de diagnóstico, terapias de manutenção, acompanhamento de doenças crónicas e intervenções cirúrgicas.

Há ainda o recurso a especialistas e terapeutas, em consultas onerosas.

IV – INSTALAÇÕES E REGRAS DE FUNCIONAMENTO DO LIJ

a) Organização do Espaço

Edifício Sede:

R/chão:

- Sala de reuniões (reuniões com entidades oficiais, parceiros, reuniões de equipa);
- Secretaria;

- Recepção;
- Gabinete de Direção (representante da Mesa Administrativa);
- Gabinete dos Educadores Sociais;
- Gabinete de Serviço Social (onde se encontram devidamente organizados os processos individuais de cada educando e todos os seus documentos de identificação);
- Biblioteca;
- Dois W.C.

1º Andar

- Salão Delfim de Lima e Museu Silva Leal (comemorações nobres);
- Gabinete de Psicologia;
- Oratório;
- Gabinete de Diretor Técnico;
- Sala CID@ Net/Gabinete da Coordenadora do Programa Escolhas;
- Enfermaria (devidamente equipada, para instalar as crianças e jovens com problemas de saúde mais frágeis e de possível contágio entre os educandos)
- Três W.C.

2º Andar

- ATL: Gabinete da coordenadora e 2 sala de atividades;
- Sala de estudo do 1º Ciclo do LIJ;
- WC's para meninos e meninas;
- Arquivo morto (todos os documentos referentes ao funcionamento do lar são arquivados para consulta quando necessário).

Edifício do Lar:

Cave

- 2 Dispensas;

- Rouparia e Lavandaria;
- Arrecadação/Oficina;
- Balneários.

R/chão

- 1 Sala de Convívio/estar;
- 1 Sala visitas (espaço destinado ao convívio entre as crianças e jovens, respetivas famílias e funcionários da Instituição);
- 1 Sala de estudo;
- Refeitório, cozinha;
- 2 WC.

1º Andar

- 11 Quartos: 7 quartos com 5 camas e 4 quartos com 6 camas;
- 2 Balneários;
- Uma sala destinada aos Ajudantes da Acção Educativa;
- Anexo c/quarto e casa de banho.

b) Funcionamento

A Instituição funciona durante todo o ano e diariamente com o seguinte horário:

- De 2ª a 6ª feira, em período letivo:

- 7H00: Levantar
- 07H30 às 08H30 – Pequeno-almoço
- 12H30 às 14H00 – Almoço
- 16H00 às 16H30 – Lanche (serviço prolongado pelos horários escolares)
- 16H00 às 18H00 – 1º Momento de estudo

- 18H00 – Banho
- 19H00 – Jantar
- 19H45 às 20H30 – 2º Momento de estudo
- 21H00 – Ceia
- 21H30 – DEITAR 1º TURNO
- 22H30 – DEITAR 2º TURNO
- 23H00 – DEITAR 3º TURNO (Pré-autonomia)

- Ao fim-de-semana e interrupções letivas:

A Instituição mantém-se aberta para todos aqueles que por motivos vários (proibição do tribunal, sem retaguarda familiar, distância geográfica significativa, continuarem expostos a riscos pelas famílias), não possam passar o fim-de-semana com a família.

- 8H30 - 9H00 – Levantar

- Horários das refeições:

- 8H30 às 10H00 – Pequeno-almoço
- 12H30 – Almoço
- 16H00 – Lanche
- 19H00 – Jantar
- Deitar

Sexta e Sábado: 23H00

Domingo: Aplicado horário da semana para os diferentes apartamentos.

c) Visitas de Familiares

Os familiares podem visitar as crianças e jovens, tendo apenas que respeitar os horários: escolar, refeições e deitar. A partir das 19H00, por questões de funcionamento interno, não são permitidas visitas salvo algumas exceções

previamente comunicadas, (horário laboral dos familiares). Ao fim de semana são permitidas visitas ao LIJ desde que previamente acordadas, com os técnicos de serviço.

d) Visitas de Amigos

As crianças ou jovens que desejem convidar amigos terão que solicitar autorização e, estes devem respeitar as regras da instituição utilizando as áreas de convívio.

e) Saídas dos Educandos

Fins-de-semana

As saídas para fim-de-semana processam-se às sextas-feiras, no fim das atividades letivas e / ou ao sábado durante o dia.

O regresso deverá ocorrer preferencialmente ao Domingo até às 19 horas ou à segunda-feira diretos para a escola, sem atraso na entrada nas aulas.

A instituição mantém-se aberta para todos aqueles que por motivos vários (proibição do tribunal, sem retaguarda familiar, ser de longe, a família não possuir condições), não possam passar o fim-de-semana com a família.

Férias

Os períodos de férias estão contemplados no calendário escolar estabelecido pelo Ministério da Educação e pelos Centros de Formação.

Darão início às suas férias a partir do fim das aulas e de acordo com a situação familiar de cada criança ou jovem.

A instituição manter-se-á em funcionamento para aqueles que se encontrem em situação idêntica à descrita no ponto relativo ao fim de semana.

Saídas Pontuais

Tardes de fim-de-semana: a partir dos 16 anos sempre que demonstrem ter responsabilidade para sair sozinhos e com o conhecimento da família.

Nota: Poderá haver exceções sempre que devidamente autorizadas pelos responsáveis do LIJ e pela família.

Noite: A partir dos 16 anos (desde que demonstrem um forte sentido de responsabilidade), em horário estabelecido com o gestor de caso e com autorização prévia do mesmo.

f) **Gestão Corrente dos Bens**

Todos os bens referentes a cada criança ou jovem são geridos pelo mesmo, desde que com supervisão do Gestor de Caso (conta bancária, objetos pessoais, dinheiro de bolso).

g) **Afixação de Ementas**

A confeção e distribuição das refeições rege-se de acordo com as necessidades das crianças/jovens de forma a garantir uma alimentação equilibrada, seguindo as boas práticas de higiene e segurança alimentar no LIJ.

A ementa é afixada à segunda-feira na entrada da receção. A ementa é elaborada por duas Nutricionistas em regime de voluntariado com a instituição, sendo que vai sendo adaptada em virtude de donativos alimentares que a instituição possa auferir.

Na elaboração da ementa é tido em conta as datas de aniversário das crianças/jovens.

h) **Administração de Medicamentos e Manipulação de Produtos Tóxicos**

Medicamentos

A administração de medicamentos será da responsabilidade de todos os Ajudantes da Ação educativa (de acordo com o horário de cada funcionário e prescrição médica). Os medicamentos ficam à sua guarda num local próprio fechado à chave.

Nota 1: Sempre que se justifique poderão ser administrados por outros funcionários.

Nota 2: Todos os educandos com mais de 16 anos e cuja responsabilidade seja reconhecida por todos, assumirão eles próprios essa responsabilidade, sempre com a supervisão de um Ajudante da ação educativa.

Produtos tóxicos

Todos estes produtos estão guardados em lugar adequado e serão manipulados unicamente pelos funcionários responsáveis pela sua utilização.

i) Atividades a Desenvolver

No plano de atividades (em anexo) estão contidas Ações como:

- Cuidados de higiene e imagem;
- Programas de alimentação e nutrição;
- Sessões temáticas:
- Atividades com entidades parceiras (Programa Escolhas);
- Ações de sensibilização na área da saúde (sexualidade, tabagismo, agressividade, ...)

V - DIREITOS E DEVERES

a) Direitos das Crianças e Jovens:

- Satisfação das necessidades básicas (casa, alimentação, hábitos de higiene pessoal, tratamento de roupa, apoio médico na generalidade e na especialidade);
- Respeito pela sua privacidade e individualidade;
- Respeito e confidencialidade dos elementos constantes do seu processo individual, de natureza pessoal ou relativos à família;
- Apoio à sua formação escolar e profissional;
- Exposição livre à direção, ao pessoal técnico e não técnico das questões necessárias para um melhor conhecimento, relacionamento e esclarecimento de quaisquer factos ou dúvidas;
- Participação em todas as atividades previamente programadas pela equipa técnica e outros técnicos autorizados;
- Todos os Documentos e objetos pessoais estão reservados numa área própria para os fins tidos como convenientes, existindo a possibilidade dos Educandos acederem aos mesmos sempre que seja necessário;
- A todas as crianças ou jovens está reservado o direito de usufruírem de 60 euros anuais para os fins que se justifiquem (desde que seja decidido em conjunto, com o respetivo Gestor de Caso);
- A todas as crianças ou jovens está reservado o direito de ser transferido para a sua conta bancária o valor referente ao Abono Complementar, utilizado sempre que necessário para acompanhamentos exteriores á instituição de cariz terapêutico.
- Adquirirem as competências básicas e saberem organizar e gerir os seus recursos para a autonomia de vida.
 - b) Deveres das Crianças e Jovens:
- Tratar a direção e todos os funcionários com respeito, cumprindo as determinações estabelecidas;

- Tratar os colegas com respeito nunca recorrendo a atitudes agressivas (físicas e verbais);
- Respeitar os professores e demais funcionários das escolas, sala de estudo, centros de formação e empresas de estágios;
- Manter os espaços que lhe são reservados em condições de higiene e conservação, definindo regras de utilização correta;
- Transportar as roupas sujas para a lavanderia e as lavadas para os quartos;
- Cumprir com as normas básicas de higiene pessoal estabelecida (diariamente com muda de roupa);
- Evitar que as peças de vestuário, calçado, material escolar e outros objetos, fiquem espalhados pelo recreio, salas de estudo e de estar;
- Ser responsável e pontual no cumprimento dos horários e das tarefas que lhe forem atribuídas, nomeadamente:
 - Fazer a cama e a muda de lençóis;
 - Colaborar na limpeza dos quartos e espaços comuns;
 - Colocar a roupa suja no cesto da roupa;
 - Arrumar a roupa lavada no seu armário;
 - Ajudar a pôr e levantar as mesas para as refeições;
 - Guardar sempre o material utilizado nas atividades;
 - Deixar as salas de estudo e de atividades arrumadas;
- Sempre que solicitados para prestar alguns momentos de serviço na receção deverão dar cumprimento ao pedido (a partir dos 14 anos de idade);
- Não levar alimentos para os quartos e para as salas de estar;
- Utilizar o refeitório de forma correta e respeitar os horários das refeições;
- Zelar pela conservação, preservação e asseio das instalações, mobiliário e material didático que lhe seja atribuído;
- Não entrar na Instituição depois das 19 horas, a não ser com autorização;

- Respeitar a propriedade dos bens pessoais de todos os colegas, diretores e funcionários da instituição.

Nota: Qualquer incumprimento dos seus deveres, implica a aplicação de sanções que podem passar por:

- Chamada de atenção;
- Corte de atividades de carácter lúdico (ex. Tv., computador, playstation, ...) durante um ou mais dias, conforme determinação dos responsáveis e de acordo com a gravidade do ato;
- Colaboração nas atividades gerais da Instituição;
- Ida para a cama mais cedo;
- Impedimento na saída aos fins-de-semana (ex. saídas com os amigos ao cinema)
- Privação do dinheiro de bolso;
- Privação de alguns objetos pessoais por um período determinado de tempo, tais como: telemóvel, computador portátil, ipod, ...

c) Direitos e Deveres das Famílias

As famílias têm o Direito:

- Desde que não exista inibição imposta pelo tribunal os Progenitores sempre que tenham condições devem receber em casa os menores nos períodos de fim-de-semana e férias escolares;
- Ser informadas, regularmente, de assuntos que digam respeito à evolução das crianças ou jovens e colaborar com a Instituição na aplicação das soluções e medidas adotadas para a melhor educação destas;
- Ter acesso ao Regulamento Interno da Instituição.

- Visitar os menores, tendo apenas que respeitar os horários escolar, das refeições, de deitar e respeitar o limite das 19H00.

As famílias têm o Dever:

- Cumprir os horários e inculcar aos menores a sua importância;
- Informar a instituição, sempre que se verificarem alterações de comportamento, ou comportamentos dignos de registo que possam contribuir para um acompanhamento mais adequado, aquando das visitas ou saídas;
- Assegurar todos os cuidados necessários no período em que os recebem em casa ou quando os acompanham, não os expondo a situações de risco ou outras que os prejudiquem;
- Participar à instituição alterações do meio familiar que ponham em risco a sua convivência com as crianças ou jovens;
- Zelar pelo bem-estar e assumir total responsabilidade pelas crianças ou jovens, quando estas se encontrarem com a família em saídas, fim-de-semana ou férias;
- Partilhar das responsabilidades educativas e materiais da criança ou jovem;
- Colaborar com a Instituição para que as crianças ou jovens cumpram as orientações por ela definidas para o seu processo educativo e acompanhamento escolar.

d) Direitos e deveres da Equipa Técnica - Educativa e da Equipa de Apoio

Sem prejuízo de outras obrigações, a Equipa Técnica-educativa e a Equipa de Apoio possuem os seguintes deveres:

- Respeitar e tratar com urbanidade e probidade a Direção, os companheiros de trabalho e as demais pessoas que estejam ou entrem em relação com o LIJ;
- Desempenhar as funções como um educador de referência positiva;
- Demonstrar sensibilidade e tato para lidar com as crianças e jovens em risco, valorizando os afetos e os reforços positivos;
- Comparecer ao serviço com assiduidade e pontualidade;
- Realizar o trabalho com zelo e diligência;
- Cumprir as ordens e instruções da Direção em tudo o que respeite à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que se mostrem contrárias aos seus Direitos e garantias;
- Sigilo e Ética Profissional;
- Praticar horários e ajustá-los em função da Instituição;
- Não usar o posto de trabalho de outro funcionário sem sua autorização;
- Velar pela conservação e boa utilização dos bens relacionados com o seu trabalho que lhe forem confiados pela Direção;
- Promover ou executar todos os atos tendentes à melhoria da produtividade do LIJ;
- Não fomentar mau ambiente de trabalho;
- Cooperar no LIJ para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- Cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais ou convencionais aplicáveis, bem como as ordens dadas pela Direção;
- Cumprir este Regulamento Interno.

Sem prejuízo de outras obrigações, a Equipa Técnica-educativa e a Equipa de Apoio possuem os seguintes direitos:

- Serem respeitados pela Direção, demais funcionários e pelas crianças e jovens;
- Terem condições para realizarem as suas funções;
- Participarem na definição das orientações educativas e serem ouvidos sobre as atividades com as crianças e os jovens;
- Frequentarem cursos/Ações de formação;
- Avaliar e ser avaliado;
- Ter seguro de acidentes no trabalho;
- Serem certificados para a saúde no trabalho;

VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Estrutura Organizacional

A Mesa Administrativa na sua primeira reunião ordinária, após os atos de posse, atribuiu a cada Mesário uma ou mais áreas de administração, de acordo com a sua formação académica e profissional, a sua experiência de vida e a sua disponibilidade. Assim, foi definida uma estrutura organizacional em função da necessidade de assegurar as melhores condições de funcionamento das atividades principais e secundárias da Instituição, e fazendo intervir os agentes do processo educativo e de acolhimento no respeito pelas suas funções e responsabilidades.

Cada Mesário é o representante designado pela Mesa para as áreas em que está investido, devendo assegurar as medidas administrativas mais adequadas ao seu bom funcionamento de cada área e tendo em conta a qualidade dos recursos de que dispõe. Sempre que o entender, poderá levar para as reuniões da Mesa Administrativa a tomada de decisões.

(Organigrama em anexo)

A Mesa Administrativa (segundo o Artigo 119º a 122º da Lei 99/2003) possui determinados Direitos, Deveres e Obrigações que deve respeitar e adotar, assim é necessário:

- Respeitar e tratar com urbanidade e probidade os funcionários;
- Pagar pontualmente a retribuição, que deve ser justa e adequada ao trabalho, em função do orçamento aprovado em Assembleia Geral;
- Proporcionar boas condições de trabalho, tanto do ponto de vista físico como moral e relacional;
- Contribuir para a elevação do nível de produtividade do trabalhador, nomeadamente proporcionando-lhe formação profissional e respeitando as categorias profissionais;
- Adotar, no que se refere à higiene, segurança e saúde no trabalho, as medidas que decorram para a instituição da aplicação das prescrições legais e convencionais vigentes;
- Fornecer aos funcionários a informação e formação adequadas à prevenção de riscos de acidente e doença;
- Informar os funcionários sobre aspetos relevantes do contrato de trabalho;
- Informar por escrito as funções e responsabilidades dos trabalhadores;
- Recrutar os funcionários com a qualidade pessoal e profissional e o perfil mais adequados ao desempenho do trabalho com crianças e jovens em risco, nomeadamente as previstas nos Estatutos para o recrutamento do Diretor Técnico;
- A Mesa Administrativa tem o direito de exigir ao Diretor Técnico, Técnicos, Ajudantes de Ação Educativa e demais funcionários, a solidariedade nas responsabilidades inerentes ao bom funcionamento do LIJ e demais respostas sociais ativas;

- A Mesa Administrativa obriga-se a orientar a sua ação educativa segundo os princípios humanistas de cidadania, de modo a preparar as crianças e os jovens para a vida ativa, profissional e familiar, desenvolvendo estratégias de educação e formação com afetividade;
- O Mesário representante da Mesa para as respostas sociais tem a obrigação de apoiar o Diretor Técnico, Equipa Técnica, Equipa Educativa e Equipa de Apoio na implementação do Projeto Educativo e na execução dos Planos Anuais de Atividades;
- A Mesa Administrativa disponibilizará as receitas com os arrendamentos dos imóveis e procurará angariar outras receitas e proveitos para fazer face à insuficiência dos subsídios atribuídos pela Segurança Social às respostas sociais ativas, no âmbito dos Acordos de Cooperação, para conseguir manter a qualidade dos serviços que presta.
- A Mesa Administrativa compromete-se a apresentar candidaturas a programas de comparticipação financeira para a recuperação das instalações degradadas e para adaptação aos novos modelos de acolhimento e educativos, e a programas de apoio a atividades que permitam o desenvolvimento integral das crianças e jovens.
- Fazer cumprir este regulamento e o contrato coletivo de trabalho para as IPSS.

b) Quadro de Pessoal

1. O Quadro de Pessoal é fixado pela Mesa Administrativa de acordo com o orçamentado para recursos humanos e as necessidades de acompanhamento e vigilância dos utentes, por proposta do Provedor e ouvido o Diretor Técnico.

2. Tudo o que diz respeito ao pessoal da Instituição rege-se pela Lei Laboral.

3. Acordo de cooperação com a Segurança Social.

4. Os horários do pessoal estão afixados no expositor e são adaptados anualmente em função das necessidades da Instituição e dos períodos de permanência das crianças e dos jovens no LIJ.

5. O Mapa de Férias é afixado até 30 de Abril.

Funções:

As funções estão definidas na Contratação Coletiva de Trabalho.

c) Seguros

Todas as crianças e jovens encontram-se abrangidos por um seguro de Acidentes Pessoais.

Relativamente aos funcionários, todos se encontram abrangidos por um seguro de Acidentes de Trabalho. Para além disso beneficiam de exames médicos anuais proporcionados por uma empresa de Segurança e Higiene no Trabalho com a qual a instituição tem um contrato.

d) Livro de Reclamações

Encontra-se à disposição nos Serviços Administrativos da Instituição um Livro de Reclamações.

e) Procedimento em Situações de Emergência:

- Todas as medidas serão adotadas segundo um plano de contingências elaboradas pelo Governo Português (Sistema Nacional de Saúde) para as diferentes problemáticas (epidemias, etc.)
- Situações várias em que obriguem à utilização parcial dos funcionários e funcionalidade de todos os postos de trabalho a 1/4; 1/2 da capacidade do LIJ em situações de risco.
- Estes procedimentos serão levados a cabo por diretrizes da Segurança Social ou Sistema Nacional de Saúde ou outras instâncias Governamentais.

APÊNDICES

Apêndice A – Entrevista semi-estruturada à técnica de
serviço social

Guião da Entrevista Semiestruturada sobre a intervenção desenvolvida pela técnica de serviço social no LIJ e no apartamento de Autonomia do Instituto Profissional do Terço

A presente entrevista tem como objetivo recolher informação sobre:

Identificar as principais funções do serviço social nos Lares de Infância e Juventude;

Perceber qual a perceção da técnica de serviço social quanto às crianças e jovens em acolhimento, como as caracteriza;

Perceber a perceção da técnica de serviço social sobre as famílias destas crianças quanto ao risco cumulativo a que estão sujeitas;

Compreender como são definidos e construídos os projetos de vida das crianças e jovens, que participação estas têm, assim como as famílias;

Explorar qual a intervenção dos técnicos da instituição junto das famílias;

Questões

Há quantos anos exerce funções no Instituto Profissional do Terço?

“Encontro-me a exercer funções de assistente social, nesta instituição, há 13 anos”.

Quais são as funções do serviço social na instituição?

“Em Lar de Infância e Juventude o serviço social encontra-se integrado numa equipa multidisciplinar procurando promover o acolhimento das crianças ou jovens em conformidade com os seus direitos e deveres, elaborando planos específicos de intervenção para cada uma delas bem como para as respetivas famílias. O Serviço Social tem como funções específicas: avaliar a situação sociofamiliar de cada criança ou jovem, colaborar com a restante equipa na identificação e definição do projeto de vida mais adequado no sentido de garantir a promoção e proteção dos seus direitos bem como apoiar as famílias na identificação das suas dificuldades, potencialidades e direitos, na tentativa de resolução de problemas propondo alternativas mais

adequadas ao desenvolvimento mais equilibrado destes. Apoiar os jovens no seu processo de autonomização, articulando com outros interventores da rede social, bem como acompanhar o processo de saída das crianças e jovens tendo em conta a sua (re)integração social, estabelecendo contactos interinstitucionais”.

Quais os motivos que presideiam à institucionalização das crianças e jovens? (Considera que a institucionalização é a melhor alternativa?)

“Tendo em conta a nossa realidade institucional os motivos que presidem a institucionalização das crianças e jovens é a negligência parental.

Em alguns casos o acolhimento institucional pode constituir a medida de promoção e proteção mais adequada para a execução do projeto de vida, contudo noutros casos não constitui a melhor alternativa. Algumas crianças que pela idade e cujo projeto de vida não passa pela reunificação familiar pelas mais variadas razões poderiam beneficiar de outro tipo de medida como a adoção por forma a garantir a promoção do seu superior interesse”.

Que características identifica como mais presentes nas crianças e jovens que a instituição acolhe neste momento? Que relação estabelece com eles?

“As crianças que se encontram acolhidas manifestam, na sua maioria, instabilidade emocional, baixa autoestima, baixo autoconceito e de falta de perceção dos reais motivos da institucionalização. A relação que estabeleço e procuro estabelecer com as crianças e jovens é uma relação de proximidade, de disponibilidade para atender às suas necessidades, de interesse por eles respeitando a forma de ser de cada criança e jovem, procurando contribuir para o seu bem-estar, valorizando as suas competências e orientando-os com vista ao seu sucesso pessoal e profissional”.

Aquando do acolhimento de uma criança, quais os procedimentos a tomar, que avaliação é feita, por quem é feita? Quem define o projeto de vida das crianças e jovens? Contam com a participação destes e das suas famílias?

“Na nossa prática procuramos que no acolhimento de uma criança ou jovem seja proporcionando um acompanhamento próximo e atento no sentido de a auxiliar para que este momento seja o menos doloroso possível. Desta forma o acolhimento é programado, realizando-se um primeiro contacto em que a criança ou jovem vem conhecer a instituição, acompanhada pelas suas figuras de referência (familiares, técnicos). Neste encontro de pré-acolhimento estão presentes o Diretor Técnico, a assistente social, o psicólogo e o técnico gestor de caso, previamente definido. Procuramos neste momento observar a qualidade das relações e vinculação entre a família e a criança, explorando o apoio/retaguarda que esta poderá beneficiar bem como as expectativas criadas por estes face ao acolhimento.

Aquando do acolhimento o técnico gestor de caso terá um papel de maior relevância, no sentido de realizar um trabalho de proximidade e de monitorização das necessidades inerentes ao desenvolvimento integral do menor. Paralelamente a assistente social e o psicólogo reúnem o máximo de informação possível junto de todas as entidades envolvidas no processo com o objetivo de elaborar a avaliação diagnóstica, conhecendo as potencialidades e fragilidades da criança ou jovem bem como da família. Esta avaliação será fundamental para a definição do projeto de vida da criança e conseqüente elaboração do plano de intervenção socioeducativa. Sempre que possível os jovens e suas famílias são envolvidos neste processo por forma a coresponsabilizarem-se nas ações definidas”.

Enquanto técnica de serviço social como percebe as famílias? Que tipo de intervenção é realizada com estas? Quem intervém? Que estratégias, que ações são desenvolvidas?

“As nossas famílias são na sua grande maioria famílias multiassistidas, criando-se ciclos de dependência difíceis de quebrar uma vez que estas se “habitam” a que parte das suas funções familiares sejam asseguradas pelos serviços.

Apesar de procurarmos promover os laços e a vinculação afetiva entre todas as crianças ou jovens acolhidas e suas famílias, a nossa intervenção incide mais nas famílias cujo projeto de vida das crianças ou jovens se encontra definido como reunificação familiar. Normalmente esta intervenção é feita de

forma concertada pelos técnicos da equipa – assistente social, psicólogo e educador social. Mediante cada caso e o que se encontra definido no plano socioeducativo individual esta intervenção passa pela relação de proximidade e de confiança que se cria com estes, por valorizar as suas competências e envolvê-las no projeto de vida dos filhos. A par disto articulamos com os serviços da rede social que consideramos importantes para resolver e ultrapassar os problemas que possam existir, nomeadamente ao nível da habitação e ou trabalhar competências parentais”.

Que tipo de dificuldades ou constrangimentos encontra no exercício das suas funções? Recursos humanos, financeiros, etc...

“Os constrangimentos que identifico é a resistência das famílias à mudança e a dificuldade de articulação com alguns serviços da rede social para a implementação de algumas ações, já que os serviços têm muitos processos o que não lhes permite um trabalho próximo com as famílias”.

Por que respostas passam os projetos de vida das crianças e jovens?

“Os projetos de vida das crianças e jovens passam pela Reunificação familiar, seja na família nuclear seja na família alargada, Autonomização, Adoção e o Acolhimento Permanente”.

No caso da reintegração familiar, que acompanhamento é realizado com as famílias, durante quanto tempo após a saída da criança ou jovem a instituição mantém esse acompanhamento?

“No caso da reintegração familiar existe um acompanhamento muito próximo com as famílias, com visitas domiciliárias regulares e contactos regulares com a escola de forma a garantir todas as condições para a transição. Após a saída da instituição o acompanhamento é continuado ao longo de 6 a 12 meses, conforme a situação, quer ao nível familiar quer ao nível escolar/formação”.

Na possível saída da criança para reintegração familiar, os laços de dependência criados com a instituição condicionam a sua autonomia nas relações familiares?

“Cada caso é um caso, contudo essa dependência tem mais probabilidade de se verificar nos casos cujo projeto de vida passa pela autonomização em que se verifica dificuldades na transição envolto em sentimentos de insegurança, tendo que se trabalhar a desvinculação”.

No caso dos jovens do apartamento de autonomia, como tem corrido a saída destes e a sua adaptação e integração à sociedade?

“Os jovens encaminhados para esta resposta social são maioritariamente jovens cuja retaguarda familiar é muito frágil ou inexistente. Nestes casos quando estes adquirem as competências pessoais, sociais e de formação profissional definidas, mas não possuem condições para efetivarem a sua autonomização de forma sustentada para assegurarem todas as despesas inerente a uma autonomia plena, transitam para uma outra resposta que a instituição possui – residência partilhada Delfim de Lima. Aqui poderão dar início à vida ativa, com integração num emprego partilhando as despesas da habitação e gerindo o seu dinheiro, com acompanhamento ao nível de supervisão pontual do Educador Social de referência e com reuniões de avaliação da situação com o Educador Social, o Diretor Técnico e a Assistente Social.

Os jovens que se encontram no apartamento de autonomia e que manifestam vontade em sair da instituição são avaliados a retaguarda existente e feita articulação com os serviços da rede social para garantir as condições mínimas”.

Apêndice B – Entrevista semi-estruturada ao psicólogo

Guião da Entrevista Semi-Estruturada sobre a intervenção desenvolvida pelo Psicólogo no LIJ e no Apartamento de Autonomia do Instituto Profissional do Terço

Objetivos da entrevista

A presente entrevista tem como objetivo recolher informação sobre:

- As funções desempenhadas pelo Psicólogo no Lar de Infância e Juventude e no Apartamento de Autonomia do IPT;
- A intervenção desenvolvida pelo Psicólogo no âmbito de ambas as respostas sociais;
- As dificuldades experienciadas no desenvolvimento da intervenção;
- A percepção do Psicólogo sobre as crianças e jovens acolhidos pelo IPT.

Questões

Quais são as funções do Psicólogo relativamente ao LIJ e ao Apartamento de Autonomia?

“O psicólogo tem como principais funções a recolha de dados anamnésicos de forma a fazer uma reconstituição da história de vida das crianças/jovens; observar e avaliar psicologicamente as crianças/jovens e encaminhá-los para exames complementares de diagnóstico ou para acompanhamentos especializados, caso seja necessário; promover competências pessoais e sociais; articular com as instituições educativas e profissionais, com o objectivo de reflectir e adequar estratégias educativas e de socialização a cada uma das crianças ou jovens; elaborar ou solicitar relatórios psicológicos sempre que seja necessário; articular com as equipas de saúde mental, que estejam a acompanhar a criança ou jovem no sentido de construir estratégias de trabalho conjuntas; apresentar e reflectir sobre a dinâmica psicológica da

criança ou jovem, junto da equipa técnica e educativa; acompanhar o processo de entrada de crianças e jovens tendo em conta sua integração afectivo-emocional; contribuir, sempre que possível e benéfico, para que se mantenha e fortaleça desde o início o espaço afectivo da criança ou jovem no grupo familiar; colaborar com elementos do diagnóstico e do prognóstico da evolução psicológica, para a identificação, na equipa técnica e educativa, do projecto de vida mais adequado ao desenvolvimento da criança, garantindo a promoção e protecção dos seus direitos; apoiar as famílias na identificação das suas dificuldades afectivo-emocionais e de comunicação, promovendo dinâmicas terapêuticas, na tentativa de resolução de problemas e disfunções que mais directamente afectam as suas crianças ou no reconhecimento e aceitação das alternativas mais adequadas ao desenvolvimento equilibrado destas; promover, em articulação com a equipa educativa, uma intervenção reparadora e terapêutica na resolução de conflitos intra e interinstitucionais”.

Qual o papel efetivo do Psicólogo no LIJ e no Apartamento?

“Além do supracitado, o psicólogo tem um papel de agente securizante, de “porto seguro” da criança/jovem visto que em contexto terapêutico sabem que estão num espaço onde podem falar de tudo sem serem julgados ou castigados e onde podem trabalhar as questões que os preocupam mas que não se sentem à vontade para trabalhar com o grupo ou com os educadores, tudo com a garantia do máximo sigilo. O psicólogo tem também bastantes vezes o papel de mediador de conflitos que vão surgindo entre a criança/jovem e o educador, quase sempre devido à frustração sentida pela criança/jovem devido à obrigatoriedade de cumprir regras e limites a que não está habituada. A articulação entre o psicólogo e a restante equipa técnica é essencial e fundamental para que seja realizado um bom acompanhamento e para a construção de estratégias de intervenção e elaboração de um plano socioeducativo adaptado às necessidades particulares de cada criança/jovem”.

Qual é a sua perceção sobre as crianças e jovens acolhidos pelo IPT?

“As crianças e jovens acolhidos pelo IPT são, na sua maioria e de um modo geral, crianças impulsivas, com baixa tolerância à frustração, com défice de auto-estima, fraca motivação para a mudança, fraca motivação para o estudo e com perspectivas muito baixas em relação ao seu futuro”.

Que intervenção tem sido desenvolvida pelo Psicólogo com as crianças e os jovens do LIJ e do Apartamento de Autonomia?

“A intervenção desenvolvida varia consoante a criança/jovem e a problemática que exista. Contudo, a maioria das intervenções têm sido no sentido de trabalhar a motivação para a mudança, a auto-estima e outras dificuldades afectivo-emocionais”.

Quais são as dificuldades/ constrangimentos da intervenção do Psicólogo no LIJ e no Apartamento?

“As principais dificuldades sentidas por mim na intervenção realizada são a ideia falsa que muitos jovens ainda têm de que “só vai ao psicólogo quem é maluco” e a impossibilidade de realizar um trabalho conjunto com a família das crianças/jovens de forma a que o trabalho realizado por toda a equipa durante a semana seja continuado, dentro do possível, nas idas a casa aos fins de semana”.

Enquanto psicólogo, como é que vai monitorizando e avaliando a evolução da intervenção realizada no LIJ e no Apartamento?

“A monitorização e evolução da intervenção realizada nas crianças e jovens é feita sempre em colaboração com a equipa técnica visto que é a equipa que lida com os jovens de forma mais regular e que os acompanha no seu dia-a-dia, o que faz com que tenham uma maior percepção sobre a existência de mudanças”.

Apêndice C – Notas de campo

Conversas Intencionais

Contextualização do IPT enquanto LIJ

“ Ao chegar a esta casa em 2003, a convite de alguns ex-educados desta casa, deparei-me com um cenário muito complicado, ainda estavam muito presentes as práticas educativas autoritárias, os funcionários tinham uma mentalidade muito rígida, nunca mais me esqueço das palavras de uma funcionária da cozinha quando a questionava sobre a qualidade da alimentação... (Ó senhor provedor para quem é bacalhau basta) ...fiquei estarrecido ao ouvir tal coisa...E as instalações, tudo estragado, as paredes a cair, quando chegamos a primeira coisa que nos apercebemos é que a instituição tinha dinheiro no banco, até das rendas dos imóveis que possui, de doações feitas por pessoas importantes da cidade há muitos anos, mas não arranjavam nada, o edifício mãe estava a cair mesmo, o teto caía aos bocados, foi o primeiro sitio que tivemos que intervir... Claro que as rendas dos imóveis deixados à instituição permitem uma melhor saúde financeira desta, pois acredite que se estivéssemos apenas dependentes da comparticipação da segurança social não podíamos dar às nossas crianças muito do que damos” (Provedor do IPT).

“ É lema desta casa abrir as portas ao exterior, procurando a participação da sociedade para ajudar a instituição. Por exemplo, a “Dragon Force”, no Porto, permite que uma das crianças possa integrar a escola de futebol gratuitamente. Outras das instituições/empresas que contribuem para um melhor funcionamento da instituição são, por exemplo: a Universidade Católica, a Liberty Seguros, a Escola Superior Paula Frassinetti e a Junta de Freguesia de Paranhos.

Através destas relações, a instituição consegue beneficiar de uma maior estabilidade financeira. Desta forma, conseguimos proporcionar às crianças e jovens uma melhor qualidade de vida, o que não conseguiria se dependesse exclusivamente da comparticipação da Segurança Social.

Das relações estabelecidas com o Ensino Superior, no caso da Universidade Católica, todos os anos a instituição recebe estagiários do último ano de

Psicologia, da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti recebe estagiários de Educação Social (Provedor do IPT).

“ Considero que a missão da instituição se enquadra perfeitamente na nossa intervenção, a afetividade é fundamental para o estabelecimento de relações com estas crianças. Mas nem todos agem desta forma, alguns funcionários apenas cumprem as suas tarefas, como vestir, dar banho, alimentação, e pouco mais” (A.A.E do IPT)

Organização do IPT

“A intervenção dos educadores sociais do LIJ é auxiliada pelos A.A.E., cujas funções consistem em proporcionar bem-estar às crianças e jovens, através da satisfação das suas necessidades primárias, assumindo para estas o papel de educadores, tornando-se, sempre que possível, figuras de referência. Contudo, continuamos a observar que alguns funcionários limitam-se a satisfazer as necessidades básicas das crianças apostando pouco na relação “.

“ No grupo dos mais novos os voluntários desenvolvem um trabalho importante com estes. O Marco quando se encontra na instituição, todas as terças e sextas ao final da tarde dá aulas de guitarra e de bateria às crianças, depois de perceber que era um interesse delas. A presença da Ana é mais esporádica, no entanto revela-se uma figura significativa para as crianças, pois, durante o tempo que lá permanece, respeita e atende as vontades das crianças no que se refere às brincadeiras e a atividades mais estruturadas pelas quais estas manifestem interesse. No Site da instituição existe uma área para a candidatura de voluntários que, posteriormente são contactados pela instituição, entrevistados pelo diretor juntamente com o psicólogo, sendo avaliadas as suas motivações e disponibilidade. Um fator determinante para a integração dos voluntários tem a ver com a regularidade da sua presença; estes assinam um contrato de voluntariado, no qual devem ficar definidos os horários para desenvolver a sua prática, mediante a disponibilidade destes. Para as crianças e jovens, as presenças devem ser regulares e assíduas,

voluntários que só estão presentes de forma esporádica, dificilmente se poderão tornar figuras de referência para estes (Educadora social do grupo A).

“ O apartamento foi pensado sempre na lógica de dar continuidade ao trabalho desenvolvido com os rapazes do IPT, contudo no acordo com a segurança social está previsto a integração de jovens vindos do exterior, de casa ou de outras instituições sempre que haja vagas” (Educador social do IPT).

“ Já há muito tempo que vimos a pensar em fazer obras e reformular os espaços, no entanto, a falta de verbas tem-nos obrigado a adiar o início das obras. As crianças precisam de mais conforto, e de acordo com o projeto já aprovado vamos criar três espaços distintos onde os grupos poderão ficar separados, de preferência por idades” (Elemento da Direção).

“Até Abril de 2012, as crianças e jovens do LIJ conviviam nos mesmos espaços, o que constituía uma dificuldade no sentido dos técnicos desenvolverem atividades adequadas às idiossincrasias e interesses dos diversos residentes. A este constrangimento acrescia ainda o facto de algumas crianças mais novas assistirem frequentemente a comportamentos de agressividade e de desafio à autoridade por parte de alguns jovens mais velhos, receando-se que pudessem reproduzir comportamentos idênticos. Segundo os educadores surgia ainda a dificuldade da intervenção no quotidiano. É vedade que, a intervenção no quotidiano revela-se muito complexa dada a heterogeneidade das crianças, principalmente no que se refere à idade destas” (Diretor técnico do LIJ).

" Ó doutora é impossível os pequenos não ficarem agressivos, eles assistem a todas as situações que acontecem com os mais velhos, pegam-se à porrada uns com os outros e os pequenos a assistirem a isto tudo” (A.A.E do IPT).

“ É difícil desenvolver atividades e programar saídas ao fim de semana com eles todos, os pequenos gostam de umas coisas e os grandes gostam de outras,

eles deviam estar separados por idades, era mais fácil para atender às necessidades de cada um” (A.A.E do IPT).

“ A intervenção no quotidiano revela-se muito complexa dada a heterogeneidade das crianças, principalmente no que se refere à idade destas” (Educador social do IPT)

Quotidiano

“Quanto às rotinas das nossas crianças, elas acordam pelas sete da manhã, contando com a presença de um A.A. para apoiá-los no vestir, no pequeno-almoço e no encaminhamento para a escola, sendo este apoio mais premente no grupo A.

O almoço é realizado nas escolas ou no refeitório da instituição, onde também almoçam as crianças do OTL e todos os funcionários.

As crianças do 1.º ciclo frequentam a escola básica José Gomes Ferreira (quatro crianças), a escola básica da Fontinha (duas crianças) e a criança mais nova, com seis anos frequenta o Colégio Vieira de Castro (ensino privado). Neste colégio, temos ainda quatro crianças no 2.º ciclo e cinco jovens no 3.º ciclo. No ensino público, temos uma criança no 2.º ciclo, quatro no 3.º ciclo e dois no ensino secundário. Os restantes jovens, pertencentes aos grupos B e C, encontram-se todos a frequentar Cursos de Educação e Formação (CEF) ou Cursos Profissionais em escolas da proximidade.

No regresso da escola, todos se dirigem aos respetivos grupos, onde lancham, fazem os trabalhos de casa e estudam com o apoio do Educador Social e do A.A.E. Após terminar o tempo de estudo - que varia de acordo com as necessidades de cada criança ou jovem - vão tomar banho, com o apoio e supervisão do A.A.E.

Por volta das 19h, a cozinha faz a entrega do jantar nos respetivos grupos, o jantar é sempre acompanhado pelo A.A.E. do turno da tarde e, desejavelmente, pelo respetivo Educador Social. O jantar é um momento privilegiado de intervenção em grupo e, por esse motivo, a instituição considera importante a presença do Educador Social. Depois de jantar, o tempo é dedicado “brincar”, sendo também esse o horário privilegiado para o Educador poder trabalhar

individualmente com cada criança ou jovem, já que a relação é a base de toda a intervenção.

Por voltas das 21:30h, os mais novos, até aos 10 anos de idade, preparam-se para dormir. A partir dos 10 anos a hora de deitar é às 22:30h durante a semana e 23:30h ao fim de semana.

A instituição conta ainda com uma sala de atividades equipada com computadores e outros materiais que podem ser utilizados pelos diversos grupos no desenvolvimento de atividades de expressão dramática, expressão plástica entre outras” (Educador social do IPT).

Intervenção

“ A transição entre os grupos depende da idade, mas também, e sobretudo pela sua maturidade, e se estão reunidas as competências para passarem para um grupo de crianças mais velhas” (Educador social do IPT).

“Não obstante o intervalo etário que define cada grupo, a presença e a transição das crianças e dos jovens não tem apenas como critério a idade cronológica: também a sua maturidade, os seus interesses, as suas necessidades, as suas competências pessoais e sociais, são consideradas no momento de decidir em qual dos grupos a criança, ou o jovem, será integrado. A primeira transição do grupo A para o grupo B acontecerá dentro de alguns meses e esse processo tem vindo a ser preparado com antecedência por parte da equipa técnica. A fim de assegurar a integração do jovem (atualmente com 12 anos de idade), a equipa tem delineado estratégias de aproximação ao novo grupo de acolhimento: visitas ao grupo, participação em alguns jantares do grupo, envolvimento em atividades lúdicas com os elementos já integrados, etc. Esse processo de aproximação - que se pretende gradual, evitando sempre que a criança ou jovem se sinta, de alguma forma, rejeitado, ou abandonado, pelo atual grupo - permitirá à equipa técnica avaliar as expectativas do jovem relativamente à transição, bem como a sua capacidade de integração e de adaptação ao novo contexto. Por outro lado, o mesmo processo serve também para preparar o novo grupo para a chegada de mais um elemento, sendo trabalhada a disponibilidade para acolher e construir com ele uma relação de apoio e de confiança.

Esperamos que os jovens em transição percecionem a mudança como algo positivo, algo que responderá, de modo mais adequado, às suas necessidades e interesses e que faz parte do seu crescimento, sem que signifique um corte nas relações com o grupo anterior. No que concerne ao acolhimento de novos elementos na instituição, a comunidade residencial tem-se revelado disponível e solidária para com estes, facilitando a sua integração” (Psicólogo do IPT).

“No que respeita à saúde, trata-se de uma dimensão frequentemente negligenciada por parte dos agregados familiares. Por esse motivo, fazemos sempre o levantamento de toda a informação clínica da criança ou do jovem, bem como fazemos o encaminhamento para uma consulta de pediatria ou de outras especialidades se necessário. Cabe ao gestor de caso fazer a articulação entre a instituição e os serviços de saúde, planificar o mapa de consultas e de terapias das crianças e jovens, bem como acompanhá-los sempre que se trate de consultas de especialidade, sendo que as de carácter mais geral são normalmente acompanhados pelos ajudantes de ação educativa. Nas consultas de pedopsiquiatria, sempre que possível, são acompanhados pelo psicólogo da instituição.

No caso do grupo dos mais novos, quatro crianças recebem apoio de terapia da fala e duas de terapia ocupacional. Este encaminhamento tem sido feito pelo Centro de Saúde e é realizado numa clínica privada com protocolo com o sistema nacional de saúde. As crianças são sempre acompanhadas por um A.A.E do seu grupo nas sessões de terapia” (Assistente social do IPT).

“Uma das funções dos gestores de caso passa também por avaliar a situação escolar das crianças e fazer o seu encaminhamento para as respostas mais adequadas às suas necessidades. Quando da integração na nova escola, o gestor de caso assume o papel de encarregado de educação, estabelecendo uma relação de proximidade com o contexto escolar através dos atendimentos individuais com os professores titulares e diretores de turma sempre com o objetivo de discutir e delinear com a Escola estratégias conjuntas que possam promover a motivação e o sucesso escolar” (Educador social do IPT).

“As crianças e jovens tendem a apresentar baixa motivação para as aprendizagens escolares, aspeto para o qual os professores nem sempre revelam sensibilidade e compreensão.

No quotidiano da instituição, o gestor de caso é uma figura privilegiada no acompanhamento do estudo. Mais do que apoiar no estudo, procuramos motivar as crianças e os jovens para a aprendizagem, fazendo-lhes também sentir que a nossa presença é contínua e que podem contar com o nosso apoio.” (Educador social do IPT).

“ A escola é fundamental na vida das nossas crianças e jovens, contudo é muito difícil trabalhar esta dimensão, porque tendem a apresentar baixa motivação para as aprendizagens escolares, aspeto para o qual os professores nem sempre revelam sensibilidade e compreensão.

Importa refletir que, em alguns casos, a escola assume um papel muito distanciado face aos problemas dos alunos institucionalizados, desresponsabilizando-se pelo percurso deles e culpabilizando exclusivamente o aluno pelo fracasso escolar. No entanto, não podemos deixar de fazer uma reflexão crítica à intervenção com a escola. Considero que, por vezes, podemos cometer o erro de encontrar sempre a “patologia no outro”, passando a existir o “jogo do empurra” sobre de quem é a responsabilidade pelo insucesso do aluno, sem nos apercebermos que se trata de uma responsabilidade partilhada. Considero que, neste campo, escola e instituição devem reunir os seus esforços na promoção da mudança do aluno e estar menos preocupadas com de quem é a responsabilidade sobre a vida da criança ou jovem” (Educador social do IPT).

“Dando alguns exemplos do modo como se desenvolve a intervenção, tanto quanto possível, atua-se em situações que se consideram oportunas para o desenvolvimento das suas competências, como situações de conflito dual nas quais a intervenção passa por amenizar a disputa e, logo a seguir, estimular a reflexão sobre os motivos que levaram os intervenientes a comportarem-se daquela maneira, bem como sobre estratégias alternativas de resolução do conflito.

Consideramos que, para os mais velhos do grupo principalmente, seria importante refletir com eles sobre os valores da cidadania, do respeito pelo

outro e da solidariedade, já que para estes se concretizam ainda como conceitos muito abstratos.

A hora do jantar é reconhecida como um momento de partilha sobre o dia de cada criança, durante o qual estas contam as suas atividades diárias e as dificuldades sentidas. De acordo com a equipa do grupo, é um momento no qual se deve apelar à participação do grupo na reflexão acerca das situações trazidas pelos colegas, orientando sempre para uma ação mais construtiva e de mudança positiva.

Neste grupo, no momento entre o jantar e o deitar, as crianças podem dedicar-se mais ao lúdico, sendo também esse um momento privilegiado para trabalhar em grupo e individualmente. Em grupo, são desenvolvidas algumas ações que apelam à sua participação, como a construção do quadro de regras do grupo e do quadro de reforços, onde todas as crianças participam de forma construtiva.

Sentimos, ainda, no grupo, que a construção destes quadros os orienta no quotidiano para a compreensão das atitudes dos adultos para com eles que, muitas vezes, percecionavam como injustas e incoerentes, sentindo-se uns mais prejudicados do que outros. Com esta ação, pretende-se que os procedimentos sejam uniformes para todas as crianças, respeitando sempre as idiossincrasias de cada criança. Um dos objetivos deste trabalho, desenvolvido com o grupo, passa também por estas sentirem respeitados os seus direitos enquanto crianças, de uma participação plena no seu projeto de vida” (Educadora social do IPT).

“ Quando intervimos com as famílias, desenvolvemos a nossa intervenção sempre tendo por base o estabelecimento de uma relação de confiança. Contudo, importa ainda refletir que nem sempre se consegue prescindir dos nossos próprios preconceitos e estereótipos, sentindo que, por vezes, isso acaba por afetar a qualidade da relação com as famílias. Essa dificuldade pode comprometer todo o processo, já que, se não acreditarmos nas capacidades das famílias, dificilmente conseguiremos aproveitar as potencialidades delas no caminho de um processo de capacitação.

É a partir do momento em que percebemos que as famílias reconhecem a instituição como um aliado que são chamadas para participar na construção e concretização do Plano Socio - Educativo Individual, discutindo e definindo,

em conjunto com a equipa técnico-educativa, os objetivos para a mudança, bem como as ações a realizar” (Técnica de serviço social do IPT).

As crianças e jovens do LIJ

“Na relação com os pares, alguns jovens constroem relações de proximidade e de aliança, mantendo o mesmo padrão relacional com os adultos e estabelecendo relações de confiança e de respeito mútuo. Em contrapartida, outros jovens manifestam comportamentos de agressividade e as suas relações com os pares são pautadas pelo conflito; com os adultos revelam comportamentos de oposição e de desafio à autoridade. É fundamental desenvolver, com estes jovens, um trabalho de prevenção de comportamentos de risco, como os roubos e o consumo de estupefacientes a que estes têm fácil acesso até mesmo na escola. Estes revelam uma baixa tolerância à frustração, desistindo de tudo facilmente quando se defrontam com alguma dificuldade. Os jovens tendem a evidenciar um autoconceito negativo, associado a um baixo nível de auto-estima, fraco investimento nas aprendizagens escolares e dificuldades na sua projeção no futuro” (Educador social do IPT).

“Nos diálogos com os jovens, estes manifestam, de uma forma geral, uma enorme vontade de regressar a casa, questionando várias vezes: “Quando é que vou para casa, no final da escola?”, muitos deles continuam a acreditar que a escola é o principal motivo da institucionalização e manifestam uma enorme angústia por não poderem estar junto da família. Revelam incapacidade e imaturidade afetiva para lidar com as verdadeiras razões da institucionalização que, no caso dos jovens, se encontram muito ligadas à privação afetiva e à falta de supervisão parental” (Psicólogo do IPT).

“ Eles não têm consciência dos verdadeiros motivos da institucionalização, é difícil ajudá-los a perceber e a aceitar isso, principalmente quando o principal motivo é a família, à falta de competências destas para acompanhá-los no seu desenvolvimento” (Educador social do grupo B).

“ Porquê que a mãe não vem? Tenho saudades dela, eu quero falar com a mãe” (Alexandre, do grupo

“ Para estas crianças somos pai, mãe, tia, avó, somos tudo. Na escola assumimos o papel de um ou de uma mãe, o de encarregado de educação. Vamos aos atendimentos, onde vamos sempre tentando articular com aos professores na promoção de um percurso escolar positivo, o que nem sempre conseguimos perante a resistência de alguns professores na compreensão da história de vida dos rapazes” (Educador social do IPT).

“ O estudo é uma área algo complexa no grupo dos mais novos, já que as crianças apresentam bastantes dificuldades e um A.A.E e um Educador Social, acumulando várias funções não conseguem dar o apoio necessário às crianças. Desta forma, reunimos recentemente com uma associação de universitários que em regime de voluntariado fazem apoio ao estudo” (Educadora social do grupo A).

“ O estudo é muitas vezes um momento privilegiado de relação, é um dos momentos em que os rapazes percebem que nós estamos ali para eles, sempre disponíveis a ajudá-los” (Educador social do grupo B).

“A relação com as famílias é fundamental para a intervenção, se não confiarem em nós, nada conseguiremos fazer, têm que nos ver como um aliado na intervenção. Temos sempre que ter por base os pressupostos da relação de ajuda na nossa intervenção. O Educador Social em contexto de LIJ é um profissional de relação de ajuda, pelo menos é assim que me sinto na minha prática com as famílias e com as crianças”.(Educadora social do grupo A do IPT).

“Não obstante as dificuldades no trabalho com as famílias, em 2011 foram definidos 26 projetos de reintegração familiar, dos quais 12 foram concretizados, o qual acompanhamos durante 6 a 12 meses, de acordo com a individualidade de cada família, é claro. (Técnica de serviço social do IPT).

“ Um menino bateu-me e eu defendi-me e no fim a professora pôs-me de castigo, não é justo” (Criança do grupo A).

“ Os momentos do jantar são fundamentais para o Educador Social, neste momento consegue reunir o grupo e refletir com ele, trabalhando assim as competências do saber ser, saber estar e saber fazer” (Provedor do IPT).

“ Não é justo, o Manuel (nome fictício) está me sempre a por de castigo, o Hélder (nome fictício) também faz asneiras e ele não o castiga, só me castiga a mim...”(Criança, 11 anos do grupo A)

“ Ó Tânia posso ir contigo para o gabinete? Eu gosto de estar lá contigo...mas tu não me levas...porque que já vais embora? Eu queria falar contigo sobre o fim de semana...” (Criança, 8 anos do grupo A).

“ Ó Tânia já vais embora, porquê? Porquê que não ficas sempre aqui?” (Jorge,12 anos do grupo A).

“ Preciso de falar sobre a minha mãe, de uma coisa que aconteceu, mas não podes contar a ninguém...só confio em ti Tânia” (Jorge, 12 anos do grupo A).

“ Ó Tânia quando é que posso falar contigo, andas sempre a correr...” (Filipe, 7 anos do grupo A).

“ Enquanto profissional nesta casa custa-me muito sentir o medo do vazio destas crianças na hora de dormir, o medo da solidão, é como se quando me vou embora estas quase me implorassem para dormir cá, o medo do abandono está muito presente neste grupo dos mais novos, não quero dizer com isto que não esteja também presente nos grupos dos mais velhos” (Educadora social do grupo A do IPT).

“ Um menino bateu-me e eu defendi-me e no fim a professora pôs-me de castigo, não é justo” (José do grupo A).

“ Ó Tânia, posso ir contigo para o gabinete, eu gosto de estar lá contigo...mas tu não me levas...porque que já vais embora? Eu queria falar contigo sobre o fim de semana...” (André, grupo A).

“Importa referir que apenas um ajudante de ação educativa por turno se revela insuficiente, nomeadamente no que respeita ao grupo dos mais novos, já que este grupo integra crianças com algumas dificuldades e com diagnóstico de atraso global de desenvolvimento o que exige uma atenção e cuidados personalizados com cada uma delas. Enquanto Educadora social no grupo referido, deparo-me, no quotidiano, com uma dificuldade enorme para que a equipa consiga responder adequadamente às necessidades de cada uma das 12 crianças que têm a seu cargo. Os próprios A.A.E. revelam esta preocupação, manifestando a necessidade de, pelo menos, mais um elemento afeto a este grupo em cada turno: “ Sozinha não consigo atender a todos, alguns acabam sempre por passar mais despercebidos...” (Educadora social do IPT).

“Os educadores sociais são os responsáveis pela organização e gestão das atividades do LIJ e do Apartamento de Autonomia. Enquanto “gestores de caso”, os educadores sociais são chamados a intervir, em todas as dimensões da vida das crianças ou jovens do seu grupo (familiar, escolar, saúde, relacional, etc.). Desta forma, as suas funções não passam apenas pela gestão do quotidiano das crianças e dos jovens, mas também, e sobretudo, pela promoção de um desenvolvimento saudável destes. Para tal, os educadores sociais do IPT intervêm diretamente com as crianças e jovens, no seu quotidiano, desenvolvendo também intervenção com as respetivas famílias e contextos escolares. Importa referir que a responsabilidade por toda a organização do grupo, bem como o desempenho de funções mais burocráticas, retira tempo aos educadores para poderem intervir no quotidiano junto das crianças tanto quanto o desejável” (Técnica de serviço social do IPT).

“Enquanto profissionais, por vezes é frustrante, quando por excesso de trabalho de gabinete, não se consegue atender ao pedido de atenção de uma criança. Consideramos que, por vezes, se negligencia a relação com estas, o que se revela para estas como mais importante, o poder estar com quem confiam, poderem falar e serem ouvidas (escuta ativa). No entanto, tem sido feito um esforço no sentido de estar presente o mais tempo possível no seu quotidiano, mas, para elas, nunca é o tempo suficiente” (Educadora social do IPT).

“A intervenção dos educadores sociais do LIJ é auxiliada pelos A.A.E., cujas funções consistem em proporcionar bem-estar às crianças e jovens, através da satisfação das suas necessidades primárias, assumindo para estas o papel de educadores, tornando-se, sempre que possível, figuras de referência” (Psicólogo do IPT).

“O Serviço de Voluntariado permite à instituição o desenvolvimento de algumas atividades mais individuais com as crianças, tornando-se o voluntário numa figura de referência para estas. Neste momento, a instituição conta com três voluntários, sendo que um destes apenas faz os transportes do OTL. Os outros dois elementos encontram-se a colaborar no grupo dos mais novos, sendo que um deles está presente todos os dias na instituição, ao final do dia, sendo responsável por acompanhar algumas crianças em atividades desportivas no exterior. Quando se encontra na instituição, dá aulas de guitarra e de bateria às crianças, após recolher junto destas as suas motivações e interesses. A presença do outro elemento é mais esporádica, no entanto revela-se uma figura significativa para as crianças, pois, durante o tempo que lá permanece, respeita e atende as vontades das crianças no que se refere às brincadeiras e a atividades mais estruturadas pelas quais estas manifestem interesse. No Site da instituição existe uma área para a candidatura de voluntários que, posteriormente, são contactados pela instituição, entrevistados pelo diretor juntamente com o psicólogo, sendo avaliadas as suas motivações e disponibilidade. Um fator determinante para a integração dos voluntários tem a ver com a regularidade da sua presença; estes assinam um contrato de voluntariado, no qual devem ficar definidos os horários para desenvolver a sua prática, mediante a disponibilidade destes. Para as crianças e jovens, as presenças devem ser regulares e assíduas, voluntários que só estão presentes de forma esporádica, dificilmente se poderão tornar figuras de referência para estes” (Educadora social do IPT).

Registo de observações

Fazendo uma visita às instalações, é possível observar que no edifício-mãe funcionam, no rés-do-chão: o Programa Escolhas, os serviços administrativos, a direção, o gabinete do diretor técnico e o gabinete de serviço social. Este piso

conta ainda com uma sala de reuniões. No primeiro piso existe: o Salão Nobre (sala-museu onde estão expostas várias peças representativas da história da instituição) e uma capela (encerrada). Ainda neste piso, encontra-se instalado provisoriamente o grupo A, dos 6 aos 12 anos. Neste espaço existem dois quartos (com três beliches cada), uma casa de banho completa, uma casa de banho de serviço, uma sala de jantar e de estar, uma pequena cozinha de apoio e um gabinete técnico de apoio ao grupo. No segundo piso, existem: duas salas ocupadas pelo OTL, um arquivo central, o gabinete de Psicologia e duas salas atualmente desocupadas.

No internato, ainda em remodelação, no rés-do-chão funciona: a cozinha, uma casa de banho completa e três salas de convívio encerradas (aguardam intervenção para a criação de uma ala destinada ao Grupo que ainda se encontra a funcionar no edifício-mãe). No segundo piso, com as obras já concluídas, existem dois espaços separados e exatamente iguais. Em cada espaço existem: quatro quartos com quatro, três e duas camas, duas casas de banho completas, uma sala de estar, uma sala de jantar com kitchenette que permite a confeção das refeições por parte de cada grupo de jovens. No decorrer das conversas intencionais com os Educadores sociais, foi possível perceber que nestes espaços residem jovens com idade igual, ou superior, a 12 anos, sendo que a transição do grupo dos mais novos para o grupo B (12-15 anos) acontece somente quando as crianças alcançam essa idade e, em simultâneo, revelam maturidade para se integrarem num novo grupo. Nos dois grupos existe um gabinete técnico de apoio ao grupo. No terceiro piso encontram-se as instalações da creche.

A instituição possui ainda alguns imóveis doados, em tempos, por benfeitores. Foi possível visitar um desses imóveis, que funciona hoje como Apartamento de Autonomia, bastante perto do edifício do internato, nas traseiras deste.

Recentemente, foi construído, no exterior, um campo de jogos destinado ao desenvolvimento de atividades físicas com as crianças e jovens. No entanto, por falta de recursos humanos, é ainda pouco utilizado. No restante espaço exterior será construído um parque infantil para a creche e outro para as crianças do LIJ, tendo a instituição já marcado o início da obra.

Apêndice D – Caracterização das crianças e jovens

Os Heróis de Palmo e meio

Filipe e Alexandre

O Filipe e o Alexandre, com 7 e 9 anos respetivamente foram acolhidos no IPT em Setembro de 2012, encontrando-se nessa altura há 15 dias numa vaga de emergência noutra instituição a pedido da mãe, assumindo nesta altura, perante a segurança social, não ter condições para assumir os filhos.

O Filipe e o Alexandre são fruto de uma relação precoce da progenitora, tendo sido mãe aos 18 anos, encontrando-se o pai dos menores a residir no Brasil em morada desconhecida. A progenitora, vítima de violência doméstica, separa-se do companheiro e, em 2007, após os menores terem passado algum tempo na Alemanha com o progenitor, este regressa a Portugal e pede o acolhimento institucional dos mesmos, que são acolhidos na Causa da criança-Centro de acolhimento temporário.

Durante a institucionalização dos filhos, a mãe tem uma nova relação conjugal de onde nasce o Rui, atualmente com 3 anos de idade. Na sequência da melhoria das condições sócio - económicas da progenitora, em Dezembro de 2010 as crianças são reintegradas no agregado desta.

Mais tarde, em 2011, estes são sinalizados à CPCJ por violência doméstica entre o casal, esta acaba por abandonar a habitação levando consigo os dois meninos, deixando o mais novo com o pai. Com o divórcio, a progenitora sente-se incapaz de assegurar todas as necessidades dos filhos, tendo ela própria sugerido o acolhimento institucional destes até conseguir reorganizar a sua vida. Em Agosto de 2012, é realizada a conferência judicial onde é decretada a medida de acolhimento institucional.

Quando do acolhimento no IPT, a 20 de Setembro de 2012, a progenitora encontrava-se a residir com a avó materna das crianças numa habitação de tipologia T1 num conjunto habitacional camarário. No entanto, entretanto mudou-se para casa do namorado (relação conjugal recente), tendo-se mudado os dois para a Alemanha no passado dia 25 de Outubro, onde foram residir com a irmã da Da. Ana que já lá se encontra a residir há algum tempo. Após a viagem destes, a progenitora contactou os filhos até meados de Dezembro, não efetuando qualquer contacto até Fevereiro de 2013.

Nesta altura, dirige-se à instituição referindo ter passado inúmeras privações na Alemanha, justificando com a falta de recursos económicos para contactar os filhos e, até mesmo, para regressar a Portugal, tendo contado com o apoio da igreja católica portuguesa na Alemanha para lhe pagar a viagem de regresso. Perante esta instabilidade, foi realizado com a mãe um momento formal juntamente com a técnica da EMAT que acompanha o processo de promoção e proteção dos filhos no sentido de a consciencializar para a necessidade urgente de mudança no sentido de poder ter os filhos consigo, alertando-a que estes não podem continuar indefinidamente em acolhimento institucional e sem contactos regulares da mesma, uma vez que esta situação traz bastante sofrimento para as crianças. A mãe manifesta vontade para a mudança, é construído com esta um plano de intervenção que visava a empregabilidade e o pedido de uma habitação social para que esta pudesse ter os filhos consigo. Foi então desenhado o plano, tendo esta mostrado muita vontade de alcançar os objetivos a que se propôs, o plano incluía também o contacto semanal com os filhos.

Contudo, mais uma vez as coisas não correram bem para estas duas crianças: ao final de um mês de intervenção, a que a mãe respondia positivamente, e a instituição fazia um trabalho de proximidade com esta, a mãe deixou de dar notícias, não sendo possível sequer contactá-la por telefone, pois provavelmente mudou de número. Segundo a mãe desta, a Da. Ana terá ido viver para outro distrito com um novo companheiro, “ abandonando” os filhos nas palavras da avó dos meninos.

A avó tem uma deficiência física, o que não lhe permite cuidar dos netos, contudo contacta-os por telefone e visita-os sempre que lhe é possível.

Ambos os menores apresentam agenesia total do corpo caloso evidenciada em ressonância magnética, tendo sido submetido a investigação médica, podendo concluir-se que o seu défice cognitivo está associado a condição sindrómica, sem sintomatologia neurológica; não apresentam défice auditivo; apresentam défice visual significativo, sem indicação de cirurgia, mas em acompanhamento de consultas externas. São acompanhados ainda nas seguintes especialidades: Desenvolvimento; Cardiologia Pediátrica; Cirurgia Pediátrica e Oftalmologia.

Foram integrados numa escola da área de residência do IPT e, após análise do processo do aluno, foi possível perceber que estes apenas trabalhavam no

âmbito do ensino especial, o que comprometeu bastante o desenvolvimento das suas competências do saber ser, saber estar e saber fazer, segundo a professora do ensino especial.

As professoras sentiram necessidade de que a aprendizagem dos menores começasse pela aquisição de regras básicas que estes não tinham adquirido e, só depois, começarem a promover as competências mais do âmbito escolar.

Neste momento, em contexto de sala de aula, o Alexandre tem trabalhado e apresentado o desenvolvimento de competências. No caso do Filipe, a dificuldade é maior, até porque este apresenta graves dificuldades na motricidade fina e uma enorme agitação psicomotora.

Segundo informação clínica do Hospital, ao nível psicológico, o Filipe e o Alexandre apresentam atraso global do desenvolvimento psicomotor. Em Agosto de 2011, o Alexandre foi submetido a avaliação cognitiva formal através da Escala de Desenvolvimento Mental de Ruth Griffiths que evidencia um atraso marcado no desenvolvimento psicomotor, défice cognitivo moderado, com uma idade mental de 39 meses para uma idade real de 77 meses. Já nesta altura foi prescrita terapia da fala e terapia ocupacional. Relativamente ao Filipe, não tivemos acesso a qualquer avaliação neste âmbito, no entanto encontra-se a fazer avaliação psicológica no centro de genética, onde ambos são acompanhados. O Filipe também beneficia do apoio de terapia da fala e de terapia ocupacional.

No contexto institucional, são crianças muito agitadas e muito apelativas, mantendo uma boa relação com os pares e com os adultos, revelando-se muito afetuosas com todos os que as rodeiam. Contudo, numa fase inicial, apresentaram muita dificuldade para perceber e cumprir as regras do grupo, bem como ao nível das competências básicas do quotidiano, encontrando-se, gradualmente a fazer evolução nesse sentido.

Edgar

O Edgar foi retirado à família em Maio de 2011, com 7 anos, juntamente com mais duas irmãs de 10 e 12 anos, na altura. O seu acolhimento aconteceu na sequência da mãe ter abandonado o lar, deixando os filhos ao cuidado do pai que tinha 68 anos e já se encontrava bastante debilitada na altura.

Contudo, esta família, já se encontrava a ser acompanhada no âmbito de um processo de promoção e proteção há já alguns anos por negligência parental: as queixas da escola, do infantário e da vizinhança eram constantes relativas à falta de cuidados com as crianças, principalmente cuidados de higiene. Sendo, que, no caso do Edgar a situação era mais grave, os vizinhos, funcionários e educadores do infantário caracterizavam-no como um “selvagem”. Esta criança com 7 anos não conseguia falar, só emitia gemidos e sons de animais, bem como desconhecia completamente qualquer regra ou norma do saber estar.

Segundo relatório social e, mais tarde, confirmado pela própria família, estes sempre resistiram à integração do Edgar no equipamento escolar, aceitando a sua integração quase sob “ameaça” da segurança social. Mesmo assim, levavam o menino às 11h e voltavam para ir buscá-lo às 15h, passando este passava muito pouco tempo no jardim-de-infância. Das informações das educadoras, a criança não tomava banho, indo para a escola todos os dias com a mesma roupa interior e constantemente com pediculose. Após visita domiciliária, foi possível constatar que as condições habitacionais não apresentavam as mínimas condições de habitabilidade e de higiene para uma família viver, não tendo sequer sistema de esgotos. Foi ainda possível perceber, junto da família, que o filho passava o tempo no quintal a brincar com os cães, raramente brincando ou socializando com outras crianças, já que ninguém o percebia; o discurso da mãe foi sempre neste sentido: “ Ele é doentinho, só está bem à beira dos cães...”, foi assim que a mãe nos caracterizou o filho. O pai que se encontrava bastante doente, ia corroborando o discurso da mãe, mas, sempre que conversávamos, passavam o tempo a acusar-se e a insultar-se mutuamente.

As informações sociais, escolares e, até psicológicas, que acompanhavam o menor, vieram a confirmar-se, o Edgar não sabia sentar-se à mesa, comia com as mãos, mas o mais difícil eram as enormes dificuldades que este apresentava para se expressar verbalmente.

Perante este conjunto de problemas que acompanhavam o menino, em grande parte promovidos pela falta de estimulação, a instituição delineou logo uma intervenção que pudesse atuar nas áreas mais afectadas. Após consulta médica e avaliação psicológica realizada no Hospital Maria Pia, onde lhe foi diagnosticado atraso global de desenvolvimento e défice cognitivo, foi

encaminhado para terapia da fala e terapia ocupacional; em contexto de instituição, foi realizado um trabalho de proximidade e de acompanhamento nas rotinas diárias, ensinando-o e explicando-lhe a importância do banho por exemplo, de comer à mesa com os outros meninos, ou seja, foi realizado um treino de competências básicas de socialização quase primária; foi ainda imediatamente feito o seu encaminhamento escolar, pois este já tinha 7 anos e não frequentava a escola.

Ao nível escolar, a criança já tinha sido avaliada pela equipa de ensino especial do agrupamento de escolas do jardim onde estava inserido, onde era referenciado como um aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE). Neste sentido, o seu enquadramento escolar aconteceu de acordo com a avaliação já realizada.

Ao fim de 2 anos de acolhimento, o Edgar fez uma evolução muito significativa, sendo que, segundo a professora do ensino especial e o psicólogo da instituição, não conseguirá recuperar algumas aprendizagens que este não adquiriu na altura certa do desenvolvimento.

No quotidiano, revela-se uma criança muito dependente dos adultos afetivamente, relaciona-se de forma muito afetuosa com todos, cumpre as regras e orientações dos adultos, mas nem sempre percebe o significado destas; é muito importante tentar que ele perceba o por que tem de cumprir determinada orientação. Na interação com os pares, embora com uma melhoria significativa, ainda apresenta dificuldade no controlo dos impulsos e da própria força, magoando os colegas sem revelar muita consciência disso.

Em consulta de pedopsiquiatria, foi discutida com a médica esta questão dos comportamentos por vezes agressivos mas inconscientes, tendo-nos chamado a atenção para o facto de este apresentar um défice cognitivo que justifica estes comportamentos, a sua capacidade de perceção e de compreensão encontram-se afetadas. A nossa intervenção junto dele passa muito por estarmos atentos e intervirmos nos momentos em que acontecem os comportamentos, tentando sempre que este consiga alcançar alguma compreensão da realidade, não sendo uma tarefa fácil.

Segundo a médica, o que também é parecer da instituição, a irregularidade das visitas da mãe provocam na criança alteração de comportamentos, ora por vezes revelando-se mais agressivo com os pares, ora noutras alturas apresentando-se mais deprimido. As visitas, para além de serem irregulares,

também são bastante desorganizadas, pois a mãe passa o tempo das visitas a falar mal do pai ao Edgar, pelo o que intervimos e conversamos com ela sobre os efeitos negativos que pode ter no filho. No entanto, esta também apresenta problemas ao nível da saúde mental, encontrando-se reformada por doença psiquiátrica.

Relativamente ao acompanhamento médico, o Edgar tem estrabismo, sendo acompanhado em oftalmologia, e em Fisiatria uma vez que apresenta uma descoordenação motora acentuada, tendo-lhe sido prescrita a prática da natação, a qual se encontra a fazer uma vez por semana.

André

O André foi acolhido em Setembro de 2011 a pedido da mãe, alegando não o conseguir aturar, ameaçando que um dia se matava. Perante uma postura e um discurso tão desorganizado, a segurança social, com o consentimento da mãe, procedeu à aplicação da medida de acolhimento institucional. O André tem 8 anos e pertence a uma fratria de cinco irmãos, dois dos quais se encontram acolhidos no IPT desde tenra idade, e duas das irmãs também foram acolhidas muito pequenas ainda numa instituição de meninas, tendo lá ficado até atingirem a maioridade o ano passado. Os irmãos, um com 17 e um com 20, encontram-se integrados no apartamento de autonomia do IPT, sendo que o mais velho encontra-se a fazer uma transição gradual para casa da mãe, pois tem mostrado alguma recusa em se manter no apartamento; este jovem tem debilidade mental ligeira, o que tem vindo a comprometer a concretização do seu projeto de vida ao nível da sua plena autonomia.

A integração do André foi pautada por algumas dificuldades, já que se apresentava como uma criança com um temperamento difícil e com muita dificuldade em cumprir regras e orientações dos adultos. O ambiente em que se encontrava integrada era bastante desorganizado, onde a forma que a mãe encontrava para lidar com ele eram as discussões e os gritos, como se de um adulto de tratasse. Esta criança não respeitava a mãe, revoltando-se contra esta sempre que era contrariado, não podemos esquecer que era este o seu modelo em casa, gritar e discutir.

Por outro lado, esta relação tão conflituosa entre mãe e filho era, ao mesmo tempo, muito fusional, o André sofreu imenso com a separação, com a

privação da mãe, o que ainda se verifica atualmente. Segundo avaliação psicológica, este apresenta uma vinculação insegura e desorganizada com a mãe. O André é acompanhado em psicologia desde a sua integração, o objetivo desse acompanhamento passa muito por trabalhar com ele a “relação de conflito com a mãe e a gestão das emoções” (Psicólogo, IPT). A mãe também se encontra a ser acompanhada pelo psicólogo do IPT, sendo os objetivos da intervenção: “a gestão de conflitos com os filhos, o reconhecimento do papel parental; tomada de consciência de sentimentos e emoções e saber lidar com eles de forma assertiva” (Psicólogo do IPT).

No decorrer do tempo, foi possível estabelecer uma relação de proximidade e de confiança com o André, sendo que este se foi aproximando cada vez mais, procurando constantemente a atenção da educadora e o colo desta, como se precisasse de alguma contenção e proteção. Ao longo desta relação, revelou também muitas dificuldades para partilhar a atenção desta com as outras crianças, ocupando constantemente o espaço da educadora para que as outras crianças não lhe “roubassem” a atenção.

Com os adultos no geral, é uma criança que revela dificuldades na relação, pois apresenta uma baixa tolerância à frustração, reagindo negativamente às contrariedades. No caso dos pares, assume-se sempre como líder dos mais novos, conflituoso e com dificuldade para partilhar ou para ajudar o outro.

No contexto escolar, é caracterizado pela professora como uma criança com muitas capacidades, mas muito desmotivada para as aprendizagens, uma vez que, segundo esta, passa grande parte do tempo a pensar na mãe, a fazer desenhos para a mãe e a manifestar que falta pouco para ir definitivamente para junto da mãe. O seu aproveitamento tem ficado aquém das suas capacidades.

Atualmente, o André passa fins de semana, quinzenalmente, com a mãe, contudo o ambiente familiar encontra-se muito desorganizado, já que a mãe apresenta uma relação conflituosa com todos os filhos que se encontram em casa neste período. Para o André, estes momentos são muito insuficientes, ele sofre e aspira pelo dia em que vai voltar para junto da mãe, no entanto os momentos que passa com esta são sempre de grande tensão e conflito, a mãe culpabiliza o André por estar na instituição, “Estás no colégio porque te portas mal em casa” (mãe), existe uma grande desresponsabilização por parte da mãe que provoca um sofrimento interno doloroso ao André. O estabelecimento de

uma relação segura com a educadora de referência tem permitido trabalhar com ele a desconstrução desta culpa e funcionar como uma figura de contenção para o seu sofrimento.

Daniel

O Daniel foi acolhido em 2010, juntamente com dois irmãos mais velhos, que, neste momento já não se encontram na instituição: um deles saiu após atingir a maioridade, o outro foi transferido para uma comunidade terapêutica. A retirada desta fratria foi algo violenta, uma vez que foi contra a vontade dos pais e houve necessidade da intervenção da polícia para os encaminhar para a instituição. O Daniel, era o mais novo, com 8 anos na altura, mas, de certa forma, foi aquele que melhor reagiu ao acolhimento, apoiando-se muito nos irmãos que mantinham para com ele um sentimento de proteção.

As causas da retirada estiveram relacionadas com negligência e falta de supervisão parental, principalmente com os filhos mais velhos que já praticavam atos de vandalismo no bairro onde residiam. No caso do Daniel, este encontrava-se inscrito na escola, mas não a frequentava, passava os dias em casa, com a mãe, ou acompanhava os irmãos na rua na prática de comportamentos de risco (furtos e atos de vandalismo).

A família residia em habitação social, com condições de habitabilidade e salubridade, contudo encontravam-se numa situação financeira muito fragilizada, acumulando dívidas, inclusive da renda da casa, água, luz, etc. Ambos os pais se encontravam desempregados, sendo beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O Daniel, para além de não frequentar a escola com 8 anos, apresentava graves dificuldades na fala, tendo sido encaminhado para terapia da fala e terapia ocupacional. Ao nível cognitivo, havia um enorme desinvestimento, ou seja, falta de estimulação. Nesse sentido, foi encaminhado para acompanhamento psicológico no exterior, onde, após avaliação da psicóloga, foi priorizado trabalhar a estimulação cognitiva por forma a minimizar os efeitos negativos da negligência a que este foi sujeito.

Com 8 anos, foi integrado no 2.º ano de escolaridade, embora não tivesse frequentado o 1.º ano. A Direção Regional de Educação do Norte (DREN) não

permitiu a sua integração numa turma do 1.º ano. Desde a sua integração na escola que beneficiou de apoio educativo individual duas horas por semana. Podemos dizer que este apoio, juntamente com o trabalho semanal de estimulação cognitiva que realizava com a psicóloga, o apoio da terapia da fala e da terapia ocupacional, e ainda com a sua motivação e vontade de aprender tem apresentado uma evolução muito significativa. Revela-se um aluno muito interessado e procura bastante o reforço positivo junto dos adultos que o rodeiam. Revela-se uma criança afetuosa, procura atenção e o colo das figuras femininas.

Na relação com os pares é bastante sociável, gosta de brincadeiras que impliquem movimento, e de preferência lutas, o que por vezes provoca algumas reações mais agressivas por parte deste. Interessa-se também muito por jogos de computador e pela “playstation”, gosta de jogar futebol e de ir à praia.

A nível familiar, conta com o apoio da avó materna aos fins de semana, sendo um apoio pouco organizado, mas que promove estabilidade emocional no Daniel, poder estar com a família, já que, desde o seu acolhimento que a mãe e o pai se têm desresponsabilizado do seu papel parental. O pai encontra-se a trabalhar em França e a mãe encontra-se a residir em Lisboa com um companheiro, não perspectivando o seu regresso ao Porto. A mãe, no seu discurso verbal, manifesta querer o Daniel junto de si, contudo passam-se meses sem visitar o filho; desta forma, a distância geográfica e o desinvestimento da mãe dificultam a possibilidade de um projeto de vida de reunificação familiar.

Rodrigo

O Rodrigo integrou o Instituto Profissional do Terço a 23 de Abril de 2012, chegou acompanhado pelas técnicas da CPCJ de Oliveira do Bairro. Este tem 5 anos e apresenta um desenvolvimento biopsicossocial adequado à sua faixa etária.

O Rodrigo teve uma boa integração, socializando facilmente com todos os rapazes da instituição, sendo até muito “mimado” por todos os colegas e pelos adultos. Encontrava-se, até à data, a residir com uma tia materna, sobre a qual

existe uma suspeita de maus-tratos físicos, encontrando-se a decorrer um processo no tribunal.

A mãe encontra-se reclusa no estabelecimento prisional de Santa Cruz do Bispo, estando a cumprir pena desde 2007, uma pena de 10 anos por homicídio do pai do Rodrigo. Juntamente com esta, encontra-se o irmão mais novo do Rodrigo, o António de 3 anos, sendo que o irmão mais velho, o Tiago, se encontra a residir com a avó materna (mãe de afeto da mãe). O Rodrigo esteve com a mãe no estabelecimento prisional de Tires até aos 3 anos, passando depois para a “Casa da Criança” em Tires, uma resposta de acolhimento em parceria com o Estabelecimento Prisional, o que permitia o contacto diário entre mãe e filho.

Aos 5 anos, a mãe, com receio de uma possível adoção do Rodrigo, pediu apoio a um irmão, o qual acabou por tomar a guarda provisória deste. No entanto, este teve que emigrar para Espanha e o Rodrigo ficou entregue à sua esposa, tia materna, sobre quem recai a suspeita de maus tratos.

O Rodrigo frequentou a creche no estabelecimento prisional de Tires, o jardim de Infância na “Casa da Criança” e, posteriormente, o Jardim de Infância em Oliveira do Bairro na zona de residência dos tios.

Quando da sua chegada à instituição, foi integrado no Jardim de Infância da Fontinha, onde a sua avaliação foi positiva, sendo referenciado pela educadora que este tinha adquiridas as competências adequadas à sua faixa etária.

Neste momento, encontra-se a frequentar o 1.º ano no ensino privado, onde fez uma boa adaptação e tem respondido positivamente às aprendizagens.

No que se refere aos contactos com a mãe, a instituição assegura a visita do Rodrigo, semanalmente, ao estabelecimento prisional, que este acredita ser a “fábrica” onde a mãe trabalha.

José e Manuel

O José e o Manuel foram acolhidos no IPT em Junho de 2012, chegando à instituição sem saber muito bem o que era aquilo, acompanhados apenas pelas técnicas, a mãe não os acompanhou neste dia. Juntamente com estes, estavam

duas irmãs que foram acolhidas num lar para meninas situado na mesma rua do IPT, o que poderia facilitar o contacto entre a fratria.

O acompanhamento desta família iniciou-se com a CPCJ de Évora devido à identificação de uma situação de violência familiar perpetrada pelo pai e consumos excessivos de álcool por este.

A situação foi, posteriormente, acompanhada pela CPCJ de Viseu devido a mudança de residência da família por necessidade de fuga da situação de violência. A CPCJ de Viseu manteve-se ativa no processo até à necessidade de colocar a mãe e os seus quatro filhos numa casa abrigo para vítimas de violência doméstica situada em Penafiel, tendo lá permanecido até 20 de Dezembro de 2011.

Passaram então a ser acompanhados pela CPCJ de Penafiel, local onde se mantiveram a residir, depois de abandonarem a casa abrigo.

É identificado que a mãe e os filhos registaram diversos episódios de fuga do pai. Este possui uma medida de coação de ordem de afastamento dada a extrema gravidade das agressões que inferia à companheira e aos seus filhos. O seu paradeiro é desconhecido.

O agregado não possuiu retaguarda familiar, possuindo apenas apoio através de duas amigas que a mãe conheceu na Casa Abrigo.

O acolhimento institucional atual foi proposto pela CPCJ de Penafiel depois do incumprimento do acordo de PP. Foi aceite pela progenitora, uma vez que esta afirmava não reunir as condições necessárias para o bem-estar e desenvolvimento integral dos jovens.

Segundo informação social da CPCJ, durante o acompanhamento em meio natural de vida, foi identificado que a progenitora apresentava graves problemas de gestão económica e organização habitacional, bem como ausência de rotinas de higiene.

Ao nível das competências parentais, ainda segundo parecer da Comissão, a mãe mantinha uma relação de simetria com os filhos, caracterizada pela inexistência de regras e limites. Esta compreendia que não tinha autoridade sobre os filhos, recorrendo a outros para as imporem, demitindo-se do seu papel na educação das crianças. As crianças apresentavam dificuldades na aceitação de regras e limites, adotando comportamentos socialmente desadequados.

Na informação enviada pela CPCJ de Penafiel é ainda referida a suspeita do envolvimento da progenitora na prostituição. Apesar de não ser sinalização formal e proveniente de fontes seguras, esta alertava para o risco desta atividade interferir na segurança e proteção dos menores pela ausência da progenitora ou da prática de prostituição na residência do agregado.

A GNR encontrava-se a acompanhar a situação de perto para compreender se existiria a exposição dos menores a uma situação de prostituição e/ou de outras questões que poderiam compreender o desenvolvimento dos menores.

A integração do José e do Manuel aconteceu de forma adequada, estes estabeleceram facilmente relações com os pares e com os adultos, sendo que o José manifestava comportamentos mais agressivos e de chamada de atenção e o Manuel, por sua vez, apresentava um comportamento mais inibido com pouca exposição dos seus sentimentos.

O José integrou o 4.º ano, o que tem decorrido com sucesso, empenho e motivação por parte deste, apesar das suas dificuldades na articulação ao nível da fala, fazendo terapia da fala semanalmente. Na escola, é querido por todos, mantém uma relação próxima com a professora e relaciona-se positivamente com os pares. Em contexto de instituição, inicialmente manifestou dificuldade na interiorização das regras e dos limites, mas, através do estabelecimento de uma relação de proximidade e de confiança com a figura de referência e com um acompanhamento próximo no quotidiano, tem vindo a aceitar e a cumprir as regras, bem como a perceber melhor a questão dos limites.

O Manuel frequenta o 5.º ano, mostrando pouca motivação e interesse pelas aprendizagens escolares, contudo mantém um aproveitamento positivo que tem vindo a ser reforçado junto deste na promoção do seu auto conceito académico. Apresenta uma boa relação com os pares e com os adultos, cumpre as orientações dos adultos, mantendo sempre um comportamento pacato e longe dos conflitos. Na instituição participa nas atividades e saídas ao exterior, que são promovidas, com satisfação. Por parte desta fratria, percebe-se que muitas das experiências que lhes têm sido proporcionadas como, por exemplo, uma ida ao cinema ou ao “mcdonalds” são uma novidade que vivem com bastante entusiasmo. Sendo que o José apresenta manifestações mais exacerbadas, sendo uma criança mais expressiva nas suas emoções. Já o Manuel é mais reservado, não deixando de mostrar a sua satisfação com um sorriso ou um comentário mais tímido.

Embora sejam crianças que apresentam uma boa integração na instituição, bem como uma relação positiva com os pares e com os adultos, importa referir que a mãe apenas os visitou duas vezes ao longo do seu acolhimento, sendo sempre muito difícil estabelecer qualquer contacto com esta, pois não tem número de contacto fixo, assim como residência fixa. Esta muda-se constantemente para casa de amigas que já a acompanhavam na casa abrigo.

O José manifestava, no início, muitas saudades da mãe e expressava o seu sofrimento com a ausência desta, tentando sempre encontrar motivos válidos de justificação para a mãe não vir, “é porque não arranjou dinheiro”. Já o Manuel pouco verbaliza sobre o assunto, tendo referido pouco tempo depois do acolhimento “Eu já estava à espera que ela nos abandonasse aqui”.

Na sequência do historial de violência doméstica, do qual as crianças apresentavam algumas marcas físicas, iniciaram recentemente acompanhamento psicológico na instituição.

João

O João foi acolhido no IPT em 2009, encontrando-se já acolhido desde 2006 noutra instituição. No entanto, pelo facto desta fechar ao fim-de-semana, o João é transferido nesta altura para o IPT, o que permitiu também estar mais perto da irmã que se encontrava, já nessa altura, acolhida num lar de meninas muito perto da instituição.

A causa que esteve na origem da sua institucionalização em 2006 prendeu-se com situações de violência doméstica entre a mãe e o companheiro desta e os consumos excessivos de álcool por parte de ambos. Em consequência de uma gestação com elevados consumos de álcool, o João nasceu portador do síndrome alcoólico fetal que o afetou na sua postura e aparência física e, ainda, comprometeu a sua capacidade de atenção e de concentração nas tarefas. Este frequenta fisioterapia duas vezes por semana e natação uma vez para correção postural da coluna.

A sua integração no IPT foi adequada e saudável, sendo que o João sempre se revelou muito afetuoso com as outras crianças, e estas, em consequência das suas dificuldades, revelaram sempre um espírito de solidariedade e até de proteção para com este. No fundo, era querido por todos, pelas crianças e pelos adultos, o que ainda hoje acontece.

Atualmente o João frequenta o 6.º ano no ensino privado e beneficia de algumas adaptações curriculares no âmbito do apoio do ensino especial. No entanto, revela-se muito interessado e empenhado nas aprendizagens, as adaptações permitem apenas ao João ter mais tempo para realizar os testes, já que o seu desempenho na escrita é mais lentificado do que o dos restantes alunos, sendo que na oralidade se revela muito capaz. Segundo a escola, é uma criança com muitas capacidades, mas o facto de apresentar dificuldades de atenção e concentração limitam, em parte, o seu desempenho. Neste sentido, a pedopsiquiatra prescreveu ao João a toma de Ritalina L.A. 30 mg e Rubifen. Ainda na promoção das suas competências escolares encontra-se a realizar um trabalho de estimulação cognitiva semanal com o psicólogo do IPT.

A mãe revela-se muito interessada pelos filhos, contudo, os consumos de álcool não lhe permitem participar de uma forma muito ativa no quotidiano dos filhos. A Da. Maria (mãe do João) é acompanhada, há alguns anos, pelo centro de alcoologia do Norte, tendo já feito vários tratamentos, quer em ambulatório, quer em internamento.

Neste momento, o João, que já tem 12 anos, começa a questionar sobre as causas da sua institucionalização e sobre o facto de não poder ir a casa aos fins de semana como acontece noutros casos. Desta forma, tem sido realizado com a mãe e com o “pai” (companheiro da mãe) um trabalho de consciencialização da necessidade de mudança, contudo a resposta destes tem sido muito pouco positiva, pois revelam-se um casal com um enorme conflito conjugal, revelando por outro lado, muita conformidade quanto a esse facto, “fomos sempre assim, isto já não vai mudar” (mãe).

A equipa considera que esta resposta de desânimo e desmotivação está altamente relacionada com o alcoolismo crónico do casal e que dificilmente conseguirão ultrapassar essa barreira. Opinião partilhada também pelo psiquiatra do centro de alcoologia que acompanha o casal há já alguns anos.

Paulo

O Paulo integrou o IPT em Abril de 2012, revelando muita agitação psicomotora e até alguma confusão espaço-temporal durante os primeiros dias; sentia-se “perdido” naquele novo universo que agora era a sua casa, “Que seca, não há nada para fazer, não quero estar aqui sentado, quero fazer alguma

coisa” (Paulo). No relatório de avaliação psicológica realizada um mês antes da sua institucionalização é referida como uma criança com: “Perturbação de Hiperactividade e Défice de Atenção, atraso global de desenvolvimento, ausência de regulação emocional e ausência de vinculação às figuras parentais” (Psicólogo).

As informações escolares eram bastante negativas, no que concerne ao aproveitamento e comportamento. Realmente, a integração na nova escola foi pautada por muita instabilidade, o Paulo revelava um completo desinteresse pelas aprendizagens.

Em contexto institucional, a equipa revelou algumas dificuldades para lidar com os seus comportamentos, uma vez que este apresentava uma total ausência de regras, um elevado nível de ansiedade e impulsividade, não conseguindo lidar de forma adequada com os constrangimentos. “O Paulo está sempre de castigo, está sempre a portar-se mal, não para quieto, é impossível aturá-lo” (A.A.E.do Grupo A).

Contudo, com um trabalho próximo com ele, foi possível estabelecer uma relação de confiança e de afetividade com a educadora social que se traduziu como securizante para o Paulo, permitindo-lhe uma maior estabilidade emocional, começando gradualmente a aceitar e a perceber melhor a importância das regras e da disciplina, quer em contexto institucional, quer escolar. “Por que estou aqui, é por me portar mal na escola? “Ó doutora já vai embora, porquê? Por que não fica sempre aqui?” (Paulo).

Pelas observações realizadas, parece-nos que o único momento em que este se consegue manter tranquilo é quando está sozinho com a figura de referência, a educadora social, em contexto de gabinete, ou quando sai sozinho com esta em momentos de lazer, por exemplo. O que o Paulo transmite implicitamente é que, naquele momento, sente que tem a atenção toda para ele e é como se isso, de alguma forma, o tranquilizasse, sendo nestes momentos que questiona “Por que é que estou aqui, na escola os meus colegas chateiam-me, e eu é que pago”, não há uma real interpretação dos motivos da institucionalização. Observa-se uma diferença de comportamento muito grande relativamente aos momentos em que está em grande grupo. Como referido na avaliação psicológica, a sua vinculação aos progenitores é aparentemente muito insegura, sendo uma criança que, até à institucionalização, geria as suas próprias rotinas diárias, sem supervisão

parental, é como se no gabinete se sentisse protegido pela Educadora. Este é acompanhado em Pedopsiquiatria e medicado com Ritalina e Risperidona. Mais recentemente, em função da “desregulação emocional” (psicólogo) que este atravessa, o psicólogo da instituição pediu o encaminhamento deste para Psicoterapia, no exterior.

Relativamente à família, dada a sua idade mais avançada, já que o pai tem 68 anos e a mãe 59, revelam alguma dificuldade em compreender os comportamentos do filho e em acompanhá-lo. No entanto, e uma vez serem a única retaguarda do Paulo, revela-se importante e urgente uma intervenção com os pais no sentido de consciencializá-los sobre as reais necessidades do filho, já que a interpretação que estes fazem do processo de institucionalização do filho prende-se apenas com o facto de ele se portar mal na escola. Estes procuram o apoio da instituição e questionam sobre como lidar com o filho. Uma resposta que nós não temos, mas que, em conjunto com os pais, podemos construir.

Jorge

Desde a sua integração que o Jorge revelou muitas dificuldades para perceber o acolhimento, bem como as suas causas, para ele era estranho, “a culpa é da minha avó, se ela não me tivesse batido naquele dia eu não estava aqui” (Jorge). Claro que as coisas não são assim tão simples, a mãe era completamente ausente da sua vida, estava entregue a esta avó que mantinha um estilo educativo autoritário na sua educação. O Jorge não tem uma clara perceção dos motivos da institucionalização e esta confusão tem-lhe trazido sofrimento ao longo deste processo, “eu não percebo, se foi a minha avó que me bateu por que não posso ir viver com a minha mãe...não percebo” (Jorge).

O Jorge sempre se distinguiu das outras crianças e jovens quanto aos seus interesses. Os seus interesses pautam-se pela leitura de revistas, visualização de novelas e séries juvenis, não gosta e raramente participa em atividades grupais, afastando-se sempre daqueles que têm comportamentos mais agressivos física e verbalmente. O Jorge viveu sempre com a avó materna e com a mãe, ou seja, os seus modelos de identificação são principalmente femininos, o que poderá ter influenciado os seus interesses. Desde a sua integração, há 4 anos, que revela dificuldades na interação com os pares,

afastando-se destes e isolando-se bastante nas suas atividades diárias, narrando frequentemente: “Não gosto de brincar com eles, só sabem brincar às lutas...detesto violência, gosto mais de estar a ver televisão ou a arrumar a casa...” (Jorge). De facto, este é muito zeloso e organizado com o seu espaço e com as suas coisas, não se sentindo bem com a desorganização dos outros.

A nível familiar, o Jorge assume a função de protetor da mãe, na incapacidade desta para cuidar dele, é ele que cuida dela, “Eu preocupo-me muito com a minha mãe, o namorado dela só se quer aproveitar dela e ela não percebe isso...tenho muita pena dela” (Jorge). A preocupação constante com a mãe provoca-lhe muita angústia no seu quotidiano. Como já referido, a mãe tem uma relação com um homem casado, sendo vítima de violência doméstica por parte deste. Após o encaminhamento da instituição, esta encontra-se a ser acompanhada pela Associação de Apoio à Vítima (APAV), tendo vindo a apresentar uma evolução positiva, estando a autonomizar-se gradualmente desta relação.

O pai foi uma figura ausente durante muitos anos da vida do Jorge, não acompanhando a sua infância. No entanto, há relativamente um ano este procurou o filho na instituição, alegando não ter conhecimento que o filho se encontrava institucionalizado, acreditando, até à data, que este se encontrava com a mãe que, segundo o pai, sempre o proibiu de ver o filho. Foi no âmbito de um processo de regulação das responsabilidades parentais que este teve conhecimento, pela Segurança Social que o filho se encontrava acolhido no IPT e, de imediato, contactou a instituição para poder ver o filho.

O pai contou-nos um pouco da sua história de vida ligada ao consumo de drogas, mas garantindo-nos que neste momento se encontra completamente recuperado, com uma vida estável do ponto de vista sócio-profissional, vive em união de facto com uma companheira e tem muita vontade de apoiar o filho em tudo o que for necessário. Foi a partir deste momento que o IPT começou avaliar a situação do pai e a promover os contactos com o filho, na possibilidade do pai ser uma retaguarda segura e consistente para o Jorge, coisa que a mãe nunca conseguiu desde a sua institucionalização.

Para o Jorge foi difícil aceitar a entrada do pai na sua vida após tantos anos afastados, foi necessário prepará-lo para a relação com o pai, sendo que se mostrou bastante resistente no início, revelando muita preocupação com magoar a mãe ao estar com o pai. Sentia-se claramente dividido, mas sempre

ressalvando que queria era ficar com a mãe, contudo, ao longo dos quatro anos de institucionalização nunca foi possível concretizar a sua vontade a nível de projeto de vida.

Neste sentido, o jovem procura constantemente a educadora do grupo para refletir sobre tudo isto, para pensar e compreender estas alterações na sua vida. Contudo, este também manifesta a pouco disponibilidade da educadora para estar com ele individualmente, “Tânia quando é que posso falar contigo, andas sempre a correr...” (Jorge).

Manifesta muitas dúvidas quanto à sua integração no agregado do pai, manifestando não conhecer muito bem o pai, ter receio que o pai não o compreenda, “e como é que eu faço quando tiver um problema e não me sentir à vontade para falar com o meu pai?... Posso falar contigo Tânia?” (Jorge).

Paralelamente, o pai apresenta também alguns receios na relação com o filho e na compreensão dos seus problemas, procurando a instituição nesse sentido, de pensar e refletir sobre “como lidar com o meu filho?” (pai). Tem-lhe sido transmitido que será um processo construído pelos dois e que o conhecimento mais profundo relativamente a cada um irá acontecer no quotidiano, na relação pai-filho. O pai manifesta ainda receio no que respeita à relação com a mãe do Jorge, uma vez considera-la uma pessoa bastante conflituosa, pedindo a intervenção da instituição nesse sentido, que o apoiasse na relação com esta, evitando conflitos para o bem-estar do filho.

Apêndice E – Notas de campo-avaliação do contexto

Avaliação do contexto

Crianças

Realizámos, em grupo, o exercício “chuva de ideias”, em que todos participaram ativamente, uns com mais expressão do que outros, no entanto, todos deram o seu contributo.

Na sala do grupo existia um quadro branco; depois de ser explicado às crianças o objetivo do exercício, o Jorge pediu para ser ele a escrever no quadro as ideias dos colegas. A frase escolhida para iniciar o exercício foi: “O que eu gostava de mudar no meu grupo?”.

Inicialmente, as crianças mais pequenas começaram por falar em bens matérias, como camas novas, brinquedos, entre outros. Contudo, rapidamente começaram a transpor para o plano mais pessoal, tendo o Jorge apontado no quadro:

- “Eu gostava de estar em casa”;
- “Por que não posso ir para casa?”;
- “Por que tenho de estar aqui?”;
- “É verdade, nunca me explicaram por que tenho de estar aqui! É por me portar mal?”;
- “Gostava que a Tânia estivesse sempre aqui, nunca fosse embora.”
- “Por que vais embora à noite?”

Estas foram apenas algumas das expressões presentes no discurso das crianças, porém todas se relacionavam com a dificuldade em compreenderem ou, mesmo, identificarem os motivos da institucionalização, assim como a falta de atenção que estes sentiam da educadora.

No âmbito mais individual, em contexto de gabinete, local onde se sentem mais protegidos das interferências dos outros, sentindo assim aquele momento como sendo só seu, foi tentado desenvolver com as crianças, individualmente, uma reflexão sobre as suas necessidades. Claro que esta abordagem foi mais clara junto das crianças mais velhas que acabaram por fazer a ligação ao que já tinha sido manifestado em grupo, os motivos da institucionalização e a procura de uma atenção mais personalizada por parte da educadora.

O João, o Paulo e o Jorge foram aqueles que mais manifestaram dúvidas e receios quanto ao processo de institucionalização, fazendo uma série de perguntas, como: “Mas, eu sou obrigado a estar aqui? O meu pai disse que se não assinar um papel eu me posso ir embora? Por que não posso estar com a minha mãe, Tânia?”.

No caso das crianças mais novas, para a recolha das suas narrativas acerca da realidade, foi necessário recorrer ao simbólico e à brincadeira, o que exige por parte do profissional uma sensibilidade acrescida para ler e interpretar o estado emocional das crianças. Quando estão mais paradas e apáticas, ou quando estão demasiado agitadas, é necessário estarmos muito atentos, em muitos casos estas alterações de humor coincidem com alterações a nível familiar, a aproximação ou o afastamento da família; esta instabilidade provoca-lhes muita ansiedade e sofrimento.

No entanto, ao jogar um jogo, ou ao contar um conto, estas têm tendência para estabelecer um paralelo entre as histórias contadas e a sua família, por exemplo: “A minha mãe também me conta uma história e dá-me um beijinho antes de dormir!”. Nestes momentos, conseguimos perceber, pelo seu discurso, a falta que sentem da família, a idealização que têm destas e a dificuldade para perceberem a sua condição subjetiva. O André, com 9 anos, fala constantemente sobre a mãe e da possibilidade de ir para casa; quando lhe pergunto sobre o que mais gosta e o que menos gosta no grupo, ele não me responde, mas refere: “Mas a mãe disse que eu vou para casa no final das aulas...”, é uma preocupação constante para esta criança que se traduz em muita ansiedade no seu quotidiano escolar e institucional.

Por parte das crianças mais novas surgem muitas questões ligadas ao processo de institucionalização, relativamente ao qual estas ainda não conseguem fazer uma análise coerente, nem perceber exatamente o que se passa à volta delas, porque algumas das crianças mais novas apresentam uma idade mental inferior à sua idade cronológica, tal como referido na análise da realidade.

Encontros com as famílias

As famílias do Paulo, do João e do Jorge foram aquelas com quem foi possível discutir a construção do projeto, bem como chamá-las para participarem no âmbito do projeto de vida dos seus filhos. Estas, embora com alguma dificuldade para perceberem a importância da sua participação, pois de alguma forma encaram que a instituição é que toma as decisões sobre a vida dos seus filhos, foram receptivas a participarem num projeto que visasse aumentar a sua intervenção e colaboração na vida dos filhos, assumindo-se como atores no processo. Estas foram manifestando, ao longo deste primeiro momento individual, algumas dúvidas, como por exemplo, os pais do Paulo: “Ó Dra. eu sei que ele está melhor aqui...nós em casa não lhe conseguimos dar o que vocês dão...ele está muito melhor desde que veio para aqui”. Perante este discurso, foi-lhes explicado que, independentemente de terem este sentimento, seria muito importante participarem na construção do projeto de vida dos filhos, sempre pensando na mudança positiva, a que reagiram de forma positiva, revelando vontade de repetir aqueles momentos.

No caso dos pais do João, foi numa visita domiciliária que conversámos sobre o filho e o seu projeto de vida, tendo estes, logo desde início, colocado várias questões relacionadas com a institucionalização do filho. Contudo, a relação conflituosa entre o casal não facilitou a fluidez da informação, pois manifestaram sempre opiniões contrárias um ao outro, entrando facilmente na agressão verbal. A mãe revelou uma maior consciência sobre a sua situação e situação do filho, o pai, por sua vez, revelou muitas dúvidas e, até, uma certa resistência aos motivos da institucionalização, manifestando não compreender o porquê do filho não poder passar os fins de semana em casa: “ Não percebo por que ele tem de estar aqui! Por que é que o meu filho não pode ir para casa nos fins de semana?”. Na sequência do discurso do pai, foi-lhe explicado que estaríamos disponíveis para refletir com eles sobre essas questões e para pensarmos em conjunto no que seria necessário para rumar à mudança positiva, sendo que estes se disponibilizaram em irem à instituição novamente para continuarmos a falar sobre o filho.

No caso do Jorge, pelo facto da mãe se encontrar a ser acompanhada na APAV e se encontrar numa situação emocional muito fragilizada, tem sido difícil envolvê-la no projeto de vida do filho. Contudo, uma vez que se

perspetiva a integração deste no agregado do pai a curto prazo, foi possível falar com o pai na instituição sobre o projeto a construir, tendo este considerado da máxima importância poder contar com a instituição para “aprender” a ser pai, já que se tinha encontrado ausente durante muitos anos da vida do filho. “ Eu sinceramente conto com a instituição nesta primeira fase, eu não sei muito bem como lidar com o Jorge, ele já tem 12 anos e eu nunca fui pai de verdade”.

Problemas e necessidades do grupo

Problemas	Indicadores	Necessidades
Falta de uma atenção personalizada e individual às crianças	A procura e o apelo das crianças junto dos profissionais: “Eu quero falar sozinho contigo, sem os outros meninos...” - A procura de afeto e de atenção: “Hoje comes à minha beira? Posso ir contigo lá fora?”	Necessidade de terem uma atenção mais individual e próxima por parte dos técnicos.
Dificuldade das crianças para compreenderem os motivos da institucionalização e o afastamento das famílias	- A expressão de incompreensão das crianças: “Por que tenho de estar aqui, quando vou para casa?”	Compreender os motivos da institucionalização.
Dificuldades das famílias para perceberem a importância do seu papel no projeto de vida dos filhos.	- Poucos contactos das famílias com a Instituição; - Envolvimento pouco ativo das famílias no quotidiano dos filhos;	Ter um papel mais ativo no projeto de vida dos filhos.

Problemas e necessidades – Paulo

Participantes	Problemas	Indicadores	Necessidades
Paulo	Falta de uma atenção individual e personalizada por parte da educadora de referência.	“Já vais embora?”; “Quero falar contigo sozinho”.	Ter uma atenção mais individual e próxima por parte da educadora de referência
	Dificuldade em compreender os motivos da institucionalização.	“ Por que estou aqui? É por me portar mal na escola?”	Compreender os motivos da institucionalização.
	Dificuldades na relação com os colegas.	Ser “gozado” pelos colegas; envolver-se em conflitos.	Melhorar as suas relações interpessoais
Família	Dificuldade em perceber a importância do seu papel no projeto de vida do filho e os motivos da institucionalização.	“Os doutores é que sabem o que é melhor para ele”	Compreender os motivos da institucionalização e ter uma participação ativa na discussão e reflexão sobre o filho.
	Dificuldade na compreensão e intervenção relativamente ao comportamento do filho.	Utilização dos castigos físicos; Ausência de diálogo com o filho; Incapacidade para identificar potencialidades no Paulo.	Compreender o filho e desenvolver práticas educativas adequadas.

Problemas e necessidades – Jorge

Participantes	Problemas	Indicadores	Necessidades
Jorge	Falta de uma atenção individual e personalizada por parte da educadora de referência.	“Ó Tânia quando é que posso falar contigo, andas sempre a correr...”; “ Posso ir contigo para o gabinete?”	Ter uma atenção mais individual e próxima por parte da educadora de referência.
	Dificuldade em compreender os motivos da institucionalização.	“a culpa é da minha avó, se ela não me tivesse batido naquele dia eu não estava aqui”; acredita que podia estar com a mãe, que não existiam motivos para o acolhimento.	Compreender os motivos da institucionalização.
	Sufrimento e incompreensão relativamente à instabilidade emocional da mãe.	Muito preocupado com a mãe; inversão de papéis assumindo o papel de cuidador da mãe.	Compreender e aprender a lidar com a situação sócio-emocional da mãe.

	Problemas	Indicadores	Necessidades
Jorge	Receios e dúvidas relativamente a ir viver com o pai.	“e quando eu tiver um problema, como é que faço se não me sentir à vontade para falar com o meu pai?”; revela muita cautela nos passos que dá para conhecer o pai, transmitindo insegurança na relação.	Esclarecer todas as suas dúvidas e receios quanto à sua relação de aproximação com o pai.
<u>Pai do Jorge</u>	Medo de não saber lidar com o filho e não conseguir responder adequadamente às suas necessidades.	Receios que manifesta à instituição; procura de ajuda para refletir sobre os seus medos na relação com o filho.	Aprender a conhecer e a relacionar-se com o filho.
	Resistência e dificuldades no relacionamento com a mãe do Jorge.	Os pais estiveram muitos anos separados; apresentam um discurso negativo um do outro; relação conflituosa no passado.	Conseguir relacionar-se cordialmente com a mãe do Jorge.

Apêndice F – Planificação

“Uma nova vida”

Ação	Maio	Junho	Julho
Posso ir contigo para o gabinete?	Quinzenal	Quinzenal	Quinzenal
Preparar-me para receber o meu filho!	Quinzenal	Quinzenal	Quinzenal
Falar sobre o nosso filho!	Mensal	Mensal	Mensal

“Pensa para mudar”

Ação	Maio	Junho	Julho
Passear para pensar	Quinzenal	Quinzenal	Quinzenal
Compreender o nosso filho	Quinzenal	Quinzenal	Quinzenal

Apêndice G – Descrição das ações – Pensar para mudar

“Passear para pensar”

02/05/2013

A primeira sessão foi realizada em contexto de gabinete já que o Paulo tinha uma consulta marcada, o que, em termos de tempo, não nos permitiu sair, como estava previsto e havia sido planificado.

Na primeira sessão com o Paulo, foi muito importante começar a desconstruir a imagem negativa e de culpabilização que o acompanhava desde a sua institucionalização. Quando questionado sobre o porquê de estar no IPT, este refere: “Eu estou aqui porque me porto mal...”. Perante este discurso tão enraizado, e também passado pela própria família, foi importante refletir com ele um pouco sobre o seu percurso quando estava em casa e, a partir daí, fazê-lo perceber os reais motivos da institucionalização.

Então, o Paulo passou a relatar um pouco do seu quotidiano quando ainda se encontrava junto da família, falou da escola e dos vários problemas que tinha por se “portar mal”, e quando o questiono, “Mas o que é portar mal, queres pensar um pouco sobre isso, sobre os motivos que te levavam a portar mal?” (Educadora), o Paulo começa por apontar situações concretas na escola, como: “...respondia aos professores, não fazia o que eles mandavam, não parava quieto...” (Paulo).

Não podemos esquecer que ele tem diagnosticado PHDA – Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção, talvez para ele fosse mesmo difícil estar sossegado na sala de aula e cumprir as orientações dos professores. Perguntei-lhe quais eram as consequências dos seus atos na escola e ele referiu: “mandavam-me para fora da sala e ia ao conselho, ralhavam comigo ou mandavam-me para casa um dia ou dois”. Quando lhe perguntava se ele percebia as repreensões da escola, ele só respondia: “A culpa era minha, tinha que ser castigado”. O Paulo aceita o castigo de uma forma passiva e normal no seu quotidiano.

Relativamente à família, relatou que, cada vez que se portava mal na escola, o pai lhe batia, e eu questionei-o: “E resultava, depois portavas-te bem?”, ele responde: “Não, no dia seguinte era igual”. E eu pergunto: “porquê?” ele responde: “Não sei, portava-me mal não sei porquê”. Passei a explicar ao Paulo que talvez continuasse a portar-se mal porque não percebia o motivo de ser

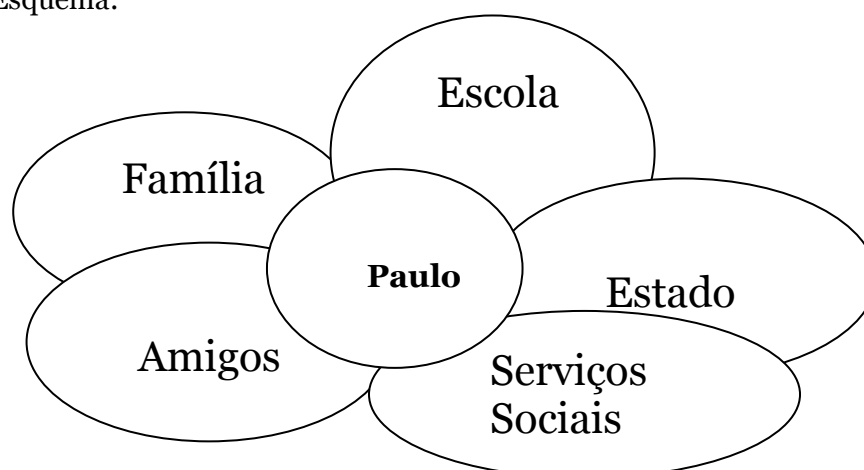
castigado, não percebia no fundo o que era portar-se mal. Que para ele seria importante pensar sobre os comportamentos que ele caracteriza como “portar-se mal.

Contudo, e independentemente de termos que, em conjunto, pensar sobre esses comportamentos, ele tinha que perceber que a culpa da sua institucionalização se associa a um conjunto de dimensões que tinham responsabilidades sobre a sua vida. Com recurso a um esquema, tentámos explicar-lhe que escola, família, amigos e a sociedade têm que se articular e relacionar por forma a promover junto dele um desenvolvimento saudável, ou seja, têm como função ajudá-lo a compreender e a melhorar estes comportamentos que ele acha que originaram a sua institucionalização.

Tentámos mostrar-lhe que todos existimos inseridos num conjunto de dimensões, biológica, social, psicológica, cultural entre outras, e que quando estas dimensões não funcionam entre si, ou isoladamente cada uma delas, podem prejudicar o desenvolvimento da criança.

O Paulo revelou uma boa perceção e compreensão do que ali estávamos a refletir, enumerando, quando lhe pedimos, as diferentes dimensões da sua vida, principalmente a família e a escola com maior visibilidade e significado para ele.

Esquema:



Terminámos este momento com a promessa que iria pensar sobre tudo o que falámos e que, na próxima sessão, faríamos uma retrospectiva conjunta sobre o que tínhamos falado, assim como poderia trazer para a sessão os assuntos relativos à sua vida que, neste momento, o preocupassem de alguma forma.

16/05/2013

No dia 16, quinta-feira, o Paulo pediu para irmos ao cinema. Neste dia, durante a viagem e enquanto aguardávamos pelo início do filme, foi possível fazermos uma retrospectiva da última sessão na qual não teve qualquer dificuldade para transmitir a perceção com que ficou da última vez que havíamos estado juntos.

Levantou uma série de questões sobre a escola e, principalmente, sobre a família, sendo estes os sistemas que ele identificou mais presentes na sua vida já que o seu círculo de amigos era muito restrito, não falando muito acerca disso.

Neste momento, foi refletido com o Paulo os motivos da sua institucionalização e, na sequência do trabalho desenvolvido na última sessão, continuamos a desconstruir a não culpabilização pelo acolhimento. Este foi dando alguns sinais de compreensão: “Mas então, se a culpa não é minha por que vim para cá?” (Paulo), ao que lhe respondi: “Vieste para cá porque os adultos têm o dever de proteger as crianças, e, por isso, a CPCJ conversou contigo sobre ires para uma instituição onde existiam adultos responsáveis para cuidar de ti e garantir a tua segurança e bem-estar” (Educadora). De uma forma clara, com um discurso adaptado à sua idade e maturidade, tentei que ele percebesse que a medida foi tomada sempre salvaguardando o seu bem-estar e desenvolvimento, não comprometendo assim a sua saúde, acompanhamento escolar, etc. Claro que foi necessário recorrer a situações concretas do quotidiano, experiências por ele vivenciadas, para que ele conseguisse compreender a informação que lhe era transmitir.

Tivemos sempre em conta e muito cuidado na não responsabilização direta dos pais pelo acolhimento, pois este não era o objetivo. Por outro lado, a pretensão era antes a compreensão de toda a realidade complexa à sua volta. O Paulo chegou mesmo a questionar: “Então, os meus pais é que não souberam

cuidar de mim?” (Paulo), “Não Paulo, eles e todos os adultos à tua volta é que não conseguiram reunir as condições necessárias para assegurar o teu bem-estar, porque os teus pais gostam muito de ti, não queriam que isto acontecesse” (Educadora).

Foi muito importante reforçar a relevância dos laços afetivos com os pais, que ele percebesse que estes gostam realmente dele, mas que, sozinhos, não conseguiam responder de forma adequada às suas necessidades.

“Então é para isso que estou no colégio, para me protegerem?” (Paulo). “De certa forma sim, nós, IPT, estamos aqui para te proteger e para, juntamente com os teus pais, tentarmos encontrar um caminho que promova o teu desenvolvimento, ou seja, é necessário cuidar de ti, acompanhar-te na escola, levar-te ao médico e, acima de tudo, sentires que tens alguém ou, mesmo, várias pessoas em quem possas confiar e a quem recorrer quando tiveres algum problema, bem como para te ajudar a pensar sobre os problemas e a encontrar formas de os resolver” (Educadora).

Entretanto, entrámos para o cinema onde o Paulo revelou dificuldades em estar concentrado no filme, passando o tempo todo a mexer-se e a levantar-se da cadeira. Por outro lado, sempre que possível, chegava-se para perto da Educadora na procura de um gesto de carinho ou de afeto.

Terminado o filme, regressámos ao IPT onde me contou como tem corrido a escola, dizendo que acha que vai tirar menos negativas, que os últimos testes lhe têm corrido bem, facto que foi reforçado, no sentido de continuar a esforçar-se porque ele é capaz. Durante o resto do dia, estive mais tranquilo e sempre muito próximo da educadora.

30/05/2013

Neste dia, combinei com o Paulo, fazer umas compras para o grupo e, a seguir, irmos lanchar juntos. A sugestão motivou um notório agrado.

Durante as compras, continuámos a falar sobre a institucionalização, onde conseguiu identificar alguns motivos que estiveram associados à sua institucionalização: “...o meu pai já é mais velho do que os outros pais e não me conseguia ajudar na escola, a minha mãe não sabe ler nem escrever, eu não parava quieto e os professores não tinham paciência para mim, eu acho que

eles não conseguiam ajudar-me e, por isso, a Dra. da CPCJ perguntou-me se eu queria vir para um colégio, onde tinha pessoas para me ajudar como tu...”.

Embora esta percepção ainda não seja tão clara quanto o ideal, mostrou sinais de começar a revelar alguma maturidade ao não atribuir a culpa do acolhimento a si próprio e, de alguma forma, libertar-se desse peso. Revelou compreensão quanto ao conjunto de sistemas à sua volta, contudo, para si, a relação entre eles ainda se assumia como algo complexo para a sua compreensão, o que pensamos poder vir a ser mais bem compreendido e percebido com a continuação da intervenção.

“E agora, vou ficar sempre aqui?” (Paulo), “Não te posso responder claramente a essa pergunta, mas posso-te dizer que nós, instituição e os teus pais, pretendemos que te sintas bem e feliz no sítio onde estiveres, aqui, em casa, onde estiveres mais seguro” (Educadora). Neste momento, foi importante transmitir-lhe a disponibilidade dos pais para participarem no processo de mudança, assim como também o foi ele perceber que só conseguiríamos mudar alguma coisa se ele tivesse força de vontade e quisesse efetivamente fazê-lo. Era importante que ele percebesse não só o seu papel ativo no processo, como também o respeito dos adultos por esse facto.

Com o desenvolvimento da ação, o Paulo ia revelando mais maturidade afetiva para se confrontar com a sua realidade, desenvolvendo mecanismos internos que lhe permitiam, cada vez mais, desenvolver a sua capacidade de reflexão.

Durante a ação, conseguiu compreender melhor o porquê de estar na instituição. A partir daqui, foi também fulcral que ele percebesse a importância de participar no processo de mudança. Neste momento, foi-lhe também explicado que os pais também se encontravam disponíveis para o fazer, reforçando novamente que estes se encontravam com vontade de alterar aquilo em que consideravam ter mais dificuldades, uma vez gostarem muito dele e quererem o melhor.

De regresso ao IPT, foi necessário negociar com o Paulo a data da próxima sessão, uma vez que, no dia estipulado, este deveria estar concentrado a estudar para o teste de Português, o que se revelou um processo difícil, pois, para ele, a escola continuava a assumir um papel pouco significativo e, ao mesmo tempo, muito negativo, já que assumia uma postura de desânimo aprendido perante a escola, uma vez que as repreensões e a ausência de

reforços positivos nesse contexto eram constantes para ele. Após algum tempo de negociação, agendámos para sexta-feira, dia 14 de Junho, e, até lá, reforçámos a importância de que fizesse um esforço para pensar um pouco sobre o seu presente, dúvidas e receios e que os trouxesse para a sessão.

14/06/2013

Neste dia, por volta das 14h, o Paulo aguardava por mim no IPT, já que só entrei ao serviço a essa hora. Já havíamos combinado que eu lhe ia mostrar a cidade do Porto, uma vez que é natural de Paredes e não conhecia nada desta nova cidade que, de alguma forma, o acolhia.

O passeio correu muito bem, apanhámos o metro até ao centro da cidade e, a partir daí, fizemos um roteiro a pé durante o qual lhe foi dado a conhecer os pontos mais conhecidos e significativos da cidade. No entanto, este passeio tinha como objetivo a continuação de uma conversa e reflexão sobre a sua vida. A certa altura da tarde, perguntei-lhe se tinha pensado naquilo que tínhamos combinado, no seu presente e nos problemas que, de alguma forma, o estivessem a afetar nesse momento.

Mais uma vez, ele começou por focalizar o problema na escola: “Oh, eu gosto de estar aqui, a escola é que é uma chatice...as professoras não gostam de mim, sou sempre o culpado de tudo, às vezes não faço nada, mas a culpa é sempre minha” (Paulo). Este continua com uma imagem muito negativa da escola, principalmente acerca de si próprio, como se este contexto lhe despertasse sentimentos de rejeição. Nesse momento, tentei explicar-lhe que, muitas vezes, as chamadas de atenção das professoras representavam a preocupação consigo e o objetivo da escola era que ele conseguisse obter sucesso escolar. Era importante que ele percecionasse as coisas neste sentido, não alimentando mais a imagem negativa que tinha de si próprio. “Já na outra escola, as professoras não gostavam de mim, estavam sempre a chamar o meu pai, e depois ele batia-me” (Paulo).

“E para além das professoras que se preocupam contigo? O que tens mais na escola?” (educadora), pergunta à qual o Paulo demora muito a responder, parecendo ficar “baralhado”, até que se refere a um único amigo no qual confia, mas que não tem mais amigos lá. Questionámo-lo porquê, e ele

responde que os outros só arranjam problemas e que ele depois é que é responsabilizado.

Durante esta tarde, foi importante refletir com o Paulo sobre a diferença de comportamentos nos seus diferentes contextos de vida, ou seja, pensar juntamente com ele sobre as horas para brincar e fazer “traquinices”, por exemplo no recreio da escola, e as horas para estar mais concentrado na aprendizagem e ter um comportamento mais calmo, a importância de respeitar as regras da sala de aula e dos professores. Só com esta perceção é que vai conseguir compreender o papel da escola na sua vida e lutar pelos seus objetivos que este focaliza sempre muito no sucesso escolar, embora na prática revele muitas dificuldades em concretizar. Contudo, foi importante realçar junto dele que tudo faz parte de um processo e que precisamos de tempo para começarmos a caminhar rumo à mudança.

O Paulo revela compreensão quanto ao que lhe é transmitido, mas conseguimos perceber que, na prática, as coisas complicam-se. Foi importante refletir com ele que a alteração de comportamentos não depende apenas dos medicamentos e dos médicos, mas muito, e em grande parte, da sua postura e força de vontade. “Tens que acreditar que és capaz, tens que querer mudar, e fazer um esforço acrescido para alcançar os teus objetivos, a medicação ajuda-te a acalmar, a estar menos agitado, mas a tua cabeça é que manda, tens que pensar muito sobre o que está certo e o que está errado, só assim conseguirás alguma alteração nos teus comportamentos” (Educadora). “Eu vou-me portar melhor, eu prometo!”, “Não é isso a que tens de te comprometer Paulo, é importante que te comprometas a pensar naquilo que realmente é importante mudar e que comportamentos devem ou não ser alterados, é para isso que aqui estamos, para, em conjunto, encontrar alternativas e para que te sintas melhor contigo mesmo” (Educadora).

“E no IPT, como te sentes, quem são os teus amigos, as pessoas em quem confias?” (Educadora). Perante esta pergunta, ele responde prontamente que gosta de estar no colégio, refere gostar de todos, mas responde de uma forma muito “desligada”, referindo-se ao Manuel como o amigo mais próximo. No entanto, o Manuel é uma das crianças mais velhas com quem este tem alguns conflitos e que chega mesmo a rejeitá-lo, “Sai daqui, não me chateies!” (Manuel). Questiono o Paulo sobre este facto e ele responde que se zangam, mas que gosta dele.

Quanto às outras crianças, refere mesmo “Só não gosto de aturar os pequenos, são uns chatos” (Paulo), pelo que lhe expliquei que tinha que ser mais tolerante com eles, porque eram mais novos e, por esse motivo, tinham comportamentos mais infantis, o que às vezes os tornava aborrecidos para ele, facto que compreendíamos, e que era legítimo ele sentir. No entanto, devia fazer um esforço para compreender também as necessidades dos outros, neste caso específico, compreender as necessidades dos mais novos e respeitá-las. Foi importante para o Paulo perceber a importância do respeito pela individualidade de cada um, pois só com o respeito pelos outros conseguiria que o respeitassem a ele também, bem como às suas necessidades.

Ainda referente ao seu presente identificava, como figura de referência, a Educadora Social do grupo, referindo confiar nela, “ És a pessoa de que eu gosto mais no colégio, és a melhor doutora de lá! mas também gosto da Cristina e do Daniel (Auxiliares de Ação Educativa do grupo), mas confio mais em ti!” (Paulo).

“Em minha casa é diferente, não consigo falar com o meu pai e com a minha mãe quando tenho problemas, tenho vergonha!” (Paulo), “Mas os pais têm-me transmitido que os fins de semana têm corrido melhor, é verdade?” (Educadora). “Sim, agora o meu pai está melhor, já não me bate e conversa mais comigo, dá-me algumas coisas de que eu gosto e lhe peço, deu-me o telemóvel, antes só me castigava e batia” (Paulo). Perante este discurso, tentei que percebesse que os pais também estavam a fazer um esforço no sentido da mudança e, principalmente, com o objetivo de o conhecer melhor e compreendê-lo, só assim conseguiriam mudar algumas posturas e, nesse sentido, melhorarem a relação e os laços familiares, ressalvando que era muito importante que ele percebesse que o processo de mudança também dependia dele, ou seja, de todos os atores envolvidos neste processo.

27/06/2013

Nesse dia, quinta-feira, o Paulo atrasou-se a chegar da escola, tendo justificado que parou pelo caminho para jogar à bola com alguns colegas, só chegando ao IPT às 15h. Quando entrou no gabinete, pediu desculpa e começou por dizer que as aulas tinham terminado mais tarde, mas, tendo

conhecimento que isso era falso, insisti para que me contasse a verdade salientando que podia confiar em mim.

Após insistir várias vezes na mesma justificção, acabou por confessar o que realmente tinha acontecido. Expliquei-lhe então que, em consequência desta decisão, o nosso tempo hoje seria menor, já que tinha outros compromissos agendados com outros meninos. Nesse sentido, expliquei-lhe que não tínhamos tempo para sair, que teríamos que conversar no gabinete, pelo que se mostrou irritado com a situação, tendo estado bastante agitado nesse dia.

Expliquei-lhe a importância de ele, à semelhança dos adultos envolvidos neste projeto, cumprir compromissos. Ficou um pouco reticente, mas escutou com atenção prometendo não voltar a acontecer.

De seguida, perguntei-lhe como tinha corrido a escola e a sua relação com as professoras, sendo que, continuava com o mesmo discurso: “Oh, não fiz nada e fiquei de castigo”. Sentimos, neste momento, que seria importante aprofundar junto dele a questão dos comportamentos. Fizemos-lhe então uma proposta, pegarmos numa folha e dividirmos em quatro espaços, em que cada espaço correspondia a um contexto da sua vida.

Primeiro resistiu: “Oh, não, não quero escrever, que chatice”, no entanto, logo a seguir aceitou e pegou numa folha. Desenhou quatro quadrados na folha e pedimos-lhe que identificasse quatro contextos da sua vida, que fizessem parte do seu quotidiano. Identificou, em primeiro lugar, a escola, a seguir a família, o colégio e, por fim, os amigos. A seguir, pedimos-lhe que pensasse em quais os comportamentos que deveria adotar em cada um dos quatro contextos. Começou a escrever, sempre com alguma resistência e insistindo para ser eu a escrever, ao que lhe respondi que era a vida dele, teria que ser ele a transpor para o papel.

Então fez o seguinte esquema:

Escola <ul style="list-style-type: none">• Portar-me bem na sala• Fazer os trabalhos• Estar atento• Respeitar as ordens dos professores	Família <ul style="list-style-type: none">• Respeitar as ordens do meu pai• Fazer-lhes companhia• Ajudar a minha mãe a arrumar a casa• Portar-me bem
Colégio <ul style="list-style-type: none">• Respeitar os adultos• Respeitar as regras do colégio• Fazer as minhas tarefas• Não bater nos meus colegas	Amigos <ul style="list-style-type: none">• Brincar• Jogar à bola• Jogar computador• Não andar à porrada com eles, nem me meter em confusões.

Depois de preencher a tabela, refletimos sobre ela, no qual o Paulo passou a explicar-nos o que queria dizer com cada uma das frases escritas. À partida, naquele trabalho escrito, ele revelava ter compreendido os comportamentos que podia, ou não, assumir nos diferentes contextos.

Foi importante que ele percebesse a importância do diálogo, chegámos mesmo a ver o significado da palavra no dicionário e, a partir daí, explorar uma série de situações de conflito e estratégias de resolução sem recurso à violência.

Embora esta reflexão tenha sido positiva para o Paulo, importa ressaltar a necessidade de continuidade da intervenção neste sentido.

11-06-2013

Este dia foi especialmente significativo para o Paulo. Chegou ao gabinete cabisbaixo, já que, pelo que tínhamos programado inicialmente, esta seria a última sessão desta ação. Perguntei-lhe: "Que se passa Paulo, estás triste?" (Educadora), "Não, mas não queria que fosse a última atividade!" (Paulo). "Deixa ver se compreendi bem, estás aborrecido porque é a última vez que vamos sair, de acordo com o projeto que construímos?" (educadora), "Sim, eu queria continuar a falar destas coisas, eu quero continuar a falar contigo à quinta-feira!" (Paulo).

Perante este discurso, tentei que percebesse que o que tinha terminado era a planificação que tínhamos feito, contudo, a nossa relação ia continuar, até porque trabalho no IPT, e se este sentia necessidade de continuar a ter estes momentos só teríamos que programá-los novamente de acordo com a disponibilidade de ambos, já que tenho outras funções na instituição. Perante esta explicação, esboçou um sorriso dizendo: "Ah, mas eu pensei que agora já não ia ter mais tempo para estar sozinho comigo!" (Paulo).

Foi importante clarificar que a minha disponibilidade poderia variar um pouco de acordo com as restantes funções que acumulo e com a atenção que tenho também que dar às outras crianças, no entanto, poderíamos continuar a desenvolver estes momentos.

Na sequência da conversa, pedi ao Paulo que me falasse um pouco sobre como se sentiu ao longo destes três meses, com o desenvolvimento desta ação, ao que ele respondeu: "Foi bom, aprendi muitas coisas, percebi algumas coisas complicadas, mas o melhor de tudo foi poder falar sozinho contigo sem os outros meninos a chatearem-te, sempre a chamar-te!". Tentámos explorar este discurso um pouco abstrato e pedimos-lhe que concretizasse um pouco o que era aprender muitas coisas, coisas complicadas, com o objetivo de fazer uma avaliação de como decorreu o desenvolvimento desta ação.

Passou a referir que já tinha percebido que a culpa de estar no colégio não era dele, mas sim dos adultos. Que aprendeu que não pode resolver os problemas com violência, que devia conversar com as pessoas e pedir ajuda aos adultos em quem confiava e que tinha que fazer um esforço para se portar bem na sala de aula e brincar é só nos intervalos.

“Agora que percebes melhor o passado, que já consegues identificar coisas boas e menos boas no teu presente, quais são os teus objetivos para o futuro?” (Educadora). O Paulo pareceu ficar um pouco “bloqueado”, mas acabou por referir como objetivos futuros aqueles que lhe haviam sido passados pelo pai: “Estudar, ser bom aluno e ter um bom emprego”. Ainda se tentou explorar a questão do futuro mas pareceu-nos que ele ainda não se encontrava preparado para conseguir identificar ou, mesmo, objetivar perspetivas futuras. Revelava ainda muita confusão quanto à sua permanência, ou não, na instituição, questionando “Até quando é que vou ficar no colégio?” (Paulo). Em resposta, tentámos explicar que nesse momento teríamos que, em conjunto, desenhar um novo projeto, onde pudéssemos todos em conjunto, o Paulo, família e o IPT, definir o seu projeto de vida e formular os objetivos para a concretização deste projeto.

No fim da sessão, transmiti-lhe que estaria presente no quotidiano dele e sempre disponível para o ouvir e para o auxiliar na compreensão das suas dúvidas e na resolução de conflitos que pudesse vir a vivenciar. Reforcei ainda que a família dele assumia um papel importante na sua vida, e que teríamos que continuar a trabalhar no sentido de melhorar a sua relação com os pais, bem como tentar pôr em prática tudo aquilo que tínhamos vindo a refletir no sentido de alterar alguns comportamentos que podiam prejudicar o seu desenvolvimento.

“Compreender o nosso filho”

22/05/2013

No primeiro momento, fomos muito bem recebidos pela família e começámos por perguntar aos pais sobre do que se lembravam acerca do nascimento e desenvolvimento do filho. Embora com alguma confusão cronológica, foram fazendo referência à vida do Paulo desde o seu nascimento, conseguindo, nesta fase inicial, reconstruir um pouco da história de vida do Paulo.

Quando o filho nasceu, a mãe referiu ter 42 anos e comentou, com alguma angústia, “na altura as pessoas diziam-me tens que botar abaixo, vai vir como os chineses” (mãe), acrescentando “ele veio e ele ficou”. O pai referiu-se à mãe

“ela teve um problema aqui (apontando para a zona vaginal)”, segundo ele, após o parto, a mãe esteve um mês internada, ele veio para casa com a sobrinha e era a tia que lhe dava o biberão” (pai).

As dificuldades de saúde, que a mãe teve após o nascimento do Paulo, conduziram ao seu internamento durante um mês. Apesar de não fazerem referência a dificuldades de ordem financeira, sempre viveram na casa em que se encontram atualmente (visivelmente com poucas condições). Relataram dificuldades associadas a relações familiares conflituosas, referindo problemas entre a mãe e os tios maternos - “era com todos os irmãos, nunca mais falei com o mais velho, foi uma coisa muito grande e horrível, eu podia estar muito melhor” (mãe). Contaram que estes problemas estiveram ligados a heranças e partilhas na altura em que filho era ainda bebé.

“ Durante o desenvolvimento do vosso filho lembram-se se este teve algum problema?” (Educadora). Os pais referiram a instabilidade do comportamento do Paulo na escola – “mau comportamento” – e contam um episódio no 1º ano de escolaridade em que a professora “pôs o Paulo num armário, deixou-o lá e ele adormeceu lá dentro”. Fizeram referência ao facto dele participar nos funerais quando tinha 8/9 anos – “seguia as pessoas mortas, às vezes ia sozinho” - aos 8/9 anos ia com a mãe e aos 10/11 anos começou a ir sozinho.

Os pais contaram vários episódios de quando o filho ia a casa, a mãe manifestou muita dificuldade em colocar regras e limites, não conseguindo exercer uma supervisão adequada – “ele saía de casa, eu gritava por ele e, depois, o pai batia-lhe porque ele não obedecia” (mãe).

Ambos manifestaram sinais de afeto e preocupação para com o filho. Os pais entraram em discussões em diversas ocasiões ao longo da visita. Conseguiram identificar algumas necessidades no seu filho, mas sentiam-se limitados na resposta que lhes podiam dar. Por estas razões, os pais manifestaram dificuldades para aderirem às orientações educativas dadas pelas técnicas que foram acompanhando o processo de promoção e proteção do Paulo nos últimos anos.

O pai referiu-se ao acolhimento institucional como positivo, pois considerava que o seu filho teria mais, e melhores, oportunidades para o seu futuro. A mãe manifestou alguma tristeza pelo distanciamento físico em relação ao filho.

Esta sessão foi um momento essencialmente de partilha para os pais, onde nós, profissionais, apenas tivemos uma função de escuta ativa e de compreensão, o que se revelou bastante positivo para a continuidade da ação nos momentos seguintes.

08/06/2013

No segundo momento, após falarmos com a família e encontrarmos uma data viável para todos, deslocámo-nos à casa destes à hora marcada. Eram perto das 15h, o pai estava deitado no sofá e a mãe encontrava-se a terminar de arrumar a cozinha.

Começámos primeiro por tentar quebrar o gelo, perguntando ao casal como estava a correr a semana e como tinha corrido o fim de semana com o filho. A mãe respondeu prontamente: “Correu bem Sra. Dra., coitadinho, esteve em casa, não tem nada para fazer aqui!”. O pai sobrepôs o seu discurso ao da mãe “Tem que fazer sim, senhor, tem muitas ervas para arrancar lá fora e tem os amigos para jogar à bola, mas, também, não pode andar muito lá fora, senão faz asneiras!”. Aproveitámos este relato do fim de semana do Paulo para começamos a introduzir alguns temas pertinentes, como questionar o pai sobre afinal o que era isso de “fazer asneiras”.

O pai referiu-se às queixas constantes que tinha da escola, “Oh Dra. nós aqui não conseguimos dar-lhe o acompanhamento de que ele precisa, eu bem lhe batia quando me faziam queixa na escola, mas não adiantava de nada”. O discurso e as queixas do pai centraram-se quase sempre à volta da escola, foi importante explorar esta dimensão com o pai e explicar-lhe que, antes de mais, seria importante tentarmos compreender o porquê de determinados comportamentos na escola. “Sr. João, das vezes que tinha queixas da escola, conversava com o Paulo sobre essas queixas, alguma vez tentou perceber o que se passava com ele para ter determinados comportamentos?” (Educadora), ao que este responde “Castigava-o logo, ele tinha que aprender. Diga-me como é que eu hei-de lidar com ele quando faz asneiras, ou tira negativas, eu bato-lhe e não adianta nada!”

Perante o discurso do pai, e com algumas intervenções, poucas, da parte da mãe, sempre a defender o filho, foi importante refletir com o pai sobre a importância da escuta ativa e da compreensão do filho. Tentámos explicar-lhe

que o Paulo, como qualquer outra criança, precisa de ser compreendido e de se sentir amado e respeitado. Não duvidando que os pais gostavam muito dele, foi importante explicar ao pai, que só após conversar com o filho e tentar perceber as suas dificuldades, é que realmente estaria pronto para o ajudar e apoiar no seu percurso de vida.

Neste dia, durante o tempo da visita, que foi cerca de 1.15h, conseguimos juntamente com os pais, através da exemplificação de alguns comportamentos relatados por estes, ajudá-los a compreender a necessidade do diálogo para a resolução de problemas com o filho, pois a única forma de resolver os problemas, com o filho, centrava-se no castigo físico: “Eu já lhe disse, ele só sabia bater ao menino, tem que falar com ele” (mãe), “dava-lhe uma coça, tinha de ser para ele aprender” (pai). O Paulo tinha que sentir que era ouvido e que era importante para eles. O facto do Sr. João o castigar e lhe bater, sem primeiro conversar com ele, provocava angústia e medo no filho, o que prejudicava a relação entre ambos. Transmitimos ao pai que o Paulo não tinha que sentir medo dele, respeitando-o como pai e como figura de autoridade que o era, tinha que ver no pai um aliado para partilhar as suas dúvidas e receios, encontrando assim junto da família um porto seguro.

Ao longo da conversa, o Sr. João foi também remetendo para a sua infância: “Eu fui educado assim, a levar porradinha velha e, por isso, fui sempre um homem honesto e trabalhador”. Nesta altura, foi importante devolver ao pai algumas questões para refletir, por exemplo, como se sentia quando era tratado assim, se não sentiu falta de que falassem com ele ao invés de lhe baterem. Era importante que este fosse capaz de perceber que possivelmente não tinha sido a forma mais adequada e, por esse motivo, não devia reproduzir os seus modelos educativos junto do filho, mas fazer um esforço para escutá-lo, escutar os seus pedidos de ajuda implícitos, um filho que apenas queria ser ouvido, queria que olhassem para ele.

Ao longo do desenvolvimento da ação, os pais foram revelando compreensão quanto ao que íamos falando, a mãe muito satisfeita, uma vez que sempre tinha sido contra o estilo educativo autoritário do marido. Já o pai, por sua vez, com uma postura mais reservada, escutava com atenção as nossas reflexões, tendo começado lentamente a participar com as suas próprias reflexões que ia construindo ao longo da conversa.

19/06/2013

Passados quinze dias desde a última visita, chegámos à habitação da família. Ao chegar, a mãe relatou-nos que havia estado doente, encontrando-se ainda com as pernas muito inchadas, pois sofre de obesidade, o que lhe tem trazido alguns problemas de saúde.

O Sr. João entretanto chega, estava no quintal a arrancar as ervas, “Estava a arrancar umas ervitas, já no fim de semana estive lá com o Paulo” (pai). “Ai sim, Sr. João, e, então, aproveitou para conversar com ele sobre a semana dele e sobre a escola?” (Educadora). “Sim, falei, ele esteve-me a contar que teve positiva nos testes, é verdade?” (pai), “Sim, é verdade, estamos muito contentes com ele, está a esforçar-se para melhorar as notas” (Educadora).

O Sr. João começa por dizer que ele foi para o “colégio” por isso mesmo, para ter boas notas e para se portar bem. Foi pertinente pedir aos pais para pensarmos em conjunto sobre a situação do acolhimento, tentar que estes percebessem que as coisas não eram assim tão lineares. O acolhimento não tinha sido diretamente provocado pelo filho, importava pensarmos sobre que fatores, tinham estado na origem da institucionalização e, ao mesmo tempo, contrariar uma aceitação tão pacífica de tal situação. Os pais abstinham-se da sua função parental após o acolhimento, eles tinham que perceber que continuavam a ser agentes ativos na vida do filho, atores neste processo.

Neste dia, foi identificado, juntamente com os pais, o que tinha corrido menos bem no passado, as dificuldades, tudo que poderia ter estado implicado na decisão da CPCJ e da família e que tinha motivado o acolhimento. Após uma reflexão conjunta, conseguiram perceber que muitas das queixas da escola poderiam estar associadas à dificuldade do Paulo para estar dentro de uma sala durante noventa minutos e, aqui, foi importante explicar aos pais a importância da medicação e explorar com eles o diagnóstico do filho: Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção. Uma vez que estes, principalmente o pai, sempre se recusaram a aceitar ajuda médica para o filho, principalmente o acompanhamento por pedopsiquiatria, apontando sempre causas mais “ocultas” para os problemas do filho, referindo várias vezes, “ Ele tem é que ir a uma senhora que eu conheço para espantar os males!”.

Sempre respeitando as crenças da família, tentámos que eles percebessem que existiam outras causas que podiam estar na origem de alguns dos

comportamentos do filho e, após explicarmos o que é PHDA, bem como o facto de o Paulo apresentar desregulação emocional, estes começaram lentamente a compreender melhor o filho.

20/07/2013

Este dia foi difícil de agendar já que existiu uma série de constrangimentos, institucionais e familiares, que acabou por atrasar este momento.

Sábado de manhã, por volta das 11h, chegámos a casa dos pais do Paulo, o filho foi connosco por forma a aproveitar o transporte, uma vez que ia passar o fim de semana a casa. Quando chegámos o Paulo pediu ao pai para ir visitar a madrinha, que morava ali perto, e o pai autorizou-o dizendo-lhe para não demorar muito.

Uma vez ter passado quase um mês desde a última vez que havíamos estado juntos, perguntámos aos pais como tinham corrido os últimos fins de semana e como estava a relação com o filho.

A mãe, motivada, respondeu: “Muito bem Sra. Dra., o Paulo tem se portado bem e até tem ido com o pai até aos bombeiros ao sábado!”, “Que bom, ficamos muito satisfeitas. Sr. João, conte-nos mais destes momentos.” (educadora). O Pai começou por relatar que, ao sábado, tinha ido com o filho até uma associação recreativa nos bombeiros e tinha falado com ele sobre a semana, a instituição e a escola, referindo: “Ele mudou, está mais homenzinho!”. Começámos por explicar ao Sr. João que o filho não tinha mudado necessariamente, mas que talvez, para ele, tenha sido importante sentir preocupação e capacidade de escuta ativa por parte do pai para com ele. O facto de sentir que o pai o ouvia e o aconselhava podia ter funcionado como promotor da sua estabilidade emocional e para fortalecer a relação entre pai e filho.

A conversa com os pais, neste dia, remeteu para a necessidade de começarem a construir, com o filho, uma relação de apoio, compreensão e disponibilidade para o ouvir e para o ajudar a ultrapassar dificuldades e obstáculos. Nesse momento, os pais sentiram que faziam parte da vida do filho e que este ainda precisava muito deles, eles eram o porto seguro do Paulo e era assim que se deviam sentir.

Foi neste momento que os pais iniciaram um processo de tomada de consciência, revelando compreensão e curiosidade quanto aos comportamentos do filho e em poderem ajudá-lo, ao invés de o recriminarem constantemente. No entanto, se o faziam, principalmente o pai, não era pelo facto de não gostarem do filho, mas antes pela incapacidade de o compreenderem.

No fim da sessão, a mãe lamentou-se: “ É o último dia que vem, não é? Agora que as coisas estão a correr melhor com o Paulo...”; explicámos aos pais que esta seria a última sessão que tínhamos planificado no âmbito do projeto contudo, de acordo com a avaliação que tínhamos vindo a fazer com estes, se considerássemos necessário a ação poderia continuar. Claro que informámos os pais que a continuidade e a regularidade destas sessões estariam dependentes da disponibilidade e da vontade deles para continuarem a participar no projeto de vida do filho. Não obstante, também fizemos referência a alguns obstáculos institucionais que poderiam prejudicar a regularidade e assiduidade para estar com eles, em virtude do volume de trabalho. Assim, comprometemo-nos a fazer um esforço nesse sentido, uma vez que todos tínhamos sentido que a continuidade era importante.

Apêndice H – Descrição das ações – Uma nova vida

“Posso ir contigo para o gabinete?”

07/05/2013

O primeiro momento individual com o Jorge, no âmbito do projeto, foi muito interessante, ele passou a semana a lembrar-me que na terça-feira tinha hora marcada para estar comigo, algo que não era habitual, já que quase sempre a intervenção é feita em grupo e no quotidiano.

Comecei por perguntar-lhe se havia algum assunto sobre o qual ele gostasse especialmente de falar e de pensar. Imediatamente se referiu à possibilidade de ir viver com o pai: “Tânia, não percebo, primeiro venho para aqui, sem perceber muito bem porquê, quer dizer, foi por causa da minha avó me ter batido na escola...e agora conheço o meu pai e posso ir viver com ele, não sei, tenho medo que não corra bem”. Após esta manifestação de confusão interior, tentei que o Jorge percebesse que, embora relacionados, existiam dois assuntos que tinham que ser esclarecidos e compreendidos por ele para que pudesse pensar e tomar decisões. Em primeiro lugar, perceber a confusão que pairava à sua volta sobre os motivos da institucionalização. Na verdade, o facto de a avó lhe ter batido tinha sido o que despoletou a situação toda, mas ressalvei que era importante ele pensar sobre tudo à sua volta nessa altura, para que pudesse identificar o que não estaria assim tão bem para que tivesse permanecido na instituição. Nesse momento, o Jorge referiu: “A minha mãe que nunca estava comigo, que me deixou com a minha avó”. Ele revelou consciência de que não estar com a mãe poderia estar relacionado com a institucionalização, contudo, muito rapidamente, desculpou-a: “mas ela estava a trabalhar, não podia estar comigo”. Este discurso tem sido recorrente, a desculpabilização da mãe e a proteção desta. Pedi ao Jorge que pensasse um pouco sobre isto: “Tudo bem, a tua mãe estava a trabalhar, mas, não achas que a mãe deveria estar mais presente na tua vida nessa altura?” (Educadora). Após esta questão, o Jorge lentamente foi relatando um pouco da vida da mãe, dos namorados e das amigas dela, referindo que esta não tinha tempo para ele e que gostaria de passar mais tempo com ela.

Percebi, entretanto, que estava a ser um momento difícil para ele e, não o querendo forçar para falar sobre a mãe combinámos que ele iria pensar sobre aquilo que considerava mais ter gostado na sua infância e sobre aquilo que

menos tinha gostado, e que na próxima vez falaríamos sobre isso, se ele quisesse, é claro. Ele concordou e referiu, no fim, que estava a gostar muito da ideia de poder estar sozinho comigo: “ Eu gosto de ter um dia só para mim, para poder falar à vontade contigo, sem os outros miúdos todos a chatear-te”.

Relativamente ao pai, perguntei então ao Jorge o que é que o preocupava nesse momento. Ele não soube explicar, apenas referiu que tinha medo, que conheceu o pai havia pouco tempo e que não sabia se iria conseguir adaptar-se à figura paterna e à casa: “Sei lá, é tudo novo para mim...ainda há pouco não sabia do meu pai, agora vou viver para casa dele!”; “Realmente compreendo-te, de um dia para o outro são muitas mudanças, mas temos que pensar sobre elas e tentar encontrar um caminho, o que achas?” (Educadora), “Acho boa ideia Tânia” (Jorge). Sendo assim, combinámos que o Jorge iria pensar sobre tudo que o preocupava nesse momento, dúvidas e receios e que no próximo momento iríamos tentar perceber algumas dessas questões.

Terminei então dizendo ao Jorge que poderia procurar-me em qualquer altura, independentemente de termos um dia marcado, explicando-lhe que nem sempre conseguia dar-lhe a atenção que procurava pelo facto de serem muitos meninos. Mostrou compreensão.

21-05-2013

Terça-feira e lá estava o Jorge parado em frente à porta do gabinete, já me tendo lembrado várias vezes que era dia de “estar com ele”: “ Então Tânia, vamos para o gabinete?” (Jorge), “ Vamos Jorge” (Educadora). Entrámos, o Jorge sentou-se logo na mesa onde costumávamos falar e, antes de eu dizer alguma coisa: “ Pensei muito no que falámos da última vez” (Jorge), a que respondi: “ Ai sim, ainda bem, fico contente”.

Então, o Jorge começou por falar sobre os motivos da institucionalização, referindo que tinha uma mágoa grande com a avó porque esta, para além de lhe ter batido na escola naquele dia, também tinha acabado por o abandonar na instituição por causa dos conflitos que tinha com a sua mãe, filha dela: “Nem quero ouvir falar da minha avó, ela deixou de me vir visitar porque se chateou com a minha mãe, eu não tenho culpa disso” (Jorge). Passei então a explicar-lhe que, muitas vezes, os problemas e conflitos entre os adultos podiam prejudicar as crianças, mas que, muitas vezes, não tinham essa

intenção, mas que realmente acontecia. Considerei que era importante o Jorge não ficar com rancor da avó guardado dentro dele, era importante que ele conseguisse perceber que a avó gostava dele mas nem sempre o sabia, ou conseguia, demonstrar.

No entanto, o Jorge continuava ansioso relativamente a esse assunto, perguntei-lhe: “E relativamente ao que combinámos na última sessão, pensaste um pouco sobre a tua infância, de que momentos te lembras?”, “Sim, pensei” (Jorge). Começou por referir que se lembrava de passar muito tempo em casa de uma ama, a mãe raramente estava, mas gostava de lá estar, e que depois passou a viver com a avó, justificando que a mãe estava a trabalhar. Mas, ao mesmo tempo, sentia-se triste por a mãe não ter tido tempo para ele, “Eu sentia saudades da minha mãe, mas ela nunca estava” (Jorge). Expliquei-lhe que era normal sentir falta da mãe, as crianças precisavam da mãe para crescerem, desenvolverem-se e autonomizarem-se, tendo acenado com a cabeça como a assumir que concordava.

Questionei de seguida “Mas por que é que ela nunca estava?”. Se, por um lado, justificava a ausência da mãe com o trabalho, por outro, esta questão provocava-lhe confusão, mas, afinal, por que motivo a mãe não tinha acompanhado o seu desenvolvimento. “Vamos lá pensar Jorge, como era a vida da tua mãe nessa altura? Lembras-te de alguma coisa?” (Educadora), “Lembro que ela trabalhava até tarde, já trabalha naquele sítio há muito tempo” (Jorge). Passou então a contar várias situações de conflito e de confusão que sempre acompanharam a vida da mãe, revelando sempre muita preocupação com esta, como se ela não se soubesse defender e ele sentisse a necessidade de a proteger.

Após relatar vários episódios da vida mãe e referir constantemente “É por isso que eu me preocupo com ela, percebes?” (Jorge), a que respondi “Claro que percebo Jorge, é perfeitamente normal que te preocupes com a tua mãe, gostas muito dela, contudo tens que perceber que ela já é uma adulta, e tu também tens de pensar em ti e preocupar-te contigo, percebes?”. Tentei, de alguma forma, fazer-lhe perceber que compreendia o seu sofrimento, até porque ele gostava muito da mãe. Contudo, ele tinha que perceber que não se podiam inverter os papéis, ele era o filho e ela era a mãe, ela é que tinha de cuidar dele, mas isto era muito duro para o Jorge, era difícil passar-lhe esta mensagem sem ser intrusiva nem o magoar. Considero que nesse momento ele

ainda não seria capaz de ser confrontado com esta realidade, precisava de mais algum tempo para pensar e compreender as funções de uma mãe e para perceber que a mãe dele não as estava a cumprir.

Entretanto, o próprio Jorge referiu: “Mas eu percebo que neste momento não posso ir viver com a minha mãe porque ela não tem condições e que tenho de ir viver com o meu pai, mas só até a minha mãe ter condições, depois posso ir viver com ela, não posso?”. Passei, então, a explicar-lhe que já tinha sido tentado que ele fosse viver com a mãe e que não tinha corrido bem, e que nesse momento a nossa prioridade era salvaguardar o bem-estar dele, e que o pai se assumia como uma retaguarda segura. Não obstante, iria continuar a estar com a mãe aos fins de semana e no futuro, se a mãe se reorganizasse, o que não ia ser fácil, tendo em conta o percurso de vida dela até aí, que ele conhecia bem, já que ela lhe contava todos os seus problemas, não conseguindo perceber que este devia ser protegido dessas situações.

No entanto, antes de terminar a sessão foi importante que o Jorge percebesse que não podia criar expectativas muito altas quanto à mãe porque, no passado, isso já havia acontecido e ele sofrera bastante com isso, ao que ele respondeu cabisbaixo: “Eu sei...”. Era importante que ele pensasse sobre isto e começasse a fazer um processo de reflexão sobre a possibilidade da mãe não vir a reorganizar-se, tínhamos que o preparar para essa possibilidade. No entanto, nem nós sabíamos se, algum dia, ele iria estar preparado para aceitar a realidade, mas pretendíamos que, pelo menos, ele a compreendesse emocionalmente.

Com o avançar da hora, decidimos terminar e continuar a falar na sessão seguinte, daí a quinze dias, mas, antes disso, fiz-lhe uma proposta: “O que achas de sempre que te vierem dúvidas e receios à cabeça relativamente à tua vida apontares na tua agenda (O Jorge anda sempre com uma agenda onde aponta tudo que tem para fazer, é muito organizado) e assim, na próxima sessão, perguntas-me tudo que tiveres necessidade e que te preocupe” (Educadora). “Boa ideia, ando sempre com ela, vou fazer isso, então encontramo-nos daqui a quinze dias” (Jorge). Tornava-se engraçada esta expressão, uma vez que estávamos juntos todos os dias no quotidiano, mas daí a quinze dias era diferente para ele, era só ele.

04-06-2013

Dia 4, tinham passado quinze dias desde a última sessão, o Jorge entrou no gabinete lembrando-me: “ já está na minha hora”, “ claro Jorge, vamos lá conversar um bocadinho então”. Este começou por dizer: “apontei algumas coisas na minha agenda, estive a pensar naquilo que falámos sobre a minha mãe e, às vezes, fico triste, ela preocupa-se mais com a vida dela do que comigo, é verdade. Eu não estou em primeiro lugar para a minha mãe, nunca estive, porquê?”. Perante esta frase, percebi que iniciava um processo de compreensão sobre a situação da mãe, começava finalmente a encarar a realidade, ainda que fosse muito difícil para ele.

Tentei explicar-lhe que a vida dos adultos não é fácil e que realmente, ao longo destes anos, a mãe tinha tido alguns problemas que a ocuparam deixando-lhe pouco espaço para ele. Contudo, isso não queria dizer que ela não gostasse dele, apenas que não conseguia cuidar dele da forma que devia. Ele acenou com a cabeça e respondeu: “Pois é, eu sei, e é por isso que vocês acham que o melhor para mim é ir para o meu pai”, ao que lhe digo: “ Nós não queremos decidir a tua vida, apenas ajudar-te a pensar sobre ela e a seres capaz de tomar a melhor decisão para o teu futuro, é nossa obrigação fazer isso para te protegemos”.

O Jorge demonstrou perceber o que lhe era transmitido, por outro lado, expressava muita ansiedade e, até receio, de magoar, ou deixar, a mãe triste por ir viver com o pai, era como se encarasse que o pai ia ocupar o lugar da mãe. Instruímos-lhe que na vida dele havia lugar para a mãe e para o pai e que ambos tinham uma função importante, a única diferença era que o pai nesse momento reunia as condições necessárias para lhe proporcionar um desenvolvimento saudável e a mãe não. Tentou-se explicar-lhe que não tinha que escolher entre os pais, apenas tentar compreender que nesse momento viver com o pai era o melhor para ele, não descurando que iria continuar a estar com a mãe nos fins de semana, não iria perder o amor da mãe que este tanto preservava.

O Jorge continuava a caminhar no sentido da consciencialização acerca das fragilidades da mãe e de compreender que o pai se revelava a resposta mais adequada para ele nesse momento. Ele referiu: “A minha mãe tem que aceitar

que não posso ir viver com ela, não tem condições e o meu pai tem, mas não é por isso que vou deixar de gostar dela”.

Logo a seguir expressava ansiedade e começava a questionar várias coisas relativas à sua ida para junto do pai: “E quando eu tiver um problema? Se não me sentir à vontade com o meu pai, posso falar contigo? E como é que vai ser para combinar os fins de semana, os meus pais não se falam” (Jorge). De imediato, comecei a tentar tranquilizá-lo, explicando-lhe que tudo seria gradual e que, aos poucos, ele iria construir uma relação com o pai, conhecendo-o melhor, dando-se a conhecer, e só aí iria saber como interagir com ele, assim como o pai também iria descobrir a melhor forma para o fazer.

Contudo, também lhe foi transmitido que nós, instituição, estávamos ali para o auxiliar nesse processo de mudança e de mediação entre os pais, ele não precisava de se preocupar porque iríamos falar com o pai, com a mãe e com os dois juntos para perceberem a importância de se relacionarem cordialmente para o bem-estar do filho. Era muito importante que o Jorge se focasse na sua vida e deixasse de estar preocupado com os adultos, com a mãe principalmente: “Não precisas de te preocupar com isso, os adultos têm que se entender, os teus pais vão fazer um esforço para se relacionar porque gostam de ti e querem o teu bem” (Educadora).

O facto de sentir que a instituição não iria sair repentinamente da sua vida, que iria estar presente para o apoiar nesta mudança, deixou-o mais calmo e acabou por fazer perguntas sobre como iria ser a sua vida com o pai. Revelou preocupação relativa ao futuro junto do pai, “...mas é preciso tratar da transferência, quem é que vai fazer isso?”, se continuava a frequentar a mesma piscina, ou seja, já começava lentamente a levantar questões relativas ao seu futuro, o que me pareceu bastante positivo, ele já conseguia imaginar-se a viver com o pai.

17-06-2013

Na semana anterior não tinha sido possível estar com o Jorge porque tínhamos tido um aniversário na terça-feira e, entretanto, a semana já estava tão ocupada que não tinha tido tempo para realizar a sessão com ele. No entanto, importa referir que este não deixou passar “em branco”; quando se apercebeu que não iríamos estar juntos, questionou-me sobre o dia em que

iriamos falar. Houve a necessidade de lhe explicar que não iria ter tempo nessa semana e que teríamos de adiar. Embora tivesse ficado desanimado, revelou compreensão.

Na terça-feira, 17 de Junho, lembrou-me, antes do jantar, sobre o nosso compromisso: “Às 20h Tânia, não te esqueças...” (Jorge), “ não, está combinado” (Educadora). Depois do jantar, acompanhou-me até ao gabinete onde começou por falar sobre as notas da escola e mostrou a sua satisfação e orgulho quanto aos resultados escolares: “Eu melhorei este período” (Jorge). Após algum tempo em que conversámos sobre a escola e lhe dei os parabéns, motivando-o para continuar assim, acabámos por começar a falar de como seria a nova escola no próximo ano letivo.

O Jorge começou por me perguntar qual a escola que iria frequentar quando fosse para o pai, ao que lhe respondi que teria de falar com o pai sobre isso para que, juntos, pudessem tomar essa decisão, escolhendo a escola mais adequada para ele. Ele concordou e, logo a seguir, colocou outra questão: “Mas é preciso tratar da transferência, quem é que vai fazer isso?”. Nas questões que colocava, ia manifestando ansiedade e preocupação, revelando uma postura muito responsável à qual já estávamos habituados. Desde muito cedo aprendeu a cuidar dele e da mãe. Acabei por lhe explicar que, nas questões de carácter mais prático e até legal, a instituição iria apoiar o pai numa primeira fase da sua integração. Tentei fazê-lo perceber que, nesse momento, o mais importante era perceber como se sentia e o que poderíamos fazer juntos, o que ele poderia fazer para se sentir bem com esta mudança na sua vida.

Expliquei-lhe que era importante que identificasse o que considerava de mais positivo em viver junto do pai e o que considerava que poderia ser mais complicado para ele de gerir, para que pudéssemos trabalhar essas questões e ele se sentisse mais confiante na tomada de decisão, sendo que ele aí voltou ao assunto da mãe: “O que me custa mais é a minha mãe, eu tenho pena dela, pelas coisas que já te contei sobre o namorado” (Jorge). “ Eu compreendo a tua preocupação Jorge, mas tens que perceber que não está nas tuas mãos, tu preocupas-te pela tua mãe mas não podes tomar as decisões por ela, mesmo que vivesses com ela, a vida pessoal dela é ela que decide, percebes que não tens responsabilidade nenhuma neste assunto?” (Educadora).

O Jorge ficava com uma ar entristecido e até de alguma impotência face à situação da mãe, mas tornava-se evidente que era um assunto que ainda o

perturbava muito. “Vamos fazer um acordo os dois, hoje falaste das coisas menos boas ou que te preocupam mais, até à próxima sessão vais apontar na tua agenda tudo o que de bom possas vir a encontrar com esta mudança na tua vida, que achas?” (Educadora), “ Está bem Tânia, combinado” (Jorge). Assim terminou a sessão.

02-07-2013

No dia 2, às 20h, o Jorge já se encontrava sentado junto do gabinete à minha espera. “Então Jorge, como tens passado?” Respondeu com um sorriso no rosto: “ Bem Tânia, tenho muitas coisas apontadas para falar contigo”.

Entrámos no gabinete e, tenho que confessar, que o achei bem mais confiante e motivado do que nas sessões anteriores. “Então pensaste sobre o que combinámos na última sessão, em coisas boas para o teu futuro? (Educadora), ao que o Jorge respondeu prontamente: “Vocês têm razão, a minha mãe também já percebeu que, neste momento, não posso ir viver com ela, ela disse que ia tentar arranjar uma casa e um trabalho para eu passar mais tempo com ela”. Mais uma vez, a mãe tinha feito promessas ao Jorge, contudo ao longo dos cinco anos de institucionalização, estas nunca se tinham concretizado.

Pedi, então, ao Jorge que me dissesse o que tinha anotado na agenda, que coisas positivas ele tinha encontrado no seu futuro, junto do pai, e ele começou por enumerar: “Vou ter uma casa com uma família, eu gosto muito daqui, mas aqui é muita gente e, às vezes, é muita confusão....vou ter o meu quarto para guardar as minhas coisas, tu sabes que eu gosto muito de ter as minhas coisas arrumadas e organizadas...vou poder jantar todos os dias com o meu pai...ir sair com ele...muitas coisas que aqui não tenho...bem, mas aqui também tenho muitas coisas de que gosto, de ti, dos meus amigos, já estou aqui há muito tempo, há quase cinco anos, também me vai custar separar de vocês” . “Vês, afinal encontraste muitas coisas boas em ir viver com o teu pai” (Educadora). No entanto, para além deste progresso em conseguir identificar coisas positivas, também revelou alguma nostalgia quanto ao facto de perder a casa que o tinha acolhido durante cinco anos, e tudo que lá construiu, principalmente as amizades dos adultos e das outras crianças.

Neste momento, foi importante explicar-lhe que não tinha que se separar de nós, instituição, nem dos seus amigos. Ele necessitava perceber que ninguém o ia esquecer, que ele ia ter sempre um lugar naquela casa, por toda a sua alegria e boa disposição, pelo bom aluno que era, pela sua colaboração nas tarefas do grupo, pelo seu espírito de solidariedade. Ou seja, ele tinha que perceber que por ir viver com o pai, não tinha que se separar de quem tinha sido a sua companhia durante cinco anos da sua vida. Todos estaríamos disponíveis e recetivos para recebê-lo sempre que nos quisesse visitar ou, mesmo, acompanhar em alguma saída de que gostasse, quem sabe uma ida ao cinema, um jantar no centro comercial, que são atividades que o grupo faz sempre que possível, e que gostaria muito de continuar a contar com a companhia dele.

Por outro lado, este precisava de perceber que a sua casa passaria a ser a casa do pai, e era com este que ele teria que passar o seu quotidiano, partilhar os seus problemas, pois só assim iria conseguir construir uma relação mais sólida e de confiança. No fim da sessão, fizemos um balanço da situação do Jorge, tendo ele manifestado sentir-se mais tranquilo, assumindo perceber melhor e aceitar que a sua vida seria junto do pai: “Eu estou a aceitar melhor ir viver com o meu pai”.

23-07-2013

Este iria ser o último dia em que iríamos estar juntos antes das férias, pois o Jorge ia de férias para casa do pai, prevendo-se a sua integração definitiva no início do ano letivo. No entanto, fez-me uma proposta que consistia na preparação de um vídeo para se despedir dos colegas, o que achei um passo muito importante, ele já se referia à ida para casa do pai, não como uma possibilidade, mas sim como uma decisão tomada. Relativamente à sua proposta, ficou então combinado que ele iria fazer o vídeo e apresentá-lo ainda nessa semana. O Jorge é muito persistente.

Começámos então a conversar, continuando o Jorge a falar sobre as questões futuras, mostrando preocupação com a necessidade de articular com o pai a mudança dos seus pertences para a nova casa. Tentei tranquilizá-lo com essas questões, explicando-lhe que não se preocupasse, pois o pai, ou a instituição, tratariam disso. Nesse momento, com o progresso que

apresentava, pareceu-me estarmos em condições de construir um plano para o futuro em que ele pudesse definir quais os seus objetivos de vida no futuro próximo. Fiz-lhe esta proposta que aceitou no momento e se dispôs a fazer no computador.

Como sempre foi muito proactivo, começou logo a abrir o computador e a escrever, expressando de seguida “Mas tens que me ajudar Tânia, que eu dou alguns erros”, “isso não importa aqui, o que importa é que tu consigas expressar o que sentes e o que queres para a tua vida, isto é para ti, para lutares pelos teus objetivos” (Educadora).

Começou, então, a escrever: “Quero ser bom aluno, ter boas notas...quando terminar o 9º ano quero ir para uma escola de teatro, o meu sonho é ser ator...quero dar-me bem com o meu pai...e quando for adulto quero ajudar a minha mãe”. A preocupação com a mãe estava ainda muito presente no seu pensamento, contudo, nesse momento já tinha percebido que não podia cuidar dela agora, que era uma criança e que ele era que tinha de ser cuidado, acabando por projetar para o futuro esta preocupação e vontade de cuidar da mãe.

Trabalho feito pelo Jorge na sessão

O meu futuro...

O que eu quero:

Quero ir para uma escola de teatro

Ser ator, de novelas

Ser bom aluno, ter boas notas

Dar-me bem com o meu pai

Ter muitos amigos

Divertir-me nas férias, ir para a praia

Quando for adulto, e ganhar dinheiro, quero ajudar a minha mãe

Quero continuar a ir para a piscina

Quero continuar a ter os meus amigos no Terço

Vou sentir muita falta de vocês todos.

Beijinhos para todos

Jorge

Após terminar este trabalho, imprimiu e guardou para levar consigo. Terminei dizendo-lhe que era muito importante que ele acreditasse nas suas capacidades e que lutasse pelos seus objetivos, transmitindo-lhe confiança, dizendo-lhe “Tu és um menino com muitas capacidades, nunca desistas dos teus objetivos, luta sempre pelo que queres e não te deixes influenciar pelos problemas dos adultos, eles resolvem os seus problemas, tu tens que resolver os teus, de criança e adolescente que te vais tornar”. O Jorge é uma criança muito sensível, acabando por chorar e me pedir um abraço, agradecendo por o ter ajudado nesta decisão tão difícil para ele. “Obrigado por tudo, por me teres ajudado a perceber o que era melhor para mim” (Jorge).

Terminámos, então, a combinar em que dia seria a sessão em que ele queria apresentar o vídeo aos amigos, ao grupo, com que ele tanto se preocupava, chegando mesmo a ser um apoio para os mais pequenos. Combinámos, ainda, na sequência do já descrito, que durante as férias nos íamos vendo, com visitas minhas à casa do pai, ou com a visita dele à instituição, onde iríamos continuar a falar sobre como se estava a sentir junto do pai.

25-07-2013

Neste dia, o Jorge encontrava-se especialmente nervoso, contudo, ele próprio preparou a sala, montou os equipamentos para projetar o vídeo e reuniu todos os colegas do grupo para apresentar o que tinha feito. Começou então por dizer: “Olá a todos, como vocês sabem eu vou embora do Terço, vou viver com o meu pai e, então, fiz um vídeo de despedida porque vocês foram muito importantes para mim...”. Começou, então, a passar o vídeo onde teve o cuidado de arranjar fotos de cada um dos colegas e dos adultos do grupo e fazer uma dedicatória a cada um com agradecimentos ou, mesmo, palavras de carinho e amizade.

As crianças divertiram-se imenso a ver o vídeo, sendo que, a meio o Jorge começou a chorar enquanto lia o que tinha feito, foi um momento importante para ele. No fim, pedimos aos colegas que dessem um conselho ao Jorge, agora que este iria ter uma nova vida. Estes proferiram várias frases, umas de

brincadeira, outras mais consistentes, desejando-lhe sorte e aconselhando-o a portar-se bem com o pai.

O Jorge terminou a sua apresentação dizendo “Gosto muito de vocês todos...pronto já acabou”.

“Preparar-me para receber o meu filho!”

07-05-2013

Uma vez ter sido um pedido do pai do Jorge que a instituição o apoiasse no processo de aproximação e de conhecimento do filho, este mostrou bastante disponibilidade para agendarmos os próximos encontros.

O primeiro encontro realizou-se em casa do pai, na sequência de um convite para conhecermos a casa, o local onde o Jorge poderia passar a viver consigo. Quando chegámos, eu e a técnica de serviço social, que me acompanhou para fazer a avaliação das condições sócio-económicas e habitacionais da família, o pai e a companheira aguardavam por nós, tendo sido bastante recetivos à nossa presença. Percebemos que não pararam as suas rotinas, a companheira encontrava-se a arrumar a cozinha do almoço, mas prontamente se juntou a nós para falarmos sobre o Jorge. Antes de começarmos a falar, o pai fez questão de nos mostrar a casa e o quarto do Jorge, dizendo que ali ele iria poder ter as suas coisas, o seu espaço. Transmitimos ao pai que era muito importante que o filho comesse a desenvolver um sentimento de pertença ao espaço e à família por forma a facilitar a sua integração no agregado.

A seguir, sentámo-nos todos na sala e começámos por perguntar ao pai e à companheira quais as suas maiores dificuldades nesse momento para lidar com a possibilidade do Jorge integrar definitivamente a sua casa. A companheira rapidamente respondeu, dizendo que se encontravam cem por cento disponíveis para acolher o Jorge: “Nós somos amigos dele, tentamos que ele se sinta sempre bem cá em casa!” (D. Ana). Esta mostrou total disponibilidade para o Jorge, referindo ainda que a única coisa que a preocupava era a relação que este tinha com a mãe e o sofrimento que a mãe lhe provocava, pois ele estava sempre preocupado com ela. O pai passou a expressar essa angústia também, a preocupação que o filho tinha com a mãe, ao invés de ser a mãe a preocupar-se com ele.

Passámos a explicar ao casal que, emocionalmente, o Jorge se encontrava bastante instável em virtude da sua preocupação com a mãe. Contudo, encontrava-se a ser acompanhado nesse sentido, estando a educadora de referência a desenvolver um trabalho de proximidade com ele, através do qual se pretendia que pudesse pensar sobre estas questões e compreendê-las por forma a minimizar o seu sofrimento.

O Sr. António (pai) manifestou ainda que, para ele, era tudo ainda muito estranho, dado conhecer muito pouco sobre o filho, referindo que não o via desde os 5 anos de idade, apontando alguns problemas na sua vida, bem como referiu que a mãe sempre dificultou esse contacto: “Ela agia como se o menino fosse propriedade dela...e eu como não estava bem nessa altura, como já lhes disse, tive problemas com drogas, mas neste momento estou bem” (pai). Na continuação do seu discurso, percebeu-se que o pai conhecia pouco o filho e isso preocupava-o bastante pois tinha medo de não agir em conformidade com as características, gostos e vontades do filho.

Tentámos explicar-lhe que tudo dependia de um processo gradual de conhecimento entre ambos, juntos iriam descobrir-se mutuamente, no entanto, nós, enquanto instituição, iríamos tentar transmitir-lhe todas as informações relevantes sobre o filho. Durante o resto do tempo que lá estivemos, começámos por explicar ao Sr. António como aconteceu o acolhimento do filho e retratar um pouco do que tinha sido a sua vida nos últimos cinco anos, desde que se encontrava acolhido no IPT.

No fim, o Sr. António agradeceu termos-lhes dado a conhecer um pouco melhor a história do Jorge, dizendo novamente que contava connosco para o apoiar nesta primeira fase. “Eu nunca fui pai, é a primeira vez, não sei muito bem como lidar com isto, preciso da vossa ajuda”.

Por fim, perguntámos ao pai quando nos poderíamos encontrar para continuar a nossa reflexão e este disponibilizou-se para se encontrar connosco no dia 21, no IPT, aproveitando assim para visitar o filho, sendo que ele passava os fins de semana com o pai apenas quinzenalmente, pois eram repartidos com a mãe.

21-05-2013

O Sr. António chegou ao IPT à hora marcada e iniciámos a sessão explicando-lhe que seria importante para a equipa perceber um pouco melhor a sua história de vida, para que o pudéssemos apoiar e orientar nesta nova etapa, principalmente no que se referia à possibilidade de integração do Jorge no seu agregado.

O pai mostrou-se disponível e com vontade de falar sobre o seu percurso de vida, até como uma necessidade de justificar a sua ausência na vida do filho ao longo dos últimos anos.

Começou por manifestar que “já não via o Jorge desde os 3 anos de idade”. Depois de ter ido a Tribunal “dava o sustento”, mas nunca mais tinha tido contactos com o filho.

O pai explicou: “sempre trabalhei, fui padeiro/pasteleiro, aprendi desde os 12 anos, agora trabalho num armazém, fartei-me da pastelaria”.

Quando o Jorge nasceu, o pai tinha 22 anos, referiu a história do seu consumo de estupefacientes – iniciou o consumo aos 18 anos, consumiu durante 10/11 anos, depois iniciou o tratamento no “Metas”/CAT durante 4 anos (mais ou menos aos 28 anos) e referiu “estou limpo há 7/8 anos”. Mostrou ansiedade ao falar do seu passado, como se sentisse alguma vergonha de abordar este assunto, mas, apesar da dificuldade, fê-lo sem hesitação. No entanto, transmitimos-lhe que o nosso papel não era julga-lo, mas sim compreender o seu percurso de vida.

Relativamente à sua família, disse “[tenho] 15 irmãos”, era o terceiro filho da fratria e o seu irmão mais novo tinha 16 anos (apenas três anos de diferença do seu filho).

Explorámos as razões que o tinham levado a retomar os contactos com o seu filho: “Fui chamado à Segurança Social e disseram-me que ele estava numa instituição, eu não sabia de nada”. Referiu que tinha deixado de ter contactos com a mãe do Jorge e que ela também nunca o tinha informado da atual situação. Quando questionado em relação à ausência de contactos com o filho, apenas referiu que não sabia de nada e que não falava com a mãe. No entanto, reconheceu que deveria ter desenvolvido mais esforços no sentido de encontrar o filho, mas que a sua história de vida também não o ajudou.

Quando falámos da sua relação com o Jorge, referiu: “Ele gosta de estar lá em casa aos fins de semana, começámos pelas visitas aqui, por passar um dia juntos e depois alguns fins de semana e, a partir daí, sinto que ele se tem sentido bem”.

Transmitimos ao senhor António que percebíamos que existia alguma dificuldade no contacto e na comunicação com a mãe do filho, ao que este respondeu: “A minha relação com ela é inexistente, só falo com ela o essencial sobre o meu filho”. Referiu ainda que, quando ia buscar o Jorge a casa da mãe na partilha dos fins de semana, nem sequer entrava, evitando ao máximo o contacto com ela, manifestando muita dificuldade para confiar nela. “ Para além disso, tenho muito respeito à minha companheira e não quero prejudicar a minha relação com ela porque a Andreia (mãe do Jorge) abusa muito da confiança e está sempre a meter conversa comigo”.

Se, por um lado, parecia existir uma fantasia de reunião dos pais, por parte do Jorge, por outro, pareceu notar-se uma grande resistência por parte do pai nos contactos com a mãe, acrescentando que apenas falava de assuntos acerca do filho – “falar, é através do Jorge”, referindo telefonemas em que o filho é descrito como um mediador entre pai e mãe.

Explicámos ao Sr. António que seria importante que os adultos pudessem falar entre si acerca de algumas questões relativas ao filho e colocámos a possibilidade de uma reunião entre pai e mãe para conversarmos acerca do Jorge e do seu futuro projeto de vida. O pai mostrou disponibilidade dizendo que “por [ele] está tudo bem”.

Ainda relativamente à história familiar, o pai contou que a sua relação com a D. Andreia se iniciou quando tinha cerca de 17/18 anos, que tinham estado juntos cerca de cinco anos e que a separação tinha acontecido, sensivelmente, quando o Jorge tinha 6 meses, viviam juntos em casa dos pais do Sr. António e, segundo este, tinha sido a D. Andreia a sair de casa. Entre os 6 meses do Jorge e os seus dois anos, o pai perdeu o contacto com o filho que retomou após este período. Nesta altura, começou a dar dinheiro para ajudar e ia buscá-lo à mãe. Recorda-se deste período em que o filho já falava e lhe chamava “António”. Aos três anos do filho, perdeu novamente o contacto, recuperando-o acerca de um ano a esta parte.

Atualmente, vivia com uma companheira com quem tinha um relacionamento há cerca de oito anos (coincidia com a altura que iniciara o

tratamento e deixara de consumir) e referiu “Gosto muito dela, (...) damo-nos bem”.

Justificou assim: “Pensava que o Jorge estava com a mãe, (...) não sabia do paradeiro dela”. Relativamente à situação atual, disse: “O Jorge, ao princípio, era acanhado, agora já vai à casa dos tios (que são vizinhos, residem no mesmo bairro) ”.

Questionámos o pai sobre como se sentia e ele sorriu, dizendo “O que quer que lhe diga, prefiro que esteja comigo do que na instituição”. O Jorge tem “14 tios e 21 primos, (...) e uma avó com 56 anos”. Os irmãos tinham uma diferença de dois anos entre si e a irmã mais velha tinha 39 anos, o que significava que a sua mãe (avó do Jorge) terá tido o primeiro filho aos 17 anos e o último aos 40 anos. O pai descreveu a sua família como “unida” e com hábitos de convivência social.

No final da sessão, o pai agradeceu a nossa disponibilidade e perguntou quando voltaria à instituição, pelo que combinámos, de acordo com o seu horário de trabalho, encontrarmo-nos dia 4 de Junho. Por fim, pediu para ver o filho. Já à saída, cruzou-se com o Jorge, cumprimentou-o com um beijo e combinou com este ir buscá-lo no fim de semana seguinte.

04-06-2013

Às 16 horas, pontual, o Sr. António chegou ao IPT. Desta vez, primeiro estive com o filho, uma vez este, ao final da tarde, ter natação e depois já não lhe ser possível estar com o pai. Falaram um pouco da semana de cada um, no entanto, notou-se ainda alguma timidez de parte a parte na interação. Por fim, combinaram o fim de semana e, a seguir, passámos então para uma sala, enquanto o Jorge se dirigiu para junto dos colegas.

Já na sala, perguntámos ao Sr. António como tinha passado e como havia sido a sua relação com o filho durante o fim de semana, tendo este referido que tinha corrido bem, mas que às vezes, não sabia muito bem como lidar com o Jorge: “Doutora, às vezes não sei como lhe dizer não, por exemplo, tenho medo que ele fique triste comigo, eu tento dar-lhe aquilo que nunca lhe dei, atenção, amor e carinho” (pai).

Expressámos ao pai que era perfeitamente normal que sentisse esses receios, aliás, qualquer pai os sentiria. No entanto, só quando lhe comesse a

dizer “não”, é que iria começar a perceber como ele reagiria, tinham que se conhecer através dos comportamentos e atitudes de ambos no quotidiano, até porque o comportamento do Jorge acabava por ser condicionado pelo contexto. Por mais que se tentasse evitar, o contexto institucional exercia sempre alguma pressão sobre as crianças, não era um contexto natural de vida, quase que podíamos dizer que era um contexto artificial e, de alguma forma, forçado para as crianças.

Segundo o discurso do pai, o filho em casa tinha estado calmo, tinha visto televisão, jogado computador, tinha-o acompanhado nas visitas à família alargada e tinha-se dado bem com todos os familiares. Nesse momento, reforçámos a ideia anteriormente explicada, quando dizíamos que o contexto influenciava os comportamentos, pois o Jorge, quando estava no IPT, assumia comportamentos mais instáveis, estando sempre bastante agitado, até do ponto de vista psicomotor, revelando dificuldade para estar muito tempo sentado, por exemplo, a ver televisão. Explicámos ao pai que de alguma forma, o ambiente familiar que era mais estruturado, também contribuiria para que este assumisse comportamentos mais estáveis.

“E relativamente à escola, eu não sei se ele tem que estudar, ou não, ao fim de semana, às vezes estuda mas outras vezes não, gostava de saber como é que ele é na escola!” (pai), “O Jorge é um menino muito responsável pelas tarefas escolares, no entanto é importante que ele sinta que o pai se preocupa e que está disponível para o ajudar!” (Educadora). Passámos, então, a informar o pai sobre o seu percurso durante este ano letivo, a evolução significativa que este tinha feito na aprendizagem, revelando-se um menino empenhado e motivado para aprender. Não podíamos deixar de referir que o Jorge funcionava muito bem com os reforços positivos, ele tinha necessidade de agradar aos adultos, aguardando sempre um reforço ou simplesmente, um elogio.

No fim, fizemos um resumo do que tínhamos abordado na sessão, sendo que o pai revelou uma compreensão adequada do que foi transmitindo, prometendo passar a estar atento ao que foi focado. Ficou agendado com o Sr. António encontrarmo-nos dali a quinze dias no IPT.

18-06-2013

Nesse dia, o Sr. António ligou para o IPT para informar que, nessa semana, teria que trabalhar até mais tarde e, por esse motivo, não podia estar connosco. Tentámos encontrar outra hora, mas outros compromissos já agendados não permitiram estar com o pai do Jorge nessa semana, sendo que agendámos para a semana seguinte, dia 25 de Junho.

25-06-2013

Terça-feira, voltámos a encontrarmo-nos com o Sr. António. Sentámo-nos e, de seguida, o pai do Jorge passou a contar-nos como tinha corrido o fim de semana com o filho, preocupado com os constantes telefonemas dele para a mãe, notando-o sempre mais ansioso depois disso. Na sequência deste facto, explicámos que já acontecia no IPT, antes de ele estar com o pai ao fim de semana, este pedia constantemente para falar com a mãe e que, normalmente, no fim dos contactos chegava a ficar angustiado, pois ela contava-lhe os seus problemas e ele sentia-se impotente por não a poder ajudar.

Tentámos ajudar o pai a compreender o estado do filho, explicando-lhe que para o Jorge era importante que ele encontrasse no pai compreensão quanto a este facto. Tornava-se importante que o pai lhe transmitisse que era normal ele estar preocupado com a mãe, que compreendia isso, mas que, ao mesmo tempo, também estava preocupado com ele e não queria que ele ficasse triste, nem perturbado, com os problemas dos adultos, pois ele era uma criança e não tinha poder para os resolver.

De alguma forma, tentámos transmitir ao pai que não podia passar ao filho a imagem negativa e, até, algum rancor que sentia pela mãe deste, não seria positivo para o filho sentir que os pais eram inimigos. Este pormenor poderia dividir ainda mais o Jorge neste processo de integração no agregado do pai, bem como provocar-lhe angústia e sofrimento.

Por sua vez, o pai revelou perceber e concordar connosco: “ Eu não quero que ele pense que o quero tirar da mãe, eu sei que ele gosta muito dela, só fico preocupado porque ela está sempre a chateá-lo e a fazer promessas” (pai), “Nós compreendemos a sua preocupação, mas acreditamos que

lentamente o Jorge vai começar a perceber melhor a realidade da mãe, bem como a impossibilidade de viver com ela por enquanto” (Educadora).

Contudo, também considerámos pertinente explicar ao pai que, para a mãe, também se traduzia num processo difícil. Durante muitos anos, só tinham existido ela e o filho e, independentemente de não ter conseguido assegurar-lhe as condições necessárias, não devia ser fácil para ela começar a encarar a possibilidade de o perder e, embora não fosse essa a pretensão, era legítimo que ela o sentisse.

O pai ouviu com atenção, sentia-se junto deste alguma mágoa relativamente à mãe do Jorge. Passou, então, a questionar-nos sobre os gostos do filho: “Gostava de conhecer melhor o que ele gosta, já percebi que não gosta de futebol! (e sorri)”. Passámos então a explicar-lhe que o Jorge sempre se destacou das outras crianças pela sua delicadeza e educação, era um menino que tinha um comportamento adequado com os adultos, normalmente fugia das confusões. Gostava de jogar computador, de ver séries televisivas, de praia, de ajudar e participar nas tarefas domésticas, sendo muito organizado com o seu espaço e com as suas coisas. Quanto à sua imagem, era muito cuidadoso, muito asseado e vaidoso.

Depois de nos ouvir, o pai referiu já ter reparado em algumas dessas coisas quando ele estava em casa: “ Ele anda sempre na cozinha a ajudar a minha mulher a fazer o jantar...e outra coisa, quando tenho alguma peça de roupa de que ele goste pede-me logo para ele!”. Começava lentamente a conhecer o filho e percebeu-se, na forma como falava e descrevia alguns episódios que iam ocorrendo em casa, que isso lhe trazia satisfação.

05-07-2013

Nesta sessão, o pai encontrava-se particularmente ansioso, uma vez que se aproximava a conferência no tribunal onde estariam presentes para além dele, o Jorge, a mãe, a representante da Segurança social e um representante do IPT, para se proceder à alteração da medida de acolhimento institucional para a medida de apoio junto do pai.

Manifestou algum receio quanto à presença e possível intervenção da mãe no tribunal: “E se ela não concordar que o meu filho fique comigo?”. Perante este receio, explicámos ao Sr. António que o superior interesse do

Jorge estaria salvaguardado. Com efeito, a mãe, nos momentos em que estivemos reunidos, foi lentamente percebendo que, naquele momento, não tinha condições para assegurar o bem-estar do filho e que, para este, seria melhor estar junto do pai, com a família, do que permanecer indefinidamente numa instituição.

Relembrámos ainda o pai que o acordado com a mãe, bem como com o Jorge, seria que esta pudesse estar com o filho aos fins de semana se as suas condições o permitissem. Não poderíamos esquecer a importância que a mãe e o contacto com esta assumem para a estabilidade emocional do Jorge. Explicámos ainda ao pai que no tribunal todos teriam oportunidade de expressar a sua vontade e todos seriam ouvidos.

O pai concordou com o nosso discurso e referiu que essa era a sua intenção, promover o contacto do Jorge com a mãe, não queria que este pensasse que o queria afastar da progenitora. No entanto, referiu não confiar nela e ter receio que esta provocasse alguma confusão no tribunal.

23-07-2013

Este momento assumiu-se muito positivo para o pai e para a sua companheira, que estava presente, pois havia sido decretada a medida de apoio junto do pai a favor do Jorge. Ambos se mostraram muito felizes com a decisão e disponíveis para apoiá-lo em tudo que necessitasse, tendo a companheira intervindo: “Eu trato-o como um filho, só quero o bem dele, só me incomoda a mãe estar sempre a fazer-lhe falsas promessas por telefone, coisas impossíveis, como dizer ao menino que comprou uma casa, quando nós sabemos que nem dinheiro para viver ela tem”.

Foi explicado à D. Ana que vinha sendo realizada uma intervenção de proximidade com o Jorge no sentido de que este pudesse iniciar um processo de tomada de consciência da realidade da mãe. Contudo, assumia-se um processo doloroso para ele, sendo que precisava de mais tempo para conseguir compreender essa realidade.

O Pai referiu: “Eu acho que ele ficou feliz, que a nossa relação tem vindo a melhorar de dia para dia, já se sabe que para ele é difícil, estava muito ligado à mãe”. Neste momento foi importante perceber que o Jorge precisava de contar com o apoio e com a compreensão no que respeita à

relação que tem com a mãe, no entanto, também deveríamos continuar a trabalhar em conjunto na sua capacitação para lidar com a frustração na tomada de consciência de que a idealização que este fazia da mãe não correspondia totalmente à realidade.

O Sr. António questionou-nos sobre como fazer quando tivesse alguma questão ou dúvida, em consequência da ida do Jorge para sua casa e não permanência no IPT: "Com quem posso falar quando tiver alguma dúvida?", ao que lhe transmitimos que estaríamos disponíveis para o acompanhar neste processo inicial de reintegração porque o Jorge mantinha uma relação privilegiada e de confiança com a Educadora de referência. Não seria de todo justo, nem mesmo ético, cortar uma relação que, de alguma forma, se tinha traduzido em segurança ou, mesmo, um porto de abrigo para ele ao longo dos últimos anos.

Terminámos a sessão explicando que formalmente o projeto tinha chegado à reta final, contudo, após fazermos, posteriormente, uma avaliação conjunta existia a possibilidade de darmos continuidade a este acompanhamento, bem como de alterar algumas estratégias e ações que se considerassem mais pertinentes e adequadas nesta fase da integração familiar.

“Falar sobre o nosso filho”

21-05-2013

A sessão encontrava-se previamente agendada para as 16h. Os pais apresentaram-se na instituição à hora marcada (a mãe duas horas antes da reunião já tinha passado na instituição). Este encontro entre os pais do Jorge coincidiu com a primeira vez que estiveram juntos desde há cerca de treze anos.

O início da sessão pautou-se pela definição, juntamente com os pais, sobre o objetivo deste encontro, sendo que o próprio pai tinha pedido ajuda ao IPT neste processo de reaproximação da mãe do filho.

Começámos por reforçar a necessidade de os pais comunicarem para poderem participar ativamente na vida do filho. Foi feito um ponto da situação do Jorge na instituição, o percurso deste desde o seu acolhimento,

bem como da evolução da sua situação familiar, nomeadamente a reaproximação do pai e o envolvimento crescente deste na vida do Jorge que, de certa forma, tinha contribuído para o seu equilíbrio emocional. Decorrido um ano de reaproximação, e tendo em conta a situação atual da relação, as condições do pai e a ausência de condições da mãe, foi colocada a possibilidade de ambos se exprimirem nesse sentido. Foi notória a angústia da mãe ao ter que concordar com tal situação, mas no seu discurso ela referiu: " Eu não tenho condições para o ter, assim é melhor estar com o pai, mas quando eu tiver condições quero o meu filho de volta".

Adicionalmente, referiu ainda que, desde que o pai se tinha aproximado, notava o Jorge muito mais crescido, amadurecido, concordando que seria melhor para o filho viver com o pai e passar os fins de semana com ela.

Por sua vez, o pai falou do aniversário do filho e expressou que, na sua opinião, esse dia deveria ter sido passado junto da mãe ou do pai. Foi-lhe explicado que como era natural na idade do Jorge, verificava-se a importância crescente do grupo de pares e do convívio com os rapazes da mesma idade e que, esse ano, esse acontecimento tinha assumido particular relevância visto estar prevista a saída de instituição. Apesar disto, nada substituíu a família, neste caso, a mãe e o pai, pelo que ambos deveriam festejar o aniversário do filho. A mãe referiu ter festejado o aniversário do Jorge no fim de semana pelo que o pai o poderia também fazer no próximo.

O pai referiu ainda a dificuldade que tinha sentido na escolha de um presente para o filho. Por outro lado, a mãe referiu que já lhe tinha dado um e que o pai tinha que conhecer o filho, dando indicações acerca dos seus gostos e preferências (a mãe pareceu manifestar uma atitude competitiva em relação ao pai). Por parte da equipa foi referido que o pai tinha retomado o contacto com o filho mais recentemente e que a situação que descrevia era normal, sugerindo que comprassem o presente numa saída conjunta, assim como era importante ir dando espaço ao Jorge para iniciar a tomada de decisões e fazer algumas escolhas, pois estas tarefas faziam parte da etapa de desenvolvimento em que se encontrava.

Abordámos então a questão central, ou seja, o problema identificado pelo pai, que era importante que ambos mantivessem a disponibilidade apresentada para conversarem sobre as necessidades e o futuro do filho, tendo sido reforçada a importância de não envolverem, nem utilizarem, o

Jorge como mensageiro. Ele tinha consciência dos conflitos relacionados com o passado, que não estavam resolvidos entre os pais, porém deveria ser excluído dos mesmos, reforçando que, para a sua estabilidade emocional e para o seu desenvolvimento saudável, seria importante que os pais comunicassem de forma adequada, que o problema não estava na separação do casal, mas nos problemas que pudessem existir na comunicação entre os adultos. Foi utilizada uma metáfora para clarificar a necessidade de se colocarem limites entre os diferentes subsistemas da família e reforçada a importância numa comunicação entre os pais do Jorge. A D. Andreia solicitou ao Sr. António o seu contacto pessoal, fornecendo simultaneamente o seu para quando fosse necessário comunicarem. Foi também reforçada a importância de manterem um contacto telefónico ativo, em virtude de ser recorrente a troca de número de telemóvel por parte da mãe tornando-se incontactável.

No âmbito do processo de preparação da desinstitucionalização do Jorge, foi abordada a situação escolar para o próximo ano letivo. O pai manifestou preocupação quanto a esse facto, ponderando a necessidade de se efetuar transferência de estabelecimento de ensino, uma vez que a continuidade na escola atual acarretava custos que referiu não poder suportar. Desta forma, o pai mencionou que a escola da sua área de residência era uma escola tranquila e na qual os seus sobrinhos estudavam.

O pai informou que no próximo dia 20 de Maio, pelas 11:30h, existiria uma diligência, conferência de pais, no Tribunal de Família e Menores do Porto para a qual tinha sido notificado. Tal diligência decorreria no âmbito do processo de incumprimento do poder paternal, pelo que a D. Andreia também deveria estar presente apesar de não possuir a devida notificação (frequente mudança de residência). Perante isto, foi aconselhada por nós a deslocar-se ao Tribunal e atualizar as informações referentes à sua residência e contactos, frisando a importância de ter uma morada fixa para a qual deveria ser remetida correspondência relevante. O pai, com alguma mágoa e revolta, referiu que esta era uma situação do passado, acrescentando que ficou sem saber o paradeiro do seu filho, dizendo-o com semblante triste e acabando por culpar a mãe.

Ao longo da sessão, foi possível observar que o Sr. António apresentava uma postura e um discurso adequado e ajustado à realidade. Por sua vez, a

D. Andreia tendeu a apresentar uma postura pouco genuína e desadequada em alguns momentos, nos quais revelou dificuldades em gerir as necessidades do filho e os recursos de que dispunha, assim como na sua capacidade de tomada de decisão, idealizando projetos pouco realistas e procurando sobressair-se e autovalorizar-se perante o Sr. António.

Nesta reunião, não ficou agendado mais nenhum encontro, visto a mãe continuar a mostrar alguma resistência. Contudo, entendeu-se necessário proporcionar mais alguns momentos de mediação pelo que seria posteriormente discutido e marcado com ambos. A mãe despediu-se rapidamente, antes que tentássemos alguma intervenção ou, mesmo, entrar em questões mais pessoais, alegando ter outro compromisso.

Por fim, ficamos sós com o Sr. António e colocámos-lhe a possibilidade de estarmos com ele e com a sua companheira, também com o objetivo desta se sentir participante do projeto de integração do Jorge no seu agregado, implicando-a no processo como um elemento essencial ao sucesso da execução deste projeto de vida. O Sr. António apresentou disponibilidade para que tal acontecesse, revelando mais uma vez uma postura humilde e de agradecimento pelo trabalho que tínhamos desenvolvido em conjunto.

Terminámos a sessão com o discurso do Sr. António: “Ó Dotoras depois falem com ela para marcar outro dia, para falarmos mais um bocado sobre o Jorge, como vão ser os fins de semana e essas coisas, porque ele gosta muito da mãe”.

20-06-2013

Após várias tentativas de contacto com a D. Andreia, uma vez mudar constantemente de número de telemóvel, só conseguimos estar novamente com ela e com o Sr. António dia 20 de Junho.

A mãe mostrou-se mais disponível para o diálogo do que na última sessão. Começou por verbalizar: “O Jorge tem-me contado os fins de semana em casa do pai e ele está a gostar muito, já lhe expliquei que a mãe não tem condições, mas que o meu sonho era poder dar-lhe a estabilidade que o pai dá”. Explicámos-lhe que tudo passava por um processo de reorganização da sua vida pessoal e da sua estabilidade sócio-afetiva, sendo

que todos compreendíamos as suas dificuldades e que nos encontrávamos disponíveis para a apoiar. No entanto, esta revelou, logo a seguir, um discurso pouco realista: “Eu já estou melhor, já estou a abrir um escritório da PT e logo, logo, vou reorganizar-me”. Esta situação já nos tinha sido relatada várias vezes e nunca se tinha concretizado. “E as doutoras também sabem que eu agora ando na psicóloga e estou a tomar medicação, já estou melhor” (importa lembrar que a D. Andreia se encontra a ser acompanhada em psiquiatria e na APAV, após encaminhamento do IPT, na sequência de nos ter verbalizado episódios de violência de que era vítima por parte do namorado, um individuo casado com quem mantém uma relação extraconjugal).

O Sr. António, por sua vez, referiu: “Andreia, nós estamos aqui para falar do Jorge e como é que nos vamos organizar relativamente ao tempo que ele permanece comigo e contigo”. Interviemos, explicando que a proposta que se encontrava a ser elaborada com a colaboração dos pais apontava no sentido do Jorge integrar o agregado do pai, passando este a ser o seu encarregado de educação e responsável pelo seu acompanhamento médico, escolar e sócio-afetivo. Não obstante, não poderíamos descurar a importância da figura da mãe para este, e a relação e preocupação que mantinha com ela. A mãe referiu-nos que o Jorge sempre tinha sido muito ansioso e preocupado com ela, dizendo: “Eu às vezes até lhe dizia, tu é que pareces meu pai”, pelo que explicámos que para o filho, com doze anos, era uma “carga” muito pesada, já que lhe trazia bastante angústia e sofrimento, seria importante que a mãe fizesse um esforço para não lhe passar as suas preocupações e problemas pessoais, pois, por vezes, parecia que assistíamos a alguma inversão de papéis e não era isso que se pretendia na idade dele. O Sr. António manteve-se sempre calado a escutar ativamente tudo que era discutido e refletido naquele momento.

Passámos, então, a focar-nos novamente no ponto-chave da intervenção, regular e mediar a relação dos pais no que se referia ao acompanhamento ao Jorge. “D. Andreia compreende que, durante a semana, o Jorge precisa de ter rotinas estáveis que contribuam para o seu bem-estar e para focalizar a sua concentração na escola e não estar constantemente preocupado com a mãe, o que não quer dizer que não possa, ou não deva, falar com o seu filho, mas tente focar-se sempre na vida dele e no seu quotidiano, evitando

passar-lhe sentimentos de ansiedade e angústia” (Educadora social). O Sr. António interferiu, referindo: “Por mim, ele pode passar os fins de semana com a mãe sempre que quiser, a não ser um ou outro em que vamos passear e ele possa aproveitar para ir connosco, mas podemos combinar tudo por telefone, falar para programar cada fim de semana”.

Transmitimos, ainda, aos pais que, nesse momento, um dos maiores desejos do Jorge era que eles se entendessem e não discutissem por causa dele, isto era muito importante para ele e para a sua estabilidade. Ambos concordaram, mostrando-se sensíveis a esta questão e prometendo fazer um esforço nesse sentido, sendo que a mãe continuava a manifestar dificuldade para identificar e sentir as suas necessidades pessoais.

10-07-2013

Esta sessão, que se previa ser a última antes da reintegração definitiva do Jorge no agregado do pai, foi difícil de agendar uma vez termos sentido necessidade de a antecipar, já que se aproximava a diligência em tribunal e a mãe se encontrava bastante ansiosa, sentimento já partilhado pelo pai na semana anterior.

No entanto, com alguma flexibilidade por parte do pai do Jorge, sempre muito disponível, encontramos um dia para estarmos todos juntos.

Este momento foi muito importante para os pais. Embora continuando com as suas diferenças, foi sentido que ambos começavam a abraçar uma causa – O bem-estar do filho – tentando colocar de parte os conflitos e mágoas do passado, colocando o Jorge em primeiro lugar nas suas vidas.

Nesse dia, conversámos principalmente sobre os procedimentos na conferência a realizar-se, foi importante esclarecer os pais sobre o procedimento normal destas diligências, tentando desmistificar um pouco a imagem “assustadora” que tinham do tribunal, principalmente a mãe que, por várias vezes, já tinha sido questionada quanto ao parco envolvimento na vida do filho.

Questionámos então os pais se tinham perceção da decisão que iria ser tomada no tribunal com o acordo de ambos e do Jorge, como parte fundamental neste processo, ou não fosse do projeto de vida dele que se tratava.

A D. Andreia começou por falar, tentando disfarçar um pouco a emoção, mas era notório o seu sofrimento por não poder ficar com o filho: “ Eu falo muito com o meu filho como sabem, e ele comigo, e juntos achámos que o melhor para ele neste momento é ir viver com o pai...mas não pensem que isto não me custa, ele é tudo que eu tenho”. O pai, por sua vez, comentou: “Não precisas de ficar preocupada porque nunca foi minha intenção tirar-te o Jorge, até porque ele é muito ligado a ti, o que é preciso é respeitar um ao outro e acordarmos como vão ser os contactos dele contigo, desde que não seja no horário escolar, ele pode sempre estar com a mãe”.

Explicámos aos pais que seria importante prepararmos em conjunto uma proposta, quanto aos contactos e visitas do Jorge à mãe, para apresentarem no tribunal. Passámos, então, a ouvir o ponto de vista de cada um: o Sr. António, sempre muito disponível, não colocou entraves nenhuns, pedindo à mãe que apresentasse uma proposta. A D. Andreia, com dificuldade em “abdicar” do filho, acabou por tomar alguma consciência da realidade, expressando que gostava de passar os fins de semana com o filho e “pelo menos” metade das férias escolares ao longo do ano, acabando por dizer mais uma vez: “Mas quando eu tiver condições quero que o Jorge venha viver comigo”. O Sr. António referiu que, nesse momento, não era isso que estávamos a tratar, mas que, na altura certa, essa decisão passaria principalmente pelo filho pois ele é que tinha que se sentir bem onde quer que estivesse.

Foi importante para nós refletir com os pais no sentido de que teríamos que dar tempo ao Jorge para que este se integrasse no agregado do pai e, com o passar do tempo, do seu crescimento, a entrada na adolescência, tudo isso seriam fatores que iriam influenciar o seu desenvolvimento e as suas escolhas, sendo que o mais importante nesse momento era ele sentir que os pais iriam estar juntos na luta pelo seu bem-estar. Transmitimos ainda aos pais que o momento em tribunal era, de alguma forma, sempre traumático para as crianças, sentiam-se inibidas e constrangidas, pois, de alguma forma, o momento formal em si dava-lhes a ideia de que alguém se encontrava a decidir a vida deles. Seria um dia muito importante, em que os pais devem fazer um esforço para ser empáticos um com o outro e colaborantes, salvaguardando sempre o superior interesse do Jorge, e passar-lhe mesmo esse sentimento de segurança e proteção por parte dos

pais.

Os pais decidiram, então, atendendo também à vontade do filho, que o Jorge passaria os fins de semana maioritariamente com a mãe, e que os períodos de férias seriam repartidos.

Embora estivesse definida com os pais a realização de três sessões conjuntas, em reflexão conjunta, considerámos que, após a diligência em tribunal, seria importante marcarmos outro encontro, para pensarmos e refletirmos um pouco sobre os sentimentos que a decisão a ser tomada poderia despoletar nos pais e no filho. A nossa proposta foi no sentido de realizarmos uma sessão conjunta com os pais e com o Jorge, uma vez sentirmos que já se encontravam num processo mais avançado de capacitação e de tomada de consciência, assim como pelo facto de o Jorge ter feito um progresso muito grande na compreensão e gestão emocionais.

“Momento em família”

29-07-2013

Considerámos que se justificava dar um nome a esta sessão, pois parecia-nos que caminhávamos no sentido da capacitação e da tomada de consciência de todas as partes, o que funcionava como um ponto de partida para a mudança.

Os pais apresentaram-se no IPT à hora marcada, encontravam-se, pela primeira vez, após definido o projeto de vida do Jorge. Este tinha-nos transmitido, depois de muitos diálogos e reflexões conjuntas, alguma tranquilidade e confiança em si próprio, assim como começava lentamente a acreditar que os pais iriam cuidar de si, ao contrário do que foi sentindo ao longo do seu crescimento, ele ter que ser capaz de cuidar da sua mãe, era quase como se assistíssemos a uma inversão de papéis, mas desta vez mais positiva para o Jorge.

Embora separados, os pais foram tendo um discurso positivo relativamente ao futuro do filho, fazendo planos, sendo que a mãe, sempre se apresentou um pouco utópica do ponto de vista financeiro, como por exemplo, manter o Jorge no ensino privado, facto relativamente ao qual o

pai discordou, alegando não querer faltar com nada ao filho, mas como não tinha possibilidades para tal, questionou a própria mãe: "Tu nem trabalhas, como é que íamos pagar o colégio?". A D. Andreia, como sempre, foi falando de supostos empregos que nunca tivemos qualquer oportunidade para confirmar. Em virtude de ser um assunto que podia provocar algum desconforto ao Jorge, transmitimos aos pais que seria importante ouvir a opinião do filho que, muito serenamente, disse: "Eu gostava muito de andar no colégio, mas agora, que vou viver com o pai, é melhor ir para a escola perto de casa, e também é muito caro o colégio". Notava-se perfeitamente o esforço do Jorge para não ferir a suscetibilidade de nenhum dos dois.

A mãe, por sua vez, continuava a manter alguns medos, tentando sempre mostrar que o filho era dela, e que era com ela que ia ficar quando tivesse possibilidades, o que deixava o Jorge confuso e o pai, por outro lado, zangado: "Mas eu não te quero tirar o nosso filho, eu só não quero que ele viva numa instituição". Mais uma vez neste momento, foi importante transmitir novamente à D. Andreia, assim como ao Jorge, que esta decisão não era irrevogável, explicando-lhes que, em qualquer altura da vida dele, poderia viver com a mãe, desde que esta tivesse condições, e os pais e o Jorge entrassem num acordo.

Contudo, nesta última sessão foi visível a diminuição do entusiasmo do Jorge perante o nosso discurso, era quase como se ele começasse a acreditar que isso nunca seria possível.

Embora tenhamos assistido a alguma evolução na relação entre os pais, colocámos à consideração destes a necessidade, ou não, de mantermos durante algum tempo estes momentos de reflexão e partilha, até como uma forma de apoio nesta integração definitiva do Jorge no agregado do pai.

O Jorge respondeu prontamente: "Eu quero vir cá falar contigo sempre Tânia!"; o pai subscreveu e referiu que, para ele, era muito importante poder continuar com o apoio da instituição nesta primeira fase. Já a mãe, mais uma vez mostrou resistência, alegando: "Qualquer coisa eu ligo ao pai dele e resolvemos". No entanto, o Sr. António ainda não se sentia totalmente confortável em ter que tomar as decisões diretamente com ela, sentia que ainda precisava de alguma mediação, até porque nunca nos escondeu a mágoa e o ressentimento que guardava da D. Andreia.

Terminámos a sessão pedindo ao Sr. António para fazermos uma visita a

sua casa na semana seguinte e tentarmos perceber como este se estava a sentir e que, depois, marcaríamos para estar juntos novamente, se assim sentissem necessidade. Este concordou, dizendo encontrar-se à disposição para qualquer assunto.

Por sua vez, a mãe despediu-se rapidamente alegando, mais uma vez, ter um compromisso de trabalho do qual continuamos sem ter qualquer conhecimento.

MM

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO
SOCIAL - ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO
PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

Novembro 2013